



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXVII - Nº 65 - SEXTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2012 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP)		<b>3º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marta Suplicy - (PT-SP)		<b>4º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira - (PP-PI)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Waldemir Moka - (PMDB-MS) <sup>(3), (4)</sup>		
<b>1º SECRETÁRIO</b> Cicero Lucena - (PSDB-PB)		<b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b> 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) <sup>(1), (5), (7)</sup>
<b>2º SECRETÁRIO</b> João Ribeiro - (PR-TO) <sup>(2)</sup>		2º - João Durval - (PDT-BA)
		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.  
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.  
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.  
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.  
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença  
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.  
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

#### LIDERANÇAS

<b>Bloco Parlamentar da Maioria</b> (PMDB/PPV) - 25	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	<b>Bloco Parlamentar Minoria</b> (PSDB/DEM) - 14
<b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB ..... Vital do Rêgo Romero Jucá <sup>(40)</sup> Sérgio Souza <sup>(20)</sup> Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner <b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> Vice-Líder do PP Ana Amélia <sup>(12)</sup> <b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b>	<b>Líder</b> <b>Walter Pinheiro - PT</b> <sup>(2), (26)</sup> Vice-Líderes Acir Gurgacz Líder da Mata <sup>(2), (30)</sup> Início Arruda Eduardo Lopes <sup>(17), (45)</sup> <b>Líder do PT - 13</b> <b>Walter Pinheiro</b> <sup>(22), (26)</sup> Vice-Líderes do PT Wellington Dias <sup>(27)</sup> Lindbergh Farias <sup>(25)</sup> Ana Rita <sup>(28)</sup> Aníbal Diniz <sup>(25)</sup> <b>Líder do PDT - 5</b> <b>Acir Gurgacz</b> Vice-Líder do PDT Pedro Taques <sup>(21)</sup> <b>Líder do PSB - 4</b> <b>Látice da Mata</b> <sup>(5), (30)</sup> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares <sup>(38)</sup> <b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Início Arruda</b> <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> <sup>(17), (45)</sup>	<b>Líder</b> <b>Jayne Campos - DEM</b> <sup>(24)</sup> Vice-Líderes Cyro Miranda <sup>(14)</sup> Flexa Ribeiro <sup>(7), (38)</sup> Lúcia Vânia <sup>(31)</sup> Mário Couto <sup>(32)</sup> Paulo Bauer <sup>(6), (3)</sup> ..... <b>Líder do PSDB - 10</b> <b>Alvaro Dias</b> Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira <sup>(5)</sup> Paulo Bauer <sup>(6), (3)</sup> Flexa Ribeiro <sup>(7), (38)</sup> <b>Líder do DEM - 4</b> <b>José Agripino</b> <sup>(2), (10), (14), (43), (46)</sup> Vice-Líder do DEM Jayme Campos <sup>(24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força</b> (PTB/PP/PSC) - 13	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - PMDB</b> <sup>(38)</sup> Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Líder da Mata <sup>(5), (30)</sup> Jorge Viana Vital do Rêgo	<b>PSD - 2</b> <b>Líder</b> <b>Kátia Abreu - PSD</b> <sup>(1), (13)</sup> Vice-Líder Sérgio Petecão
<b>Líder do PTB - 6</b> <b>Gim Argello</b> Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozartildo Cavalcanti <b>Líder do PR - 6</b> <b>Blauro Maggi</b> <sup>(19)</sup> Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento <sup>(41)</sup> Vicentinho Alves <sup>(42)</sup> <b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> <sup>(17), (47), (48)</sup>	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>Randolfo Rodrigues - PSOL</b> <sup>(35)</sup>	

#### Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 26/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.  
2. Senador José Agripino exercera a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.  
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.  
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.  
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.  
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.  
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.  
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.  
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.  
10. Senador José Agripino exercera a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 10 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.  
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).  
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.  
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.  
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.  
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.  
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.  
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.  
18. Senador Randolfo Rodrigues é designado Líder do PSOL, conforme OF. GSBM Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.  
19. Senador Blauro Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.  
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.  
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.  
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.  
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.  
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.  
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.  
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.  
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.  
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.  
29. Senadora Látice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.  
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.  
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.  
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.  
33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.  
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.  
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.  
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).  
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme OF. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.  
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.  
39. Senadora Látice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme OF. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.  
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.  
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.  
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.  
43. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.  
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.  
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.  
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.  
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.  
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUP/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.

#### EXPEDIENTE

<b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal	<b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
<b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	<b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Atos
<b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Patrícia Freitas Portella Nunes Martins</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS</b>	
1.1 – LEI PROMULGADA	
Lei nº 12.626, de 2012, que <i>abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 533.581.700,00, para os fins que especifica.</i> .....	17377
1.2 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 149 a 185, de 2012 .....	17379
1.3 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 22, de 2012 .....	17390
<b>2 – ATA DA 77ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE MAIO DE 2012</b>	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
<b>2.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados</b>	
Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2012 (nº 3.056/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Voz de Itabaiana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.</i> .....	17392
Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2012 (nº 3.057/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema de Comunicação Itália Viva S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.</i> .....	17394
Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2012 (nº 3.059/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Guaçu de Toledo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Toledo, Estado do Paraná.</i> .....	17396
Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2012 (nº 3.062/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a concessão outorgada à Telecomunicações Campos Dourados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.</i> .....	17398
Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2012 (nº 3.066/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Cultura de Aurora para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora do Tocantins, Estado do Tocantins.</i> .....	17400
Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2012 (nº 3.069/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Amigos de Bairros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso.</i> .....	17402
Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2012 (nº 3.081/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Cafelandense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cafelândia, Estado de São Paulo.</i> .....	17405
Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2012 (nº 3.084/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.</i> .....	17407
Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2012 (nº 3.088/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Studio 96 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.</i> .....	17409
Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2010 (nº 3.092/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Musical FM S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo.</i> .....	17412
Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2012 (nº 3.093/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Integração Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.</i> .....	17414

Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2012 (nº 3.094/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Antena Um Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal..... 17416

Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2012 (nº 3.106/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Televisão Guararapes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerro Azul, Estado do Paraná..... 17419

### 2.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 202 a 214, de 2012, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. As matérias serão apreciadas terminativamente..... 17421

### 2.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Considerações sobre projeto de lei que fixa critérios de rateio dos recursos do Fundo de Participação dos Estados..... 17421

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Crítica à aprovação, ontem, pelo Senado Federal, da permissão de venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014..... 17423

SENADOR EDUARDO LOPES – Justificação pela apresentação de proposta de emenda constitucional para instituir regime especial de pagamento de precatórios em favor de pessoas com deficiência e mulheres pobres responsáveis pelo sustento da família..... 17424

### 2.2.4 – Medida Provisória recebida da Câmara dos Deputados

Nº 555, de 2011, que altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea h do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP; e dá outras providências (Ofício nº 263/2012, do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados)..... 17425

### 2.2.5 – Comunicação da Presidência

Inclusão da Medida Provisória nº 555, de 2011, na Ordem do Dia da presente sessão..... 17454

### 2.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Comemoração pelo anúncio feito hoje, pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, acerca da criação de linha emergencial de crédito para atender

agricultores prejudicados pelas cheias na Região Norte..... 17454

SENADORA ANA AMÉLIA – Homenagem pelo transcurso dos 131 anos de emancipação política e administrativa do município de Lagoa Vermelha, do Estado do Rio Grande do Sul, e pelo Dia das Mães, no próximo domingo..... 17455

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Expectativa quanto à decisão presidencial relativa ao novo Código Florestal; e outro assunto..... 17457

SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre alguns pontos do projeto do novo Código Florestal alterados pela Câmara dos Deputados; e outro assunto..... 17460

### 2.2.7 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 406, de 2012, de autoria do Senador Paulo Davim. **Aprovado.** .... 17463

Requerimento nº 405, de 2012, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. **Aprovado**, nos termos de despacho favorável do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional “ad referendum” daquele Colegiado..... 17463

### 2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR LUIZ HENRIQUE – Menção ao projeto de lei, de autoria de S. Exa. e do Senador Jorge Viana, que restabelece os pontos suprimidos do projeto do novo Código Florestal pela Câmara dos Deputados..... 17464

SENADOR WALDEMIR MOKA – Preocupação com a insegurança jurídica do novo Código Florestal gerada por possível veto presidencial ao respectivo projeto de lei..... 17465

SENADOR CÍCERO LUCENA, como Líder – Crítica à edição, pelo Governo do Estado da Paraíba, de medida provisória que altera o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos professores estaduais, reduzindo os salários da categoria..... 17467

SENADOR GARIBALDI ALVES – Necessidade da adoção de medidas a fim de evitar prejuízos irreparáveis ocasionados pela seca que castiga a Região Nordeste..... 17469

### 2.2.9 – Parecer

Nº 486, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56 e 113, de 2011)..... 17470

### 2.2.10 – Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, após interstício regimental, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 103, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, 56 e 113, de 2011..... 17485



## 2.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, como Líder – Destaque para as ações do Governo do Estado do Ceará..... 17485

### 2.3 – ORDEM DO DIA

#### 2.3.1 – Item 9 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 114, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba, libertem os presos políticos, bem como fechem definitivamente a prisão instalada na base de Guantânamo. **Aprovado o Requerimento nº 418, de 2012, de adiamento da votação por vinte e sete dias.** .... 17487

#### 2.3.2 Item – 10 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 115, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha. **Aprovado o Requerimento nº 419, de 2012, de adiamento da votação por vinte e sete dias.**..... 17487

#### 2.3.3 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

### 2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

#### 2.4.1 – Discursos

SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Análise da questão da violência contra a mulher no Brasil..... 17489

SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Homenagem pelo transcurso dos 300 anos de atuação do Poder Judiciário do Estado de Alagoas..... 17490

SENADOR ANIBAL DINIZ – Registro do recebimento, pela prefeitura de Rio Branco, no Acre, de prêmio internacional. .... 17491

SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Considerações sobre a matriz energética brasileira. .... 17497

#### 2.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 420, de 2012, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2012..... 17500

Nº 421, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Vera Cruz AM. .... 17502

Nº 422, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Cooperativa Santa Clara..... 17502

Nº 423, de 2012, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 515 e 530, de 2011..... 17502

Nº 424, de 2012, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 522, de 2007, e 620, de 2011..... 17502

#### 2.4.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera o caput do art. 44 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre o valor da Aposentadoria por invalidez.*..... 17502

Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, que *acrescentam-se o inciso VIII ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e o § 4º ao art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968 (Lei da Ação de Alimentos), para impedir a prisão do idoso devedor de obrigação alimentícia.* 17508

Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2012, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que *altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para equiparar o controle de qualidade de medicamentos similares ao dos medicamentos genéricos.* ..... 17510

#### 2.4.4 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 601/2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.062, de 2012..... 17512

#### 2.4.5 – Comunicações

Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 564, de 2012 (**Ofício nº 205/2012**). *Designação do Deputado Marcos Rogério, como suplente, para compor a referida Comissão.*..... 17520

Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (**Ofício nº 231/2012**). *Designação do Deputado Assis Carvalho, como suplente, para compor a referida Comissão.*..... 17520

Da Liderança do Bloco União e Força no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em vaga cedida pela Liderança do PSOL no Senado Federal (**Ofício nº 9/2012**). *Designação do Senador Eduardo Amorim, como suplente, para compor a referida Comissão.*..... 17520

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de designação de membros para comporem a Subcomissão Permanente para acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição, nos ter-

mos do Requerimento nº 8, de 2012-CI ( <b>Ofício nº 54/2012</b> ).....	17520	CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	17707
Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de designação de membro para compor a Subcomissão Permanente de Segurança Pública ( <b>Ofício nº 56/2012</b> ). ....	17520	CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	17713
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 565, de 2012, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor ( <b>Ofício nº 1/2012</b> ). ....	17521	CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	17720
<b>2.4.6 – Discursos encaminhados à publicação</b>		CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	17726
SENADOR <i>EDUARDO AMORIM</i> – Considerações acerca de projetos de lei apresentados recentemente por S. Ex <sup>a</sup> ; e outros assuntos.....	17521	CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	17732
SENADORA <i>ANGELA PORTELA</i> – Comentários do Programa Ação Brasil Carinhoso, que será lançado pelo Governo Federal no domingo próximo.....	17522	CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.....	17735
2.5 – ENCERRAMENTO		<b>9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b>	
<b>3 – EMENDAS</b>		Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993).....	17737
Nºs 1 a 24, apresentadas à Medida Provisória nº 567, de 2012.....	17523	Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	17738
<b>4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>		Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995).....	17739
4.1 – ATA CIRCUNSTANCIADA DA 7ª REUNIÃO, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2012		Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005).....	17740
<b>5 – ATA</b>		Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001).....	17741
5.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 563, DE 2012		Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	17743
Ata da 1ª Reunião, realizada em 3 de abril de 2012.....	17659	Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010).....	17745
		Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010).....	17747
<b>SENADO FEDERAL</b>		<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
<b>5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b>		<b>10 – COMISSÕES MISTAS</b>	
<b>6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006).....	17749
<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b>		CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	17752
<b>8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES</b>		Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007).....	17754
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos.....	17675	CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) ....	17755
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	17681	Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	17756
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	17687	<b>11 – CONSELHOS E ÓRGÃO</b>	
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	17692	Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972).....	17760
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	17697	Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991).....	17761
		Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011).....	17762

<b>FUNCIONAL</b>	<b>PROGRAMÁTICA</b>	<b>PROGRAMA/AÇÃO/Localizador /PRODUTO</b>	<b>ESF</b>	<b>GND</b>	<b>RP</b>	<b>MOD</b>	<b>IU</b>	<b>FTE</b>	<b>VALOR</b>
<b>1029 Resposta aos Desastres e Reconstrução</b>									<b>77.581.700</b>
			<b>ATIVIDADES</b>						
<b>05 182</b>	<b>1029 20G3</b>	<b>Cooperação em Ações de Defesa Civil</b>							<b>77.581.700</b>
<b>05 182</b>	<b>1029 20G3 0103</b>	<b>Cooperação em Ações de Defesa Civil - Nacional (Crédito Extraordinário)</b>							<b>77.581.700</b>
			<b>F</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>90</b>	<b>0</b>	<b>388</b>	<b>15.885.500</b>
			<b>F</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>90</b>	<b>0</b>	<b>388</b>	<b>61.696.200</b>
<b>TOTAL – FISCAL</b>									<b>77.581.700</b>
<b>TOTAL – SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL – GERAL</b>									<b>77.581.700</b>

**UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional**

### **Crédito Extraordinário**

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR /PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	III	PTE	VALOR
1027		Prevenção e Preparação para Desastres							140.000.000
		ATIVIDADES							
06 182	1027 8348	Apoio a Obras Preventivas de Desastres							140.000.000
06 182	1027 8348 0105	Apoio a Obras Preventivas de Desastres Nacional (Crédito Extraordinário )							140.000.000
			F	3	2	30	0	388	20.000.000
			F	4	2	30	0	388	120.000.000
1029		Resposta aos Desastres e Reconstrução							310.000.000
		ATIVIDADES							
06 182	1029 22BO	Ações de Defesa Civil							310.000.000
06 182	1029 22BO 0105	Ações de Defesa Civil - Nacional (Crédito Extraordinário )							310.000.000
			F	3	2	90	0	388	160.000.000
			F	4	2	90	0	388	150.000.000
TOTAL - FISCAL									450.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									450.000.000

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 149, DE 2012(\*)

**Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012, assinado em Nova Iorque, em 5 de abril de 2012.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012, assinado em Nova Iorque, em 5 de abril de 2012.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

(\*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 27-4-2012

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 150, DE 2012(\*)

**Aprova o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul), adotado pela Decisão CMC Nº 06/09, aprovada durante a XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Assunção, em 23 de julho de 2009.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul), adotado pela Decisão CMC Nº 06/09, aprovada durante a XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Assunção, em 23 de julho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Regulamento, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

(\*) O texto do Regulamento acima citado está publicado no **DSF** de 7-3-2012

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 151, DE 2012

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Atalaia Da Última Hora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.**



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 425, de 21 de setembro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Atalaia da Última Hora a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 152, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sistema Sul Matogrossense De Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de dezembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de junho de 2003, a concessão outorgada à Sistema Sul Matogrossense De Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 153, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 700, de 11 de setembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 23 de agosto de 2007, a permissão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 154, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Bariri Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bariri, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Bariri Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bariri, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos

do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 155, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 366, de 28 de junho de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de outubro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Pioneira Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 156, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga permissão à R & V Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 39, de 5 de fevereiro de 2010, que outorga permissão à R & V Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 157, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Lírio dos Vales para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 963, de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária Lírio dos Vales para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 158, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Frei Rogério para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado da Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 30 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Fundação Frei Rogério para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado da Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 159, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de São João do Sul – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 969, de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de São João do Sul – SC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 160, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imprensa S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 480, de 12 de setembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a

permissão outorgada à Rádio Imprensa S/A para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 161, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mulher Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Mulher Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 162, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Notícias Brasileiras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Matão, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de julho de 2007, a concessão outorgada à Rádio Notícias Brasileiras Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 163, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal a Verdade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Jornal A Verdade Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 164, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e de**

**Comunicação Social Guglielmo Marconi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venha Ver, Estado do Rio Grande do Norte.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 489, de 31 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e de Comunicação Social Guglielmo Marconi para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venha Ver, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 165, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Auta de Souza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 296, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Auta de Souza para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 166, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Radiodifusora Comunitária de Buritizeiro – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritizeiro, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 422, de 7 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural e Radiodifusora Comunitária de Buritizeiro – MG para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritizeiro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 167, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga autorização à União Social do Jardim Santana e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 458, de 19 de maio de 2010, que outorga autorização à União Social do Jardim Santana e Adjacências para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos

do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 168, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Meirelense de Cultura e Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 741, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Meirelense de Cultura e Radiodifusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 169, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Arari, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 330, de 11 de junho de 2008, que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Arari, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 170, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Taió Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de fevereiro de 2008, a concessão outorgada à Rádio Educadora de Taió Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 171, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novas de Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 946, de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novas de Paz para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 172, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FADEPE/JF para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 984, de 26 de novembro de 2009, que outorga permissão à Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FADEPE/JF para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 173, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Valparaíso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 586, de 18 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão outorgada à Rádio Valparaíso Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 174, DE 2012

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Educativa de Balneário Gaivota para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Gaivota, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.004, de 11 de dezembro de 2009, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Educativa de Balneário Gaivota para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Gaivota, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 175, DE 2012

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema de Comunicações Professor Walter Alencar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 522, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de setembro de 2001, a permissão outorgada ao Sistema de Comunicações Professor Walter Alencar Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 176, DE 2012

**Aprova o ato que outorga permissão à Prisma Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 329, de 11 de junho de 2008, que outorga permissão à Prisma Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Se-

nado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 177, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educacional, Cultural e Assistencial de Pinheiro – FECAP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 77, de 1º de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 21 de dezembro de 2000, a permissão outorgada à Fundação Educacional, Cultural e Assistencial de Pinheiro – FECAP para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 178, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serra Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 54, de 24 de março de 2009, que outorga permissão à Rádio FM Serra Azul Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 179, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santarém, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.018, de 16 de dezembro de 2009, que outorga permissão ao Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santarém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 180, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rede Vividense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Vívda, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 405, de 4 de maio de 2010, que outorga permissão à Rede Vividense de Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade,

de, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 181, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Uirapuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 699, de 11 de setembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 27 de outubro de 2007, a permissão outorgada à Rádio Uirapuru Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 182, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 24 de novembro de 2007, a concessão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 183, DE 2012**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Sobradinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 2 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Sobradinho Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 184, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiassucê, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 643, de 8 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária São Judas Tadeu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiassucê, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos

do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 185, DE 2012**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Onésimo Nogueira para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corrente, Estado do Piauí.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 441, de 17 de julho de 2008, que outorga permissão à Fundação Onésimo Nogueira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Corrente, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de maio de 2012. – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.



# CONGRESSO NACIONAL

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 22, DE 2012

**O Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 562**, de 20 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 21 de março de 2012, que “Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 10 de maio de 2012.

Deputada Rose de Freitas  
Primeira Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional,  
no exercício da Presidência

# Ata da 77ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 10 de maio de 2012

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Srª Marta Suplicy, do Sr. Waldemir Moka e da Srª Ana Amélia*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 24 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### 77ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 10/5/2012 07:32:08 até 10/5/2012 20:32:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELCLÍDIO DO AMARAL	X	
-	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

**Compareceram: 71 Senadores**

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 202, DE 2012**

(Nº 3.056/2010, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Voz de Itabaiana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 29 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de março de 2005, a concessão outorgada à Rádio Voz de Itabaiana Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 356, DE 2010**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decreto de 18 de julho de 2006 (**DOU** do dia subsequente):

1 – Rádio Atalaia de Londrina Ltda., no Município de Londrina – PR;

Decretos de 29 de março de 2010 (**DOU** do dia subsequente):

2 – Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., no Município de Rio Claro – SP;

3 – Rádio Difusora União Ltda., no Município de União da Vitória – PR;

4 – Rádio Juazeiro Ltda., no Município de Juazeiro – BA;

5 – Rádio Educadora de Laranjeiras do Sul Ltda., no Município de Laranjeiras do Sul – PR;

6 – Rádio Difusora de Mirassol D'Oeste Ltda., no Município de Mirassol D'Oeste – MT;

7 – Sociedade Rádio Camaquense Ltda., no Município de Camaquã – RS;

8 – Rádio Brasília Ltda., na cidade de Brasília – DF;

9 – Rádio Araucária Ltda., no Município de Lages – SC;

10 – Rádio Voz de Itabaiana Ltda., no Município de Itabaiana – SE;

11 – Rede Central de Comunicação Ltda., no Município de Campinas – SP;

12 – Sistema de Comunicação Itália Viva S.A., no Município de Flores da Cunha – RS;

Decretos de 30 de março de 2010 (**DOU** do dia subsequente):

13 – Rádio Simpatia Ltda., no Município de Chapada – RS;

14 – Rádio Paranavaí Ltda., no Município de Paranavaí – PR;

15 – Rádio Iguatemi Ltda., no Município de Mogi das Cruzes – SP;

16 – Rádio Esmeralda Ltda., no Município de Vacaria – RS;

17 – Rádio Guaçu de Toledo Ltda., no Município de Toledo – PR;

18 – Fundação Arquidiocesana de Cultura, no Município de Aracaju – SE;

19 – Rádio Planalto de Major Vieira Ltda., no Município de Major Vieira – SC;

20 – Fundação Frei Rogério, no Município de Curitiba – SC;

21 – Rádio Nova Dracena Ltda., no Município de Dracena – SP;

22 – Rádio Juriti de Paracatu Ltda., no Município de Paracatu – MG;

23 – Rádio Guarany Ltda., no Município de Pacajus – CE; e

24 – Telecomunicações Campos Dourados Ltda., no Município de Cascavel – PR.

Brasília, 29 de junho de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 862/2009 – MC

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência os Processos Administrativos nº 53840.000374/1994 e nº 53000.018544/2007, em que a Rádio Voz de Itabaiana Ltda. solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe, pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de março de 2005.

2. A outorga foi conferida pelo Decreto nº 91.125, de 13 de março de 1985, publicado no **Diário Oficial da União** em 14 de março de 1985.

3. Observo que a renovação da permissão outorgada para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentam.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que foram atendidas todas as disposições normativas regentes.

5. Acompanham o ato os Processos nº 53840.00374/1994 e 53000.018544/2007, que constituem pedidos distintos de renovação. O primeiro referente ao período de 1995/2005, deferido de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 88.066/93, e o segundo que trata do período de 2005/2015.

6. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

Nº 60, terça-feira, 30 de março de 2010

**Diário Oficial da União - Seção 1**

ISSN 1677-7042

21



§ 1º Para fins de análise do índice global de aprovação das metas, o ato a que se refere o caput poderá considerar-se parcialmente atendido para as metas, em função das melhorias no âmbito dos programas, projetos e ações estratégicas de Governo Federal para a área de infraestrutura de transportes.

§ 2º O resultado da aprovação a que se refere o § 1º deverá ser empregado integralmente pelo DNTT, inclusive nas ações executivas.

§ 3º As metas executivas constantes do ato a que se refere o caput poderão ser avaliadas no âmbito da implementação de fatores que tenham influência significativa e direta na sua consecução, desde que o DNTT não tenha dado causa a sua inflexão.

Art. 4º O índice global de aprovação do conjunto de metas correspondente à análise ponderada das performances que caracterizam as metas por meio de cumprimento de cada meta executiva, observado o peso relativo de cada uma, estabelecerá no ato o critério a que se refere o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Presidente da República

**DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, por direito de exclusividade, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.00275/2004,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.137, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., pela Portaria MVIDP nº 34, de 19 de janeiro de 1983, renovada pela Portaria de 27 de agosto de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 1988, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 128, de 23 de junho de 2009, para explorar, por direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subordinadas, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Hélio Costa

**DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Aracaju Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, por direito de exclusividade, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.04129/2007,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.137, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Aracaju Ltda., pela Portaria MVIDP nº 271, de 12 de outubro de 1983, renovada pelo Decreto de 13 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 449, de 13 de agosto de 2004, para explorar, por direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/legislacao/brasil>, pelo código 0001221003300021.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subordinadas, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Hélio Costa

**DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rádio Voz da Universidade Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, por direito de exclusividade, no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.00037/1999 e nº 53000.018544/2007,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.137, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Voz da Universidade Ltda., pelo Decreto nº 91.125, de 13 de março de 1985, para explorar, por direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subordinadas, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Hélio Costa

**DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, por direito de exclusividade, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.00133/1991 e nº 53000.018000/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.137, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda., pelo Decreto nº 82.216, de 4 de setembro de 1978, para explorar, por direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subordinadas, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Hélio Costa

**DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010**

Outorga concessão à TV - Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 5º da Lei nº 4.137, de 27 de agosto de 1962, e do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Decreto nº 52.395, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53000.01831/2009. Concorrente nº 0027007-CE/UNC.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada concessão à TV - Rádio e Televisão Ltda., para explorar, por meio de quinze anos, em caráter de exclusividade, serviços de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subordinadas, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Hélio Costa

**DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010**

Renova a concessão outorgada ao Sistema de Comunicação Rádio Voz S.A., para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, por direito de exclusividade, no Município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53760.00016/1993 e 53328.00013/2004,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.137, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão para explorar, por direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originalmente à Agil Radiodifusão Ltda., pela Portaria MVIDP nº 786, de 6 de setembro de 1973, renovada pelo Decreto nº 90.423, de 5 de novembro de 1984, posteriormente transferida à Rádio Radiodifusão Ltda., pelo Decreto nº 95.703, de 3 de fevereiro de 1988, transferida ao Sistema de Comunicação Rádio Voz S.A., pelo Decreto de 17 de setembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 1997.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subordinadas, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Hélio Costa

Documento assinado eletronicamente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 203, DE 2012**

(Nº 3.057/2010, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema de Comunicação Itália Viva S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 29 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada ao Sistema de Comunicação Itália Viva S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 356, DE 2010**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decreto de 18 de julho de 2006 (**DOU** do dia subsequente):

1 – Rádio Atalaia de Londrina Ltda., no Município de Londrina – PR;

Decretos de 29 de março de 2010 (**DOU** do dia subsequente):

2 – Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., no Município de Rio Claro – SP;

3 – Rádio Difusora União Ltda., no Município de União da Vitória – PR;

4 – Rádio Juazeiro Ltda., no Município de Juazeiro – BA;

5 – Rádio Educadora de Laranjeiras do Sul Ltda., no Município de Laranjeiras do Sul – PR;

6 – Rádio Difusora de Mirassol D'Oeste Ltda., no Município de Mirassol D'Oeste – MT;

7 – Sociedade Rádio Camaquense Ltda., no Município de Camaquã – RS;

8 – Rádio Brasília Ltda., na cidade de Brasília – DF;

9 – Rádio Araucária Ltda., no Município de Lages – SC;

10 – Rádio Voz de Itabaiana Ltda., no Município de Itabaiana – SE;

11 – Rede Central de Comunicação Ltda., no Município de Campinas – SP;

12 – Sistema de Comunicação Itália Viva S.A., no Município de Flores da Cunha – RS;

Decretos de 30 de março de 2010 (**DOU** do dia subsequente):

13 – Rádio Simpatia Ltda., no Município de Chapada – RS;

14 – Rádio Paranavaí Ltda., no Município de Paranavaí – PR;

15 – Rádio Iguatemi Ltda., no Município de Mogi das Cruzes – SP;

16 – Rádio Esmeralda Ltda., no Município de Vacaria – RS;

17 – Rádio Guaçu de Toledo Ltda., no Município de Toledo – PR;

18 – Fundação Arquidiocesana de Cultura, no Município de Aracaju – SE;

19 – Rádio Planalto de Major Vieira Ltda., no Município de Major Vieira – SC;

20 – Fundação Frei Rogério, no Município de Curitiba – SC;

21 – Rádio Nova Dracena Ltda., no Município de Dracena – SP;

22 – Rádio Juriti de Paracatu Ltda., no Município de Paracatu – MG;

23 – Rádio Guarany Ltda., no Município de Pacajus – CE; e

24 – Telecomunicações Campos Dourados Ltda., no Município de Cascavel – PR.

Brasília, 29 de junho de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 904/2009 – MC

Brasília, 21 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência os Processos Administrativos nº 53790.000369/93 e 53528.000333/04, em que o Sistema de Comunicação Itália Viva S.A. solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, no Município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2004.

2. A outorga do serviço foi conferida originariamente à Ágil Radiodifusão Ltda. pela Portaria MVOP nº 756, de 6 de setembro de 1955, renovada pelo Decreto nº 90.425, de 8 de novembro de 1984, transferida a Trídio Radiodifusão Ltda., conforme Decreto nº



95.703, de 5 de fevereiro de 1988 e, posteriormente, transferida ao Sistema de Comunicação Itália Viva S.A., conforme Decreto de 17 de setembro de 1997.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentam.

4. Cabe esclarecer que os autos retornaram da Casa Civil da Presidência da República para cumprimento das novas determinações que passaram a ser

exigidas ao deferimento do pleito. Sendo assim, após o exame da nova documentação, os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério se manifestaram favoravelmente ao pedido.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho novamente o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa**.

Nº 60, terça-feira, 30 de março de 2010

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

21



§ 4º Para fins de cálculo do índice global de superação das metas, o ato a que se refere o caput poderá estabelecer pesos relativos diferenciados para as metas, em função de sua relevância no âmbito dos programas, planos e projetos estratégicos do Governo Federal para a área de infraestrutura de transportes.

§ 5º O resultado da apuração a que se refere o § 2º deverá ser amplamente divulgado pelo DNIT, inclusive em meio eletrônico.

§ 6º As metas específicas constantes do ato a que se refere o caput somente poderão ser revistas na hipótese da superveniência de fatores que tenham influência significativa e direta na sua consecução, desde que o DNIT não tenha dado causa a tais fatores.

Art. 4º O índice global de superação do conjunto de metas correspondente à média ponderada dos percentuais que excederem aos cem por cento de cumprimento de cada meta específica, observado o peso relativo de cada meta estabelecido no ato conjunto a que se refere o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Paulo Bernardo Silva

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.005275/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., pela Portaria MVOP nº 34, de 19 de janeiro de 1949, renovada pelo Decreto de 20 de agosto de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 188, de 21 de maio de 2009, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Aracaju Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041297/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Aracaju Ltda., pela Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1953, renovada pelo Decreto de 13 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 449, de 13 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010033000021

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Voz de Itabaiana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53040.000374/1994 e nº 53000.018514/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13 de março de 2005, a concessão outorgada à Rádio Voz de Itabaiana Ltda., pelo Decreto nº 91.125, de 13 de março de 1953, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.001331/98 e nº 53000.018000/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de outubro de 2008, a concessão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda., pelo Decreto nº 92.216, de 4 de setembro de 1978, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Outorga concessão à CV - Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1961, e o que consta do Processo nº 53000.018515/2009, Concorrência nº 003/2007-CEL/MC,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à CV - Rádio e Televisão Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada ao Sistema de Comunicação Itália Viva S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53790.000369/1993 e 53528.000333/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originalmente à Agil Radiodifusão Ltda. pela Portaria MVOP nº 756, de 6 de setembro de 1953, renovada pelo Decreto nº 90.425, de 8 de novembro de 1984, posteriormente transferida à Trilão Radiodifusão Ltda. pelo Decreto nº 95.703, de 5 de fevereiro de 1988, transferida ao Sistema de Comunicação Itália Viva S.A. pelo Decreto de 17 de setembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 18 subsequente.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 204, DE 2012**

(Nº 3.059/2010, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Guaçu de Toledo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Toledo, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 30 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Guaçu de Toledo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 356, DE 2010**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decreto de 18 de julho de 2006 (**DOU** do dia subsequente):

1 – Rádio Atalaia de Londrina Ltda., no Município de Londrina – PR;

Decretos de 29 de março de 2010 (**DOU** do dia subsequente):

2 – Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., no Município de Rio Claro – SP;

3 – Rádio Difusora União Ltda., no Município de União da Vitória – PR;

4 – Rádio Juazeiro Ltda., no Município de Juazeiro – BA;

5 – Rádio Educadora de Laranjeiras do Sul Ltda., no Município de Laranjeiras do Sul – PR;

6 – Rádio Difusora de Mirassol D'Oeste Ltda., no Município de Mirassol D'Oeste – MT;

7 – Sociedade Rádio Camaquense Ltda., no Município de Camaquã – RS;

8 – Rádio Brasília Ltda., na cidade de Brasília – DF;

9 – Rádio Araucária Ltda., no Município de Laços – SC;

10 – Rádio Voz de Itabaiana Ltda., no Município de Itabaiana – SE;

11 – Rede Central de Comunicação Ltda., no Município de Campinas – SP;

12 – Sistema de Comunicação Itália Viva S.A., no Município de Flores da Cunha – RS;

Decretos de 30 de março de 2010 (**DOU** do dia subsequente):

13 – Rádio Simpatia Ltda., no Município de Chapada – RS;

14 – Rádio Paranaíba Ltda., no Município de Paranaíba – PR;

15 – Rádio Iguatemi Ltda., no Município de Mogi das Cruzes – SP;

16 – Rádio Esmeralda Ltda., no Município de Vacaria – RS;

17 – Rádio Guaçu de Toledo Ltda., no Município de Toledo – PR;

18 – Fundação Arquidiocesana de Cultura, no Município de Aracaju – SE;

19 – Rádio Planalto de Major Vieira Ltda., no Município de Major Vieira – SC;

20 – Fundação Frei Rogério, no Município de Curitiba – SC;

21 – Rádio Nova Dracena Ltda., no Município de Dracena – SP;

22 – Rádio Juriti de Paracatu Ltda., no Município de Paracatu – MG;

23 – Rádio Guarany Ltda., no Município de Pacajus – CE; e

24 – Telecomunicações Campos Dourados Ltda., no Município de Cascavel – PR.

Brasília, 29 de junho de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 956/2009 – MC

Brasília, 23 de outubro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo 53000.038209/2003, em que a Rádio Guaçu de Toledo Ltda. solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Toledo, Estado do Paraná, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2004.

2. A outorga foi conferida pela Portaria MVOP nº 408, de 27 de abril de 1955, renovada pelo Decreto de 27 de maio de 1997, publicado no **Diário Oficial da União** em 28 de maio de 1997, referendado pelo Decreto Legislativo nº 163, de 1999, publicado no **Diário Oficial da União** em 1º de dezembro de 1999.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão

é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

Nº 61, quarta-feira, 31 de março de 2010

Diário Oficial da União – Seção 1

ISSN 1677-7042



#### DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio e TV Bandeirantes de Campinas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.00723/2004,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 9 de abril de 2006, a concessão outorgada à Rádio e TV Bandeirantes de Campinas Ltda., pelo Decreto nº 97.827, de 12 de junho de 1989, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 33, de 27 de fevereiro de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

#### DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Guarany Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Pacajus, Estado do Ceará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.000428/1994 e 53000.041573/2007,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13 de junho de 2004, a concessão outorgada à Rádio Guarany Ltda., pelo Decreto nº 89.504, de 2 de maio de 1984, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Pacajus, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

#### DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Guacó de Toledo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Toledo, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.038209/2003,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Guacó de Toledo Ltda., pela Portaria MVOP nº 408, de 27 de abril de 1955, renovada pelo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010033100007

Decreto de 27 de maio de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 28 de maio de 1997, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 163, de 30 de novembro de 1999, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Toledo, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

#### DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Televisão Itararé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Maringá, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.007382/2003-10,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 5 de outubro de 2003, a concessão outorgada à Televisão Itararé Ltda., pelo Decreto nº 96.812, de 23 de setembro de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Maringá, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

#### DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Igatemi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 50830.000097/1993 e 53000.018493/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2003, a concessão outorgada originalmente à Rádio Diário de Mogi Ltda., pela Portaria MVOP nº 867, de 30 de setembro de 1946, renovada pelo Decreto nº 91.748, de 4 de outubro de 1983, transferida à Rádio Igatemi Ltda., pelo Decreto de 15 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o inciso XXII do art. 1º do Decreto de 29 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 2 de outubro de 2000, que renova a concessão da Rádio Diário de Mogi Ltda.

Brasília, 30 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

#### DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Juri de Paracatu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.0026014/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 6 de maio de 2008, a concessão outorgada à Rádio Juri de Paracatu Ltda., pela Portaria nº 173, de 16 de abril de 1969, renovada pelo Decreto de 20 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 197, de 8 de abril de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

#### DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Poreci, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041169/2003,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada originalmente à Rádio Emissora Norte Paranaense Ltda., pela Portaria MVOP nº 623, de 12 de julho de 1954, posteriormente autorizada a modificar sua denominação social para Rádio Paranaíba Ltda., pela Portaria nº 657, de 6 de setembro de 1973, renovada pelo Decreto de 13 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 112, de 16 de abril de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Poreci, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 205, DE 2012**

(Nº 3.062/2010, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Telecomunicações Campos Dourados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 30 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de abril de 2001, a concessão outorgada à Telecomunicações Campos Dourados Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 356, DE 2010**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decreto de 18 de julho de 2006 (**DOU** do dia subsequente):

1 – Rádio Atalaia de Londrina Ltda., no Município de Londrina – PR;

Decretos de 29 de março de 2010 (**DOU** do dia subsequente):

2 – Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., no Município de Rio Claro – SP;

3 – Rádio Difusora União Ltda., no Município de União da Vitória – PR;

4 – Rádio Juazeiro Ltda., no Município de Juazeiro – BA;

5 – Rádio Educadora de Laranjeiras do Sul Ltda., no Município de Laranjeiras do Sul – PR;

6 – Rádio Difusora de Mirassol D'Oeste Ltda., no Município de Mirassol D'Oeste – MT;

7 – Sociedade Rádio Camaquense Ltda., no Município de Camaquã – RS;

8 – Rádio Brasília Ltda., na cidade de Brasília – DF;

9 – Rádio Araucária Ltda., no Município de Laços – SC;

10 – Rádio Voz de Itabaiana Ltda., no Município de Itabaiana – SE;

11 – Rede Central de Comunicação Ltda., no Município de Campinas – SP;

12 – Sistema de Comunicação Itália Viva S.A., no Município de Flores da Cunha – RS;

Decretos de 30 de março de 2010 (**DOU** do dia subsequente):

13 – Rádio Simpatia Ltda., no Município de Chapada – RS;

14 – Rádio Paranavaí Ltda., no Município de Paranavaí – PR;

15 – Rádio Iguatemi Ltda., no Município de Mogi das Cruzes – SP;

16 – Rádio Esmeralda Ltda., no Município de Vacaria – RS;

17 – Rádio Guaçu de Toledo Ltda., no Município de Toledo – PR;

18 – Fundação Arquidiocesana de Cultura, no Município de Aracaju – SE;

19 – Rádio Planalto de Major Vieira Ltda., no Município de Major Vieira – SC;

20 – Fundação Frei Rogério, no Município de Curitiba – SC;

21 – Rádio Nova Dracena Ltda., no Município de Dracena – SP;

22 – Rádio Juriti de Paracatu Ltda., no Município de Paracatu – MG;

23 – Rádio Guarany Ltda., no Município de Pacajus – CE; e

24 – Telecomunicações Campos Dourados Ltda., no Município de Cascavel – PR.

Brasília, 29 de junho de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 1.042/2009 – MC

Brasília, 20 de novembro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo 53740.000015/2001, em que a entidade Telecomunicações Campos Dourados Ltda. solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cascavel, Estado do Paraná pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de abril de 2001.

2. A outorga foi conferida pelo Decreto nº 97.943, de 11 de junho de 1989, publicado no **Diário Oficial da União** em 12 de julho de 1989, referendado pelo Decreto Legislativo nº 5, de 1991, publicado no **Diário Oficial da União** em 25 de fevereiro de 1991.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão

é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentam.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa**.



6

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 61, quarta-feira, 31 de março de 2010

12 361 0056 2004 0015	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO PIAUÍ	189.978	12 364 0075 0002 0015	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DO ENSINO DE GRADUACAO - NO ESTADO DO PIAUÍ	43.463
12 361 0056 2004 0015	PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 180	189.978	12 364 0075 0002 0015	ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 60	43.463
12 361 0056 2004 0015	OPERACAOIS ESPECIAIS	2.878.448	12 364 0075 0002 0015	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO	2.878.448
12 122 1873 0918	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	448.084	12 364 0075 0002 0015	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO PIAUÍ	2.878.448
12 122 1873 0918 0001	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS - NACIONAL	448.084	12 364 0075 0002 0015	ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 708	2.036.747
12 122 1873 0918 0001	ATIVIDADES	448.084	12 364 0075 0002 0015	TOTAL - FISCAL	2.878.448
12 122 1873 0918 0001	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DO ENSINO DE GRADUACAO	43.463	12 364 0075 0002 0015	TOTAL - SEGURIDADE	136.492
12 122 1873 0918 0001			12 364 0075 0002 0015	TOTAL - GERAL	3.086.032

#### DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Fundação Arquidiocesana de Cultura, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Aracaju, Estado do Sergipe.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.045406/2004,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada originalmente à Rádio Câmara de Sergipe S.A. pelo Decreto nº 46.356, de 9 de julho de 1959, posteriormente transferida para a Fundação Arquidiocesana de Cultura pelo Decreto de 22 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 subsequente, renovada pelo Decreto de 11 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 660, de 20 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Aracaju, Estado do Sergipe.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

#### DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Fundação Frei Rogério, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.004799/2004,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada originalmente à Rádio Coroados Ltda. pela Portaria MVO nº 531, de 3 de junho de 1955, transferida à Fundação Frei Rogério pelo Decreto nº 91.387, de 1º de julho de 1983, renovada pelo Decreto de 23 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 26 subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 99, de 28 de fevereiro de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 000120/0033100006

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

#### DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Telecomunicações Campos Dourados Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000015/2001,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de abril de 2001, a concessão outorgada à Telecomunicações Campos Dourados Ltda. pelo Decreto nº 97.943, de 11 de julho de 1989, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 5, de 22 de fevereiro de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

#### DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Nova Dracena Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Dracena, Estado do São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.007668/2005-67,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de maio de 2003, a concessão outorgada à Rádio Nova Dracena Ltda. pela Portaria nº 405, de 13 de maio de 1975, renovada pelo Decreto de 11 de dezembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 454, de 2 de junho de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Dracena, Estado do São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

#### DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Esmeralda Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53528.001878/2004,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada originalmente à Rádio Esmeralda S.A. pela Portaria MVO nº 485, de 11 de outubro de 1960, posteriormente autorizada a alterar seu tipo societário para Rádio Esmeralda Ltda. pela Portaria nº 350, de 23 de setembro de 1988, renovada pelo Decreto de 30 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 2 de maio de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 33, de 23 de janeiro de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helio Costa

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 206, DE 2012**

(Nº 3.066/2010, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização  
à Associação de Radiodifusão e Cultura de  
Aurora para executar serviço de radiodifusão  
comunitária na cidade de Aurora do  
Tocantins, Estado do Tocantins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 871, de 29 de outubro de 2009, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Cultura de Aurora para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 359, DE 2010**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 677, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária e Cultural José Nunes Caldas, no Município de Solidão – PE;

2 – Portaria nº 681, de 10 de setembro de 2009 – Sociedade Beneficente Amigos da Pedreira, no Município de Catarina – CE;

3 – Portaria nº 682, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiacu – Rádio Cidade de Ipiacu, no Município de Ipiacu – MG;

4 – Portaria nº 685, de 10 de setembro de 2009 – Associação Cultural Colinense de Difusão Comunitária, no Município de Colinas do Sul – GO;

5 – Portaria nº 690, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Radiodifusão e Cultural de Lagoa do Tocantins, no Município de Lagoa do Tocantins – TO;

6 – Portaria nº 706, de 11 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Amigos de Toledo, no Município de Toledo – MG;

7 – Portaria nº 731, de 17 de setembro de 2009 – UMECC – União Municipal dos Estudantes e Comunidades de Caucaia, no Município de Caucaia – CE;

8 – Portaria nº 820, de 8 de outubro de 2009 – Associação Amigos de Catas Altas da Noruega, no Município de Catas Altas da Noruega – MG;

9 – Portaria nº 850, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural Comunitária Milênio, no Município de São Paulo – SP;

10 – Portaria nº 852, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Parelheiros – ACCDIP, no Município de São Paulo – SP;

11 – Portaria nº 853, de 23 de outubro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Caminho Para a Vida, no Município de São Paulo – SP;

12 – Portaria nº 854, de 23 de outubro de 2009 – Associação Educativa Cultural e Beneficente Gideões do Canaã, no Município de Dourados – MS;

13 – Portaria nº 855, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural e Educacional de Caldas Novas, no Município de Caldas Novas – GO;

14 – Portaria nº 856, de 23 de outubro de 2009 – Associação Comunitária Mar Azul, no Município de Balneário Arroio do Silva – SC;

15 – Portaria nº 858, de 23 de outubro de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Central de Santiago, no Município de Santiago – RS;

16 – Portaria nº 859, de 23 de outubro de 2009 – Organização dos Moradores de Pirituba, no Município de São Paulo – SP;

17 – Portaria nº 861, de 23 de outubro de 2009 – Associação Videomaker do Brasil, no Município de São Paulo – SP;

18 – Portaria nº 862, de 23 de outubro de 2009 – Associação de Comunicação Comunitária Alvorada do Bairro Pedreira, no Município de São Paulo – SP;

19 – Portaria nº 863, de 23 de outubro de 2009 – ABRAQUA – Associação Brasileira de Qualificação e Ensino Pró-Rádio, no Município de São Paulo – SP;

20 – Portaria nº 864, de 23 de outubro de 2009 – Rádio Escola Comunitária FM de Cariacica, no Município de Cariacica – ES;

21 – Portaria nº 871, de 29 de outubro de 2009 – Associação de Radiodifusão e Cultura de Aurora, no Município de Aurora do Tocantins – TO;

22 – Portaria nº 898, de 4 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Unidos Venceremos, no Município de Augusto de Lima – MG;

23 – Portaria nº 945, de 20 de novembro de 2009 – Grande Associação Comunitária Lutamos pela Nossa Liberdade, no Município de Fortaleza – CE;

24 – Portaria nº 947, de 20 de novembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Porto de Cachoeira de Santa Leopoldina, no Município de Santa Leopoldina – ES;

25 – Portaria nº 948, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária e Cultural Zona Sul Liberdade FM, no Município de Pato Branco – PR;

26 – Portaria nº 949, de 20 de novembro de 2009 – Associação Princesa de São Bernardo do Campo, no Município de São Bernardo do Campo – SP;

27 – Portaria nº 950, de 20 de novembro de 2009 – Associação Riosulense de Cultura e Radiodifusão Comunitária Jovem Rio, no Município de Rio do Sul – SC;

28 – Portaria nº 952, de 20 de novembro de 2009 – Instituto de Promoção e Ação Social Francisco Pereira dos Santos, no Município de Pilõesinhos – PB;

29 – Portaria nº 953, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Altamira do Paraná – ACODCAP, no Município de Altamira do Paraná – PR;

30 – Portaria nº 954, de 20 de novembro de 2009 – Associação Radiofônica Comunitária de Iconha, no Município de Iconha – ES;

31 – Portaria nº 958, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária da Cidade de Aricanduva de Radiodifusão, no Município de Aricanduva – MG;

32 – Portaria nº 960, de 20 de novembro de 2009 – Associação Limaduartina Amigos da Comunicação, no Município de Lima Duarte – MG;

33 – Portaria nº 962, de 20 de novembro de 2009 – AMAS Associação dos Moradores e Amigos do Serro, no Município de Serro – MG;

34 – Portaria nº 963, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Lírio dos Vales, no Município de São Bernardo do Campo – SP;

35 – Portaria nº 966, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária FM Guajeru – BA, no Município de Guajeru – BA;

36 – Portaria nº 967, de 20 de novembro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Clube FM, no Município de Buriti do Tocantins – TO;

37 – Portaria nº 993, de 1º de dezembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Feira Nova Sergipe, no Município de Feira Nova – SE;

38 – Portaria nº 1.005, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária de Amigos de Bairros, no Município de Alto Paraguai – MT;

39 – Portaria nº 1.006, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Grãooparaense de Desenvolvimento Social – AGRADES, no Município de Grão-Pará – SC;

40 – Portaria nº 1.007, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Breves, no Município de Breves – PA;

41 – Portaria nº 1.009, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural Bom Jesus do Sul, no Município de Bom Jesus do Sul – PR;

42 – Portaria nº 1.011, de 16 dezembro de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Benevides FM, no Município de Benevides – PA;

43 – Portaria nº 26, de 4 de fevereiro de 2010 – Associação Amigos da Rádio de Veredinha, no Município de Veredinha MG;

44 – Portaria nº 28, de 4 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Cultural de Música e Cinema, no Município de São José dos Campos – SP;

45 – Portaria nº 54, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais, no Município de Pinhais – PR;

46 – Portaria nº 57, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação de Difusão Comunitária Caciquense, no Município de Cacique Doble – RS;

47 – Portaria nº 58, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Para a Difusão Cultural de São Brás de Minas, no Município de Lagamar – MG;

48 – Portaria nº 59, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Amigos do Município de São Felix de Minas, no Município de São Felix de Minas – MG;

49 – Portaria nº 70, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária e Beneficente de Mães Nossa Senhora da Conceição, no Município de Biritinga – BA; e

50 – Portaria nº 157, de 23 de março de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária Terra, no Município de Formosa – GO.

Brasília, 29 de junho de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 1.018/2009 – MC

Brasília, 12 de novembro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação de Radiodifusão e Cultura de Aurora**, no Município de Aurora do Tocantins, Estado do Tocantins, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com

a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.009032/2008, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

#### **PORTARIA Nº 871, DE 29 DE OUTUBRO DE 2009**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009.032/2008 e do PARECER/AGU/CONJUR-MC/MGT/Nº 2055 – 1.08/2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação de Radiodifusão e Cultura de Aurora**, com sede na Avenida Lindolfo José de Almeida, nº 13, Casa II – Centro, no Município de Aurora do Tocantins, Estado do Tocantins, para executar serviço de radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 12º 42' 49" S e longitude em 46º 24' 41" W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Helio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)*

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

##### **Nº 207, DE 2012**

(Nº 3.069/2010, na Câmara dos Deputados)

#### **Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Amigos de Bairros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.005, de 11 de dezembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Amigos de Bairros para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **MENSAGEM Nº 359, DE 2010**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 677, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária e Cultural José Nunes Caldas, no Município de Solidão – PE;

2 – Portaria nº 681, de 10 de setembro de 2009 – Sociedade Beneficente Amigos da Pedreira, no Município de Catarina – CE;

3 – Portaria nº 682, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiacu – Rádio Cidade de Ipiacu, no Município de Ipiacu – MG;

4 – Portaria nº 685, de 10 de setembro de 2009 – Associação Cultural Colinense de Difusão Comunitária, no Município de Colinas do Sul – GO;

5 – Portaria nº 690, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Radiodifusão e Cultural de Lagoa do Tocantins, no Município de Lagoa do Tocantins – TO;

6 – Portaria nº 706, de 11 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Amigos de Toledo, no Município de Toledo – MG;

7 – Portaria nº 731, de 17 de setembro de 2009 – UMECC – União Municipal dos Estudantes e Comunidades de Caucaia, no Município de Caucaia – CE;



8 – Portaria nº 820, de 8 de outubro de 2009 – Associação Amigos de Catas Altas da Noruega, no Município de Catas Altas da Noruega – MG;

9 – Portaria nº 850, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural Comunitária Milênio, no Município de São Paulo – SP;

10 – Portaria nº 852, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Parelheiros – ACCDIP, no Município de São Paulo – SP;

11 – Portaria nº 853, de 23 de outubro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Caminho Para a Vida, no Município de São Paulo – SP;

12 – Portaria nº 854, de 23 de outubro de 2009 – Associação Educativa Cultural e Beneficente Gideões do Canaã, no Município de Dourados – MS;

13 – Portaria nº 855, de 23 de outubro de 2009 – Associação Cultural e Educacional de Caldas Novas, no Município de Caldas Novas – GO;

14 – Portaria nº 856, de 23 de outubro de 2009 – Associação Comunitária Mar Azul, no Município de Balneário Arroio do Silva – SC;

15 – Portaria nº 858, de 23 de outubro de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Central de Santiago, no Município de Santiago – RS;

16 – Portaria nº 859, de 23 de outubro de 2009 – Organização dos Moradores de Pirituba, no Município de São Paulo – SP;

17 – Portaria nº 861, de 23 de outubro de 2009 – Associação Videomaker do Brasil, no Município de São Paulo – SP;

18 – Portaria nº 862, de 23 de outubro de 2009 – Associação de Comunicação Comunitária Alvorada do Bairro Pedreira, no Município de São Paulo – SP;

19 – Portaria nº 863, de 23 de outubro de 2009 – ABRAQUA – Associação Brasileira de Qualificação e Ensino Pró-Rádio, no Município de São Paulo – SP;

20 – Portaria nº 864, de 23 de outubro de 2009 – Rádio Escola Comunitária FM de Cariacica, no Município de Cariacica – ES;

21 – Portaria nº 871, de 29 de outubro de 2009 – Associação de Radiodifusão e Cultura de Aurora, no Município de Aurora do Tocantins – TO;

22 – Portaria nº 898, de 4 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Unidos Venceremos, no Município de Augusto de Lima – MG;

23 – Portaria nº 945, de 20 de novembro de 2009 – Grande Associação Comunitária Lutamos pela Nossa Liberdade, no Município de Fortaleza – CE;

24 – Portaria nº 947, de 20 de novembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Porto de Cachoeira de Santa Leopoldina, no Município de Santa Leopoldina – ES;

25 – Portaria nº 948, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária e Cultural Zona Sul Liberdade FM, no Município de Pato Branco – PR;

26 – Portaria nº 949, de 20 de novembro de 2009 – Associação Princesa de São Bernardo do Campo, no Município de São Bernardo do Campo – SP;

27 – Portaria nº 950, de 20 de novembro de 2009 – Associação Riosulense de Cultura e Radiodifusão Comunitária Jovem Rio, no Município de Rio do Sul – SC;

28 – Portaria nº 952, de 20 de novembro de 2009 – Instituto de Promoção e Ação Social Francisco Pereira dos Santos, no Município de Pilõesinhos – PB;

29 – Portaria nº 953, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Altamira do Paraná – ACODCAP, no Município de Altamira do Paraná – PR;

30 – Portaria nº 954, de 20 de novembro de 2009 – Associação Radiofônica Comunitária de Iconha, no Município de Iconha – ES;

31 – Portaria nº 958, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária da Cidade de Aricanduva de Radiodifusão, no Município de Aricanduva – MG;

32 – Portaria nº 960, de 20 de novembro de 2009 – Associação Limaduartina Amigos da Comunicação, no Município de Lima Duarte – MG;

33 – Portaria nº 962, de 20 de novembro de 2009 – AMAS Associação dos Moradores e Amigos do Serro, no Município de Serro – MG;

34 – Portaria nº 963, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Lírio dos Vales, no Município de São Bernardo do Campo – SP;

35 – Portaria nº 966, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária FM Guajeru – BA, no Município de Guajeru – BA;

36 – Portaria nº 967, de 20 de novembro de 2009 – Associação Rádio Comunitária Clube FM, no Município de Buriti do Tocantins – TO;

37 – Portaria nº 993, de 1º de dezembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Feira Nova Sergipe, no Município de Feira Nova – SE;

38 – Portaria nº 1.005, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária de Amigos de Bairros, no Município de Alto Paraguai – MT;

39 – Portaria nº 1.006, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Grãoparaense de Desenvolvimento Social – AGRADES, no Município de Grão-Pará – SC;

40 – Portaria nº 1.007, de 11 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Breves, no Município de Breves – PA;

41 – Portaria nº 1.009, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural Bom Jesus do Sul, no Município de Bom Jesus do Sul – PR;

42 – Portaria nº 1.011, de 16 dezembro de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Benevides FM, no Município de Benevides – PA;

43 – Portaria nº 26, de 4 de fevereiro de 2010 – Associação Amigos da Rádio de Veredinha, no Município de Veredinha MG;

44 – Portaria nº 28, de 4 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Cultural de Música e Cinema, no Município de São José dos Campos – SP;

45 – Portaria nº 54, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais, no Município de Pinhais – PR;

46 – Portaria nº 57, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação de Difusão Comunitária Caciqueense, no Município de Cacique Doble – RS;

47 – Portaria nº 58, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Para a Difusão Cultural de São Brás de Minas, no Município de Lagamar – MG;

48 – Portaria nº 59, de 10 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária Amigos do Município de São Felix de Minas, no Município de São Felix de Minas – MG;

49 – Portaria nº 70, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária e Beneficente de Mães Nossa Senhora da Conceição, no Município de Biringinga – BA; e

50 – Portaria nº 157, de 23 de março de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária Terra, no Município de Formosa – GO.

Brasília, 29 de junho de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 8/2010-MC

Brasília, 5 de fevereiro de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a Associação Comunitária de Amigos de Bairros, no Município de Alto Paraguai, Estado do Mato Grosso, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto

com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.007930/08, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa**.

#### **PORTARIA Nº 1.005, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.007.930/08 e do PARECER/AGU/CONJUR-MC/MGT/Nº 1659 – 1.08/2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária de Amigos de Bairros**, com sede na Rua Mascarenhas de Moraes, nº 280 – Centro, no Município de Alto Paraguai, Estado do Mato Grosso, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 14º 30' 40 "S e longitude em 56º 29' 03"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 208, DE 2012**

(Nº 3.081/2010, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Cafelandense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cafelândia, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 243 de 26 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural Cafelandense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cafelândia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 360, DE 2010**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto a apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 391, de 24 de junho de 2008 – Associação Comunitária Educacional e Cultural de Comunicação, no município de Paracatu – MG;

2 – Portaria nº 884, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Amigos de Fátima, no município de Fátima – TO;

3 – Portaria nº 898, de 22 de dezembro de 2008 – Fundação Rádio Educativa de Barcelona, no município de Caravelas – BA;

4 – Portaria nº 901, de 22 de dezembro de 2008 – Instituição Missionária Vida Nova, no município de Salvador – BA;

5 – Portaria nº 906, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Beneficente Educativa Novo Horizonte, no município de Guarulhos – SP;

6 – Portaria nº 917, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Rádio Comunitária do Riacho Fundo II – Candango FM, na localidade de Riacho Fundo II – DF;

7 – Portaria nº 984, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Ponte Alta, no município de Guarulhos – SP;

8 – Portaria nº 1.035, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Conjunto Alto da Paz, no município de Fortaleza – CE;

9 – Portaria nº 857, de 23 de outubro de 2009 – Associação Desportiva do Parma Atlético Cube, no município de São Miguel do Gostoso – RN;

10 – Portaria nº 870, de 29 de outubro de 2009 – Associação Comunitária dos Amigos da Cidade de Iuiu, no município de Iuiu – BA;

11 – Portaria nº 886, de 29 de outubro de 2009 – Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Várzea da Palma, no município de Várzea da Palma – MG;

12 – Portaria nº 903, de 11 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural e Artística de Dionísio, no município de Dionísio – MG;

13 – Portaria nº 944, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Campinaçu, no município de Campinaçu – GO;

14 – Portaria nº 946, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Novas de Paz, no município de Itabira – MG;

15 – Portaria nº 951, de 20 de novembro de 2009 – ACMMJ – Associação Comunitária dos Moradores e Moradoras de Jaborandi, no município de Jaborandi – BA;

16 – Portaria nº 956, de 20 de novembro de 2009 – Comunidade Spicilegium Dei de Amparo Social e Cristão, no município de São Paulo – SP;

17 – Portaria nº 957, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Monsenhor Manoel Perez Descamps de Ocaçu – SP, no município de Ocaçu – SP;

18 – Portaria nº 961, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural Ramalhense de Comunicação, no município de João Ramalho – SP;

19 – Portaria nº 965, de 20 de novembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Alto Piquiri, no município de Alto Piquiri – PR;

20 – Portaria nº 969, de 20 de novembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de São João do Sul – SC, no município de São João do Sul – SC;

21 – Portaria nº 992, de 1º de dezembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Xaxinense, no município de Xaxim – SC;

22 – Portaria nº 1.004, de 11 de dezembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Educativa de Balneário Gaivota, no município de Balneário Gaivota – SC;

23 – Portaria nº 1.010, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Cultural, Comunitária e Social Auriense, no município de Áurea – RS;

24 – Portaria nº 1.012, de 16 de dezembro de 2009 – Associação Sócio – Cultural Ibipetuba – ASCIB, no município de Santa Rita de Cássia – BA;

25 – Portaria nº 71, de 25 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária e Cultural Alto Xingu, no município de São Félix do Xingu – PA;

26 – Portaria nº 72, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação de Rádio Comunitária de Miguel Pereira – ARCOMP, no município de Miguel Pereira – RJ;

27 – Portaria nº 73, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Rádio Comunitária Vale do Jurigue, no município de Pedra Preta – MT;

28 – Portaria nº 74, de 26 de fevereiro de 2010 – Associação Comunitária de Rádio São João, no município de Torres – RS;

29 – Portaria nº 128, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária Geraldo do Oliveira de Jaupaci Goiás, no município de Jaupaci – GO;

30 – Portaria nº 129, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Pedreira do Instituto, no município de Itabira – MG;

31 – Portaria nº 130, de 11 de março de 2010 – Associação de Amigos e Colaboradores do Parque, no município de São Mateus – ES;

32 – Portaria nº 131, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Atendimento Social e Assistencial Marcendense, no município de Alfredo Marcondes – SP;

33 – Portaria nº 149, de 11 de março de 2010 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Guiratinga, no município de Guiratinga – MT;

34 – Portaria nº 167, de 24 de março de 2010 – Associação Recreativa da Melhor Idade (ARMD, no município de Serra dos Aimorés – MG;

35 – Portaria nº 223, de 25 de março de 2010 – Associação Cultural e Beneficente de Xanxerê – SC, no município de Xanxerê – SC;

36 – Portaria nº 224, de 25 de março de 2010 – Rádio União Comunitária, no município de Criciúma – SC;

37 – Portaria nº 227, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária Radiodifusora Dona Francisca, no município de Dona Francisca – RS;

38 – Portaria nº 230, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária a Voz de Grussaí, no município de São João da Barra – RJ;

39 – Portaria nº 231, de 25 de março de 2010 – Associação Comunitária dos Moradores de Tartarugalzinho, no município de Tartarugalzinho – AP;

40 – Portaria nº 240, de 26 de março de 2010 – Associação Liberdade de Cultura e Comunicação, no município de Seberi – RS;

41 – Portaria nº 241, de 26 de março de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária Arroio do Padre, no município de Arroio do Padre – RS; e

42 – Portaria nº 243, de 26 de março de 2010 – Associação Cultural Cafelandense, no município de Cafelândia – SP.

Brasília, 29 de junho de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 174/2010 – MC

Brasília, 16 de abril de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural Cafelandense, no Município de Cafelândia, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.059527/06, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **José Artur Filardi Leite.**

#### **PORTARIA Nº 243 DE 26 DE MARÇO DE 2010.**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro

de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059.527/06 e da PARECER nº 074/2010/MGT/CGCE/CONJUR-MC/AGU, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a Associação Cultural Cafelandense, com sede na Rua Irineu Leite Pupo, nº 47 – Jardim Orlando Baggio, no município de Cafelândia, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.622, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada devesse operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21° 48' 08"S e longitude em 49° 36' 24W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)*

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 209, DE 2012**

(Nº 3.084/2010, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 659 de 31 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 20 de outubro de 2005, a permissão outorgada à Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## **MENSAGEM Nº 361, DE 2009**

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto a

apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 511, de 6 de agosto de 2009 – Fundação Rádio Educativa Quadrangular, no município de Belo Horizonte – MG;

2 – Portaria nº 520, de 7 de agosto de 2009 – Rádio Progresso de São Carlos Ltda., no município de São Carlos – SP;

3 – Portaria nº 522, de 10 de agosto de 2009 – Sistema de Comunicações Professor Walter Alencar Ltda., no município de Teresina – PI;

4 – Portaria nº 524, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Marano Ltda., no município de Garanhuns – PE;

5 – Portaria nº 531, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no município de Imperatriz – MA;

6 – Portaria nº 533, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Sul Capixaba FM de Guaçuí Ltda., no município de Guaçuí – ES;

7 – Portaria nº 535, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Divinal FM Ltda., no município de Lagoa da Prata – MG;

8 – Portaria nº 536, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Província FM Ltda., no município de Tenente Portela – RS;

9 – Portaria nº 537, de 10 de agosto de 2009 – Fundação Frei Rogério, no município de Curitiba – SC;

10 – Portaria nº 538, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Barretos Ltda., no município de Colina – SP;

11 – Portaria nº 539, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Difusora de Pirassununga Ltda., no município de Pirassununga – SP;

12 – Portaria nº 546, de 11 de agosto de 2009 – Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no município de Bagé – RS;

13 – Portaria nº 554, de 13 de agosto de 2009 – Paraíso FM Ltda., no município de São Sebastião do Paraíso – MG;

14 – Portaria nº 610, de 24 de agosto de 2009 – Moreira Comunicações Ltda., no município de Campo Belo – MG;

15 – Portaria nº 643, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Verdes Campos Ltda., no município de Cascavel – PR;

16 – Portaria nº 646, de 31 de agosto de 2009 – Caeté Sistema de Comunicação Ltda., no município de Caeté – MG;



17 – Portaria nº 648, de 31 de agosto de 2009 – Sociedade Radio Imbiara de Araxá Ltda., no município de Araxá – MG;

18 – Portaria nº 649, de 31 de agosto de 2009 – Empreendimentos Radiofônicos Sulminas Ltda., no município de Itajubá – MG;

19 – Portaria nº 650, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Panema Ltda., no município de Andirá – PR;

20 – Portaria nº 651, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Padre Luso Ltda., no município de Porto Nacional – TO;

21 – Portaria nº 654, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Jornal FM Fernandópolis Ltda., no município de Fernandópolis – SP;

22 – Portaria nº 659, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda., no município de Bauru – SP;

23 – Portaria nº 661, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Umbú FM Ltda., no município de Sobradinho – RS;

24 – Portaria nº 662, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Piatã de Salvador Ltda., no município de Salvador – BA;

25 – Portaria nº 664, de 31 de agosto de 2009 – Sombrasil Comunicações Ltda., no município de Cachoeiro de Itapemirim – ES;

26 – Portaria nº 665, de 31 de agosto de 2009 – Sociedade Difusora Piumhiense de Radiodifusão Ltda., no município de Piumhi – MG;

27 – Portaria nº 699, de 11 de setembro de 2009 – Rádio Uirapuru Ltda., no município de Passo Fundo – RS;

28 – Portaria nº 701, de 11 de setembro de 2009 – O Diário Rádio e Televisão Ltda., no município de Ribeirão Preto – SP;

29 – Portaria nº 703, de 11 de setembro de 2009 – Fundação Fraternidade, no município de Ijuí – RS;

30 – Portaria nº 705, de 11 de setembro de 2009 – Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda., no município de Batatais – SP;

31 – Portaria nº 760, de 18 de setembro de 2009 – Rádio Exclusiva Ltda., no município de Curitiba – PR;

32 – Portaria nº 792, de 30 de setembro de 2009 – Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda., no município de Salvador – BA;

33 – Portaria nº 800, de 30 de setembro de 2009 – FM Studio 96 Ltda., no município de Curitiba – PR;

34 – Portaria nº 802, de 30 de setembro de 2009 – Sociedade Rádio São José Ltda., no município de Erechim – RS;

35 – Portaria nº 831, de 22 de outubro de 2009 – Sociedade Rádio FM Pé de Cedro Ltda., no município de Coxim – MS;

36 – Portaria nº 832, de 22 de outubro de 2009 – Radiodifusora Siriema Ltda., no município de Guaíra – PR;

37 – Portaria nº 834, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Onda Sul FM Stéreo Ltda., no município de Carmo do Rio Claro – MG;

38 – Portaria nº 836, de 22 de outubro de 2009 – Tempo FM Ltda., no município de Fortaleza – CE;

39 – Portaria nº 838, de 22 de outubro de 2009 – Sociedade Montense de Radiodifusão Ltda., no município de Santo Antônio do Monte – MG;

40 – Portaria nº 840, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Musical FM S/C Ltda., no município de Jacaré – SP;

41 – Portaria nº 844, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Integração Sul Ltda., no município de Santana do Livramento – RS;

42 – Portaria nº 847, de 22 de outubro de 2009 – CSR – Central Sistema de Radiodifusão Ltda., no município de Formosa – GO;

43 – Portaria nº 937, de 19 de novembro de 2009 – Rádio Montanhese Menino Jesus de Praga Ltda., no município de Machado – MG;

44 – Portaria nº 939, de 19 de novembro de 2009 – Mega Empresa de Comunicações Ltda., no município de Ribeirão Preto – SP;

45 – Portaria nº 942, de 19 de novembro de 2009 – Antena Um Radiodifusão Ltda., na cidade de Brasília – DF;

46 – Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2009 – Rádio Imparsom Ltda., no município de Governador Valadares – MG;

47 – Portaria nº 1.033, de 18 de dezembro de 2009 – Rede Central de Comunicação Ltda., no município de Campinas – SP;

48 – Portaria nº 1.034, de 18 de dezembro de 2009 – Rádio FM Concórdia Ltda., no município de Três Lagoas – MS;

49 – Portaria nº 34, de 5 de fevereiro de 2010 – Brasília Super Rádio FM Ltda., na cidade de Brasília – DF; e

50 – Portaria nº 50, de 5 de fevereiro de 2010 – Sistema Vanguarda de Comunicação Ltda., no município de Varginha – MG.

Brasília, 29 de junho de 2009. \_ **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 989/2009-MC

Brasília, 29 de outubro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53000.036681/2005, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à RÁDIO

COMUNICAÇÃO FM STÉREO LTDA., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Bauru, Estado de São Paulo, por dez anos, a, partir de 20 de outubro de 2005.

A permissão foi conferida pela Portaria nº 857, de 13 de outubro de 1975, publicada no **Diário Oficial da União** em 20 de outubro de 1975, renovada pela Portaria nº 6, de 11 de janeiro de 2002 publicada no **Diário Oficial da União** em 19 de março de 2002 e referendada pelo Decreto Legislativo nº 553, de 2004, publicado no **Diário Oficial da União** em 19 de agosto de 2004.

Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, \_ **Hélio Calixto da Costa.**

#### **PORTARIA Nº 659, DE 31 DE AGOSTO DE 2009**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.036680/2005, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 20 de outubro de 2005, a permissão outorgada a Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda., pela Portaria nº 857, de 13 de outubro de 1975, publicada no **Diário Oficial da União** em 20 de outubro de 1975, renovada pela Portaria nº 6, de 11 de janeiro de 2002, publicada no **Diário Oficial da União** em 19 de março de 2002 e referendada pelo Decreto Legislativo nº 553, de 2004, publicado no **Diário Oficial da União** em 19 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Bauru, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á

pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)*

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, DE 2012**

(Nº 3.088/2010, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Studio 96 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 800 de 30 de setembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 9 de março de 2009, a permissão outorgada à FM Studio 96 Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **MENSAGEM Nº 361, DE 2009**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto a apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas as entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 511, de 6 de agosto de 2009 – Fundação Rádio Educativa Quadrangular, no município de Belo Horizonte – MG;

2 – Portaria nº 520, de 7 de agosto de 2009 – Rádio Progresso de São Carlos Ltda., no município de São Carlos – SP;

3 – Portaria nº 522, de 10 de agosto de 2009 – Sistema de Comunicações Professor Walter Alencar Ltda., no município de Teresina – PI;



4 – Portaria nº 524, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Marano Ltda., no município de Garanhuns – PE;

5 – Portaria nº 531, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no município de Imperatriz – MA;

6 – Portaria nº 533, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Sul Capixaba FM de Guaçuí Ltda., no município de Guaçuí – ES;

7 – Portaria nº 535, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Divinal FM Ltda., no município de Lagoa da Prata – MG;

8 – Portaria nº 536, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Província FM Ltda., no município de Tenente Portela – RS;

9 – Portaria nº 537, de 10 de agosto de 2009 – Fundação Frei Rogério, no município de Curitiba – SC;

10 – Portaria nº 538, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Barretos Ltda., no município de Colina – SP;

11 – Portaria nº 539, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Difusora de Pirassununga Ltda., no município de Pirassununga – SP;

12 – Portaria nº 546, de 11 de agosto de 2009 – Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no município de Bagé – RS;

13 – Portaria nº 554, de 13 de agosto de 2009 – Paraíso FM Ltda., no município de São Sebastião do Paraíso – MG;

14 – Portaria nº 610, de 24 de agosto de 2009 – Moreira Comunicações Ltda., no município de Campo Belo – MG;

15 – Portaria nº 643, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Verdes Campos Ltda., no município de Cascavel – PR;

16 – Portaria nº 646, de 31 de agosto de 2009 – Caeté Sistema de Comunicação Ltda., no município de Caeté – MG;

17 – Portaria nº 648, de 31 de agosto de 2009 – Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Ltda., no município de Araxá – MG;

18 – Portaria nº 649, de 31 de agosto de 2009 – Empreendimentos Radiofônicos Sulminas Ltda., no município de Itajubá – MG;

19 – Portaria nº 650, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Panema Ltda., no município de Andirá – PR;

20 – Portaria nº 651, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Padre Luso Ltda., no município de Porto Nacional – TO;

21 – Portaria nº 654, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Jornal FM Fernandópolis Ltda., no município de Fernandópolis – SP;

22 – Portaria nº 659, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda., no município de Bauru – SP;

23 – Portaria nº 661, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Umbú FM Ltda., no município de Sobradinho – RS;

24 – Portaria nº 662, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Piatã de Salvador Ltda., no município de Salvador – BA;

25 – Portaria nº 664, de 31 de agosto de 2009 – Sombrasil Comunicações Ltda., no município de Cachoeiro de Itapemirim – ES;

26 – Portaria nº 665, de 31 de agosto de 2009 – Sociedade Difusora Piumhiense de Radiodifusão Ltda., no município de Piumhi – MG;

27 – Portaria nº 699, de 11 de setembro de 2009 – Rádio Uirapuru Ltda., no município de Passo Fundo – RS;

28 – Portaria nº 701, de 11 de setembro de 2009 – O Diário Rádio e Televisão Ltda., no município de Ribeirão Preto – SP;

29 – Portaria nº 703, de 11 de setembro de 2009 – Fundação Fraternidade, no município de Ijuí – RS;

30 – Portaria nº 705, de 11 de setembro de 2009 – Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda., no município de Batatais – SP;

31 – Portaria nº 760, de 18 de setembro de 2009 – Rádio Exclusiva Ltda., no município de Curitiba – PR;

32 – Portaria nº 792, de 30 de setembro de 2009 – Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda., no município de Salvador – BA;

33 – Portaria nº 800, de 30 de setembro de 2009 – FM Studio 96 Ltda., no município de Curitiba – PR;

34 – Portaria nº 802, de 30 de setembro de 2009 – Sociedade Rádio São José Ltda., no município de Erechim – RS;

35 – Portaria nº 831, de 22 de outubro de 2009 – Sociedade Rádio FM Pé de Cedro Ltda., no município de Coxim – MS;

36 – Portaria nº 832, de 22 de outubro de 2009 – Radiodifusora Siriema Ltda., no município de Guaíra – PR;

37 – Portaria nº 834, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Onda Sul FM Stéreo Ltda., no município de Carmo do Rio Claro – MG;

38 – Portaria nº 836, de 22 de outubro de 2009 – Tempo FM Ltda., no município de Fortaleza – CE;

39 – Portaria nº 838, de 22 de outubro de 2009 – Sociedade Montense de Radiodifusão Ltda., no município de Santo Antonio do Monte – MG;

40 – Portaria nº 840, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Musical FM S/C Ltda., no município de Jacaré – SP;

41 – Portaria nº 844, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Integração Sul Ltda., no município de Santana do Livramento – RS;

42 – Portaria nº 847, de 22 de outubro de 2009 – CSR – Central Sistema de Radiodifusão Ltda., no município de Formosa – GO;

43 – Portaria nº 937, de 19 de novembro de 2009 – Rádio Montanhesa Menino Jesus de Praga Ltda., no município de Machado – MG;

44 – Portaria nº 939, de 19 de novembro de 2009 – Mega Empresa de Comunicações Ltda., no município de Ribeirão Preto – SP;

45 – Portaria nº 942, de 19 de novembro de 2009 – Antena Um Radiodifusão Ltda., na cidade de Brasília – DF;

46 – Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2009 – Rádio Imparsom Ltda., no município de Governador Valadares – MG;

47 – Portaria nº 1.033, de 18 de dezembro de 2009 – Rede Central de Comunicação Ltda., no município de Campinas – SP;

48 – Portaria nº 1.034, de 18 de dezembro de 2009 – Rádio FM Concórdia Ltda., no município de Três Lagoas – MS;

49 – Portaria nº 34, de 5 de fevereiro de 2010 – Brasília Super Rádio FM Ltda., na cidade de Brasília – DF; e

50 – Portaria nº 50, de 5 de fevereiro de 2010 – Sistema Vanguarda de Comunicação Ltda., no município de Varginha – MG.

Brasília, 25 de junho de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM N° 983/2009-MC

Brasília, 29 de outubro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Encaminho para conhecimento de Vossa Excelência portaria, pela qual foi renovada permissão outorgada à FM Studio 96 Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município Curitiba, Estado do Paraná, por dez anos, a partir de 9 de março de 2009.

A outorga foi conferida, originariamente, à Rede Curitiba Ltda., pela Portaria nº 258, de 2 de março de 1979, publicada no **Diário Oficial da União** no dia 9 subsequente, posteriormente, autorizada alterar sua denominação social para a atual pela Portaria nº 340, de 13 de julho de 1982, publicada no **Diário Oficial da União** do dia 26 de julho de 1982.

Observo que a renovação da permissão outorgada para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que foram atendidas todas as disposições normativas regentes.

Acompanham o ato os Processos nº 53740.001096/1998 e nº 53000.045464/2008, que constituem pedidos distintos de renovação. O primeiro referente ao período de 1999/2009, deferido de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 88.066/93, e o segundo que trata do período de 2009/2019.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, encaminho o ato, acompanhado dos respectivos processos, a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

#### **PORTARIA Nº 800, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos nº 53740.001096/1998 e nº 53000.045464/2008, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 9 de março de 2009, a permissão outorgada, originariamente a Rádio Curitiba Ltda., pela Portaria nº 258, de 2 de março de 1979, publicada no **Diário Oficial da União** do dia 9 subsequente, posteriormente, autorizada a alterar sua denominação social para FM Studio 96 Ltda., pela Portaria nº 340, de 13 de julho de 1982, publicada no **Diário Oficial da União** do dia 26 de julho de 1982, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 211, DE 2012**

(Nº 3.092/2010, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Musical FM S/C Ltda. para explorar serviço de Radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 840, de 22 de outubro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de junho de 2003, a permissão outorgada à Rádio Musical FM S/C Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de Radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 361, DE 2009**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de Radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 511, de 6 de agosto de 2009 – Fundação Rádio Educativa Quadrangular, no Município de Belo Horizonte – MG;

2 – Portaria nº 520, de 7 de agosto de 2009 – Rádio Progresso de São Carlos Ltda., no Município de São Carlos – SP;

3 – Portaria nº 522, de 10 de agosto de 2009 – Sistema de Comunicações Professor Walter Alencar Ltda., no Município de Teresina – PI;

4 – Portaria nº 524, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Marano Ltda., no Município de Garanhuns – PE;

5 – Portaria nº 531, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no Município de Imperatriz – MA;

6 – Portaria nº 533, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Sul Capixaba FM de Guaçuí Ltda., no Município de Guaçuí – ES;

7 – Portaria nº 535, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Divinal FM Ltda., no Município de Lagoa da Prata – MG;

8 – Portaria nº 536, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Província FM Ltda., no Município de Tenente Portela – RS;

9 – Portaria nº 537, de 10 de agosto de 2009 – Fundação Frei Rogério, no Município de Curitiba – SC;

10 – Portaria nº 538, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Barretos Ltda., no Município de Colina – SP;

11 – Portaria nº 539, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Difusora de Pirassununga Ltda., no Município de Pirassununga – SP;

12 – Portaria nº 546, de 11 de agosto de 2009 – Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no Município de Bagé – RS;

13 – Portaria nº 554, de 13 de agosto de 2009 – Paraíso FM Ltda., no Município de São Sebastião do Paraíso – MG;

14 – Portaria nº 610, de 24 de agosto de 2009 – Moreira Comunicações Ltda., no Município de Campo Belo – MG;

15 – Portaria nº 643, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Verdes Campos Ltda., no Município de Cascavel – PR;

16 – Portaria nº 646, de 31 de agosto de 2009 – Caeté Sistema de Comunicação Ltda., no Município de Caeté – MG;

17 – Portaria nº 648, de 31 de agosto de 2009 – Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Ltda., no Município de Araxá – MG;

18 – Portaria nº 649, de 31 de agosto de 2009 – Empreendimentos Radiofônicos Sulminas Ltda., no Município de Itajubá – MG;

19 – Portaria nº 650, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Panema Ltda., no Município de Andirá – PR;

20 – Portaria nº 651, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Padre Luso Ltda., no Município de Porto Nacional – TO;

21 – Portaria nº 654, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Jornal FM Fernandópolis Ltda., no Município de Fernandópolis – SP;

22 – Portaria nº 659, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda., no Município de Bauru – SP;

23 – Portaria nº 661, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Umbú FM Ltda., no Município de Sobradinho – RS;

24 – Portaria nº 662, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Piatã de Salvador Ltda., no Município de Salvador – BA;

25 – Portaria nº 664, de 31 de agosto de 2009 – Sombrasil Comunicações Ltda., no Município de Cachoeiro de Itapemirim – ES;



26 – Portaria nº 665, de 31 de agosto de 2009 – Sociedade Difusora Piumhiense de Radiodifusão Ltda., no Município de Piumhi – MG;

27 – Portaria nº 699, de 11 de setembro de 2009 – Rádio Uirapuru Ltda., no Município de Passo Fundo – RS;

28 – Portaria nº 701, de 11 de setembro de 2009 – O Diário Rádio e Televisão Ltda., no Município de Ribeirão Preto – SP;

29 – Portaria nº 703, de 11 de setembro de 2009 – Fundação Fraternidade, no Município de Ijuí – RS;

30 – Portaria nº 705, de 11 de setembro de 2009 – Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda., no Município de Batatais – SP;

31 – Portaria nº 760, de 18 de setembro de 2009 – Rádio Exclusiva Ltda., no Município de Curitiba – PR;

32 – Portaria nº 792, de 30 de setembro de 2009 – Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda., no Município de Salvador – BA;

33 – Portaria nº 800, de 30 de setembro de 2009 – FM Studio 96 Ltda., no Município de Curitiba – PR;

34 – Portaria nº 802, de 30 de setembro de 2009 – Sociedade Rádio São José Ltda., no Município de Erechim – RS;

35 – Portaria nº 831, de 22 de outubro de 2009 – Sociedade Rádio FM Pé de Cedro Ltda., no Município de Coxim – MS;

36 – Portaria nº 832, de 22 de outubro de 2009 – Radiodifusora Siriema Ltda., no Município de Guaíra – PR;

37 – Portaria nº 834, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Onda Sul FM Stéreo Ltda., no Município de Carmo do Rio Claro – MG;

38 – Portaria nº 836, de 22 de outubro de 2009 – Tempo FM Ltda., no Município de Fortaleza – CE;

39 – Portaria nº 838, de 22 de outubro de 2009 – Sociedade Montense de Radiodifusão Ltda., no Município de Santo Antônio do Monte – MG;

40 – Portaria nº 840, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Musical FM S/C Ltda., no Município de Jacareí – SP;

41 – Portaria nº 844, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Integração Sul Ltda., no Município de Santana do Livramento – RS;

42 – Portaria nº 847, de 22 de outubro de 2009 – CSR – Central Sistema de Radiodifusão Ltda., no Município de Formosa – GO;

43 – Portaria nº 937, de 19 de novembro de 2009 – Rádio Montanhesa Menino Jesus de Praga Ltda., no Município de Machado – MG;

44 – Portaria nº 939, de 19 de novembro de 2009 – Mega Empresa de Comunicações Ltda., no Município de Ribeirão Preto – SP;

45 – Portaria nº 942, de 19 de novembro de 2009 – Antena Um Radiodifusão Ltda., na cidade de Brasília – DF;

46 – Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2009 – Rádio Imparsom Ltda., no Município de Governador Valadares – MG;

47 – Portaria nº 1.033, de 18 de dezembro de 2009 – Rede Central de Comunicação Ltda., no Município de Campinas – SP;

48 – Portaria nº 1.034, de 18 de dezembro de 2009 – Rádio FM Concórdia Ltda., no Município de Três Lagoas – MS;

49 – Portaria nº 34, de 5 de fevereiro de 2010 – Brasília Super Rádio FM Ltda., na cidade de Brasília – DF; e

50 – Portaria nº 50, de 5 de fevereiro de 2010 – Sistema Vanguarda de Comunicação Ltda., no Município de Varginha – MG.

Brasília, 29 de junho de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 1.023/2009-MC

Brasília, 16 de novembro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53000.001023/2003-59, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à Rádio Musical FM S/C Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de Radiodifusão de sonora, em frequência modulada, no Município de Jacareí, Estado de São Paulo, por dez anos, a partir de 30 de junho de 2003.

2. A outorga do serviço foi conferida originariamente à FM São Marcos Ltda., pela Portaria nº 104, de 28 de junho de 1983, publicada no **Diário Oficial da União** em 30 de junho de 1983, autorizada a mudar sua denominação social para Rádio Musical FM S/C Ltda., conforme Portaria nº 3.322, de 1º de agosto de 1984, e renovada pela Portaria nº 83, de 13 de março de 1998, publicada no **Diário Oficial da União** em 28 de abril de 1998, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 210, de 2000, publicado no **Diário Oficial da União** em 3 de novembro de 2000.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de Radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

#### **PORTARIA Nº 840, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.001023/2003-59, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de junho de 2003, a permissão conferida originariamente à FM São Marcos Ltda., pela Portaria nº 104, de 28 de junho de 1983, publicada no **Diário Oficial da União** em 30 de junho de 1983, autorizada a mudar sua denominação social para Rádio Musical FM S/C Ltda., conforme Portaria nº 3.322, de 1º de agosto de 1984, renovada pela Portaria nº 83, de 13 de março de 1998, publicada no **Diário Oficial da União** em 28 de abril de 1998, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 210, de 2000, publicado no **Diário Oficial da União** em 3 de novembro de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de Radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Jacaré, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de Radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Helio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)*

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 212, DE 2012**

(Nº 3.093/2010, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Integração Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade**

#### **de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 844, de 22 de outubro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 14 de julho de 2008, a permissão outorgada à Rádio Integração Sul Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **MENSAGEM Nº 361, DE 2009**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de Radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 511, de 6 de agosto de 2009 – Fundação Rádio Educativa Quadrangular, no Município de Belo Horizonte – MG;

2 – Portaria nº 520, de 7 de agosto de 2009 – Rádio Progresso de São Carlos Ltda., no Município de São Carlos – SP;

3 – Portaria nº 522, de 10 de agosto de 2009 – Sistema de Comunicações Professor Walter Alencar Ltda., no Município de Teresina – PI;

4 – Portaria nº 524, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Marano Ltda., no Município de Garanhuns – PE;

5 – Portaria nº 531, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no Município de Imperatriz – MA;

6 – Portaria nº 533, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Sul Capixaba FM de Guaçuí Ltda., no Município de Guaçuí – ES;

7 – Portaria nº 535, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Divinal FM Ltda., no Município de Lagoa da Prata – MG;

8 – Portaria nº 536, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Província FM Ltda., no Município de Tenente Portela – RS;

9 – Portaria nº 537, de 10 de agosto de 2009 – Fundação Frei Rogério, no Município de Curitiba – SC;

10 – Portaria nº 538, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Barretos Ltda., no Município de Colina – SP;



11 – Portaria nº 539, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Difusora de Pirassununga Ltda., no Município de Pirassununga – SP;

12 – Portaria nº 546, de 11 de agosto de 2009 – Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no Município de Bagé – RS;

13 – Portaria nº 554, de 13 de agosto de 2009 – Paraíso FM Ltda., no Município de São Sebastião do Paraíso – MG;

14 – Portaria nº 610, de 24 de agosto de 2009 – Moreira Comunicações Ltda., no Município de Campo Belo – MG;

15 – Portaria nº 643, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Verdes Campos Ltda., no Município de Cascavel – PR;

16 – Portaria nº 646, de 31 de agosto de 2009 – Caeté Sistema de Comunicação Ltda., no Município de Caeté – MG;

17 – Portaria nº 648, de 31 de agosto de 2009 – Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Ltda., no Município de Araxá – MG;

18 – Portaria nº 649, de 31 de agosto de 2009 – Empreendimentos Radiofônicos Sulminas Ltda., no Município de Itajubá – MG;

19 – Portaria nº 650, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Panema Ltda., no Município de Andará – PR;

20 – Portaria nº 651, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Padre Luso Ltda., no Município de Porto Nacional – TO;

21 – Portaria nº 654, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Jornal FM Fernandópolis Ltda., no Município de Fernandópolis – SP;

22 – Portaria nº 659, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda., no Município de Bauru – SP;

23 – Portaria nº 661, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Umbú FM Ltda., no Município de Sobradinho – RS;

24 – Portaria nº 662, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Piatã de Salvador Ltda., no Município de Salvador – BA;

25 – Portaria nº 664, de 31 de agosto de 2009 – Sombrasil Comunicações Ltda., no Município de Cachoeiro de Itapemirim – ES;

26 – Portaria nº 665, de 31 de agosto de 2009 – Sociedade Difusora Piumhiense de Radiodifusão Ltda., no Município de Piumhi – MG;

27 – Portaria nº 699, de 11 de setembro de 2009 – Rádio Uirapuru Ltda., no Município de Passo Fundo – RS;

28 – Portaria nº 701, de 11 de setembro de 2009 – O Diário Rádio e Televisão Ltda., no Município de Ribeirão Preto – SP;

29 – Portaria nº 703, de 11 de setembro de 2009 – Fundação Fraternidade, no Município de Ijuí – RS;

30 – Portaria nº 705, de 11 de setembro de 2009 – Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda., no Município de Batatais – SP;

31 – Portaria nº 760, de 18 de setembro de 2009 – Rádio Exclusiva Ltda., no Município de Curitiba – PR;

32 – Portaria nº 792, de 30 de setembro de 2009 – Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda., no Município de Salvador – BA;

33 – Portaria nº 800, de 30 de setembro de 2009 – FM Studio 96 Ltda., no Município de Curitiba – PR;

34 – Portaria nº 802, de 30 de setembro de 2009 – Sociedade Rádio São José Ltda., no Município de Erechim – RS;

35 – Portaria nº 831, de 22 de outubro de 2009 – Sociedade Rádio FM Pé de Cedro Ltda., no Município de Coxim – MS;

36 – Portaria nº 832, de 22 de outubro de 2009 – Radiodifusora Siriema Ltda., no Município de Guaíra – PR;

37 – Portaria nº 834, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Onda Sul FM Stéreo Ltda., no Município de Carmo do Rio Claro – MG;

38 – Portaria nº 836, de 22 de outubro de 2009 – Tempo FM Ltda., no Município de Fortaleza – CE;

39 – Portaria nº 838, de 22 de outubro de 2009 – Sociedade Montense de Radiodifusão Ltda., no Município de Santo Antônio do Monte – MG;

40 – Portaria nº 840, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Musical FM S/C Ltda., no Município de Jacareí – SP;

41 – Portaria nº 844, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Integração Sul Ltda., no Município de Santana do Livramento – RS;

42 – Portaria nº 847, de 22 de outubro de 2009 – CSR – Central Sistema de Radiodifusão Ltda., no Município de Formosa – GO;

43 – Portaria nº 937, de 19 de novembro de 2009 – Rádio Montanhesa Menino Jesus de Praga Ltda., no Município de Machado – MG;

44 – Portaria nº 939, de 19 de novembro de 2009 – Mega Empresa de Comunicações Ltda., no Município de Ribeirão Preto – SP;

45 – Portaria nº 942, de 19 de novembro de 2009 – Antena Um Radiodifusão Ltda., na cidade de Brasília – DF;

46 – Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2009 – Rádio Imparsom Ltda., no Município de Governador Valadares – MG;

47 – Portaria nº 1.033, de 18 de dezembro de 2009 – Rede Central de Comunicação Ltda., no Município de Campinas – SP;

48 – Portaria nº 1.034, de 18 de dezembro de 2009 – Rádio FM Concórdia Ltda., no Município de Três Lagoas – MS;

49 – Portaria nº 34, de 5 de fevereiro de 2010 – Brasília Super Rádio FM Ltda., na cidade de Brasília – DF; e

50 – Portaria nº 50, de 5 de fevereiro de 2010 – Sistema Vanguarda de Comunicação Ltda., no Município de Varginha – MG.

Brasília, 29 de junho de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 1.026/2009-MC

Brasília, 8 de novembro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho para conhecimento de Vossa Excelência portaria, pela qual foi renovada permissão outorgada à Rádio Integração Sul Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, por dez anos, a partir de 14 de julho de 2008.

2. A outorga da permissão do serviço de radiodifusão foi conferida originariamente à Rádio Maratan Ltda., pela Portaria nº 184, de 13 de julho de 1988, publicada no **Diário Oficial da União** em 14 de julho de 1988, posteriormente transferida à Rádio Integração Sul Ltda., conforme Portaria nº 449, de 5 de julho de 1994.

3. Observo que a renovação da permissão outorgada para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que foram atendidas todas as disposições normativas regentes.

5. Acompanham o ato os Processos nº 53790.000470/98 e nº 53000.024845/2008, que constituem pedidos distintos de renovação. O primeiro referente ao período de 1998/2008, deferido de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 88.066/93, e o segundo que trata do período de 2008/2018.

6. Diante do exposto, e em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu regulamento, Decreto nº 88.066/83, encaminho o ato, acompanhado dos respectivos processos, a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa**.

## **PORTARIA Nº 844, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 9º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos nº 53790.000470/98 e nº 53000.024845/2008 (resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de julho de 2008, a permissão outorgada à Rádio Integração Sul Ltda. pela Portaria nº 184, de 13 de julho de 1988, publicada no **Diário Oficial da União** em 14 de julho de 1988, posteriormente transferida à Rádio Integração Sul Ltda., conforme Portaria nº 449, de 5 de julho de 1994, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Helio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)*

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2012**

(Nº 3.094/2010, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Antena Um Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de cidade de Brasília, Distrito Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 942, de 19 de novembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de outubro de 2006, a permissão outorgada à Antena Um Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 361, DE 2009**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de Radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 511, de 6 de agosto de 2009 – Fundação Rádio Educativa Quadrangular, no Município de Belo Horizonte – MG;

2 – Portaria nº 520, de 7 de agosto de 2009 – Rádio Progresso de São Carlos Ltda., no Município de São Carlos – SP;

3 – Portaria nº 522, de 10 de agosto de 2009 – Sistema de Comunicações Professor Walter Alencar Ltda., no Município de Teresina – PI;

4 – Portaria nº 524, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Marano Ltda., no Município de Garanhuns – PE;

5 – Portaria nº 531, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no Município de Imperatriz – MA;

6 – Portaria nº 533, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Sul Capixaba FM de Guaçuí Ltda., no Município de Guaçuí – ES;

7 – Portaria nº 535, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Divinal FM Ltda., no Município de Lagoa da Prata – MG;

8 – Portaria nº 536, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Província FM Ltda., no Município de Tenente Portela – RS;

9 – Portaria nº 537, de 10 de agosto de 2009 – Fundação Frei Rogério, no Município de Curitiba – SC;

10 – Portaria nº 538, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Barretos Ltda., no Município de Colina – SP;

11 – Portaria nº 539, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Difusora de Pirassununga Ltda., no Município de Pirassununga – SP;

12 – Portaria nº 546, de 11 de agosto de 2009 – Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no Município de Bagé – RS;

13 – Portaria nº 554, de 13 de agosto de 2009 – Paraíso FM Ltda., no Município de São Sebastião do Paraíso – MG;

14 – Portaria nº 610, de 24 de agosto de 2009 – Moreira Comunicações Ltda., no Município de Campo Belo – MG;

15 – Portaria nº 643, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Verdes Campos Ltda., no Município de Cascavel – PR;

16 – Portaria nº 646, de 31 de agosto de 2009 – Caeté Sistema de Comunicação Ltda., no Município de Caeté – MG;

17 – Portaria nº 648, de 31 de agosto de 2009 – Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Ltda., no Município de Araxá – MG;

18 – Portaria nº 649, de 31 de agosto de 2009 – Empreendimentos Radiofônicos Sulminas Ltda., no Município de Itajubá – MG;

19 – Portaria nº 650, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Panema Ltda., no Município de Andirá – PR;

20 – Portaria nº 651, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Padre Luso Ltda., no Município de Porto Nacional – TO;

21 – Portaria nº 654, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Jornal FM Fernandópolis Ltda., no Município de Fernandópolis – SP;

22 – Portaria nº 659, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda., no Município de Bauru – SP;

23 – Portaria nº 661, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Umbú FM Ltda., no Município de Sobradinho – RS;

24 – Portaria nº 662, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Piatã de Salvador Ltda., no Município de Salvador – BA;

25 – Portaria nº 664, de 31 de agosto de 2009 – Sombrasil Comunicações Ltda., no Município de Cachoeiro de Itapemirim – ES;

26 – Portaria nº 665, de 31 de agosto de 2009 – Sociedade Difusora Piumhiense de Radiodifusão Ltda., no Município de Piumhi – MG;

27 – Portaria nº 699, de 11 de setembro de 2009 – Rádio Uirapuru Ltda., no Município de Passo Fundo – RS;

28 – Portaria nº 701, de 11 de setembro de 2009 – O Diário Rádio e Televisão Ltda., no Município de Ribeirão Preto – SP;

29 – Portaria nº 703, de 11 de setembro de 2009 – Fundação Fraternidade, no Município de Ijuí – RS;

30 – Portaria nº 705, de 11 de setembro de 2009 – Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda., no Município de Batatais – SP;

31 – Portaria nº 760, de 18 de setembro de 2009 – Rádio Exclusiva Ltda., no Município de Curitiba – PR;

32 – Portaria nº 792, de 30 de setembro de 2009 – Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda., no Município de Salvador – BA;

33 – Portaria nº 800, de 30 de setembro de 2009 – FM Studio 96 Ltda., no Município de Curitiba – PR;



34 – Portaria nº 802, de 30 de setembro de 2009 – Sociedade Rádio São José Ltda., no Município de Erechim – RS;

35 – Portaria nº 831, de 22 de outubro de 2009 – Sociedade Rádio FM Pé de Cedro Ltda., no Município de Coxim – MS;

36 – Portaria nº 832, de 22 de outubro de 2009 – Radiodifusora Siriema Ltda., no Município de Guaíra – PR;

37 – Portaria nº 834, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Onda Sul FM Stéreo Ltda., no Município de Carmo do Rio Claro – MG;

38 – Portaria nº 836, de 22 de outubro de 2009 – Tempo FM Ltda., no Município de Fortaleza – CE;

39 – Portaria nº 838, de 22 de outubro de 2009 – Sociedade Montense de Radiodifusão Ltda., no Município de Santo Antônio do Monte – MG;

40 – Portaria nº 840, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Musical FM S/C Ltda., no Município de Jacaré – SP;

41 – Portaria nº 844, de 22 de outubro de 2009 – Rádio Integração Sul Ltda., no Município de Santana do Livramento – RS;

42 – Portaria nº 847, de 22 de outubro de 2009 – CSR – Central Sistema de Radiodifusão Ltda., no Município de Formosa – GO;

43 – Portaria nº 937, de 19 de novembro de 2009 – Rádio Montanhesa Menino Jesus de Praga Ltda., no Município de Machado – MG;

44 – Portaria nº 939, de 19 de novembro de 2009 – Mega Empresa de Comunicações Ltda., no Município de Ribeirão Preto – SP;

45 – Portaria nº 942, de 19 de novembro de 2009 – Antena Um Radiodifusão Ltda., na cidade de Brasília – DF;

46 – Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2009 – Rádio Imparsom Ltda., no Município de Governador Valadares – MG;

47 – Portaria nº 1.033, de 18 de dezembro de 2009 – Rede Central de Comunicação Ltda., no Município de Campinas – SP;

48 – Portaria nº 1.034, de 18 de dezembro de 2009 – Rádio FM Concórdia Ltda., no Município de Três Lagoas – MS;

49 – Portaria nº 34, de 5 de fevereiro de 2010 – Brasília Super Rádio FM Ltda., na cidade de Brasília – DF; e

50 – Portaria nº 50, de 5 de fevereiro de 2010 – Sistema Vanguarda de Comunicação Ltda., no Município de Varginha – MG.

Brasília, 29 de junho de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 35/2010-MC

Brasília, 8 de fevereiro de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho para conhecimento de Vossa Excelência portaria, pela qual foi renovada permissão outorgada à Antena Um Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Brasília, Distrito Federal por dez anos, a partir de 15 de outubro de 2006.

2. A outorga do serviço foi conferida originariamente à Rede Gaúcha – Zero Hora de Comunicações Ltda., pela Portaria nº 1.151, de 6 de outubro de 1976, cuja denominação social foi alterada para Rádio 93 FM Ltda., renovada pela Portaria nº 2, de 2 de janeiro de 1990, e, posteriormente, transferida à Antena Um Radiodifusão Ltda., conforme Portaria nº 14 de 1º de fevereiro de 1996.

3. Observo que a renovação da permissão outorgada para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que foram atendidas todas as disposições normativas regentes.

5. Acompanham o ato os Processos nº 53000.027589/2003-19 e nº 53000.048750/2006, que constituem pedidos distintos de renovação. O primeiro referente ao período de 1996/2006, deferido de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 88.066/93 e o segundo que trata do período de 2006/2016.

6. Diante do exposto, e em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu regulamento, Decreto nº 88.066/83, encaminho o ato, acompanhado dos respectivos processos, a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

#### **PORTARIA Nº 942, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos nº 53000.027589/2003-19 e nº 53000.048750/2006, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos,



a partir de 15 de outubro de 2006, a permissão outorgada originariamente à Rede Gaúcha – Zero Hora de Comunicações Ltda. pela Portaria nº 1.151, de 6 de outubro de 1976, cuja denominação social foi alterada para Rádio 93 FM Ltda., renovada pela Portaria nº 2, de 2 de janeiro de 1990, e, posteriormente, transferida à Antena Um Radiodifusão Ltda., conforme Portaria nº 14, de 1º de fevereiro de 1996, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Helio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)*

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 214, DE 2012**

(Nº 3.106/2010, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Televisão Guararapes Ltda. para explorar serviço de Radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerro Azul, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.016, de 16 de dezembro de 2009, que outorga permissão à Televisão Guararapes Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de Radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerro Azul, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **MENSAGEM Nº 363, DE 2010**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de

Radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 993, de 23 de dezembro de 2008 – Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda., no Município de Iguapé – SP;

2 – Portaria nº 581, de 18 de agosto de 2009 – Empresa de Comunicação Internacional Ltda., no Município de Vila Maria – RS;

3 – Portaria nº 604, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Seabra FM Ltda., no Município de Seabra – BA;

4 – Portaria nº 719, de 16 de setembro de 2009 – Rádio Timbó Ltda., no Município de Rio dos Cedros – SC;

5 – Portaria nº 793, de 30 de setembro de 2009 – Sistema Timbaúva de Comunicação Ltda., no Município de Barra do Quaraí – RS;

6 – Portaria nº 794, de 30 de setembro de 2009 – Camargo e Vassali – Empresa de Radiodifusão Ltda., no Município de Campinas do Sul – RS;

7 – Portaria nº 795, de 30 de setembro de 2009 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no Município de Alpestre – RS;

8 – Portaria nº 796, de 30 de setembro de 2009 – Sistema Plug de Comunicações Ltda., no Município de Boqueirão do Leão – RS;

9 – Portaria nº 798, de 30 de setembro de 2009 – Andrenei Carneiro de Araújo e Cia Ltda., no Município de Santaluz – BA;

10 – Portaria nº 917, de 18 de novembro de 2009 – Rádio e Televisão Belo Monte Ltda., no Município de Altamira – PA;

11 – Portaria nº 918, de 18 de novembro de 2009 – Terra FM Ltda.-ME, no Município de Tailândia – PA;

12 – Portaria nº 919, de 18 de novembro de 2009 – Terra FM Ltda.-ME, no Município de Xinguara – PA;

13 – Portaria nº 920, de 18 de novembro de 2009 – Rede Ferreira de Comunicação Ltda., no Município de Bonfim – RR;

14 – Portaria nº 922, de 18 de novembro de 2009 – Sistema Conquista de Radiodifusão Ltda., no Município de Santo Antônio do Leverger – MT;

15 – Portaria nº 923, de 18 de novembro de 2009 – Rádio e Televisão Belo Monte Ltda., no Município de Vigia – PA;

16 – Portaria nº 924, de 18 de novembro de 2009 – Lamoglia Comunicação Ltda., no Município de Macaé – RJ;

17 – Portaria nº 925, de 18 de novembro de 2009 – Portal Comunicações Ltda., no Município de Vila Valério – ES;

18 – Portaria nº 926, de 18 de novembro de 2009 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no Município de Barão de Melgaço – MT;

19 – Portaria nº 928, de 18 de novembro de 2009 – Dorner & Grigoletto Ltda., no Município de Nortelândia – MT;

20 – Portaria nº 929, de 18 de novembro de 2009 – Lamoglia Comunicação Ltda., no Município de Campos dos Goytacazes – RJ;

21 – Portaria nº 931, de 18 de novembro de 2009 – Radiodifusão Assisense Ltda., no Município de São Francisco de Assis – RS;

22 – Portaria nº 932, de 18 de novembro de 2009 – E.F. Comunicações Ltda., no Município de Alto Garças – MT;

23 – Portaria nº 933, de 18 de novembro de 2009 – Terra FM Ltda.-ME, no Município de São Geraldo do Araguaia – PA;

24 – Portaria nº 934, de 18 de novembro de 2009 – Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., no Município de São José do Rio Claro – MT;

25 – Portaria nº 1.013, de 16 de dezembro de 2009 – Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., no Município de Baião – PA;

26 – Portaria nº 1.014, de 16 de dezembro de 2009 – Sociedade Vale de Comunicações Ltda., no Município de Pomerode – SC;

27 – Portaria nº 1.015, de 16 de dezembro de 2009 – Dias & Novato Comunicações Ltda., no Município Mato Verde – PR;

28 – Portaria nº 1.016, de 16 de dezembro de 2009 – Televisão Guararapes Ltda., no Município de Cerro Azul – PR;

29 – Portaria nº 1.017, de 16 de dezembro de 2009 – Sociedade Vale de Comunicações Ltda., no Município de Piçarras – SC;

30 – Portaria nº 1.018, de 16 de dezembro de 2009 – Sistema Lageado de Comunicação Ltda., no Município de Santarém – PA;

31 – Portaria nº 1.019, de 16 de dezembro de 2009 – Star Radiodifusão Ltda., no Município de Piedade de Caratinga – MG;

32 – Portaria nº 35, de 5 de fevereiro de 2010 – Rádio Universal Ltda., no Município de Chapecó – SC;

33 – Portaria nº 36, de 5 de fevereiro de 2010 – Sistema Real de Comunicações Ltda., no Município de Ibirapitanga – BA;

34 – Portaria nº 37, de 5 de fevereiro de 2010 – Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda., no Município de Joinville (Pirabeiraba) – SC;

35 – Portaria nº 38, de 5 de fevereiro de 2010 – Sorali – Sociedade de Radiodifusão Litorânea Ltda., no Município de Entre Rios – BA;

36 – Portaria nº 39, de 5 de fevereiro de 2010 – Município de Mococa – SP;

37 – Portaria nº 40, de 5 de fevereiro de 2010 – Município de Colatina – ES;

38 – Portaria nº 41, de 5 de fevereiro de 2010 – Centauro Ltda., no Município de São Francisco do Pará – PA;

39 – Portaria nº 42, de 5 de fevereiro de 2010 – Rádio cidade FM de Palhoça Ltda., no Município de Nova Veneza – SC;

40 – Portaria nº 43, de 5 de fevereiro de 2010 – Rádio e TV Maíra Ltda., no Município de Campo Novo de Rondônia – PA;

41 – Portaria nº 44, de 5 de fevereiro de 2010 – LMG Comunicações Ltda., no Município de Manoel Vitorino – BA;

42 – Portaria nº 90, de 11 de março de 2010 – Bonito Comunicação Ltda., no Município de Anastácio – MS;

43 – Portaria nº 91, de 11 de março de 2010 – Rádio Editora Magia Ltda., no Município de Nova Pádua – RS;

44 – Portaria nº 92, de 11 de março de 2010 – EZR Comunicações LTDA., no Município de Passo do Sobrado – RS;

45 – Portaria nº 94, de 11 de março de 2010 – Empresa de Comunicações Jatobá Ltda., no Município de Perolândia – GO;

46 – Portaria nº 95, de 11 de março de 2010 – Sampaio & Martins Ltda., no Município de Santa Helena de Goiás – GO;

47 – Portaria nº 96, de 11 de março de 2010 – Bonito Comunicação Ltda., no Município de Bela Vista – MS;

48 – Portaria nº 99, de 11 de março de 2010 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no Município de Seberi – RS;

49 – Portaria nº 101, de 11 de março de 2010 – Rede Brasileira de Esportes Comunicação Ltda., no Município de Orizona – GO; e

50 – Portaria nº 102, de 11 de março de 2010 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no Município de Paranaíta – MT.

Brasília, 29 de junho de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 14/2010-MC

Brasília, 5 de fevereiro de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 88/2000-SSR/MC com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Cerro Azul, Estado do Paraná.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de Radiodifusão, concluiu que a Televisão Guararapes Ltda., Processo nº 53740.000691/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

#### **PORTARIA Nº 1.016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 8 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000691/2000, Concorrência nº 088/2000-SSR/M, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Televisão Guararapes Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de Radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Cerro Azul, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 202 a 214, de 2012**, em conformidade com o inciso III do

art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da Norma Interna.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Dornelles, V. Exª é o primeiro inscrito pela Liderança.

Senador Eduardo Lopes.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco/PRB – RJ) – Para me inscrever para um pronunciamento inadiável.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É o primeiro inscrito para comunicação inadiável.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco/PRB – RJ) – Ok.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Dornelles, que fala como Líder do Partido Progressista.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, arrecadar proporcionalmente mais impostos nas regiões mais desenvolvidas do País e transferir mais recursos para Estados das regiões menos desenvolvidas é o objetivo básico do Fundo de Participação dos Estados. Criado em meados dos anos 60, com receita oriunda de quase metade dos impostos de renda e do IPI, é hora de modernizar a sua distribuição entre os Estados.

Hoje, é feito um rateio, mas sem critérios. A partir de 2013, será preciso recriá-los por lei, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, que julgou inconstitucional as normas que congelaram a divisão regional dos recursos. É uma das questões mais relevantes e complexas que o Congresso Nacional deverá equacionar ainda este ano.

Como outros Parlamentares, apresentei uma proposta para modernizar o FPE, que tem três objetivos básicos: participação dos Estados na arrecadação gerada em seu território, distribuição proporcional à população e à superfície e redistribuição de renda em favor dos Estados de menor renda por habitante.

É proposta uma fórmula simples, em que cada objetivo está associado a um critério de rateio. Assim, o objetivo da participação é perseguido pela destinação de parcela pequena de 10% do FPE para os Estados em que foram gerados os impostos federais que integram o fundo. Já para o objetivo da distribuição, serão consideradas a superfície, 5%, e a população, 15%, critérios que eram adotados na origem do fundo.

Para o principal objetivo da redistribuição, a maior parte do fundo, 70%, será distribuída inversamente proporcional ao PIB por habitante de cada Estado, ou



seja, quanto menos ele produzir, maior repasse receberá do Fundo de Participação dos Estados.

Dessa forma, todas as unidades federadas serão contempladas. A cota de cada uma vai refletir a ponderação de sua participação nos diferentes critérios, e isso atende ao preceito constitucional de que o FPE promova o equilíbrio socioeconômico da Federação. No lugar do rateio arbitrado de forma discricionária e condenada pelo Supremo Tribunal Federal, ele passará a ser feito com critérios técnicos, que buscam equilibrar a desconcentração da receita pública em favor dos governos com menor potencial, para levantar receitas próprias com a retribuição mínima ao esforço exigido pela União daquelas unidades federadas, em cujo território se levanta maior carga tributária.

O projeto de lei que apresentamos ao debate público fixa critérios de rateio do FPE, que conciliam participação, distribuição e, o principal deles, redistribuição, e assim se pode modernizar o papel da transferência entre governos, realizado na Federação Brasileira.

Sr. Presidenta, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que seja publicado meu depoimento na íntegra.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES**

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, arrecadar proporcionalmente mais impostos nas regiões mais desenvolvidas do País e transferir relativamente mais recursos para estados das regiões menos desenvolvidas é o objetivo básico do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Assume o papel de Robin Hood na federação brasileira. Criado em meados dos anos sessenta, com receita oriunda de quase metade dos impostos de renda e de produtos industrializados arrecadados pela União, é hora de modernizar a sua distribuição entre os estados,

Hoje é feito um rateio mas sem critérios e, a partir de 2013, será preciso recriá-los por lei, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal que julgou inconstitucional as normas que congelaram a divisão regional dos recursos. É uma das questões mais prementes, relevantes e complexas que o Congresso Nacional precisará equacionar ainda este ano. Como outros parlamentares, apresentei uma proposta para modernizar o FPE, que tem três objetivos básicos: participação dos Estados na arrecadação gerada em seu território; distribuição proporcional à população e à superfície; e redistribuição de renda em favor dos estados de menor renda por habitante.

É proposta uma fórmula simples em que cada objetivo está associado a um critério de rateio. Assim, o objetivo da participação é perseguido pela destinação de parcela pequena (10%) do FPE para os estados em que foram gerados os impostos federais que integram o fundo. Já para o objetivo da distribuição, serão considerados a superfície (5%) e a população (15%), critérios que eram adotados na origem do fundo. Para o principal objetivo, da redistribuição, a maior parte do fundo (70% do total mais o que exceder tetos dos parâmetros anteriores) será distribuída inversamente proporcional ao PIB por habitante de cada estado – ou seja, quanto menos ele produzir (o que significa que menos arrecadará diretamente), maior repasse receberá do FPE.

Desta forma, todas as unidades federadas serão contempladas. A cota de cada uma refletirá a ponderação de sua participação nos diferentes critérios e isso atende ao preceito constitucional de que o FPE promova o equilíbrio sócio-econômico da Federação. No lugar do rateio arbitrado de forma discricionário e condenado pelo STF, ele passará a ser feito com critérios técnicos, que buscam equilibrar a desconcentração da receita pública, em favor dos governos com menor potencial para levantar receitas próprias, com a retribuição mínima ao esforço exigido pela União daquelas unidades federadas em cujo território se levanta maior carga tributária.

Operacionalmente, os coeficientes do FPE serão apurados anualmente pelo TCU, a partir das estatísticas oficiais, com toda memória publicada e dado prazo para questionamento. Para um bom planejamento dos governos, a divisão regional apurada em um ano, só será aplicada no segundo ano subsequente, para permitir que no seguinte seja elaborado um orçamento considerando a correta cota-parte. Ainda é proposto, que nos cinco primeiros anos de uso da nova fórmula, a União compense eventuais reduções nos recursos entregues em relação ao anteriormente repassado, cabendo ao TCU precisar o montante das perdas e o Executivo fica obrigado a incluir dotação específica no orçamento federal.

Enfim, o projeto de lei que apresentamos ao debate público fixa critérios de rateio para o FPE que conciliam participação, distribuição e, o principal, redistribuição, e assim se pode modernizar o papel de Robin Hood que tal transferência entre governos realiza na Federação Brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.



**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendido na forma regimental, Senador Dornelles.

Com a palavra, V. Exª, Senadora Ana Amélia.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Gostaria que V. Exª me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é a segunda inscrita.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti como orador inscrito, pois o Senador Wellington Dias e a Senadora Vanessa Grazziotin, os primeiros, ainda não se encontram.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, hoje vou abordar um tema, Senadora Ana Amélia, que ontem, durante aquela discussão e votação, pode ter ficado um pouco nebuloso na cabeça de muita gente, porque, realmente, pela forma como foi conduzida a votação da Lei Geral da Copa, aqueles que se opunham à venda de bebida alcoólica durante as duas Copas, a de 2013 e a de 2014, não tinham outra opção, a não ser: ou votavam no bloco de emendas que estavam sendo rejeitadas ou votavam contra.

Quero aqui colocar a minha posição de maneira bem clara. Primeiro, quero dizer que não tenho qualquer tipo de hipocrisia em relação a bebida alcoólica. Na minha juventude e até mesmo durante a idade adulta, eu gostava muito da minha cerveja e a tomava, mas posso dizer que tive sorte em não ter outros problemas de saúde, como foi o caso do nosso colega médico e jogador Sócrates, que teve uma cirrose hepática. E tive sorte também de não ter tido nenhum tipo de acidente durante esse percurso.

Como médico, no entanto, não posso ignorar as estatísticas. E também não posso compreender a incoerência que estamos vivendo, porque a Câmara está votando o chamado “endurecimento da Lei Seca”, quer dizer, vai tornar a Lei Seca mais rígida, inclusive dispensando a prova do bafômetro para os motoristas embriagados.

Enquanto a Casa trabalha nesse sentido, ela mesma aprova a autorização para o consumo de bebida alcoólica. E vai dizer, como aliás já está dizendo, que não está autorizando, mas repassando para os governadores, portanto, para os Estados, a competência de dizer se autorizam ou não. Porque já existem Estados que proíbem a bebida alcoólica. Ou seja, está jogando a peteca para as mãos dos governadores.

De qualquer forma, seja presidente, seja governador, seja prefeito, o que não se pode é dizer: “No

período tal pode-se cometer tal infração; fora desse período, não”. Realmente, é uma incoerência.

E os dados dos acidentes de trânsito mostram que a maioria é de jovens, que morrem ou, muitas vezes, ficam inválidos para sempre por sérias lesões cerebrais ou medulares. Além disso, podem também provocar a morte de outras pessoas que não estão ao volante, como, por exemplo, os transeuntes. As estatísticas, Senadora Ana Amélia, são alarmantes.

Por isso, não consigo realmente compreender como compatibilizar essa questão. Ouvi discursos os mais variados. Por exemplo, que o Brasil assumiu com a Fifa o compromisso de aceitar as regras que ela tem para qualquer país. Muito bem. O Brasil, diga-se, o Presidente da República. Isso não passou pelo Congresso Nacional.

Não quero dizer que possamos ter, durante a Copa – e torço para que não aconteça –, o aumento não só dos casos de violência ao volante, mas também de violência física, como agressão e assassinatos, decorrentes disso.

Antes de prosseguir, quero ouvir a Senadora Ana Amélia, que, por sinal, ontem fez um brilhante relatório sobre o tema.

**A Srª Ana Amélia** (Bloco/PP – RS) – Senador Mozarildo, ao contrário do senhor, não sou médica, mas sempre os procuro quando preciso, porque são fundamentais. Mesmo não sendo da área, pelo volume de informações que temos, concordo, em gênero, número e grau, com V. Exª. Fui a primeira a tentar modificar a lei para que fosse mantida a proibição de bebida alcoólica nos estádios dos jogos. Está provado. Eu recebi as lideranças do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados, que fizeram um trabalho juntamente com a CBF, desde 2005, provando, com dados concretos, que a retirada da bebida representou, sim, uma redução expressiva da violência nos estádios. Agora vemos no entorno dos estádios, porque não há muito controle. Isso me levou à convicção de que, de fato, deveríamos manter a proibição por medida de segurança de todos os torcedores, especialmente dos estrangeiros. Porém, eu estava, como disse ontem, no dilema da “escolha de Sofia”: ou proibir a bebida, como a sociedade brasileira, V. Exª e eu queremos, ou quebrar um acordo internacional firmado pelo Presidente da República, em 2007, com a Fifa, em Zurique. Esse foi o motivo. Se quebrarmos unilateralmente um contrato internacional, não tem repercussão apenas sobre o esporte, mas sobre as questões econômica e jurídica. Foi esse o dilema que tive ao manter uma decisão do Governo brasileiro, para que tivesse o respaldo do Congresso Nacional em um compromisso que firmou

em nome do Brasil, porque a Copa do Mundo é dos brasileiros e de toda a sociedade. Esse foi o motivo. Por mim, Senador, eu manteria a proibição da bebida alcoólica nos estádios.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Tenho certeza, Senadora Ana Amélia. Conheço V. Ex<sup>a</sup>, uma pessoa que acompanha as estatísticas, acompanha, como jornalista que é, o noticiário e a realidade do País. Não tenho dúvida de que V. Ex<sup>a</sup> votaria contra. Agora, é verdade também, como diz V. Ex<sup>a</sup>, que ficaria difícil para o Congresso Nacional quebrar um compromisso assumido pelo Presidente da República. Por outro lado, acho que é um bom tema para se discutir, até mesmo para convencer a Fifa a arranjar outros patrocinadores que não sejam os fabricantes de bebida alcoólica. Existem tantos outros patrocinadores! Já que essa Copa é fato consumado – nós aprovamos a lei e a Presidente vai sancioná-la –, que evitemos daqui para frente.

É inacreditável, como diz V. Ex<sup>a</sup>, que um país que queira sediar uma Copa tenha de aceitar as regras de uma instituição privada que estabelece que, naquele período, é permitido tomar bebidas alcoólicas da fábrica que patrocina a Copa.

Então, eu acho importante nós termos consciência: álcool é uma droga, álcool é uma droga que abre a porta para outras drogas e, principalmente, é um dos maiores responsáveis por mortes, por casos de invalidez e pelo grande gasto feito com o dinheiro do povo, dinheiro que o governo gasta nos hospitais públicos.

**O Sr. Eduardo Lopes** (Bloco/PRB – RJ) – Senador...

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Ouço com muito prazer V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eduardo Lopes** (Bloco/PRB – RJ) – Senador Mozarildo, quero congratulá-lo por seu pronunciamento. Ontem, fiz questão de registrar aqui que o projeto foi votado de forma global, e não havia como destacar a parte em relação à qual tínhamos uma posição contrária, como já citou a nossa Senadora Ana Amélia. Eu registrei, e quero reforçar, a exemplo do que o senhor fez no começo do discurso, que ficou meio confuso. Então, para que não haja nenhuma dúvida – o senhor está aqui fazendo o seu pronunciamento, a Senadora também já marcou sua posição –, quero reforçar a minha posição: nós votamos de maneira global, mas a minha posição, claro, é também contrária à venda de bebidas alcoólicas nos estádios. Portanto, parabeno V. Ex<sup>a</sup> por trazer à baila o tema, para esclarecê-lo melhor, principalmente com os dados que estão sendo trazidos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Tenho certeza, Senador, de que, na verdade,

a imensa maioria dos Senadores que votaram contra as emendas que estavam em bloco votaram porque não havia outra opção. Tenho certeza de que a maioria esmagadora dos Senadores é contra a venda de bebidas alcoólicas durante a Copa. Se nós estávamos num beco sem saída, eu fiz questão – eu e mais uns 19 – de votar contra por falta de alternativa. Se houvesse alternativa, teríamos votado a favor da Lei da Copa sem bebida alcoólica.

Mas repito: é importante debater esse tema para que amanhã não fique na cabeça das pessoas, principalmente da juventude, que nós podemos abrir exceções. Senão, amanhã, Senador Moka, poderá acontecer de termos de abrir exceção quando houver um grande festival de rock patrocinado por uma grande empresa internacional; amanhã, poderá acontecer de termos de abrir exceção quando houver um evento internacional qualquer, em que, digamos, a presença da juventude precisa de bebida alcoólica.

Portanto, é muito importante que deixemos claro: o Brasil adotou uma postura, assim como fez com relação ao fumo – hoje, talvez seja o país campeão em queda de consumo de cigarro –, de também proibir pelo menos que não se beba quando for dirigir, o que eu considero uma propaganda muito, digamos, suave: “Se beber, não dirija”, isto é, se não beber, pode beber à vontade. Não há um aviso sequer, em qualquer garrafa de bebida alcoólica, alertando sobre os riscos de a pessoa ter infarto, cirrose, doenças neurológicas e de sofrer acidentes.

Portanto, quero deixar registrado que votei ontem contra a Lei da Copa, porque não tinha opção de votar no que eu queria: contra o consumo de bebida alcoólica.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Eduardo Lopes.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco/PRB – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores que nos acompanham, a nossa Constituição estabelece prerrogativas em favor de segmentos sociais específicos, com a finalidade de tornar efetiva a igualdade entre os cidadãos e cidadãs. E isso é feito dando-se tratamento diferenciado para

aquelas pessoas que estão em situação de maior fragilidade em relação às demais.

Assim é que a Carta Cidadã dá preferência aos idosos com mais de 60 anos de idade e às pessoas com doenças graves no pagamento de débitos de natureza alimentícia resultantes de condenação final contra os entes federados e seus órgãos.

Como a lei veda a penhora de bens desses entes e órgãos, essa cobrança se dá na forma de precatório, que é uma ordem judicial para pagamento de débitos, feita aos órgãos públicos federais, estaduais, municipais ou distritais, por terem sido condenados judicialmente. A regra para pagamento desses precatórios segue a ordem cronológica de sua apresentação, mas, como já disse, os portadores de doenças graves e os maiores de 60 anos de idade gozam de preferência.

Entretanto, estou convencido que essa discriminação positiva que a Constituição faz merece ser ampliada, para alcançar outras pessoas carentes, que igualmente se encontram em situação agravada, se comparadas às demais com a mesma carência. Refiro-me às pessoas portadoras de deficiência e às mulheres que são arrimo ou responsável por suas famílias, que além das dificuldades naturais dessas peculiares condições, que não são poucas, também vivem em situação de extrema pobreza.

A importância do amparo à pessoa com deficiência, que já enfrenta todas as dificuldades próprias de sua condição, com o agravante de viver em extrema pobreza, dispensa argumentos. Por si só, a situação aponta a necessidade de que esse amparo seja instituído.

Quanto às mulheres responsáveis ou arrimos de família, a preferência que propomos atende aos requisitos das novas conformações sociais com que o País se depara. Diante dessas novas conformações, cabe ao legislador aperfeiçoar as leis para que elas atinjam seus objetivos de praticar a Justiça.

A literatura acadêmica vem se debruçando sobre o avanço das famílias que têm no trabalho da mulher a principal renda da casa. Estudos mostram, de modo tocante, a urgente necessidade de que esse segmento da população saia da invisibilidade. Eles mostram que as famílias que têm mulheres à frente são as mais pobres de nosso País.

Conclusão nesse sentido também foi apontada pela Coordenação de Igualdade de Gênero do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cujos dados apontam que 53% das famílias com filhos chefiadas por mulheres são pobres, enquanto apenas 23,7% das famílias com filhos chefiadas por homens estão nessa condição.

Atento a essa situação, verifiquei que programas como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida já trabalham com foco na mulher pobre e responsável

por família, com o objetivo de dar mais eficácia aos seus objetivos sociais.

Também quero alertar aos meus ilustres colegas que estou tratando de débitos que a Fazenda Pública já foi condenada a pagar por decisão irreversível. Falo de direito líquido e certo, cujo pagamento, se ágil, poderá dar mais qualidade à vida dessas pessoas e, quem sabe, até tirá-las da situação de risco relacionada à própria sobrevivência.

Antes de encerrar, chamo a atenção para o fato de que a Emenda Constitucional nº 62, de 2009, instituiu um regime especial para o pagamento dos precatórios. Por ela, metade desses precatórios...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco/PRB – RJ) – ... poderá ter o valor de pagamento negociado em leilões, passando esse pagamento a obedecer à ordem crescente de valor. Ou seja, quem concordar com valores menores receberá primeiro.

Não tenho dúvida de que nesse lote estarão pessoas com a sobrevivência comprometida, que, após amargarem os morosos trâmites judiciais, de certo se submeterão a negociações desfavoráveis, para receberem, à vista e prioritariamente, parte do que lhes foi reconhecido como de direito por sentença.

Assim, nossa proposta é que a preferência garantida aos idosos e aos portadores de doenças graves inclua também as pessoas com deficiência, que sejam pobres e sem meios de prover a sua própria sobrevivência, assim como também as mulheres de baixa renda responsáveis pelo sustento nos seus lares. Nesse sentido, Sr. Presidente, foi que apresentei essa PEC.

Ao finalizar, também quero agradecer a todos os Senadores que assinaram o apoio dessa PEC. Então, com esse objetivo, eu quero garantir a estas pessoas, aos deficientes, às mulheres, que também tenham um acesso rápido àquilo que já é direito líquido e certo.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy, a Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa, um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício de nº 263, de 2012**, do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação desta Casa a **Medida Provisória nº 555, de 2011**, que altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determina-



do firmados com fundamento na alínea h do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a As-

sociação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP; e dá outras providências.

É a seguinte a Medida:

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 555, DE 2011**

*Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea h do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP; e dá outras providências.*

### **ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

Pág.

- Autógrafo da Medida Provisória..... (
- Mensagem da Senhora Presidente da República nº 597, de 2011..... (
- Exposição de Motivos nº 330/2011, dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Educação; do Meio Ambiente; e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República..... (
- Ofício nº 263/2012, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado..... (
- \* Emendas apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....
- Nota Técnica nº 1/2012, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados..... 1
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Décio Lima (PT/SC).....
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados .....
- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 11, de 2012, prorrogando a vigência da Medida Provisória.....
- Calendário de tramitação da Medida Provisória.....
- Legislação citada.....

\* Publicadas em caderno específico



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 555, DE 2011**

Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea h do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O caput do art. 3º da Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Ficam o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE autorizados a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de dezembro de 2012, os contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, vigentes em 31 de janeiro de 2011, firmados com fundamento na alínea h do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação do inciso III do parágrafo único do art. 4º daquela Lei.

....." (NR)

Art. 2º O Anexo II da Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo desta Lei.

Art. 3º Fica autorizada a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, na forma do disposto no art. 26 da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, por um período de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do dia 31 de dezembro de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO**  
(Anexo II à Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010)

ÓRGÃO/ENTIDADE	PROJETO	QUANTIDADE
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNE	914/BRA/1065 - PROMED 914/BRA/1111 - FUNDESCOLA BRA/03/032 - PROEP	71
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	BRA/02/011 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL BRA/01/037 - USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E FLORESTAS	8
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	BRA 00/009 - CONSERVAÇÃO DE MANEJO DOS ECOSISTEMAS BRASILEIROS - PROECOS	12

Mensagem nº 597, de 2011.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 555, de 23 de dezembro de 2011, que “Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea “h” do inciso VI do **caput** art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, e dá outras providências”.

Brasília, 23 de dezembro de 2011.





EMI nº 330/MP/MEC/MMA/SECOM

Brasília, 21 de dezembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória, que altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP.

2. A proposta tem por escopo garantir o cumprimento do princípio da continuidade do serviço público, de modo a assegurar que uma possível falta de pessoal na execução dos projetos de cooperação técnica, desenvolvidos no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em parceria com organismos internacionais, não acarrete graves prejuízos às ações desenvolvidas nas áreas de meio ambiente e educação.
3. Com relação ao IBAMA, os projetos desenvolvidos almejam o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental, gestão e conservação da fauna e dos recursos pesqueiros. Quanto ao ICMBio, tem por objetivo a formulação de projeto de conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros e a gestão do sistema federal de unidades de conservação, para maximizar as potencialidades técnicas e humanas por meio de novos procedimentos e instrumentos de planejamento.
4. No que tange ao FNDE, tais projetos constituem importante instrumento de promoção da qualidade e da eficiência da educação em geral, compreendendo o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino superior, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, a educação especial e a educação à distância, a avaliação, a informação e pesquisa educacional, a pesquisa e extensão universitária, e o magistério, a fim de expandir sua cobertura e garantir uma maior equidade social, vislumbrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.
5. A urgência e a relevância da prorrogação desses contratos estão caracterizadas pela necessidade de se assegurar a continuidade de atividades técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com organismos internacionais, que são de fundamental importância para a execução de ações nas áreas de meio ambiente e educação. Ressaltamos que não há possibilidade de solução imediata do problema por meio de concurso público, tendo em vista que não há tempo hábil para tanto. Entretanto, a excepcionalidade deve ter fim quando da realização de concursos públicos para os órgãos já previstos no Projeto de Lei de Orçamento Anual para 2012.



6. A minuta de Medida Provisória objetiva, ainda, autorizar a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, nos termos previstos no art. 26 da Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008.
7. Cabe destacar que, com a edição da Lei nº 9.637/98, que tratava da qualificação de entidades como **Organizações Sociais**, foi extinta a Fundação Roquette Pinto - que era até então, órgão vinculado à Presidência da República - ficando autorizado o Poder Executivo qualificar a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP como organização social, nos termos da referida Lei, o que ocorreu no ano de 1997.
8. A ACERP absorveu as atividades da extinta Fundação Roquette Pinto, conforme previsão do art. 2º do Decreto nº 2.442, de 1997. O mesmo art. 2º também previu que fosse firmado contrato de Gestão entre ACERP e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, nos termos da Lei nº 9.637, de 1998.
9. A Lei nº 11.652, de 2008, instituiu princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão e autorizou a criação da EBC, prevendo no art. 26 a repactuação do Contrato de Gestão firmado entre a União e a ACERP, no prazo máximo de 90 dias a ser contado da sua publicação, limitando a prorrogação contratual por apenas 36 meses.
10. Em 16 de março de 2009 foi editado o Decreto nº 6.794, de 2009, que incumbiu à EBC a supervisão das atividades da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto mediante contrato de gestão firmado entre as partes, observado o prazo inscrito no art. 26 da Lei 11.652, de 2008, podendo somente ter vigência após a extinção do contrato de gestão firmado entre a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e a ACERP.
11. A previsão legal de qualificação da ACERP como Organização Social e a autorização para assinar contrato de gestão, tanto com a SECOM, quanto com a EBC, visaram o desenvolvimento de atividades ligadas à produção de conteúdo e de radiodifusão pública, em prazo não superior a 36 meses conforme disposto no art. 26 da Lei nº 11.652, de 2008.
12. Assim, a ACERP tem apoiado a EBC no cumprimento de sua missão, com a produção e transmissão de parte dos conteúdos jornalísticos, audiovisuais e sonoros de suas emissoras de TV (TV Brasil e TV Brasil Internacional) e Rádio (Nacional do Rio de Janeiro, Brasília, Amazônia e Alto Solimões e MEC do Rio de Janeiro e Brasília), manutenção de equipamentos e acervo e migração da tecnologia analógica para a tecnologia digital, atividades estas que envolvem diretamente cerca de 1.100 empregados da ACERP.



13. Todas essas atividades desenvolvidas pela ACERP por meio do contrato de gestão não foram ainda, passíveis de completa absorção pela EBC diante da imensa gama de atribuições conferidas legalmente e especialmente pela rápida expansão da rede e aumento da demanda por produção e coprodução de conteúdos próprios.

14. Assim, o prazo de 36 meses objetivamente estipulado pelo legislador não foi o bastante para que a EBC assumisse de forma definitiva e independente a produção de todos os conteúdos de seus canais de rádio e televisão.

15. Destarte, ainda se faz necessária a manutenção de um instrumento jurídico como o contrato de gestão entre a EBC e a ACERP, para que seja definitivamente concluída a estruturação da primeira.

16. Portanto, a relevância e a urgência decorrem da necessidade de um prazo máximo de 24 meses para que a EBC se estruture e assuma de forma definitiva e independente a produção de todos os conteúdos, bem como da proximidade do termo final do prazo estipulado pelo art. 26 da Lei nº 11.652, de 2008, que se dará em 31 de dezembro do corrente ano. Caso não seja prorrogado o aludido prazo, certamente ocorrerá a descontinuidade na prestação do serviço público. Para evitar essa descontinuidade, faz-se necessário a prorrogação do prazo do contrato de gestão firmado entre a EBC e a ACERP.

17. Com relação ao impacto orçamentário-financeiro, cabe esclarecer que a prorrogação dos contratos temporários não gera aumento de despesa, uma vez que os contratos já existem e sua eventual prorrogação apenas exigiria dos órgãos e entidades envolvidos a manutenção da dotação específica utilizando para tanto do expediente de transferir para o pagamento dos custos de cada contrato os recursos já inscritos em seu orçamento de custeio.

18. São essas, Senhora Presidenta, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da Medida Provisória em questão.

Respeitosamente,

*Assinado por: Miriam Aparecida Belchior, José Henrique Paim Fernandes, Francisco Gaetani e Helena Maria de Freitas Chagas,*

Of. n. 263/12/PS-GSE

Brasília, 8 de abril de 2012

A Sua Excelência o Senhor  
Senador CÍCERO LUCENA  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

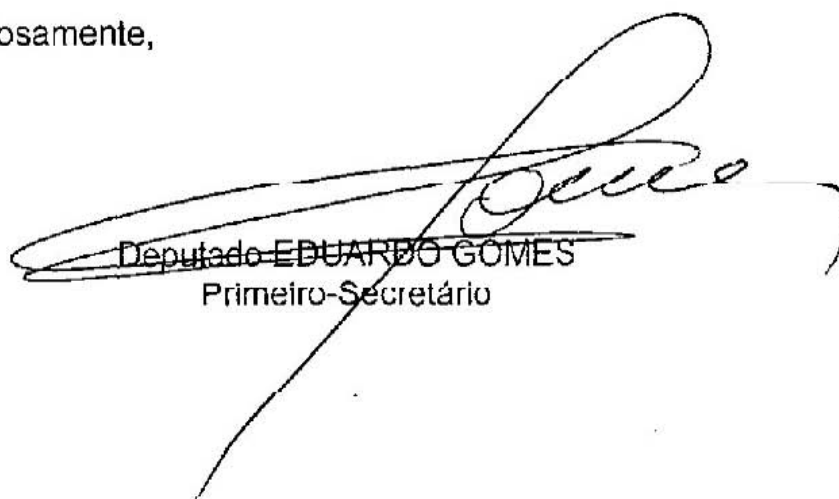
Assunto: **Envio de MPv para apreciação**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 555, de 2011, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 02.05.12, que "Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea *h* do inciso VI do *caput* do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP; e dá outras providências.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente,



Deputado EDUARDO GOMES  
Primeiro-Secretário

## NOTA TÉCNICA Nº 01/2012

### **Subsídios à Apreciação da Medida Provisória nº 555, de 23 de dezembro de 2011, quanto à adequação orçamentária e financeira.**

“Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento da alínea “h” do inciso VI do **caput** art. 2º da lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, e dá outras providências.”.

## I – INTRODUÇÃO

Com base no art. 62 da Constituição Federal, a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 555, de 23 de dezembro de 2011, que “Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento da alínea “h” do inciso VI do **caput** art. 2º da lei nº 8.745, 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, e dá outras providências. ”.

A presente Nota Técnica atende à determinação do art. 19 da Resolução n.º 1, de 2002, do Congresso Nacional, o qual estabelece: “o *órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos relatores e à comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de medida provisória*”. Ressaltamos que a solicitação de trabalho para elaboração da presente nota técnica somente nos foi repassada no dia 1º de fevereiro de 2012.



## II – SÍNTESE DA MEDIDA PROVISÓRIA

A Medida Provisória nº 555/2011 trata da prorrogação dos contratos em duas situações diversas: 1) contratos vinculados a projetos de cooperação técnica firmados com organismos internacionais, com fulcro no art. 2º, inc. VI, "h" da Lei nº 8.745/1993; e 2) contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP.

Segundo a Exposição de motivos - EM nº 330/MP/MEC/MMA/SECOM de 21 de dezembro de 2011, a prorrogação dos contratos de cooperação técnica firmados com organismos internacionais tem por objetivo assegurar a continuidade do serviço público, de modo a evitar prejuízo às ações desenvolvidas no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Em relação ao IBAMA, os projetos desenvolvidos relacionam-se ao licenciamento ambiental, gestão e conservação da fauna e dos recursos pesqueiros. Quanto ao ICMBio, os contratos tratam da formulação de projeto de conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros e a gestão do sistema federal de unidades de conservação, para "maximizar as potencialidades técnicas e humanas por meio de novos procedimentos e instrumentos de planejamento".

Já em relação ao FNDE, os projetos "constituem importante instrumento de promoção da qualidade e da eficiência da educação em geral, compreendendo o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino superior, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, a educação especial e à distância, a avaliação, a informação e pesquisa educacional, a pesquisa e extensão universitária, e o magistério, a fim de expandir sua cobertura e garantir uma maior equidade social, vislumbrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB".

Ressaltam os autores da referida Exposição de Motivos que a urgência e a relevância da Medida Provisória são caracterizadas pela necessidade de assegurar a continuidade das atividades técnicas especializadas desenvolvidas, mediante a cooperação com organismos internacionais, nas áreas em questão. Destacam, ainda, que não há tempo hábil para preenchimento do quadro de pessoal por meio de concursos públicos, mas que tal medida já se acha em desenvolvimento, sendo viabilizada pela existência de previsão no Projeto de Lei de Orçamento Anual para 2012.

Também prevê a referida Medida Provisória, a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, nos termos previstos na Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008. Tal contrato, conforme descrito, foi inicialmente previsto para o prazo de 36 meses junto à Empresa Brasil de Comunicação - EBC, a ser exaurido em 31 de dezembro de 2011. Com a edição da Medida Provisória sob



análise, esse contrato pode ser estendido por mais 24 meses. As atividades desenvolvidas pela ACERP, segundo a Exposição de Motivos, compreendem a produção e transmissão de parte dos conteúdos jornalísticos, audiovisuais e sonoros de suas emissoras de TV e de Rádio, manutenção de equipamentos e acervo e migração da tecnologia analógica para a tecnologia digital, envolvendo cerca de 1.100 empregados a ACERP. Alega-se que tais atividades não puderam, ainda, ser absorvidas pela EBC, diante da "imensa gama de atribuições conferidas legalmente e especialmente pela rápida expansão da rede e aumento da demanda por produção e coprodução de conteúdos próprios".

No tocante mais especificamente à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, sustenta-se que os contratos temporários em tela não geram aumento de despesa, haja vista que eles já existem e sua prorrogação exigirá a "manutenção da dotação específica utilizando para tanto do expediente de transferir para o pagamento dos custos de cada contrato os recursos já inscritos em seu orçamento de custelo. ".

### III - SUBSÍDIOS

Cabe à Comissão Mista encarregada de dar parecer à referida medida provisória, no prazo improrrogável de quatorze (14) dias contados da publicação da MP, emitir parecer único, onde se manifestará, dentre outros aspectos, sobre sua adequação financeira e orçamentária (*caput* do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN).

Estabelece também o § 1º do art. 5º da mencionada Resolução que:

"§ 1º O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual."

#### **Plano Plurianual**

A lei que estabelece o Plano Plurianual para o período 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 18.01.2012) contém programas específicos por intermédio dos quais poderão correr as despesas decorrentes das normas baixadas na Medida Provisória ora examinada, em que pese a não apresentação das estimativas das despesas previstas.

**LRF, LDO e LOA**

No tocante às despesas contratadas com prazo determinado, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - determina em seu art. 17, § 7º, o seguinte:

“Art. 17 Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

.....

§7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.”

Por seu turno, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - para 2012, Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, em seu art. 88, estabelece que:

“Art. 88. As proposições legislativas, sob a forma de projetos de lei, decretos legislativos ou medidas provisórias e respectivas emendas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.”

Nota-se que o contrato de gestão relativo à ACERP foi estipulado inicialmente para vigorar por 36 meses. Com a presente prorrogação, de 24 meses, seu tempo total atingirá cinco anos. Já quanto aos contratos temporários do IBAMA, do ICMBio e do FNDE, a própria norma prevê a sua extensão para prazos superiores a quatro anos, tendo em vista a não aplicação da limitação de quatro anos prevista no art. 4º, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.745/1993.

Dessa forma, em todos os casos há sujeição da Medida Provisória sob análise às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal e da LDO para 2012, especificamente ao disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida LRF e art. 88 da LDO/2012. Assim, o aumento de despesa de caráter continuado, caracterizado pela prorrogação dos contratos em tela, deveria ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio. Além disso, o ato também deveria estar acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

A exposição de motivos que acompanha a referida Medida Provisória não apresenta os requisitos acima referidos da LRF e da LDO, limitando-se a alegar que existem programações orçamentárias específicas e que não há aumento de despesa. Contudo, afirma que será necessária a utilização do expediente de “transferir para o pagamento dos custos de cada contrato os recursos já inscritos em seu orçamento de custeio”.

Esses são, portanto, os subsídios que apresentamos.

Brasília, 02 de fevereiro de 2012.



Marcelo de Rezende Macedo

Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira



**PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO MISTA, À MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 555, DE 2011, E ÀS EMENDAS A ELA APRESENTADAS.**

**O SR. DÉCIO LIMA** (PT-SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Medida Provisória nº 555, de 2011, que me honra relatar neste momento em substituição ao Líder Deputado Jilmar Tatto, *"Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do caput art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto — ACERP, e dá outras providências"*.

É de autoria, portanto, do Poder Executivo.

Eu indago, Sr. Presidente, a V.Exa. — e com a aquiescência do Plenário — se posso ir direto ao voto neste momento, para que seja proferido, dispensando a parte do relatório, uma vez que se trata de medida provisória simplificada, apenas permitindo a prorrogação de contrato já existente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maia) - Pois não, Deputado.

**O SR. DÉCIO LIMA** - Agradeço a V.Exa.

Vamos ao voto.

"No exercício da atribuição prevista no § 2º do art. 6º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, cabe a este Relator apresentar parecer em Plenário, pela Comissão Mista, sobre a Medida Provisória nº 555, de 2011,

examinando, além do mérito, a admissibilidade, a constitucionalidade, a juridicidade, a técnica legislativa e a adequação financeira e orçamentária.

Da admissibilidade — requisitos de urgência e relevância (art. 62 da Constituição Federal) e atendimento ao art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Inicialmente, é de se constatar o atendimento dos requisitos formais para o envio de medidas provisórias ao Congresso Nacional, previstos no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, relativos à Mensagem que as acompanha e ao documento expondo as motivações do ato.

Os contratos que a Medida Provisória nº 555, de 2011, objetiva prorrogar, tanto os de trabalho por tempo determinado, quanto o de gestão entre a União e a Associação Roquete Pinto, estão relacionados a serviços públicos de inestimável importância. Os 71 (setenta e um) contratos de trabalho do FNDE estão vinculados a projetos de reestruturação de currículos; de melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental, e ampliação da permanência e da escolaridade das crianças nas escolas públicas das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e de fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica. Os 8 (oito) contratos de trabalho do IBAMA são relativos a projetos na área de licenciamento ambiental e de uso sustentável da biodiversidade e florestas; e os 12 (doze) contratos do Instituto Chico Mendes versam sobre conservação e manejo de ecossistemas brasileiros.

Por seu turno, o contrato de gestão entre a União e a Associação Roquette Pinto tem permitido a utilização da experiência dessa organização, e os serviços de cerca de 1.100 de seus funcionários, no processo de implantação e consolidação da Empresa Brasil de Comunicação.



Sob outro aspecto, como visto, a disponibilidade desses serviços públicos somente é garantida pelos contratos de trabalho e de gestão já referidos. A urgência da prorrogação dos mesmos pela medida provisória em análise decorre da necessidade de se evitar sua interrupção, até que os concursos públicos destinados à substituição da força de trabalho contratada possam ser finalizados.

Por essa razão, conclui-se pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, previstos no art. 62 da Carta Magna, e pela admissibilidade da Medida Provisória nº 555, de 2011.

Dos demais requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A prorrogação dos prazos dos contratos de trabalho por tempo determinado e do contrato de gestão especificados nesta medida provisória insere-se na competência legislativa da União, por força do art. 48 da Constituição Federal, sem incidir na vedação prevista no § 1º do seu art. 62.

Trata-se de mera autorização de prorrogação de prazos de vigência de contratos administrativos, não se caracterizando incompatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro; e, estando atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 555/2011.

Da adequação orçamentária e financeira.

O § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece que o exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a

despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes.

Segundo a Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 555/2011, a propósito do impacto orçamentário e financeiro decorrente das normas ali contidas, a prorrogação dos contratos em questão não gera acréscimo de despesas, porquanto exigiria apenas a manutenção das dotações orçamentárias já existentes e a transferência para as mesmas dos recursos inscritos nos orçamentos de custeio.

Assim, acolhendo as razões apontadas, concluímos pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 555/11”.

Do mérito e das Emendas de nº 1 e de nº 2, de autoria dos Deputados Sandro Mabel e Antonio Carlos Magalhães Neto.

“Do mérito.

A prorrogação do prazo de vigência dos contratos temporários de trabalho é essencial para a preservação de diversos projetos de cooperação técnica firmados com organismos internacionais, cuja execução é dependente dos recursos humanos especializados, contratados para tal fim. Esses projetos caracterizam-se pelo progressivo cumprimento de seu objeto. E a manutenção dos técnicos envolvidos é fundamental para que se evite descontinuidade nos objetivos propostos. Ressalte-se ainda que os requisitos que qualificam a excepcionalidade desses contratos, prazo limite para a prorrogação e exigência de justificação, pelas autoridades competentes, da necessidade do ato (art. 3º, §2º, da Lei nº 12.337/2010), estão literalmente mantidos.

Por sua vez, a prorrogação do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação Roquete Pinto, nos termos do art. 26 da Lei nº 11.652/2008,

propiciará que essa Organização, por meio dos serviços de aproximadamente 1.100 de funcionários, mantenha uma indispensável participação no desempenho de diversas atividades da Empresa Brasil de Comunicação – EBC: produção e transmissão de conteúdos jornalísticos, audiovisuais e sonoros de rádio e televisão, manutenção de equipamentos e de acervo, e transição da base tecnológica. Esse apoio prestado pela Associação Roquete Pinto e seus recursos humanos tem possibilitado que a EBC, paulatinamente, concretize a complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal de radiodifusão.

A necessária continuidade dessa gama de atividades, bem como a perspectiva de sua ampliação, ante a expansão da rede e da demanda por mais produção de conteúdo, justificam a prorrogação pretendida para além do fato da expiração do prazo original, em 31/12/2011. Nesse contexto, é relevante a informação prestada pela Diretoria-Executiva da EBC, no sentido de que a contratação de servidores selecionados por meio de concurso público iniciou-se em março do corrente ano, objetivando reforçar seu quadro próprio de recursos humanos.

Quanto às emendas apresentadas, verifica-se que foi deferida pelo Presidente do Congresso Nacional a retirada da Emenda n.º 3, requerida pelo seu autor, de modo que fica prejudicada a sua apreciação.

A Emenda n.º 1, de autoria do Deputado Sandro Mabel, altera a redação dada pelo art. 1º da MP ao art. 3º da Lei n.º 12.337/2010, excluindo da autorização de prorrogação os 12 contratos de trabalho do Instituto Chico Mendes e os 8 contratos de trabalho do IDAMA. A justificativa apresentada é a da desnecessidade de manutenção desses gastos em tempos de crise, pelo



suposto cumprimento das tarefas relativas aos projetos de cooperação internacional. Nosso entendimento, porém, é o de que o aprimoramento de atividades como o licenciamento ambiental, a gestão e a conservação da fauna e dos recursos pesqueiros, a conservação e o manejo dos ecossistemas brasileiros, são desafios perenes para o Estado brasileiro, a serem enfrentados também com a importante contribuição desses projetos.

Já a Emenda n.º 2, de autoria do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, altera a redação do art. 3º da MP 555/2011, reduzindo para 12 meses o período de prorrogação do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto. A justificativa é a de que os 24 meses previstos seriam excessivos e de que seria necessária uma nova apreciação pelo Congresso Nacional, ao término do corrente ano, das razões de uma eventual necessidade de nova prorrogação. Consideramos, entretanto, que a manutenção do período de 24 meses de prorrogação atende melhor aos princípios da economia, da racionalidade e da eficiência do processo legislativo e evita que, já ao término do corrente ano, seja necessária a apreciação de nova medida provisória com a mesma motivação desta.

Por essas razões, votamos pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

E, por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da presente medida provisória, bem como, no mérito, por sua integral aprovação".

Portanto, é este o parecer que profiro acerca da Medida Provisória em debate.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA**

**PARECER DO RELATOR DESIGNADO PARA MANIFESTAR-SE PELA  
COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DA APRECIÇÃO DA MATÉRIA**

**MEDIDA PROVISÓRIA N.º 555, de 2011**

Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do *caput* art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado Décio Lima

**I - RELATÓRIO**

A Exma. Sra. Presidenta da República, com base no art. 62 da Constituição Federal, submeteu à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória n.º 555, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a prorrogação de contratos de trabalho por tempo determinado e sobre a prorrogação do contrato de gestão entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto.

Em seus artigos 1º e 2º, a Medida Provisória promove alterações no art. 3º e no Anexo II da Lei n.º 12.337/2010, a fim de que possam ser objeto de nova prorrogação – até 31 de dezembro de 2012 – alguns dos contratos de trabalho por tempo determinado ali especificados, todos relacionados a projetos de cooperação internacional, nos seguintes quantitativos:

- 71 (setenta e um) contratos de trabalho no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- 12 (doze) contratos de trabalho no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;



- 8 (oito) contratos de trabalho no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Em seu artigo 3º, a Medida Provisória autoriza a prorrogação, por até 24 meses, contados a partir de 31/12/2011, do prazo de vigência do contrato de gestão entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto, organização social sucessora da Fundação Roquete Pinto, nos termos das Leis n.º 9.637/1998 e 11.652/2008.

### **As Emendas Apresentadas**

No prazo regimental, foram apresentadas três Emendas à MP n.º 555/2011, conforme descrito a seguir:

- A Emenda n.º 1, de autoria do Deputado Sandro Mabel, altera a redação dada pelo artigo 1º da MP ao artigo 3º da Lei n.º 12.337/2010, excluindo da autorização de prorrogação os doze contratos de trabalho do Instituto Chico Mendes e os oito contratos de trabalho do IBAMA;

- A Emenda n.º 2, de autoria do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, altera a redação do art. 3º da MP 555/2011, reduzindo para 12 meses o prazo de o período de prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto;

- A Emenda n.º 3, de autoria do Senador Francisco Dorneles, acrescenta ao texto da Medida Provisória três artigos, alterando as Leis n.º 91/1935, 9.532/1997, e 12.101/2009, para permitir a remuneração dos gestores de associações ou fundações assistenciais.

Esgotado o prazo para apreciação da matéria pela Comissão Mista a que se refere o § 9º do art. 62 da Constituição Federal, sem que essa tivesse sido instalada, cabe-nos, em decorrência de designação da Mesa da Câmara dos Deputados e em substituição à referida Comissão, e tendo em conta também os efeitos da decisão liminar do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4.029, apresentar o presente parecer em Plenário.

### **II – VOTO DO RELATOR**

No exercício da atribuição prevista no §2º, do art. 6º, da Resolução n.º 1, de 2002, do Congresso Nacional, cabe a este Relator apresentar Parecer em Plenário, pela Comissão Mista, sobre a Medida Provisória n.º 555, de 2011, examinando, além do mérito, a admissibilidade, a constitucionalidade, a juridicidade, a técnica legislativa e a adequação financeira e orçamentária.



**Da admissibilidade – requisitos de urgência e relevância (art. 62 da Constituição Federal) e atendimento ao art. 2º, §1º, da Resolução n.º 1, de 2002-CN**

Inicialmente, é de se constatar o atendimento dos requisitos formais para o envio de Medidas Provisórias ao Congresso Nacional, previstos no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, relativos à Mensagem que as acompanha e ao documento expondo as motivações do ato.

Os contratos que a Medida Provisória n.º 555/2011 objetiva prorrogar, tanto os de trabalho por tempo determinado, quanto o de gestão entre a União e a Associação Roquete Pinto, estão relacionados a serviços públicos de inestimável importância. Os 71 (setenta e um) contratos de trabalho do FNDE estão vinculados a projetos de reestruturação de currículos; de melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental, e ampliação da permanência e da escolaridade das crianças nas escolas públicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e de fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica. Os 8 (oito) contratos de trabalho do IBAMA são relativos a projetos na área de licenciamento ambiental e de uso sustentável da biodiversidade e florestas; e os 12 (doze) contratos do Instituto Chico Mendes versam sobre conservação e manejo de ecossistemas brasileiros.

Por seu turno, o contrato de gestão entre a União e a Associação Roquete Pinto tem permitido a utilização da experiência desta Organização, e os serviços de cerca de 1.100 de seus funcionários, no processo de implantação e consolidação da Empresa Brasil de Comunicação.

Sob outro aspecto, como visto, a disponibilidade desses serviços públicos somente é garantida pelos contratos de trabalho e de gestão já referidos: a urgência da prorrogação dos mesmos pela Medida Provisória em análise decorre da necessidade de se evitar sua interrupção, até que os concursos públicos destinados à substituição da força de trabalho contratada possam ser finalizados. Por essa razão, conclui-se pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência previstos no art. 62 da Carta Magna, e pela admissibilidade da Medida Provisória n.º 555/2011.

**Dos demais requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa**

A prorrogação dos prazos dos contratos de trabalho por tempo determinado e do contrato de gestão especificados nesta Medida Provisória inserem-se na competência legislativa da União, por força do art. 48 da Constituição Federal, sem incidir na vedação prevista no §1º do seu art. 62. Trata-se de mera autorização de prorrogação de prazos de vigência de contratos administrativos, não se caracterizando incompatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro; e, estando atendidos os requisitos da Lei Complementar n.º 95, de 1998, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória n.º 555/2011.



## **Da adequação orçamentária e financeira**

O § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece que o exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes.

Segundo a Exposição de Motivos da Medida Provisória n.º 555/2011, a propósito do impacto orçamentário e financeiro decorrente das normas ali contidas, a prorrogação dos contratos em questão não gera acréscimo de despesas, porquanto exigiria apenas a manutenção das dotações orçamentárias já existentes, e a transferência para as mesmas dos recursos inscritos nos orçamentos de custeio.

Assim, acolhendo as razões apontadas, concluímos pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória n.º 555/11.

## **Do mérito**

A prorrogação do prazo de vigência dos contratos temporários de trabalho é essencial para a preservação de diversos Projetos de Cooperação Técnica firmados com organismos internacionais, cuja consecução é dependente dos recursos humanos especializados, contratados para tal fim. Esses projetos caracterizam-se pelo progressivo cumprimento de seu objeto, e a manutenção dos técnicos envolvidos é fundamental para que se evite descontinuidade nos objetivos propostos. Ressalte-se ainda que os requisitos que qualificam a excepcionalidade desses contratos – prazo limite para a prorrogação, e exigência de justificação, pelas autoridades competentes, da necessidade do ato (art. 3º, §2º, da Lei n.º 12.337/2010), estão mantidos.

Por sua vez, a prorrogação do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação Roquete Pinto, nos termos do art. 26 da Lei n.º 11.652/2008, propiciará que essa Organização, por meio dos serviços de aproximadamente 1.100 de funcionários, mantenha uma indispensável participação no desempenho de diversas atividades da Empresa Brasil de Comunicação – EBC: produção e transmissão de conteúdos jornalísticos, audiovisuais e sonoros de Rádio e TV, manutenção de equipamentos e de acervo, e transição da base tecnológica. Esse apoio prestado pela Associação Roquete Pinto e seus recursos humanos tem possibilitado que a EBC, paulatinamente, concretize a complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal de radiodifusão.

A necessária continuidade dessa gama de atividades, bem como a perspectiva de sua ampliação, ante a expansão da rede e da demanda por mais produção de conteúdo, justificam a prorrogação pretendida, para além do fato da expiração do prazo original, em 31/12/2011. Nesse contexto, é relevante a informação prestada pela Diretoria-Executiva da EBC, no sentido de que a contratação de servidores selecionados por meio de concurso público iniciou-se

em março do corrente ano, objetivando reforçar seu quadro próprio de recursos humanos.

Quanto às emendas apresentadas, verifica-se que foi deferida pelo Presidente do Congresso Nacional a retirada da Emenda n.º 3, requerida pelo seu autor, de modo que fica prejudicada a sua apreciação.

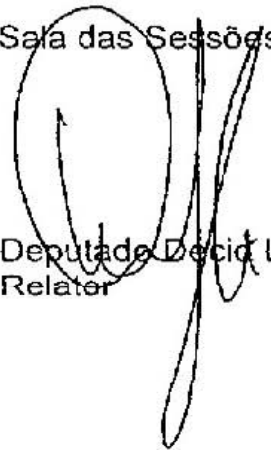
A Emenda n.º 1, de autoria do Deputado Sandro Mabel, altera a redação dada pelo artigo 1º da MP ao artigo 3º da Lei n.º 12.337/2010, excluindo da autorização de prorrogação os doze contratos de trabalho do Instituto Chico Mendes e os oito contratos de trabalho do IBAMA. A justificativa apresentada é a da desnecessidade de manutenção desses gastos em tempos de crise, pelo suposto cumprimento das tarefas relativas aos projetos de cooperação internacional. Nosso entendimento, porém, é o de que o aprimoramento de atividades como o licenciamento ambiental, a gestão e a conservação da fauna e dos recursos pesqueiros, a conservação e o manejo dos ecossistemas brasileiros, são desafios perenes para o Estado brasileiro, a serem enfrentados também com a importante contribuição desses projetos.

Já a Emenda n.º 2, de autoria do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, altera a redação do art. 3º da MP 555/2011, reduzindo para 12 meses o período de prorrogação do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto. A justificativa é a de que os 24 meses previstos seriam excessivos, e de que seria necessária uma nova apreciação pelo Congresso Nacional, ao término do corrente ano, das razões de um eventual necessidade de nova prorrogação. Consideramos, entretanto, que a manutenção do período de 24 meses de prorrogação atende melhor aos princípios da economia, da racionalidade e da eficiência do processo legislativo, e evita que já ao término do corrente ano seja necessária a apreciação de nova Medida Provisória com a mesma motivação desta.

Por essas razões, votamos pela rejeição das Emendas de n.º 1 e 2.

E, por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 555, de 2011, bem como, no mérito, por sua integral aprovação.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2012.



Deputada Decida Lima  
Relator



# MPV 555/2011

## Medida Provisória

### Situação: Aguardando Encaminhamento na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

**Autor**  
Poder Executivo

**Apresentação**  
26/12/2011

**Ementa**

Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do caput art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, e dá outras providências.

**Apreciação**  
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime**  
Urgência

**Última Ação**

02/05/2012 PLENÁRIO (PLEN)

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 555-A/2011).

**Último Despacho**

28/02/2012 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário.

### Documentos Relacionados

**Apensados**

-

**Outros Documentos**

Avulsos e Publicações (1)	Requerimentos (0)	Legislação Citada (1)
Pareceres, Substitutivos e Votos (1)	Ofícios (0)	Indexação (1)
Emendas (3)	Espelho Comissão Especial (0)	Histórico de Apensados (0)
Destaques (0)	Relat. Conf. Assinaturas (0)	Questões de Ordem Relacionadas (0)
Recursos (0)		

### Andamento

**26/12/2011 Poder Executivo - EXEC**

Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.

**26/12/2011 CONGRESSO NACIONAL - CN**

Prazo para Emendas: 02/02/2012 a 07/02/2012.

Comissão Mista: 02/02/2012 a 15/02/2012.

Câmara dos Deputados: 16/02/2012 a 29/02/2012.

Senado Federal: 01/03/2012 a 14/03/2012.

Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 15/03/2012 a 17/03/2012.

Sobrestar Pauta: a partir de 18/03/2012.

Congresso Nacional: 02/02/2012 a 01/04/2012.

Prorrogação pelo Congresso Nacional: 02/04/2012 a 31/05/2012.

**27/12/2011 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA**

Retificação publicada no DOU de 27/12/2011.

**28/12/2011 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA**

Retificação publicada no DOU de 28/12/2011.

**27/02/2012 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA**

Recebido o Of.º 72/2012, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 555/2011. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas foram oferecidas 3 (três) emendas e que a Comissão Mista não se instalou.

**27/02/2012 PLENÁRIO - PLEN**

Apresentação da Mensagem n. 597/2012, pelo Poder Executivo, que: "Submeto à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 555, de 23 de dezembro de 2011, que 'Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea 'h' do inciso VI do caput art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, e dá outras providências'".

**27/02/2012 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - CCP**

Publicação inicial no DCD do dia 28/02/2012

**28/02/2012 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA**

Publique-se. Submeta-se ao Plenário.

**29/02/2012 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - CCP**

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

**29/02/2012 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA**

Recebido Ofício nº 82/2012-CN, do Senador José Sarney, que encaminha requerimento do Senador Francisco Dornelles de retirada da Emenda nº 3, de sua autoria, apresentada à Medida Provisória 555/2011, com o seguinte despacho: "Defiro, art. 42, do Regimento Comum."

**02/03/2012 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA**

Despacho exarado no Of. 82/2012 - CN: "Publique-se."

**06/03/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

**07/03/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPVs 549 e 550, de 2011, itens 01 e 02 da pauta, com prazo encerrado.

**13/03/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia

**14/03/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

**20/03/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.

**27/03/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia.

**28/03/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

Retirada de pauta, de ofício.

**03/04/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 549/2011, Item 01 da pauta, com prazo encerrado.

**10/04/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

**11/04/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 551/2011, Item 01 da pauta, com prazo encerrado.

**17/04/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

**18/04/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

**24/04/2012 Presidência da Câmara dos Deputados - PRESI**

Designado Relator, Dep. Jilmar Tatto (PT-SP), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às emendas apresentadas.



**24/04/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

**02/05/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN**

Discussão em turno único.

Aprovado o Requerimento do Dep. Décio Lima, na qualidade de Líder do PT, que solicita preferência para apreciação do MPV 555/2011, item 2, sobre os demais itens da pauta.

Parecer proferido em Plenário e entregue à Mesa pelo Relator, Dep. Décio Lima (PT-SC), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta Medida Provisória e das emendas apresentadas; e, no mérito, pela aprovação desta Medida Provisória e pela rejeição das Emendas de nºs 1 e 2. (A emenda nº 3 foi retirada pelo autor).

Encerrada a discussão.

Votação preliminar em turno único.

Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.

Votação, quanto ao mérito, em turno único.

Rejeitadas as emendas apresentadas na Comissão Mista de nºs 1 e 2, com parecer pela rejeição.

Aprovada a Medida Provisória nº 555, de 2011.

Votação da Redação Final.

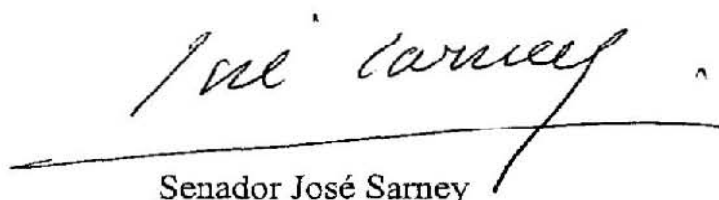
Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Décio Lima (PT-SC).

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 555-A/2011).

## **ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11, DE 2012**

**O Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 555**, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2011, que “Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea “h” do inciso VI do **caput** art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 26 de maio de 2012.



Senador José Sarney  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**MPV Nº 555**

<b>Publicação no DO</b>	26-12-2011
<b>Designação Prevista da Comissão</b>	3-2-2012(SF)
<b>Instalação Prevista da Comissão</b>	6-2-2012
<b>Emendas</b>	até 7-2-2012
<b>Prazo na Comissão</b>	2-2-2012 a 15-2-2012 (14º dia)
<b>Remessa do Processo à CD</b>	15-2-2012
<b>Prazo na CD</b>	16 2 2012 a 29 2 2012 (15º ao 28º dia)
<b>Recebimento previsto no SF</b>	29-2-2012
<b>Prazo no SF</b>	1º-3-2012 a 14-3-2012 (42º dia)
<b>Se modificado, devolução à CD</b>	14-3-2012
<b>Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD</b>	15-3-2012 a 17-3-2012 (43º ao 45º dia)
<b>Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de</b>	18-3-2012 (46º dia)
<b>Prazo final no Congresso</b>	1º-4-2012 (60 dias)
<b>(*) Prazo prorrogado</b>	31-5-2012
<b>(*) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 11, de 2012 – DOU (Seção 1) de 27-3-2012.</b>	

**MPV Nº 555**

<b>Votação na Câmara dos Deputados</b>	2-5-2012
<b>Leitura no Senado Federal</b>	
<b>Votação no Senado Federal</b>	

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993.**

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

VI - atividades:

h) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública. (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003)

Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos:

Parágrafo único. É admitida a prorrogação dos contratos: (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003)  
(Vide Lei nº 11.204, de 2005)

III - nos casos do inciso V, das alíneas a, h, l e m do inciso VI e do inciso VIII do caput do art. 2º desta Lei, desde que o prazo total não exceda a 4 (quatro) anos; (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010)

**LEI Nº 11.652, DE 7 DE ABRIL DE 2008.**

Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

Conversão da MPv nº 398, de 2007.

Mensagem de veto

Art. 26. Com vistas no cumprimento do disposto nesta Lei, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, o contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, será objeto de repactuação, podendo ser prorrogado por até 36 (trinta e seis) meses.

**LEI Nº 12.337, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010.**

Altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para modificar a divisão por níveis da Carreira de Diplomata, extingue cargos de Assistente de Chancelaria e autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado.

Conversão da Medida Provisória nº 493, de 2010



Art. 3º Ficam o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP autorizados a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de dezembro de 2011, os contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, vigentes em 31 de janeiro de 2011, firmados com fundamento no art. 2º, inciso VI, alínea "h", da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação do art. 4º, parágrafo único, inciso III, daquela Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 524, de 2011)

## ANEXO II

(Redação dada pela Medida Provisória nº 524, de 2011)

ÓRGÃO/ENTIDADE	PROJETOS	QUANT.
Ministério do Meio Ambiente	- BRA/OEA/00/002 - BRA/01/022 - BRA/00/022 - BRA/00/021 - BRA/00/020 - BRA/00/010	127
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	- PRODOC 914/BRA/3026 - UNESCO - PRODOC BRA 04/046 - PNUD - PRODOC BRA 04/028 - PNUD - PRODOC UFT/BRA/064/BRA - FAO - PRODOC BRA 05/028 - PNUD	15
Ministério da Educação	- 914/BRA/03/004	4
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	914/BRA/1065 - PROMED - 914/BRA/1111 - FUNDESCOLA - BRA/03/032 - PROEP	91
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	- BRA 02/011 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL - BRA 01/037 - USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E FLORESTAS	39
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes	- BRA 00/009 - CONSERVAÇÃO E MANEJO DOS ECOSSISTEMAS BRASILEIROS - PROECOS	18
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	- BRA/04/049	7



**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com referência à **Medida Provisória nº 555, de 2011**, que acaba de ser lida, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para a apreciação da matéria encontra-se esgotado, e o de sua vigência foi prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional e esgotar-se-á em 31/5/2012.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia da sessão de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero, antes de mais nada, agradecer a V. Ex<sup>a</sup> e também ao Senador Suplicy por me permitirem falar neste momento, uma vez que permutamos a ordem das inscrições. Assim procedo porque participo da reunião da CPMI que analisa a questão Cachoeira. Mas não poderia, Sr. Presidente, pela importância do assunto que trato agora, deixar de vir a esta tribuna; não seria justo da minha parte deixar de vir à tribuna falar sobre este assunto, no dia de hoje.

Refiro-me ao problema que vive o meu Estado, o Amazonas, em decorrência das enchentes, em decorrência da subida exagerada dos nossos rios. V. Ex<sup>a</sup> tem sido testemunha, Senador Moka, de que subo à tribuna com toda frequência, quase diariamente, para falar a respeito desse assunto, destacando não só o sofrimento daqueles que vivem no interior, nas cidades do interior, mas também dos que vivem na capital. O rio Negro, que passa pelo centro da cidade, deverá, nos próximos dias, bater o índice histórico da maior cheia e assim ultrapassar os 30 metros.

Venho a esta tribuna também destacar a ajuda que o governo do estado vem recebendo do Governo Federal, e, sobretudo, falar da necessidade de uma atenção especial, Senador Mozarildo, aos agricultores, aos produtores rurais. Porque, assim como todos sofrem – as famílias atingidas pelas águas e que veem suas casas invadidas pelas águas do rio Solimões, ou do rio Amazonas, ou do rio Negro, ou do rio Juruá, ou do rio Japurá, ou do rio Purus –, os agricultores, os produtores rurais sofrem um problema a mais, porque além da invasão de suas casas pela água, eles perdem a sua produção e, portanto, a capacidade de sustento da sua família, em um período que vai de seis meses a um ano.

Há dias que falo sobre esse assunto desta tribuna e temos tratado dessa questão com os vários Ministros ligados à área: o Ministro da Integração Na-

cional, o Ministro da Agricultura, o Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Eu dizia que não seria justo e correto de minha parte não vir hoje, porque, exatamente hoje, Presidente Moka, Senador Mozarildo, o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, está na minha cidade, a cidade de Manaus, coordenando, presidindo a reunião do Condel, que é o Conselho Deliberativo ligado à Sudam, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. E, nessa reunião, foi aprovada, Sr. Presidente, uma resolução *ad referendum*, do Conselho Monetário Nacional, estendendo para a região Norte aquilo que já existia para o Nordeste. Ou seja, aprovou-se uma resolução abrindo um crédito emergencial para os produtores rurais de toda a região Norte – portanto, não só do Amazonas. Os agricultores que sofrerem qualquer intempérie, por conta da cheia ou da seca, poderão, a partir de agora, com a aprovação dessa resolução, acessar um crédito emergencial.

E qual é o critério para acessar o crédito emergencial? Primeiro, ter a característica de agricultor familiar, ou seja, não ser um grande produtor, mas um pequeno produtor com as características de produtor familiar; e, segundo, estar o seu Município, o seu Estado em estado de calamidade; ter o seu Município, o seu Estado decretado Estado de Emergência. Feito isso, o agricultor, independentemente de qualquer burocracia, de qualquer documentação, poderá buscar, junto ao Basa ou outro a banco público, o acesso ao crédito que para ele estará disponibilizado.

Senadora Ana Amélia – V. Ex<sup>a</sup>, que também é muito ligada a essa área do setor primário –, esse crédito emergencial difere dos demais porque há um abatimento da ordem de 40%. O que significa isso? Significa que o pequeno agricultor, o agricultor familiar, que vive situação de calamidade como estão vivendo os agricultores do meu estado, pode acessar até R\$12 mil como empréstimo-financiamento. E na hora de pagar as diversas parcelas, pagará somente 60%. Ou seja, se o agricultor solicitar do banco R\$10 mil, vai pagar R\$6 mil, sendo R\$4 mil de ajuda do Governo Federal para que ele possa seguir com a sua produção. E no nosso caso, 95% dos produtores rurais do Amazonas são pequenos produtores, são agricultores familiares que plantam exatamente aquilo que a população local consome no seu dia a dia. Então, quero aqui, Sr. Presidente Waldemir Moka, saudar essa iniciativa da Presidenta Dilma.

No dia de ontem, houve uma reunião por videoconferência entre a Presidenta Dilma, o Governador do meu Estado, Omar Aziz, e o Prefeito de Manaus, Amazonino Mendes, sobre essa questão das cheias

que acometem o Estado do Amazonas. E ela prometeu, no dia de ontem, que faria isso.

O Governador falou muito a respeito dos agricultores que têm sido munidos de informações pela Secretaria de Estado da Produção Rural, pelo Secretário Eron Bezerra, que tem sido incansável na luta em busca do apoio dos agricultores. E ela se comprometeu, no dia de ontem, perante o Governador Omar, a resolver imediatamente esse problema.

Na sequência, aqui em Brasília, conversei ao telefone com o Ministro Fernando Bezerra, que ainda ontem me antecipou todas as decisões tomadas perante a Presidenta Dilma e juntamente com ela.

Não falei isso ontem porque não iria antecipar algo que foi anunciado, formalizado hoje pelo Ministro Fernando Bezerra e pelo Governador Omar Aziz na própria cidade de Manaus.

E além dessa notícia, que para nós é algo inédito, nunca aconteceu isso na história do meu Estado do Amazonas, nunca! Nunca as pessoas foram tão bem tratadas, tão bem cuidadas como agora. E acabo de receber a confirmação, que o Ministro já tinha me dado ontem, de que de fato o valor disponibilizado para os agricultores pode chegar a R\$350 milhões, porque faz parte do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, FNO. Isso, Senador Mozarildo, hoje serve aos agricultores do Amazonas e amanhã pode servir aos agricultores de Roraima, do Acre, enfim, dos estados que passaram por qualquer tipo de calamidade.

Também está em Manaus, hoje, uma equipe enviada pela Presidenta. Está no estado e vai funcionar como um comitê permanente de acompanhamento, visto que o rio parou de encher na sua cabeceira, no seu nascedouro, mas esse reflexo só será sentido, no nosso estado, daqui a aproximadamente 20 dias, o que significa dizer que os rios ainda continuam enchendo no meu Estado do Amazonas.

Então, concluo fazendo um agradecimento ao Governo Federal, cumprimentando calorosamente o Governador do meu Estado, Omar Aziz e, sobretudo, o Secretário de Produção Rural Eron Bezerra, que tanto lutou para que essa ajuda, esse socorro chegasse. E, efetivamente, este socorro chegou. Não é à toa que o meu Estado é aquele que dedicou à Presidenta Dilma a maior votação proporcional deste País, porque S. Ex<sup>a</sup> nunca nos faltou. No momento em que precisamos, lá está o Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para uma comunicação inadiável, Senadora Ana Amélia.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Waldemir Moka, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, hoje, com muita honra e alegria, ocupo esta tribuna por alguns minutos para iniciar um registro especial porque a minha querida terra, onde nasci, Senador Moka, Lagoa Vermelha, no nordeste do Rio Grande do Sul, celebra os 131 anos de emancipação política e administrativa.

É uma terra que, posso dizer, orgulhosamente, tem o melhor churrasco, não do Brasil, mas do mundo. Lagoa Vermelha que, com muito carinho, me acolheu sempre, a terra onde nasci no interior do Rio Grande do Sul, e que tenho a alegria e a honra de representar aqui, como também os gaúchos e gaúchas.

Há mais de um século os habitantes do nordeste do Estado, seja na área rural ou urbana, conquistaram transformações e avanços em vários setores da economia e também na área social. A união das lideranças políticas, sociais e culturais leva a cidade hoje a ocupar um destaque nas áreas de agropecuária e, sobretudo, do setor moveleiro. Uma alegria cada vez que se comemora essa data de emancipação desse Município tão próspero da região de Campos de Cima da Serra, no nordeste do Rio Grande, porque a data significa também autonomia, liberdade e democracia. Isso é uma conquista dos lagoenses, como são chamados os meus conterrâneos que ali nasceram e que, graças ao esforço, trabalho e empenho de gerações, colocam Lagoa Vermelha em todos os cenários, seja regional, estadual e mesmo nacional.

A 10ª Festa Nacional do Churrasco – que, como eu disse, é o melhor – acontece no ano que vem de 23 a 27 de janeiro, junto com o Rodeio Internacional e o Rodeio Crioulo Nacional. Então, eu faço aqui um convite a todos os brasileiros e brasileiras que nos prestigiem participando desse grande evento.

Aproveito a oportunidade, Senador Waldemir Moka – e tenho certeza que o faço também em nome de muitos Senadores –, porque queria antecipar, já que amanhã estarei na fronteira do Brasil com a Argentina, lá em Uruguiana, um abraço muito especial para todas as mães: mães agricultoras, professoras, mães costureiras, mães e mulheres que, na dinâmica do mundo de hoje, não dividem o sentimento de ser mãe com nenhum outro desses compromissos. Mesmo precisando dividir o dia a dia com o trabalho e a família, elas mantêm o coração e os braços abertos para os filhos, sejam eles naturais, adotados ou simplesmente crianças que precisam desse afeto.

Coração de mãe trabalha 24 horas, não tem limites, não tem horário. No domingo, mães de todas as raças, religiões, partidos políticos, precisam ser homenageadas. É um dia de amor, mas é também um dia para debater a violência contra a mulher que, na maioria das vezes, acontece dentro do próprio lar; tema, aliás, abordado nesta semana, com muita competência, pela Senadora Ana Rita, do Espírito Santo, e pela Senadora Marta Suplicy.

A mãe que esconde o abuso para proteger o filho, a mãe que sofre calada com o filho que se entrega às drogas e fica refém dos traficantes, ou a mãe que morre antes de ser mãe. Uma campanha mundial, divulgada nas redes mundiais, chama a atenção para as 300 mil mulheres que morrem todos os anos no mundo, por complicações durante a gravidez e também no parto.

O Brasil registra mais de mil mortes a cada ano e está, infelizmente, entre os países, Senador Mozerildo Cavalcanti – o senhor que é médico –, com maior índice de mortalidade materna. Hoje, são 68 mortes para cada 100 mil nascidos vivos.

As Nações Unidas tem como meta chegar a 35 mortes para cada 100 mil até o ano de 2015. Problemas como hipertensão na gravidez aumentam essas estatísticas tão dramáticas e tristes, que poderiam ser reduzidas com a prática do pré-natal e do parto assistido. Investir na saúde da mulher, todos nós sabemos, é investir na saúde da família.

Neste domingo, portanto, conclamo todos a comemorarem o Dia das Mães, mas também a pensar em alternativas para melhorar os outros 365 dias do ano para as mães do nosso Brasil e do meu Rio Grande, da minha Lagoa Vermelha. Elas, que a cada dia ocupam diferentes posições na sociedade, na política, por exemplo, nunca deixarão de ocupar o cargo mais importante do mundo, o de serem, simplesmente e de forma tão importante, mães.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Parabenizando a Senadora Ana Amélia pelo bonito pronunciamento, lembro que as mulheres são maioria, as mães são maioria. Os outros são os filhos dela.

Quero conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLCY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, o tema de que vou falar hoje é relativo à Rio+20 e à importante decisão sobre o Código Florestal. Mas, primeiro, eu gostaria de assinalar um fato histórico.

Assim como aquilo que hoje é o Programa Bolsa Família em todos os Municípios brasileiros, foram iniciados, no Distrito Federal e em Campinas, por meio de programas locais, o Bolsa Escola e o Programa de Renda Mínima associado à educação, por iniciativa, no Distrito Federal, do então Governador Cristovam Buarque, na época do PT, hoje no PDT, e, em Campinas, do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, o Grama, e depois de Antonio Palocci, em Ribeirão Preto. Isso prosseguiu em todos os Municípios brasileiros até se tornar uma experiência de todo o Brasil, na forma, hoje, do Bolsa Família. É perfeitamente possível que aquilo que já é lei e previsto para ser instituído por etapas a critério do Poder Executivo, a Renda Básica de Cidadania, também se inicie pelos Municípios.

Quero aqui assinalar que o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, de Santo Antônio do Pinhal, encaminhou lei nesse sentido para a Câmara Municipal. Lá, por nove votos a zero, todos os Vereadores a aprovaram, e ele a sancionou em 12 de novembro de 2009. Em fevereiro deste ano, na sexta-feira anterior ao carnaval, ele estabeleceu os decretos relativos ao que está previsto na lei, a formação do Fundo Municipal e do Conselho Municipal da Renda Básica de Cidadania.

O que quero anunciar é que, neste sábado, às 14 horas, haverá a primeira reunião do Conselho Municipal da Renda Básica de Cidadania de Santo Antônio do Pinhal. Quero saudar e cumprimentar o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira e todos os componentes do Conselho Municipal. A reunião vai ter como pauta a leitura do decreto que regulamenta o Conselho Municipal, a apresentação dos membros do Conselho, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, a indicação pelo Presidente eleito do Secretário Executivo, a apresentação da proposta para viabilizar a implantação, mesmo que por etapas, da Renda Básica de Cidadania pela Professora Marina Nóbrega.

Eu, inclusive, tomei a iniciativa de convidar os alunos da Escola de Administração de Empresas, de Administração Pública e de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), alunos da minha turma. Normalmente, temos aula aos sábados, na sexta-feira à tarde, mas, neste sábado, vamos passar boa parte do dia em Santo Antônio do Pinhal – convidados que fomos – para assistir a essa primeira reunião histórica, que contará com a presença do Prefeito, dos seus Secretários Municipais e de representantes da sociedade civil.

Eu gostaria também de assinalar a presença, na Tribuna de Honra, do Sr. Carlos Rotermund, da Fundação Carlos Rotermund, e da Sr<sup>a</sup> Lucimara Galharde, Presidente do Instituto Pró Brasil, que vêm aqui dialogar sobre um projeto de lei de iniciativa popular



sobre a casa própria, que já vem promovendo oportunidades de as pessoas terem acesso a uma forma de financiamento, com taxa de juros praticamente zero, para adquirirem a sua casa própria. Sejam bem-vindos!

Falo, agora, sobre a Rio+20 e sobre o Código Florestal, Sr. Presidente.

Agora que a China deve alcançar um Produto Interno Bruto de US\$7,7 trilhões, conforme o **Valor Econômico** de 25 de abril deste ano, a angústia que nos aperta a alma piorou muito. Em 2008, o importante ecólogo Lester Brown disse à *Folha de S.Paulo* que, se a China chegasse a ter o mesmo PIB dos Estados Unidos, seria preciso que houvesse três Terras a ser exploradas a fim de chegar a esse tipo de consumo. E, ainda hoje, na audiência com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, ele mencionou que a expectativa que se tem é a de que a China alcance o valor do Produto Interno Bruto dos Estados Unidos em 25 anos, aproximadamente.

No momento, já estão sendo usadas, segundo Leonardo Boff, duas Terras, isto é, nosso Planeta já está sendo explorado no dobro daquilo que ele pode dar. E a situação piora se os países pobres, como os da África, por exemplo, continuarem a explorar os recursos naturais para fazer deles carvão para seus fogões ou comida para sua mesa.

Já há uma grande crise de fome na África, e o sobreconsumo dos ricos está aumentando. De acordo com a pesquisa da Royal Society, da Inglaterra, publicada pelo jornal *O Globo*, no dia 26 último, uma criança de uma nação rica, por exemplo, consome cinquenta vezes mais água do que a de um país pobre. De todo estoque de água do mundo, apenas 2,5% são potáveis. Desse contingente, 69% estão congelados nas regiões polares, e 30%, misturados no solo ou presos em aquíferos ainda inacessíveis para o homem. O resto, 140 mil quilômetros cúbicos, está distribuído em lagos, rios e reservatórios, entre outros locais. Além disso, é mal dividido: estima-se que, em 2025, 1,8 bilhão de pessoas viverá em áreas com severa escassez de água.

Ainda de acordo com a pesquisa citada, parte da carência de água deve-se às mudanças climáticas, fenômeno regido por um grupo com cerca de 20 países, entre desenvolvidos e emergentes. A emissão de gases-estufa de cada um deles supera, em mais de 50 vezes, o de uma nação pobre.

A pesquisa relata ainda que o crescimento populacional é um problema inevitável nas próximas décadas. Apesar do declínio da fertilidade, o Planeta ainda aumenta em 80 milhões de pessoas por ano, especialmente nas cidades e nos países em desenvolvimento. Sustentar essa multidão significou, por exemplo,

quadruplicar a produção de cobre e de chumbo entre 1960 e 2007. A exploração de tântalo e de nióbio, minerais ligados a dispositivos tecnológicos, aumentou em 77 vezes.

Isso nos faz lembrar a incrível responsabilidade que o Brasil tem, no momento, sobre o futuro do mundo, tendo em vista o Código Florestal, que está nas mãos da Presidenta Dilma. A Presidenta poderá vetá-lo total ou parcialmente. A Presidenta Dilma deverá dar uma resposta para as impropriedades que foram introduzidas no texto pela Câmara dos Deputados.

Acredito que o importante será chegarmos a um texto que, mesmo não sendo o ideal, poderá garantir a preservação ambiental e dar segurança jurídica aos produtores, em especial aos pequenos agricultores, os que têm até dois módulos fiscais e que somam mais de quatro milhões de propriedades, quase 90% dos imóveis rurais brasileiros, segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural.

O documento que chegou à Presidência da República, na tarde do dia 07 de maio, é fruto...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Permita-me continuar, Sr. Presidente. Estou falando um pouco mais lentamente por causa da voz.

O documento que chegou à Presidência da República, na tarde do dia 07 de maio, é fruto de alterações introduzidas no texto do Senado Federal. As tentativas de garantir uma legislação protetora para o futuro, sanando dubiedades que poderiam resultar em mais desmatamentos, e a inclusão de dispositivos que garantiriam o mínimo de recomposição da vegetação foram rejeitadas pela Câmara.

O Senado deu passos adiante no sentido de estabelecer normas para a recomposição da mata ciliar para rios acima de 10m de largura, uma lacuna no texto que veio da Câmara dos Deputados. Os §§ 5º, 6º e 7º do art. 62 exigiam isso e foram suprimidos na versão final a ser apreciada pela Presidenta Dilma, acabando assim com a possibilidade real de resgatar milhões de hectares de vegetação. Como foi aprovado no Congresso, já é praticamente unanimidade que ele trará implicações nas taxas de desmatamento.

Para inovar na perspectiva de não ser uma lei apenas de comando e controle, como enfatizado por juristas e ex-ministros do Meio Ambiente em audiências públicas no Senado, o texto do Senador Jorge Viana propôs incentivos à preservação, mas com o cuidado de fazer a distinção entre quem preservou seguindo a lei e quem desmatou à revelia da Legislação (art. 42). Alguns desses dispositivos foram também suprimidos.

O dano para a área urbana também está colocado. Os limites previstos para as faixas de passagem de inundação – uma sugestão feita pelos cientistas da ABC e da SBPC – deveriam considerar os limites de Área de Preservação Permanente (APP) (definidos no art.4º, inciso I), aos quais os planos diretores e leis municipais de uso do solo deveriam respeitar. Ao excluir tal exigência, o texto da Câmara deixou para os planos diretores e leis municipais essa definição. Vale destacar que o Estatuto das Cidades exige plano diretor para cidades acima de 20 mil habitantes. Não podemos pensar em área urbana no Código Florestal considerando apenas os médios e grandes centros. Não é uma lei para a cidade de São Paulo; é uma lei também para as pequenas cidades do interior do Amazonas.

A questão agora é se o veto será integral ou parcial. Discutir o veto parcial é como avaliar se desejamos colapsar os nossos ecossistemas e, com isso, inviabilizar nossa agricultura em 10 ou 20 anos. Entretanto, o veto parcial pode ser uma demonstração da coerência política da Presidenta Dilma e do respeito a todo o esforço feito no Senado Federal. Afinal, o texto do Senado foi fruto de amplo processo democrático que envolveu, simultaneamente, o Senado, a Câmara e o Executivo. Como fazer isso mantendo um texto coerente do ponto de vista jurídico e com responsabilidade ambiental é o desafio.

Acredito no discernimento da Presidenta Dilma. Minha certeza é a de que a Presidenta dará uma resposta à altura dos compromissos nacionais e internacionais já assumidos e das conquistas ambientais já concretizadas no Brasil, como a diminuição do desmatamento.

Essas colocações são importantes porque, entre os dias 20 e 22 de junho deste ano, o Brasil sediará a Rio+20, um dos mais importantes acontecimentos do séc. XXI, que vai ser realizado no Rio de Janeiro, com a presença de vários chefes de nações. Hoje, tivemos a confirmação, pelo Ministro Antonio Patriota e pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Senador Fernando Collor, de que, inclusive, o Presidente Hollande, da França, e o Presidente Putin, da Rússia, virão aqui.

Nossa preocupação não é com o que os outros vão dizer do Brasil, mas é com o nosso compromisso ético ambiental com as atuais e futuras gerações. Nesse sentido, devemos resgatar os princípios da Carta da Terra e fazer da nossa atuação parlamentar uma resposta a esses princípios, conforme foi lembrado pelo Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, e por Leonardo Boff durante o Colóquio

Internacional realizado esta semana na Comissão de Meio Ambiente.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – É o último minuto, Sr. Presidente.

Para o teólogo, filósofo e escritor Leonardo Boff, “toda modernidade, desde o séc. XVI, coloca o ser humano acima da natureza e a coloca como algo a ser dominado. A Carta da Terra é importante porque traz um novo encantamento que nos faz lembrar de que precisamos ter mínimos princípios para a sustentabilidade e não princípios mínimos de sustentabilidade”.

Muito obrigado pela tolerância, Presidente Waldemir Moka.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecemos ao Senador Eduardo Suplicy.

Vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Waldemir Moka, que preside a sessão, Senadora Ana Amélia, Senador Mozarildo Cavalcanti, em primeiro lugar, eu queria registrar a presença do Vereador de Gramado Gilnei Benetti, que esteve aqui, no plenário, visitando esta Casa, e também do Vereador de São Francisco de Paula Thiago Teixeira. Sejam ambos bem-vindos! Tive a alegria de recebê-los no Cafezinho e dialogamos. Tenham certeza de que eu farei uma visita tanto a São Francisco como a Gramado.

Sr. Presidente, quero tratar hoje de dois temas. Um tema é o Código Florestal. Esse debate está na sociedade. Há uma campanha pela Internet, que já tem mais de um milhão de assinaturas, pedindo que a Presidenta Dilma vete o Código Florestal, não pelo trabalho do Senado, mas pelo trabalho, infelizmente, e pelo rompimento do acordo e da palavra empenhada na Câmara dos Deputados. Entendíamos que o acordo aqui firmado seria aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados, e não foi o que aconteceu. No Parlamento, nós aprendemos a respeitar acordos firmados – eu digo nós, porque somos nós, Deputados e Senadores. Estou no Congresso há 26 anos e nunca vi uma situação como esta: um acordo feito por Deputados, Senadores, sociedade civil e pelo próprio Executivo que foi totalmente alterado na Câmara dos Deputados. Por isso, eu me somo a esse movimento feito pelas redes sociais em defesa do meio ambiente, em defesa da nossa agricultura, em defesa dos pequenos agricultores, em defesa dos rios e das florestas, enfim, em defesa do Planeta.

Por isso, Sr. Presidente, digo que, após uma ampla discussão, esta Casa, no ano passado, aprovou o relatório dos Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique para o chamado Código Florestal. Na minha opinião, foi um relatório equilibrado, de bom senso. Já disse isso em outros momentos e repito aqui: esse relatório foi até criticado por alguns setores da área ambiental, mas foi o possível. Acordo é acordo. Mas, infelizmente, a Câmara dos Deputados fez alterações que, no meu entendimento e no entendimento de outros Senadores, de Deputados e de especialistas nesse tema, desfiguraram o texto. Foram 30 alterações. Como é de conhecimento, foram reduzidas as obrigações da manutenção ou recuperação de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal. Essas alterações causam várias críticas de diversos setores da sociedade brasileira, integrantes da comunidade científica, de entidades ambientalistas e até mesmo de setores vinculados ao setor da agricultura, e não pequenos.

Lembro-me aqui do Senador Blairo Maggi. O Senador Blairo Maggi foi à tribuna e fez uma crítica dura. E eu o cumprimentei, porque ele disse que isso era um desrespeito ao acordo firmado, inclusive, com a Presidenta Dilma.

Essas alterações, com certeza, deixaram todos muito preocupados.

A Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse que discorda das mudanças feitas pela Câmara, mas que é preciso buscar uma saída que não crie instabilidade jurídica.

Há sinais de que a Presidenta Dilma – por quem não falo aqui – quer vetar o projeto. Claro que poderá ser veto integral ou parcial.

O próprio Senador Jorge Viana e o Senador Luiz Henrique disseram, aqui mesmo, neste plenário, que é importante que a Presidenta possa vetar, mas que, imediatamente, com inspiração no trabalho feito no Senado Federal, busque-se a segurança jurídica e que se possa dar tranquilidade a quem cria, a quem planta, com um olhar para todos aqueles que dedicam sua vida à produção.

Quero, mais uma vez, destacar, Sr. Presidente, que vou citar aqui alguns dos pontos que foram alterados.

Foram retirados os oito princípios, incluindo-se o reconhecimento das florestas e das demais formas de vegetação nativa como bens de interesse comum a todos os brasileiros. Ou seja, foram retirados os oito princípios. Esses princípios, segundo o Relator da Câmara, extrapolam, segundo ele, a razoabilidade. Não concebo o porquê dessa justificativa para uma lei da grandeza do Código Florestal, tão bem elaborada e

discutida. Ela começou na Câmara, mas foi concluída aqui, no Senado Federal.

Também argumenta o Relator da Câmara que alguns pontos tratados no Código, por exemplo, as áreas de pousio – interrupção do cultivo da terra por um ou mais anos – e outros específicos devem ser objeto de regulamento.

Ora, se são objeto de regulamento, mas se há entendimento e se já estavam no Código Florestal, por que retirar? É sinal de que houve má-fé.

Muitas vezes, há necessidade de traçarmos os detalhes específicos, para que os conceitos e dispositivos legais atinjam, enfim, a sua finalidade.

Apenas detalhando o exemplo anterior, nas áreas do chamado pousio, a definição do tempo e do percentual é fundamental para evitar que a terra fique décadas sob esse rótulo, deturpando, assim, o conceito usado para dar descanso a terra entre um plantio e outro; ou seja, uma área não produtiva pode ser considerada em pousio. Essa inovação do texto do Senado foi incluída pelos Relatores, Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique.

Com relação à agricultura familiar, foi excluído o dispositivo que previa, para as propriedades familiares que desenvolviam atividades consolidadas em margens de rios com mais de dez metros de largura, a obrigação de recompor faixas de vegetação correspondentes à metade da largura do rio, observando o mínimo de 30 metros e o máximo de 100 metros.

Sobre atividades consolidadas, foram excluídas regras para a recomposição da vegetação nas chamadas Áreas de Preservação Permanente ao longo dos rios com mais de dez metros de largura.

Como vocês veem, atingem os rios, Senador Luiz Henrique, que está aqui, Relator da matéria, as florestas e, principalmente, os pequenos produtores.

No texto do Senado, estava prevista a recomposição de faixa de mata correspondente à metade da largura do rio para propriedades com até quatro módulos fiscais e a definição de regras pelos conselhos estaduais de meio ambiente para as demais propriedades.

Foi excluída a proibição de atividade consolidada nas unidades de conservação, bem como foi retirada a obrigatoriedade de recompor 30 metros de mata em torno dos olhos d'água em áreas ocupadas por cultivos ou criações.

Cito ainda outros itens que sofreram modificações: cálculos de áreas protegidas, espécies ameaçadas, áreas úmidas, morros e encostas, apicuns e salgados, aquicultura, crédito rural, enfim.

Sr. Presidente, o que podemos ver e ouvir – e pedi que este meu pronunciamento fosse feito pelos consul-



tores que analisaram profundamente – é assustador. Resumi o assunto porque sabia que meu tempo era pequeno, mas peço que V. Ex<sup>a</sup> considere na íntegra. Mas não vejo a mínima condição de este Código ser aprovado como está.

O movimento que vejo nas redes sociais é pelo veto total. O Senador Luiz Henrique, mais do que ninguém, como Relator, conhece essa matéria. Não sou um especialista, mas fui atrás de informações. Repito: se o veto será total ou parcial depende, é claro, da Presidenta da República.

Mas, Sr. Presidente, aproveito o meu tempo, nesta quinta-feira, para falar da tribuna sobre outro tema: a votação que tivemos ontem. Esta Casa votou constrangida a Lei da Copa de 2014. Socorro-me aqui nas palavras do Líder Humberto Costa e de Wellington Dias. Ambos diziam que votavam constrangidos, por estarmos, Senador Mozarildo, que aqui já falou sobre o tema, votando que, nos estádios de futebol, poder-se-ia vender bebida.

Vim à tribuna ontem à tarde e falei das minhas preocupações, que eu gostaria muito que isso não acontecesse. Apresentei emenda nesse sentido que, na votação em bloco, foi rejeitada. Acho que foi um precedente muito, muito perigoso. Ao abriremos a possibilidade de, por uma imposição da Fifa, nos estádios de futebol, vender-se bebida... Assunto superado no Brasil! O Ministério Público demonstra que, no Brasil, depois do acordo feito entre os estádios e as federações de futebol, diminuíram as brigas, diminuíram os acidentes de trânsito, diminuíram as mortes. A violência com a qual a bebida alcoólica acaba contribuindo voltará a acontecer. Calculem os senhores, em pleno estádio de futebol, uma torcida fanática defendendo sua seleção, seu país de origem, e a bebida correndo solta, o que poderá acontecer! É como acender um pavio de pólvora dizendo que o barril está a cem metros de distância. Bom, depois de acender o pavio e deixar, tudo poderá acontecer.

Repito de novo: acho que foi grave. Inúmeros Senadores e Senadoras tinham opção contrária. Eu declarei desta tribuna, antes da votação, qual era o meu ponto de vista, e outros Senadores declararam também, no plenário, suas preocupações com essa votação.

Eu reafirmo aqui o meu ponto de vista. Só resta agora – vou passar para o Senador Mozarildo – uma possibilidade: que os governadores, baseados nas legislações dos Estados, proibam que a bebida possa ser vendida dentro do estádio. E dizia um especialista na área: “Paim, se quiserem fazer propaganda dentro do estádio, que façam. Podem fazer propaganda na

camiseta, no alambrado, numa placa. Agora, liberar bebida alcoólica dentro do estádio, é uma temeridade”.

Por isso, li aqui ontem o manifesto que me foi entregue pelos procuradores. Quero dizer que constam desse manifesto dados interessantíssimos. Por exemplo, o coordenador da Comissão Permanente de Adoção de Medidas de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios de Futebol me entregou um documento – vou passá-lo para V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mozarildo – no qual diz que, depois que foi proibida a bebida, houve uma diminuição de 75% nos acidentes. Só esse dado já seria suficiente para nos mover em defesa da vida, contra os acidentes. Calculem o que pode acontecer mediante a paixão de países diferentes na mesma disputa!

Senador Mozarildo.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR) – Senador Paim, eu fiz um pronunciamento, hoje, sobre esse tema e quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela abordagem que faz, porque realmente foi uma saia justa para muita gente. A votação das emendas era em globo. Então, se derrubassem, derrubavam tudo. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: eu votei contra por convicção, sem nenhum tipo de hipocrisia. Eu acho que V. Ex<sup>a</sup> colocou um ponto fundamental: que se permitisse a propaganda, mas não o consumo, se não estaremos abrindo a porteira para que, amanhã, se houver um festival de *rock* ou coisa que o valha, também será permitido.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR) – Eu sou contrário. Acho que o Brasil tem de continuar na sua trilha. Aliás, um paradoxo: a Câmara está votando um endurecimento da Lei Seca, dispensando, inclusive, o bafômetro. Ao mesmo tempo, a Câmara e o Senado aprovam lei que permite que se possa beber durante a Copa de 2013 e 2014.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, eu acompanhei o voto de V. Ex<sup>a</sup>, acompanhei o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e quero dizer que rendo a V. Ex<sup>a</sup> as minhas homenagens.

Os Senadores ficaram realmente numa saia justa: votação em bloco, muitos tinham emendas, mas se sentiram sem condição de reagir. Foi um constrangimento enorme.

Eu termino dizendo, Sr. Presidente, que países como Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos, Itália, Japão e França proibiram, sim, em plena Copa, o uso de bebida alcoólicas dentro dos estádios. Se eles podem, por que no Brasil não podemos proibir, em vez de entrarmos nesse retrocesso?

Voltarei ao tema em outro momento, porque vou continuar insistindo, fazendo apelo aos Governadores

para que proibam a venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios. Quem sabe até a Presidente Dilma possa vetar.

Era isso. Peço que considere como lidos na íntegra meus dois pronunciamentos.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente, a tolerância como sempre.

### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR**

**PAULO PAIM**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre o Código Florestal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, após uma ampla discussão, esta Casa, no ano passado, aprovou o relatório dos senadores Jorge Viana e Luiz Henrique para o Código Florestal.

Na minha opinião, foi um relatório equilibrado, com bom senso. Disse isso lá atrás e reitero agora.

Infelizmente a Câmara dos Deputados fez alterações, o que, no meu entendimento, e no entendimento, de senadores e deputados, desfigurou o texto.

Foram 30 alterações. Como é de conhecimento foram reduzidas as obrigações de manutenção ou recuperação de áreas preservação permanente e de reserva legal.

Essas alterações causaram várias críticas de diversos setores da sociedade brasileira, integrantes da comunidade científica e de entidades ambientalistas.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse que discorda das mudanças feitas pela Câmara, mas que é preciso buscar uma saída que não crie instabilidade jurídica.

Há sinais de que a presidenta Dilma Rousseff vai vetar alguns pontos. O prazo é até o dia 25.

Os próprios senadores Jorge Viana e Luiz Henrique disseram, aqui mesmo, neste Plenário, que “é importante que a presidenta possa vetar, mas que, imediatamente, inspirada no Senado Federal, dê segurança jurídica a quem quer criar e plantar e com um olhar para os pequenos produtores”.

Gostaria, Sr. Presidente, de citar alguns pontos destas 30 modificações, que, no meu entendimento foram um retrocesso.

Senão, vejamos:

Foram retirados os oito princípios, incluindo o reconhecimento das florestas e das demais formas de vegetação nativa como bens de interesse comum a todos os brasileiros.

Estes princípios, segundo o Relator na Câmara, extrapolam a razoabilidade, mas não concebo o por

quê desta justificativa para uma Lei da magnitude do Código Florestal.

Também argumenta o Relator da Câmara que, alguns pontos tratados no Código, como por exemplo, as áreas de pousio (interrupção do cultivo da terra por um ou mais anos), e outros específicos, devem ser objeto de regulamento.

Muitas vezes, há a necessidade de traçarmos os detalhes específicos para que os conceitos e dispositivos legais atinjam a sua finalidade.

Apenas detalhando o exemplo anterior, das áreas de pousio: a definição do tempo e do percentual dessa são fundamentais para evitar que a terra fique décadas sob esse rótulo, deturpando assim o conceito usado para: dar descanso à terra entre um plantio e outro. Ou seja, uma área não produtiva pode ser considerada em pousio.

Esta inovação no texto do Senado foi incluída pelo relatório do Senador Jorge Viana na Comissão de Meio Ambiente.

Com relação à agricultura familiar foi excluído o dispositivo que previa, para propriedades familiares que desenvolviam atividades consolidadas em margem de rios com mais de dez metros de largura superior, a obrigação de recompor faixas de vegetação correspondente à metade da largura do rio, observando o mínimo de 30 metros e o máximo de cem metros.

Sobre atividades consolidadas: foram excluídas regras para recomposição da vegetação APPs (Área de preservação Permanente) ao longo de rios com mais de dez metros de largura.

No texto do Senado, estava prevista a recomposição de faixas de mata correspondentes à metade da largura do rio, para propriedades com até quatro módulos fiscais, e a definição de regras pelos conselhos estaduais de Meio Ambiente para as demais propriedades.

Foi excluída a proibição de atividades consolidadas nas unidades de conservação.

Bem como foi retirada a obrigatoriedade de recompor 30 metros de mata em torno de olhos d'Água, em área ocupada por cultivos ou criações.

Cito agora outros itens que sofreram modificações: cálculo de áreas protegidas, espécies ameaçadas, áreas úmidas, morros e encostas, apicuns e salgados, aquicultura, crédito rural, cidades.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu pude ler muito e ouvir diversos especialistas sobre o assunto. A conclusão que eu cheguei é de que o texto do Senado Federal, ou seja, o relatório do senador Jorge Viana é inovador e necessário para o desenvolvimento social, ambiental e econômico do nosso país.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre a Lei Geral da Copa e as emendas apresentadas pelo Senador.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, começo hoje meu pronunciamento, dizendo que ontem trouxe à Tribuna a minha manifestação contrária à liberação do uso de bebidas alcoólicas nos estádios, durante os jogos da Copa do Mundo de 2014.

O Projeto de Lei da Câmara nº 10 de 2012, conhecido como Lei Geral da Copa, foi votado ontem em Plenário e aprovado na íntegra como veio da Câmara dos Deputados.

Apresentei ontem cinco emendas, sendo uma aditiva, duas modificativas e outras duas emendas de redação e infelizmente nenhuma foi aprovada.

Na emenda aditiva que apresentei, acrescentei três parágrafos ao art. 65 do texto, com o intuito de impedir que exista qualquer forma de trabalho escravo, infantil ou degradante ao longo de toda a cadeia de fornecedores dos produtos e de prestadores de serviços envolvidos com a Copa do Mundo.

É tão relevante e ao mesmo tempo preocupante esta questão, que vale lembrar que a votação pela Câmara dos Deputados da PEC do Trabalho Escravo (PEC 438/2001), que ocorreria dia 09/05/2012, foi adiada para o dia 22 de maio de 2012.

Apresentei ontem uma emenda de redação, cujo objetivo era aperfeiçoar a redação do referido dispositivo (art. 29, alínea **b**, inciso I), sem qualquer alteração em seu conteúdo.

Ou seja, apenas de descrever o que é *trabalho decente*, já contido na redação aprovada pela Câmara, e por conseguinte sem modificação de mérito, mas combatendo os trabalhos escravo, degradante, infantil, inclusive num evento de porte internacional como a Copa do Mundo.

A outra emenda de redação, considera que a expressão “comércio” é mais apropriada do que “estabelecimentos”, ante a dubiedade que esta expressão contém (§ 2º do art. 11), não alterando o conteúdo do dispositivo apresentado no PLC 10 de 2012 (Lei Geral da Copa).

Uma das emendas modificativas, visa aperfeiçoar o projeto, de modo a garantir a atuação dos vendedores autônomos e ambulantes que possuam autorização ou cadastro nas respectivas Prefeituras para o comércio nas ruas,

E por dar cumprimento à Constituição Federal, que protege o direito adquirido e o direito ao livre exercício profissional.

É necessário garantir de modo claro e expresso o direito dos vendedores autônomos e ambulantes, a fim de evitar discussões judiciais ou administrativas que inviabilizariam na prática a atuação de tais trabalhadores durante a Copa, colocando em risco seu sustento e de suas famílias.

Estas quatro emendas foram sugestões da Central Única dos Trabalhadores – CUT, pois recebi em meu Gabinete na data de ontem, os Srs. Manoel Messias Melo, Secretário de Relações do Trabalho – CUT Brasil, Maximiliano Nagl Garcez Consultor jurídico – CUT Brasil e Humberto Jorge Leitão, Assessor Parlamentar da CUT Brasil.

Apresentei também uma outra emenda modificativa, após receber um grupo de Procuradores de Justiça do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça – CNPG dos Estados e da União, sendo que o Dr. José Antônio Baeta de Melo Cançado – *Coordenador da Comissão Permanente de Adoção de Medidas de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios de Futebol do CNPG – entregou-me dados estatísticos e documentos que comprovam a redução da violência após a proibição de venda de bebidas de álcool nos estádios de futebol.*

*Esta emenda modificativa (para alterar o art. 68 do texto), considera os dados estatísticos oriundos do Judiciário e Secretarias de Segurança Pública que constataram que as ocorrências policiais foram reduzidas em mais de 75% após a proibição de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol.*

Diminuíram as brigas, as mortes e os acidentes de trânsito no final das partidas.

Termos nos estádios, por um lado, o fanatismo de alguns torcedores defendendo a seleção de seu país e, por outro, as bebidas alcoólicas, é um grande erro, um equívoco que só atende o poder econômico.

Isto significa que o pavio estará aceso, se vai haver explosão, ou não, é o que veremos.

Ficam aqui as minhas preocupações. Com este gesto o Brasil terá que ficar em estado de alerta.

Tanto a CBF como as Federações Estaduais de Futebol ostentam, em suas resoluções e atos internos a proibição à venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol.

E, apesar da notícia divulgada no sentido de que a Presidência da República teria assumido compromisso com a FIFA para permitir a comercialização de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo e Copa das Confederações, tal documento não foi apresentado publicamente.

Vale lembrar que durante a Copa do Mundo conjunta do Japão e da Coréia do Sul os Estados Unidos;



Itália; Japão; Coréia do Sul e França proibiram o uso de bebidas alcoólicas durante nos estádios de futebol.

Tivemos países em que empresas produtoras de cerveja tiveram que adaptar-se e vender somente cerveja sem álcool.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por fim, deixo aqui minha manifestação de desacordo e indignação com a não aceitação das emendas propostas por mim à Lei Geral da Copa. Todas as emendas foram rejeitadas em Bloco.

As emendas contribuiriam para o aperfeiçoamento da legislação e beneficiariam a população do país e os visitantes internacionais durante os jogos da Copa do Mundo de 2014. Inclusive dando maior segurança a todos.

Como disseram o Líder Humberto Costa, do PT, e o Senador Wellington Dias: Votamos constrangidos essa imposição da FIFA.

Só resta agora os Estados, que podem não aceitar a venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido regimentalmente.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

Antes, porém, Senador, há requerimento a ser lido.

Sobre a mesa, o **Requerimento nº 406, de 2012**, do Senador Paulo Davim, que requer autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 14 de maio de 2012, para participar de diligências da CPI do Tráfico de Pessoas na cidade do Rio de Janeiro, conforme Requerimento nº 144, de 2012 – CPI, aprovado em 7 de março de 2012.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*  
Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Também sobre a mesa, o Senador Ricardo Ferraço apresentou o **Requerimento nº 405, de 2012**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, no período de 1º a 10 de junho de 2012, para integrar a comitiva do Governo do Estado do Espírito Santo em missão especial na República de Cingapura e na cidade de Roterdã, Holanda.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa e distribuído ao Plenário despacho do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, **ad-referendum** do seu

Colegiado, em que opina pela aprovação do **Requerimento nº 405, de 2012**.

É o seguinte o Despacho:

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, AD REFERENDUM DO PLENÁRIO DO COLEGIADO, EM SUBSTITUIÇÃO AO PARECER PREVISTO NO ART. 40, § 4º, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL**

**Referente ao Requerimento nº 405, de 2012, do Senador Ricardo Ferraço, que “Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 1º a 10 de junho de 2012, para integrar a comitiva do Governo do Estado do Espírito Santo em missão especial na República de Singapura e na cidade de Rotterdam, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 31 de maio a 10 de junho de 2012”.**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu no dia 10 de maio de 2012 o Requerimento em epígrafe, de autoria do ilustre Senador Ricardo Ferraço.

Os Atos nºs 2 e 4, de 2011, desta Comissão, estabelecem rito de apreciação dessa modalidade de requerimento, que, neste caso, não pôde ser observado, tendo em vista a proximidade entre o período da missão e a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Isso posto, e tendo em vista que o Regimento Interno, em seu art. 41, autoriza ao Presidente da Casa despachar solicitação de licença quando a sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas ou, ainda, na hipótese de recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno, procedimento análogo ao previsto no referido art. 41.

Desse modo, não tendo sido possível submeter o Requerimento ao Plenário da Comissão, o que somente poderá ocorrer na próxima reunião deliberativa, este Presidente avoca para si a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, **ad referendum** do Colegiado.

As razões para opinar favoravelmente estão contidas em Ofício do Governador Renato Casagrande, Governador do Espírito Santo, convidando o Senador Ricardo Ferraço a integrar a comitiva capixaba que visitará a República de Singapura, no Sudeste Asiático, e a segunda maior cidade dos Países Baixos, Rotterdam,

situada na Holanda, documento que acompanha o Requerimento em epígrafe. A viagem terá por fim conhecer polos de desenvolvimento de tecnologia portuária.

Esta Presidência, portanto, opina pela aprovação do Requerimento nº 405, de 2012, do Senador Ricardo Ferraço.

Sala da Comissão, 10 de maio de 2012. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não havendo objeção do Plenário, as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador Waldemir Moka, que preside esta sessão, Sr<sup>a</sup> Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, ouvi com muita atenção o pronunciamento que acabou de fazer o ilustre Senador Paulo Paim. Referia-se S. Ex<sup>a</sup> às modificações operadas pela Câmara no projeto que mereceu 80% de aprovação na votação aqui no Senado.

Eu tenho aqui, Sr. Presidente, um quadro comparativo entre o texto que foi aprovado pelos colegas Senadores, texto este da lavra do ilustre Senador Jorge Viana, da Comissão de Meio Ambiente, e que foi anteriormente relatado por mim nas Comissões de Justiça, Agricultura e Ciência e Tecnologia.

Sr. Presidente, se o conjunto de palavras que compõem esse projeto fosse uma floresta, operou-se na Câmara um grande desmatamento. Dos 78 dispositivos que aprovamos, foram suprimidos 23. Mais de 30% do que foi aprovado aqui foi objeto de supressão. E supressões que são contrárias, absolutamente contrárias aos interesses da produção rural, aos interesses da produção. É incrível, nós, depois de ouvirmos a Ciência Agrária, depois de ouvirmos os maiores especialistas da Embrapa, das escolas de Agronomia – como a Luiz de Queiroz –, chegamos à conclusão de que seria demasiado estabelecer limite de preservação à beira de rio além de 100 metros, pois, sob a intenção de proteger a agricultura, a tesoura que se pôs no Congresso, na Câmara dos Deputados, acabou restabelecendo os absurdos 500 metros de recomposição das áreas ripárias. Por outro lado, havia um pleito dramático, ansioso, nervoso, principalmente das bancadas nordestinas, com relação ao disciplinamento dos apicuns e salgados.

O que fizemos nós? Como apicuns e salgados pertencem a um gênero que tem que merecer total proteção, porque ali é o criadouro das espécies marinhas, e eu me refiro aos manguezais, como os apicuns e salgados integram esse sistema, nós estabelecemos um regramento de respeitar atividades já existentes de extração de sal e de criação de camarão. Foi uma luta construir essa solução.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Capítulo IV, Do Uso Ecologicamente Sustentável dos Apicuns e Salgados, foi o melhor texto inserido no projeto aprovado aqui no Senado. Ele foi redigido a muitas mãos. Ele contou com a sapiência do Ministro Herman Benjamin, que veio nos assessorar e ficou aqui durante dias, demonstrando que as coisas tinham que ser feitas com segurança jurídica, para que o que aprovássemos aqui não transbordasse nos tribunais. Contou com a colaboração de muitos colegas, sobretudo do Senador José Agripino, que, trabalhando junto com o Líder Henrique Alves, para quem a questão era muito sensível e muito importante, melhoraram, aprimoraram o texto que eu havia construído e que se propunha a reconhecer a continuidade do uso antrópico dos apicuns e salgados.

Pois bem, um capítulo inteiro: o art. 12, seu §1º e seus incisos I, II, III, IV; seu §2º; seu §3º e seus incisos I, II, III; o §4º e seus incisos de I a III; o §5º; o §6º; e o §7º; que disciplinava essa matéria com uma rigidez e um cuidado extraordinários e que estabelecia a medida certa entre preservação e produção. Todo esse capítulo foi revogado.

Se, daqui a uns dias, a Presidente da República, Dilma Rousseff, que tem duas bombas na mão – uma, de hidrogênio; outra, atômica –, se dispuser, com a bomba de hidrogênio, a vetar todo o projeto, ou, com a bomba atômica, a não reeditar o decreto do Presidente Lula, todos aqueles produtores de extração de sal e de camarão estarão criminalizáveis.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, encontramos-nos numa situação muito delicada. Muito delicada porque, como a Câmara não podia emendar o que fizemos, estabeleceu-se lá a supressão de 23 dispositivos e a revigoração de dispositivos da Câmara que haviam sido substituídos.

Então, isto aqui, Sr. Presidente, isto aqui, Srs. Senadores, isto aqui virou uma mesa de sapateiro, isto aqui virou um ornitorrinco legislativo, isto aqui virou uma peça afetada por uma doença grave que precisa de remédios excepcionais e de cirurgias muito eficientes, feitas com muita perícia.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Jorge Viana e eu propusemos um projeto de lei,

que esperamos possa vir a ser aprovado rapidamente nesta Casa, restabelecendo aquilo que foi suprimido, ou seja, um projeto de recomposição da floresta legislativa derrubada nesse projeto.

E nós esperamos que esta Casa, que já demonstrou todo o seu apoio ao projeto do Senado, que foi um projeto convergente, que foi um projeto elaborado ouvindo a todos, ouvindo o Governo, ouvindo os líderes da Frente Parlamentar da Agricultura na Câmara, *pari passu*, chamando para a nossa assessoria os assessores da Frente Parlamentar da Agricultura na Câmara; um projeto que ouviu o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, o Poder Judiciário, as organizações não governamentais, desde aquelas da província até as grandes ONGs internacionais, como WWF e Greenpeace. Ouvimos os pequenos agricultores...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (Bloco/PMDB – SC) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Ouvimos os agricultores familiares. Os médios, os pequenos e os grandes agricultores. Ouvimos, enfim, a sociedade, em dezenas de audiências públicas aqui no Senado e no País afora.

Aquele projeto precisa ser reconstituído, precisa ser restabelecido. E espero dos nossos colegas não apenas 80%, mas 100% de aprovação, para que o País tenha, como sempre quisemos, uma lei perene, duradora, uma lei autoaplicável, uma lei que não venha a ser contestada nos tribunais, e uma lei que sirva àquilo que nós queremos: a preservação dos nossos bens meio ambientais e a garantia da produção agrícola no nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Parabenizo o Senador Luiz Henrique.

Passo a Presidência à Senadora Ana Amélia para que eu possa fazer uso da palavra.

*O Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Convido para falar, como orador inscrito, o Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu me inscrevi, confesso, para registrar o meu apoio à decisão corajosa da Presidenta Dilma Rousseff quando, contrariando – isso é muito difícil, não me lembro de ninguém com essa ousadia –, mexeu no juro da

caderneta de poupança. Esse é um assunto delicado, até porque envolve milhões e milhões de poupadores, sobretudo de pequenos poupadores, mas vemos a importância dessa medida que vai garantir que a gente possa finalmente ter uma política de juros compatível com a média da política do juro internacional.

Mas, ouvindo o Senador Luiz Henrique, eu quase me obriguei a falar a respeito do Código Florestal. O Senador Luiz Henrique é testemunha, assim como vários dos senhores, do esforço que fiz para que a Frente Parlamentar da Agricultura fosse ouvida. Eu não me lembro de ter decidido nenhum texto que não contasse com a aquiescência de vários Deputados. É verdade que Deputados como Ronaldo Caiado e Valdir Colatto sempre se colocaram como resistentes ao texto que havia sido construído.

Eu sou um daqueles que acho que nós temos que trabalhar, e a minha vida inteira sempre me comportei, Senadora Ana Amélia, minha cara Presidenta, como alguém capaz de construir consensos e convergências. Penso que a iniciativa do Senador Luiz Henrique e do Senador Jorge Viana, certamente, preocupados, evidentemente, pelo que leva a crer, com o que a Presidenta Dilma fará... Eu não acredito em veto total, porque o veto total seria desconhecer que 90%, hoje, desse texto construído, estão, no mínimo, razoável, para ser pessimista. A verdade é que existem pontos polêmicos, divergentes. Por isso, considero importante a iniciativa dos Senadores e, aqui, do Senado, de contribuir.

Aliás, nesse sentido, na Comissão de Agricultura, o Senador Acir Gurgacz, V. Exª, o Senador Luiz Henrique, a Senadora Ana Amélia, estamos construindo uma discussão capaz de, em um possível veto da Presidenta Dilma, termos uma legislação que possa cobrir, porque, do jeito que ficou o projeto, o veto vai criar uma insegurança jurídica, vai criar lacunas que vão prejudicar exatamente o produtor rural...

**O Sr. Luiz Henrique** (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – ...e não podemos permitir isso.

Com o maior prazer, Senador Luiz Henrique.

**O Sr. Luiz Henrique** (Bloco/PMDB – SC) – Pedi este aparte para que a Casa e a Nação saibam, os telespectadores da TV Senado saibam o quanto V. Exª, Senador Waldemir Moka, trabalhou por esse consenso, por essa convergência. V. Exª, como eu, abriu mão de parte das suas convicções, de parte dos seus desejos, entendendo que, se esse texto não era aquilo tudo que queríamos, era o possível, dentro daquilo que os alemães chamam de *realpolitik*. Ora, V. Exª foi a ponte entre o Senado e a Câmara. V. Exª promoveu reuni-



ões em sua casa, com o texto na mão examinando o que estava bom, o que não estava bom, negociando dia a dia. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que os assessores dos Parlamentares da Frente Parlamentar da Agricultura que elaboraram o projeto trabalharam conosco e ficaram praticamente alojados em meu gabinete e no gabinete do Senador Jorge Viana. Cada artigo que a gente escrevia, cada parágrafo, cada inciso, cada alínea, eles iam lá consultar os Deputados sobre se podia ou não podia. Eu mesmo fiz várias reuniões. O Senador Jorge Viana fez várias reuniões também. E qual era a nossa expectativa? Esse projeto deixou de ser do Senado. Ele era do Senado, da Câmara e do Governo, porque nós ouvíamos o Governo também dia a dia a respeito da tramitação dessa matéria. Por quê? Porque o tempo me ensinou que nós não devemos, na política, praticar gestos inúteis. E seria um gesto inútil fazer um texto com o qual o Governo não concordasse, que não fosse negociado com o Governo e que os Deputados também não concordassem. Agora, o que aconteceu? Aconteceu um quadro surrealista. Matérias do maior interesse da Frente Parlamentar da Agricultura, como a utilização dos apícu e salgados, como a limitação do máximo de florestamento da mata ciliar a 100 metros, desapareceram. Não há mais proteção, meu caro Senador Flexa Ribeiro, e V. Ex<sup>a</sup> se bateu muito por isso. V. Ex<sup>a</sup> contribuiu para esse magnífico capítulo que foi todo revogado na Câmara. Os produtores de camarão e extratores de sal do Nordeste vão estar sujeitos à criminalização, porque não tem mais proteção para eles. Por outro lado, se restabeleceu a obrigação de reflorestar até 500 metros da beirada dos rios de maior largura. Quer dizer, o que era para ser a favor da agricultura e da produção acabou sendo contra, Senador Waldemir Moka. Eu agradeço o aparte a V. Ex<sup>a</sup> e cumprimento-o por sua participação nesse processo de elaboração desses projetos. Eu diria que V. Ex<sup>a</sup> não foi dos maiores; V. Ex<sup>a</sup> foi o maior.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Luiz Henrique, mas o texto foi possível porque todos nós abrimos mão de alguma coisa. Temos de entender que a Câmara tem legitimidade para fazer o que fez, é legítimo, os Deputados têm um mandato. Da mesma forma que foi modificado o texto aprovado aqui, eles poderiam anuir, concordar ou suprimir, mas penso que o resultado acabou não agradando a ninguém, essa que é a verdade.

E o veto da Presidenta pode criar uma insegurança jurídica, daí por que, Senadora Ana Amélia, proponho que a gente, na Comissão de Agricultura, na Comissão do Meio Ambiente, na Comissão de Constituição e Justiça, mais uma vez, Senador Eunício – V.

Ex<sup>a</sup> iniciou esse processo presidindo a Comissão de Constituição e Justiça –, promova um texto, mas que também esse texto – e agora penso que a Câmara dos Deputados possa fazer uma autocrítica entendendo que aquilo que eles tentaram fazer não foi possível – fosse combinado com o Governo, ou seja, a Presidenta Dilma vetaria parcialmente e, ao vetar, já teríamos um texto capaz de suprimir, de suprir, melhor dizendo, o veto, para que não ficasse nenhuma vacância jurídica.

Então, é preciso, mais do que nunca, de um grande acordo, de um grande entendimento entre a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Governo para que a gente possa fazer um texto capaz, realmente, de principalmente dar uma segurança jurídica, preservar o nosso grande patrimônio, a questão ambiental, e fazer com que esse texto não engesse o desenvolvimento. Então, é nesse sentido que...

**O Sr. Eunício Oliveira** (Bloco/PMDB – CE) – Senador Moka, a nossa Presidente lhe deu mais um tempo, não queria interrompê-lo, mas, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, gostaria de fazer um aparte para uma informação.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Ouço o Senador Eunício com o maior prazer.

**O Sr. Eunício Oliveira** (Bloco/PMDB – CE) – V. Ex<sup>a</sup> participou ativamente desse processo desde que o projeto chegou da Câmara dos Deputados, assim como a Senadora Ana Amélia, que é incansável nisso, o Senador Luiz Henrique, que foi nosso relator, o Senador Rollemberg, o Senador Jorge Viana, os Presidentes das Comissões – e eu me incluo neste momento. Nós vivenciamos, no Senado Federal, a construção de algo que agradou ao meio ambiente, que preservou o meio ambiente, que devolveu ao meio ambiente algo que tinha sido tirado dele. Nós construímos aqui um entendimento que ninguém no mundo acreditava que fôssemos capazes de fazer aqui no Senado. Talvez tenha sido o melhor texto que o Senado tenha produzido nos últimos tempos; foi o equilíbrio entre a produção e o meio ambiente do Brasil. Nós produzimos esse texto que, lamentavelmente, por questões outras que não vêm ao caso, foi modificado, e não para melhor. Ele não melhorou a questão da produção, ele não melhorou a questão do meio ambiente, mas criou um problema tanto para o meio ambiente como para a produção nacional. Nós assinamos hoje, os três Presidentes das Comissões, um texto, um conjunto para debatermos um texto que venha substituir o texto que, obviamente, vai ser vetado pela Presidente Dilma. Nós já tomamos essa iniciativa e eu, mais uma vez, tenho certeza de que – além dos Senadores que citei aqui, como o Senador Luiz Henrique, o Senador Rollemberg, o Senador Jorge Viana, V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Amélia,

e tantos outros que participaram desse projeto que encaminhamos à Câmara dos Deputados que, repito, talvez tenha sido um dos melhores textos produzidos pelo Senado Federal, que tenhamos essa lacuna preenchida novamente pelo Senado da República –, V. Ex<sup>a</sup>, obviamente, terá uma participação importante na construção desse novo texto.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Senador Eunício, quero incorporar o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao meu pronunciamento. É exatamente isso.

Eu dizia: mais do que nunca precisamos de um grande acordo, de um grande entendimento. Daí, a minha preocupação, a iniciativa do Senado. Mas, novamente, espero agora o bom senso, a lucidez dos Deputados no sentido de que a gente construa um texto aqui e o construa rapidamente. É uma questão de iniciativa da Câmara ou do Senado, mas desde que seja um texto de entendimento, capaz de suprir um possível veto presidencial. É a solução, a meu ver, que pode resolver e dar ao País, sobretudo ao setor produtivo e à questão ambiental, um texto capaz de dar segurança a quem produz, mas que preserve também o meio ambiente.

Quero agradecer a tolerância da Senadora, Presidente Ana Amélia.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Waldemir Moka, que assume tão logo a Presidência, quero lhe dizer que o tempo foi até limitado pela relevância da abordagem dessa questão. Fui entender, ao longo do tempo, algumas características desse imenso Brasil.

V. Ex<sup>a</sup> lembrou bem, o Senador Luiz Henrique e o Senador Flexa Ribeiro, da questão dos apicuns. Eu nunca tinha ouvido essa palavra, porque sou do Sul e nós não temos essa figura e essa situação dos produtores.

Então, a riqueza deste País e o que foi feito por esta Casa merecem ser resgatados como patrimônio conquistado. E o que disse o Senador Eunício também renova o desejo e a esperança de que seja possível, pela via política, encontrar um meio termo, para que não haja confronto nem contencioso num tema que diz respeito às gerações deste País, ao futuro deste País como maior produtor e exportador de alimentos e também um País que tem que zelar muito pela defesa e preservação do seu patrimônio ambiental.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco/PMDB – CE) – Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador Eunício Oliveira.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco/PMDB – CE. Pela ordem.) – Só para que V. Ex<sup>a</sup> me inscreva para falar em nome da Liderança do meu Partido, o PMDB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito pela Liderança do PMDB. Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, eu estou inscrito aí, na ordem de inscrição, como orador. Eu gostaria de ver se estou na ordem e se por acaso já cheguei atrasado. E gostaria de me inscrever também pela Liderança da Minoria aqui na Casa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Se V. Ex<sup>a</sup> se inscrever pela Liderança do Democratas...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Estou inscrito também como orador, na ordem de inscrição.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na ordem de inscrição, como na hora de V. Ex<sup>a</sup> falar não estava presente em plenário – imagino participando da CPI ou de outra atividade –, foram chamados os oradores subsequentes. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem a oportunidade de falar como Líder e falará logo depois do terceiro inscrito. O primeiro é o Senador Cícero Lucena, que vai falar agora; depois, pela Liderança, o Senador Eunício; e, em seguida, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito pela Liderança do Democratas.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena, pela Liderança do PSDB.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco/PSDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes do pronunciamento, gostaria de fazer um registro. Eu, a exemplo – acredito eu – de Senadores de outros estados que devem ter sido procurados, fui procurado pela comissão dos aprovados do concurso da Polícia Rodoviária Federal, que alertam, com muita razão, para a preocupação com um quadro que se está agravando, da falta do contingente necessário para o exercício da profissão e dos objetivos da Polícia Rodoviária Federal.

Eles chamam atenção para um detalhe bastante interessante, Senador Eunício. Quando foram previstas 750 vagas, em 2009, quando já existiam exatamente essas 750 vagas, o concurso teve mais de cem mil participantes e passaram cerca de 1.500 concursados. Entre a data do concurso e hoje, houve vacância de mais 661 funcionários daquele setor. Qual o pedido deles? Como irá começar agora o curso, o treinamento dos 750 primeiros, que o Governo aproveitasse a estrutura,

a preparação, os custos desse curso e também desse a chance de treinar os outros 750.

Entre outros alertas que eles fazem, lembram da Copa do Mundo e das Olimpíadas, que sem dúvida nenhuma proporcionarão um fluxo maior de trânsito nas nossas estradas, e, conseqüentemente, o contingente de hoje da Polícia Rodoviária Federal não permitirá dar cobertura a essa demanda, que é tão importante para o povo brasileiro.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Paraíba, mais uma vez, foi surpreendida por um ato ditatorial do Governo do Estado. Mais um golpe de morte na educação pública do meu Estado. Após o fechamento de quase duzentas escolas estaduais, a tentativa da quebra da autonomia financeira e o sucateamento da infraestrutura da Universidade Estadual da Paraíba, o Governo tenta sepultar mais uma conquista histórica dos servidores daquela categoria. Por meio da Medida Provisória nº 193, encaminhada à Assembleia Legislativa, pretende rasgar – repito, rasgar – o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores, encaminhado e sancionado pelo ex-Governador e hoje nosso companheiro, Senador Cássio Cunha Lima.

Venho, por intermédio desta tribuna e dos órgãos de comunicação do Senado Federal, repudiar mais essa manobra contra a educação do nosso Estado. Poderíamos dizer: Basta! Os paraibanos não suportam e não merecem viver com tamanha perseguição, promessas descumpridas e insensibilidades.

A Medida Provisória nº 193, enviada à Assembleia, diz, em seu art. 1º:

“Os servidores públicos ocupantes de cargo pertencente ao Grupo Ocupacional Magistério que estejam nos níveis I e II da Classe A, do Anexo II, da Lei nº 7.419, de 15 de outubro de 2003 [Lei do PCCR, a que me referi anteriormente], passarão a ter como vencimento o valor de R\$ 1.088,26.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Paraíba, Sintep, diz, em nota, que “essa atitude do Governo serve apenas para mascarar o descumprimento da lei, e que atualmente no Estado não existe nenhum servidor na Classe A, níveis I e II, visto que, para esta classe A, o último concurso ocorreu na década de 90.”

O Governo prometeu, na sua propaganda eleitoral, só redefinir o Plano de Cargos e Remuneração dos servidores em parceria com as entidades representativas. Prometeu e, mais uma vez, não cumpriu.

Essa postura é lamentável e, do alto da sua independência, tenho certeza de que a Assembleia Legislativa da Paraíba vai, mais uma vez, derrotar essa

iniciativa que afronta a conquista histórica dos professores da nossa querida Paraíba.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Paraíba também questiona o pagamento do piso nacional, Senadora Ana Amélia, do magistério previsto em lei.

Quero registrar que ontem, na companhia da Senadora Ana Amélia, estive com o Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, para apresentar reclamação apresentada na Comissão de Educação pelo Senador Cássio Cunha Lima, do meu Estado, que também se fez presente, a exemplo do Senador Pedro Taques e do Senador Cristovam Buarque, para pedir o cumprimento da lei do piso nacional do magistério para aqueles Estados, como a Paraíba, que ainda não cumprem esse direito dos professores.

De acordo com informações repassadas pelos sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Paraíba e mais 16 Estados não pagam o piso nacional de R\$1.451,00, e o mesmo número não cumpre a jornada extraclasse definida na Lei 11.738 – lei do piso.

O Sintep, o sindicato na Paraíba, diz que o Governo da Paraíba se limita a cumprir o piso do MEC apenas na Classe A, nos níveis I e II.

Segundo o Sindicato, não existe na Paraíba nenhum servidor na Classe A, níveis I e II, visto que, para esta classe, repito, o último concurso ocorreu na década de 90.

Em nota, o Sintep afirma ainda que essa medida desrespeita as demais progressões do Plano de Cargos e Carreira e Remuneração do Magistério, cuja tabela exige uma diferença de 20% da Classe A para a Classe B' de 25% da Classe A para a Classe C; de 30 % da Classe A para a Classe D e 35 % da Classe A para a Classe E.

De forma que o Governo está interpretando o cumprimento da lei do piso na condição que levará em breve todos os integrantes da categoria, com tempo de serviço e portadores dos mais diversos títulos, a estarem nivelados ao professor em início de carreira, desprezando o estímulo e o incentivo para o treinamento, aperfeiçoamento e qualificação dos nossos servidores. E desprezando algo que é sagrado para os funcionários públicos: a incorporação ao tempo de serviço.

Equiparar toda a categoria a uma única remuneração não é cumprir o piso. Pelo espírito da lei, o piso da categoria seria o mínimo a ser pago pela administração pública e não como quer o Governo da Paraíba, transformando-o em teto.

Portanto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero me solidarizar com os paraibanos, emprestar a minha voz na defesa dos seus direitos e garantias, que estão sendo sucumbidas, principalmente com relação aos professores e outras categorias que neste momento sofrem



um golpe do Governo, que durante a campanha eleitoral prometeu criar um mundo fantasioso que existe apenas na cabeça do seu idealizador.

Na prática, esse mundo não existe. Na vida real existe apenas perseguição, falta de diálogo e descumprimento das obrigações previstas em lei, como no caso da autonomia financeira da UEPB, a lei do piso nacional do magistério e, agora, o sepultamento da lei do PCCR do magistério estadual.

Na campanha, o mesmo prometeu tudo; na prática não cumpriu nada. Prometeu pagar até o 14º salário aos professores e não cumpriu! Prometeu só redefinir o plano de cargos e remuneração do magistério em parceria com as entidades e, mais uma vez, não cumpriu.

Prometeu programa de inclusão digital com oferta de cursos e equipamentos. Também não cumpriu! Prometeu ferramentas de gestão *online*. Mais uma vez não cumpriu!

Prometeu política de formação e também não cumpriu!

Prometer e não cumprir é repudiado na política. Assim, eu espero que o Governo tenha mais sensibilidade e não cometa mais esse golpe a uma tão sofrida, judiada educação do Estado da Paraíba.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado e que Deus proteja a todos!

*Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Garibaldi Alves.

**O SR. GARIBALDI ALVES** (Bloco/PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o assunto que trago em meu pronunciamento nesta tarde é algo que me preocupa muito. Não posso deixar de partilhar com esta Casa a minha inquietação em relação à seca que castiga o Estado do Rio Grande do Norte e os demais Estados nordestinos. A sina do povo nordestino, Sr. Presidente, é ter de lutar sempre para sobreviver à seca?

Caso não haja providências urgentes por parte dos governos estadual e federal, essa situação de seca trará prejuízos irreparáveis para a economia e para o povo em toda a sua extensão. Tenho conhecimento de que o governo estadual já tem plano de emergência. É imprescindível, porém, o apoio decisivo do Governo Federal.

Não podemos permitir nem ficar aguardando que o pior aconteça. Temos que agir, pois não choveu nos quatro primeiros meses do ano e, segundo informações, não há perspectiva de que chova nos próximos meses.

A seca maltrata o meu Estado, o Rio Grande do Norte, que é o segundo Estado mais atingido. Já são 139 Municípios que estão em situação de emergência, número abaixo somente do Estado da Bahia.

A região do semiárido não sofre apenas com a falta d'água, sofre também com a escassez de alimentos, principalmente onde já não chove há alguns meses, pois houve perda da produção agrícola e a pecuária também está muito prejudicada com os rebanhos morrendo de fome e sede.

A situação no semiárido do Rio Grande do Norte é alarmante e é necessário que o Governo Federal participe efetivamente de um esforço conjunto com a sociedade, a fim de aliviar o sofrimento do pequeno produtor rural que é, certamente, o mais prejudicado nessa situação.

Algumas medidas mais urgentes de cunho político também necessitam ser implementadas. Nesse sentido, eu gostaria de apontar algumas medidas que considero indispensáveis.

Em primeiro lugar, é necessária a liberação de recursos orçamentários dos seguintes Ministérios: Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como também o da Integração Nacional, com o intuito de dar mais agilidade nas ações destinadas ao combate aos efeitos da seca nas regiões afetadas.

Em segundo lugar, dar celeridade à liberação imediata de todas as emendas parlamentares destinadas ao setor rural potiguar.

Em terceiro lugar, é necessário focar na solução da questão das dívidas rurais, prorrogando os prazos de seus vencimentos neste ano de crise, criando novas linhas de crédito, com a finalidade de não massacrar os mais necessitados neste momento.

Em quarto lugar, o fortalecimento dos estoques de grãos e rações animais através da Conab.

E, por último, o apoio em forma de recursos para pesquisas e combate às pragas que atingem o semiárido potiguar.

Sr. Presidente, espero que tenha conseguido transmitir minha preocupação, que realmente afirmo. E espero que, juntos, consigamos eliminar essa tragédia que, por tantos anos, tem assolado o povo nordestino.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Senador Garibaldi Alves, concedo a palavra, pela liderança do PMDB, ao Senador Eunício Oliveira.

Antes, porém, Senador, permita-me.

Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

# PARECER

## Nº 486, DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico; sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 103, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Delcídio do Amaral, que acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado; e sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 113, tendo como primeiro signatário o Senador Lobão Filho, que altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte.

RELATOR: Senador **RENAN CALHEIROS**

## **I – RELATÓRIO**

Tramitam conjuntamente nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), conforme Requerimentos 273 e 274, de 2012, três Propostas de Emenda à Constituição: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 56, de 2011, de autoria do Senhor Senador LUIZ HENRIQUE, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 103, de 2011, de autoria do Senhor Senador DELCÍDIO DO AMARAL, e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 113, de autoria do Senhor Senador LOBÃO FILHO, cujos objetivos são os descritos em epígrafe.

A PEC nº 56, de 2011, do Senador Luiz Henrique, apresenta dois artigos:

- a) O art. 1º estabelece que nas operações interestaduais que envolvam o comércio eletrônico seja aplicada a alíquota interestadual. Além disso, o art. 1º acrescenta no inciso VIII que a partilha do ICMS, no caso do comércio eletrônico, será da seguinte forma: “cabará ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual”.
- b) O art. 2º estabelece que a Emenda entrará em vigor no ano subsequente ao de sua publicação oficial e após decorridos noventa dias desta.

A PEC nº 103, de 2011, do Senador Delcídio Amaral apresenta três artigos:

- a) O art. 1º acrescenta inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal para estabelecer que, uma vez ocorrida operação interestadual na modalidade não presencial, parte da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) caberá ao Estado de origem e outra parte ao Estado de destino da mercadoria, em percentuais a serem definidos por resolução do Senado Federal.



b) O art. 2º determina repartição provisória até que o Senado Federal edite a referida resolução, cabendo ao Estado de localização do destinatário setenta por cento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, na forma a ser estabelecida por deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, “g”, do mesmo § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

c) O art. 3º é cláusula de vigência e eficácia.

A PEC nº 113, de 2011, do Senador Lobão Filho, apresenta três artigos:

a) O art.1º altera o inciso VII, do §2º do art. 155, da Constituição Federal, estabelecendo que em relação às operações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

b) O art. 2º revoga o inciso VIII do art. 155, da Constituição Federal; e

c) O art. 3º estabelece que a Emenda entre em vigor no ano subsequente ao de sua publicação oficial e após decorridos noventa dias.

## **II – ANÁLISE**

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito e sistema tributários, haja vista o disposto nos arts. 24, I, e 48, I, da Constituição Federal.

A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 60 da CF e se confirma pelas assinaturas de mais de um terço dos membros do Senado Federal comprovadas no processado da matéria. Nesse caso específico trinta signatários fizeram com que o requisito fosse obedecido com sobras.

As PEC's respeitam o disposto no § 4º do art. 60 supracitado, na medida em que não tende a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais. Também está em conformidade com o § 5º do mesmo art. 60, ao não versar sobre tema constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na mesma sessão legislativa.

As proposições estão de pleno acordo com os ditames da técnica legislativa, conforme a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

### MÉRITO

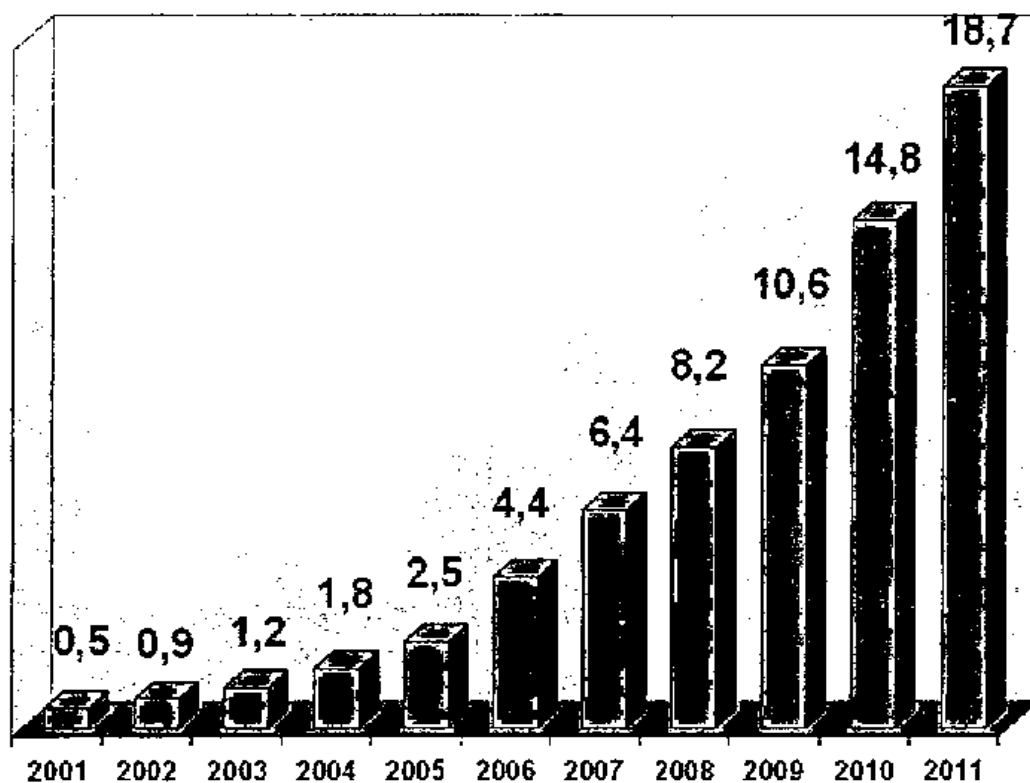
O comércio não presencial remonta a longa data no Brasil. Encomendas por catálogo, vendas por telefone e entregas de mercadorias pelos correios sempre fizeram parte do cotidiano do brasileiro comum.

Recentemente, o advento da internet instituiu o chamado *e-commerce*, ou comércio eletrônico, em que o comprador é exposto a uma variedade de produtos e preços sem precedentes em nossa história econômica.

A recente melhoria nos indicadores de emprego e renda da população brasileira impulsionou mais ainda o setor, facilitando o acesso a recursos eletrônicos por camadas sociais antes excluídas até mesmo do comércio de produtos básicos para a subsistência.

Hoje, de acordo com os dados coletados, o faturamento do comércio eletrônico passou de R\$ 540 milhões, em 2001, para R\$ 18,7 bilhões, em 2011, obtendo crescimento anual entre 76% (2006) e 26% (2011), nos últimos dez anos, conforme tabela e gráfico a seguir:

### Faturamento anual do e-commerce no Brasil - Bilhões



Fonte ebit - [www.e-commerce.org.br](http://www.e-commerce.org.br)

ANO	FATURAMENTO	Varição
2011	R\$ 18,70 bilhões	26%
2010	R\$ 14,80 bilhões	40%
2009	R\$ 10,60 bilhões	33%
2008	R\$ 8,20 bilhões	30%
2007	R\$ 6,30 bilhões	43%
2006	R\$ 4,40 bilhões	76%
2005	R\$ 2,50 bilhões	43%
2004	R\$ 1,75 bilhão	48%
2003	R\$ 1,18 bilhão	39%
2002	R\$ 0,85 bilhão	55%
2001	R\$ 0,54 bilhão	-

Entre os produtos mais vendidos temos os Eletrodomésticos e os de Informática, conforme abaixo:



**Produtos Mais Vendidos no Varejo on-line do Brasil - 2011**

<b>Produtos mais Vendidos</b>	<b>%</b>
Eletrônicos	15
Informática	12
Eletrônicos	8
Saúde e Beleza	7
Moda e Acessórios	7

*Fonte: Levantamento mensal realizado pela empresa e-Bit [www.ebitempresa.com.br](http://www.ebitempresa.com.br) / Compilação: [www.e-commerce.org.br](http://www.e-commerce.org.br)*

Essa nova realidade trouxe muitos benefícios para o cidadão comum, mas também muitas distorções no equilíbrio econômico entre as unidades federadas. A maioria das lojas virtuais é sediada em poucos Estados, geralmente os mais ricos e desenvolvidos, que, mantida a sistemática atual de distribuição da arrecadação do ICMS, retêm toda a arrecadação do tributo. A fórmula constitucional atual permite tal anomalia ao determinar a incidência da alíquota interna, geralmente elevada, em operações envolvendo mercadorias destinadas a compradores *não contribuintes* do imposto e localizados em outro Estado. Trata-se, em última análise, da própria radicalização do *princípio da origem*.

Embora, não tenhamos os dados do comércio de eletrônicos por Estado, algumas fontes divulgam que o Estado de São Paulo detém 60% das vendas nesse tipo de comércio. Além disso, podemos ter uma noção dos perdedores ou ganhadores, do ponto de vista estritamente fiscal, observando os Estados que assinaram e os que não assinaram o Protocolo 21 do CONFAZ, que estabelece a partilha favorável aos Estados de destino, nas vendas de comércio eletrônico. Os perdedores estariam obviamente entre os não signatários: São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais;

Outra maneira de obtermos alguma referência sobre a balança comercial desses produtos entre os Estados é com base nas vendas interestaduais a não contribuintes do ICMS, coletadas pela equipe técnica do CONFAZ. Estão incluídas todas as vendas interestaduais, inclusive eletrônicos, realizadas a não contribuintes como vendas para pessoas físicas, Administração Pública, hospitais, bancos, construtoras, etc.

De acordo com esses dados, de janeiro a maio de 2011, os Estados que tem superávit, no comércio interestadual, encontram-se São Paulo, com R\$ 242,0 milhões de superávit, Santa Catarina, com R\$ 55,3 milhões, Rio de Janeiro, com R\$ 45,8 milhões, Goiás, com R\$ 40,5 milhões, Tocantins com R\$ 5,6 milhões e Espírito Santo, com R\$ 2,9 milhões.

Todos os demais Estados tem déficit, ou seja, são importadores de mercadorias, inclusive por meio da internet. Os maiores deficitários são Bahia, com R\$ 68,01 milhões, Distrito Federal, com R\$ 67,6 milhões, Minas Gerais, com R\$ 63,3 milhões, Pará, com R\$ 33,8 milhões, Pernambuco R\$ 29,6 milhões, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Maranhão, com aproximadamente R\$ 20 milhões cada um. Alagoas e Ceará são deficitários em R\$ 15,0 milhões, cada um.

Além disso, não podemos afirmar que todos os estados superavitários na balança comercial de vendas realizadas a não contribuintes são também superavitários no comércio por meio eletrônico. Santa Catarina, por exemplo, de acordo com o relatório do Senador Luiz Henrique, perde R\$ 29 milhões com a atual forma de tributação de ICMS nesse tipo de comércio, embora tenha superávit comercial total de R\$ 55,3 milhões, no período de janeiro a maio de 2011.

As PEC's em comento procuram reequilibrar essa relação, ordenando que parte dos recursos auferidos pelo recolhimento do ICMS seja canalizada para o Estado de destino, numa justa adequação à realidade dos fatos, que mostra tendência crescente de utilização do *e-commerce* nas mais diversas transações.

As PEC's nº 56 e nº 113 tem o objetivo de alterar o regime de tributação do ICMS nas operações interestaduais decorrentes de faturamento direto para o consumidor. Porém, diferem quanto à abrangência das operações a serem consideradas.

A PEC 56, de 2011, abrange somente o comércio eletrônico, enquanto a PEC 113, de 2011, abrange todo o comércio interestadual, presencial ou não presencial. Ambas se referem a operações e prestações que destinem bens e serviços ao consumidor final localizado em outro Estado.

No caso da PEC nº 103, de 2011, o texto original remete à resolução do Senado Federal a definição das futuras alíquotas, propondo percentuais provisórios até que a referida norma seja editada. Entretanto, julgamos urgente e oportuno que tais percentuais sejam estabelecidos desde já, na própria PEC que se pretende aprovar, sem necessidade de aguardar nova iniciativa legislativa da Casa.

Além disso, julgamos que o diferencial de alíquota interna e interestadual deva se manter como no inciso VIII, do § 2º, do Art. 155, da Constituição Federal atual, ou seja, seja destinado ao Estado da localização do destinatário.

Com a alternativa que proponho, na hipótese de uma alíquota média de 17%, a partilha da alíquota ficará de 7% para Estado de origem e 10% para o Estado de destino, no caso de operações entre os Estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste e os demais Estados da Federação. Se a partilha fosse, por exemplo, de 50% da alíquota interna de 17%, todos os Estados receberiam a alíquota de 8,5%.

A alternativa que estou propondo é intermediária, pois, embora também se refira às operações a consumidor final, abrange o comércio não presencial e o comércio eletrônico, mas deixa de incluir os outros tipos de comércio (comércio interestadual a consumidor final feita por meio de loja ou empresas, que são contribuintes do imposto, que não é feito por meio de internet, telefone, carta, etc.).

Além disso, na presente alternativa, a partilha da alíquota é a mesma, tanto da PEC 56, quanto da PEC 113, de 2011, não havendo, portanto, no que tange ao quesito da partilha, diferença entre o que proponho e as outras Propostas, em trâmite nesta Comissão.



Nesse sentido, são dignas de elogio as três propostas, tanto do Senador Luiz Henrique, quanto do Senador Delcídio do Amaral e do Senador Lobão Filho, nas quais obtive inspiração para formular meu Relatório. Tais propostas seguem a lógica de distribuição do ICMS adotada na Constituição Federal e que não pode ser ignorada, simplesmente porque tivemos uma evolução tecnológica. É preciso frisar que a nossa Constituição carrega como um dos objetivos da República Federativa do Brasil o de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

De fato, essas propostas dão às operações e prestações interestaduais realizadas por meio eletrônico em que o consumidor final é não contribuinte o mesmo tratamento dado às operações e prestações interestaduais (realizadas ou não por meio eletrônico) em que o consumidor final é contribuinte.

Lembremo-nos de que, no modelo da Constituição Federal, nas operações interestaduais, a regra é a partilha de receita do ICMS entre o Estado de origem e o de destino. Levando-se em conta que a alíquota interna modal é de 17% e que a alíquota interestadual modal é de 12%, pode-se afirmar que, como regra, o Estado de origem se apropria de uma parcela maior (12%) e o de destino, de uma parcela menor (5%) do ICMS.

Entretanto, a regra se inverte nas operações interestaduais em que o Estado de origem é mais desenvolvido e o Estado de destino é menos desenvolvido. Nesse caso, os Estados mais desenvolvidos, que são os Estados das Regiões Sul e Sudeste, com exceção do Espírito Santo, ficam com 7%, e os Estados menos desenvolvidos, que são todos os Estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o Espírito Santo, ficam com 10%.

Assim, a partilha entre os Estados do ICMS interestadual determinada pelo constituinte e calibrada pelo Senado Federal objetiva, claramente, promover uma redistribuição de receita pública em favor dos Estados menos desenvolvidos, coerente com o objetivo da República Federativa do Brasil de reduzir as desigualdades sociais e regionais, insculpido no art. 3º, III, da Carta Magna.

Finalmente, foram apresentadas a Emenda nº 2, do Senador Aloysio Nunes, a Emenda nº 3, do Senador Eduardo Suplicy e da Senadora Marta Suplicy e a Emenda nº 4, da Senadora Marta Suplicy, do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Aloysio Nunes. Posteriormente, o Senador Eduardo Suplicy retirou a Emenda nº 3, por meio do Ofício nº 00456/2012.

As Emendas nº 2 e nº 4, quanto à abrangência, tem o mesmo teor da PEC nº 113, do Senador Lobão Filho, pois estendem a todas as operações e prestações interestaduais a consumidor final a aplicação da alíquota interestadual e estabelecem que a diferença entre a alíquota interestadual e a interna caberá ao Estado destinatário. Adicionalmente, tais Emendas estabelecem que o recolhimento do imposto seja atribuído ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto e, ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto. Assim como no caso da PEC nº 113, acataremos também as Emendas citadas, de forma parcial.

Por conseguinte, propomos a aprovação parcial da PEC nº 103, de 2011, na forma a seguir, consideradas integradas, ao novo texto, naquilo que há de melhor em seu conteúdo, tanto a PEC nº 56, do Senador Luiz Henrique, quanto à PEC nº 113, do Senador Lobão Filho e a Emenda nº 2, do Senador Aloysio Nunes e a Emenda nº 4, dos Senadores Marta Suplicy, Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes.

### **III – VOTO**

Pelas razões expostas, acolho parcialmente as três Propostas de Emenda Constitucional: a PEC nº 56, do Senador Luiz Henrique, a PEC nº 103, do Senador Delcídio do Amaral e a PEC nº 113, do Senador Lobão Filho, todas de 2011, as Emendas nº 2, do Senador Aloysio Nunes e nº 4, dos Senadores Marta Suplicy, Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes e, com base na PEC nº 103, do Senador Delcídio do Amaral, apresento o seguinte substitutivo:

**EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO)****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 103, DE 2011**

Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art.1º** Os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 155. ....

.....

§ 2º .....  
.....

VII - .....  
.....

c) a alíquota interestadual, quando o destinatário for pessoa física, contribuinte ou não do imposto, e a operação ou prestação ocorrer de forma não presencial ou por meio eletrônico.

VIII- nas hipóteses das alíneas “a” e “c” do inciso VII, caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto



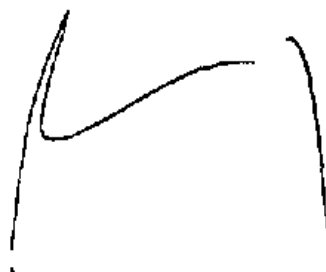
correspondente à diferença entre a alíquota interestadual; sendo atribuída ao remetente a responsabilidade pelo recolhimento do imposto, no caso da alínea “c”;

.....”(NR)

**Art.2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor no ano subsequente ao de sua publicação oficial e após decorridos noventa dias desta.

Sala da Comissão, 9 de maio de 2012.

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA , Presidente



, Relator

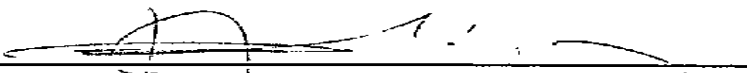
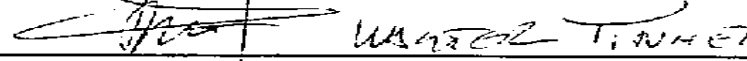
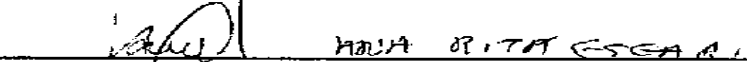
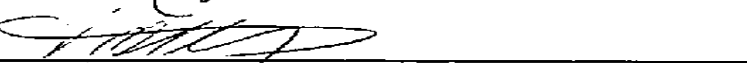
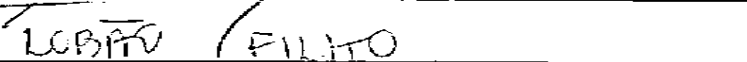
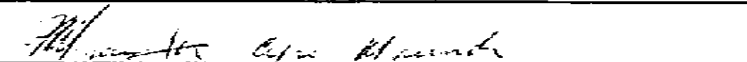

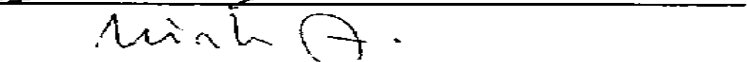
# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 103 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/05/2012, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Eunício Oliveira</u>	
RELATOR: <u>Senador Romero Caldeira</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÉGO	4. RICARDO FERRACO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	
ARMANDO MONTEIRO	1. MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2. CIRO NOGUEIRA
MAGNO MALTA	3. JOÃO RIBEIRO
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. VAGO
PSD	
SÉRGIO PETECÃO	1. KÁTIA ABREU

ASSINAM O PARECER  
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 103, DE 2011  
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04/05/2012,  
COMPLEMENTANDO AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA  
COMISSÃO, NOS TERMOS DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO,  
DO R.I.S.F., OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1- 
- 2-  WALTER PINHEIRO
- 3-  ANA RITA ESCALÃO
- 4- 
- 5-  LOBÃO FILHO
- 6-  CYRO MIRANDA
- 7- 
- 8-  CRISTOVAM B.
- 9- \_\_\_\_\_

ASSINAM O PARECER  
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 103, DE 2011  
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 09/05/2012, COMPLEMENTANDO AS  
ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO  
ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F., OS(AS)  
SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1- MOZARILDO CAVALCANTI
- 2- WALTER PINHEIRO
- 3- ANA RITA
- 4- PAULO PAIM
- 5- LOBÃO FILHO
- 6- CYRO MIRANDA
- 7- LUIZ HENRIQUE
- 8- CRISTOVAM BUARQUE



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

.....

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

.....

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

.....

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....

VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

.....

VIII - na hipótese da alínea "a" do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 486, de 2012**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida por V. Exª, sobre a **Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011** (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56 e 113, de 2011).

As matérias aguardarão inclusão na Ordem do Dia, após interstício regimental, nos termos do art. 357 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Exª tem a palavra, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, só perguntar: a Ordem do Dia se dará logo em seguida ao pronunciamento do Senador Eunício Oliveira?

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Logo após o pronunciamento, a Presidência vai abrir a Ordem do Dia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco/PMDB – CE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os que, neste momento, estão acompanhando a Rádio Senado e a TV Senado no meu Ceará e em todo o Brasil, agradecendo ao meu Líder, Senador Renan Calheiros, que me permitiu estar aqui neste momento, quero dizer que ocupo esta tribuna, para destacar as ações concretas que estão acontecendo no meu querido Estado do Ceará, que reafirmam o nosso compromisso com o desenvolvi-

mento econômico e com o bem-estar social de todo o povo do meu querido Estado.

Começo com a reunião em que o Governador Cid Gomes juntou o seu secretariado numa primeira rodada, neste ano, para monitorar o andamento das ações executadas e planejadas para todas as regiões do Estado que sofrem, neste momento, com a seca.

Foram avaliados investimentos em projetos e em obras, que vão receber entre R\$4,5 bilhões e R\$5 bilhões somente neste ano de 2012.

Destaco, Sr. Presidente, que quase três mil quilômetros de estradas estão sendo construídas e implantadas no Estado do Ceará.

Destaco também a inauguração, na próxima segunda-feira, dia 14, em Fortaleza – e lá estaremos –, do conjunto residencial “Rachel de Queiroz”, para beneficiar famílias que, até agora, viviam em áreas de risco às margens do rio Maranguapinho, no Bairro do Siqueira.

Na área habitacional, Sr. Presidente, o Projeto Maranguapinho entregou, até agora, três grandes conjuntos, e há outros em construção, perfazendo um investimento habitacional da ordem de R\$254 milhões.

Por último, chamo a atenção para a ordem de serviço assinada pelo Governador para dar início às obras do Hospital e Maternidade Regional do Sertão Central, o terceiro a ser construído, nesta gestão, no interior do Estado do Ceará. Dotado de 252 leitos, atenderá uma população de 612 mil habitantes das cidades de Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena, Paramoti, Banabuiú, Choró, Ibaetama, Ibi-

cuitinga, Milhã, Pedra Branca, Quixadá, Senador Pompeu, Solonópole, Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá. O Hospital se destinará ao atendimento de casos de maior complexidade, a exemplo de outros dois: o do Cariri, em Juazeiro do Norte, e o de Sobral, na região norte, cuja conclusão está prevista para este semestre.

Vale a pena recordar que a escolha de Quixeramobim para sediar aquela unidade resultou de um autêntico exercício de cidadania e de planejamento participativo. A população da região, por intermédio dos seus representantes nos conselhos locais de saúde, votou majoritariamente pela sua localização no Município de Quixeramobim, do Prefeito Edmilson, meu querido amigo.

Somadas a esses novos hospitais regionais a projetada construção de 18 Centros de Especialidades Odontológicas (Ceos), nove dos quais já entregues à população, e 48 Unidades de Pronto Atendimento (Upas 24 horas), o Ceará passará a contar com uma das maiores redes de assistência à saúde de todo o Brasil.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o consenso político e social que respalda o programa de ação do governo estadual se traduziu, durante o último fim de semana, na celebração do Pacto pelo Pecém, idealizado pelo Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Ceará, tão bem presidida pelo meu querido amigo, Deputado Roberto Cláudio. O Pacto pelo Pecém foi instituído para colaborar com o planejamento de ações, de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável do Estado, do nosso Ceará.

Essa ação política conta com meu total apoio nesta Casa, como também junto aos Ministérios e às demais instituições públicas envolvidas.

Na oportunidade, o Governador anunciou o projeto de compra, por meio da estatal Cearáportos, de um navio capaz de transportar até cinco mil veículos. É uma iniciativa que beneficia o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, localizado no Município de São Gonçalo do Amarante.

Até agora, os três projetos estruturantes previstos, com grande potencial de atração de muitos outros investimentos, são a usina siderúrgica CSP, com tecnologia e capital coreanos; a termelétrica Energia Pecém; e a refinaria Premium II, da Petrobras, que se está instalando em nosso Estado.

A construção da siderúrgica está na etapa de serviços de terraplanagem, e o Governo aguarda a conclusão do processo de alfandeamento até o final do segundo semestre de 2012.

A termelétrica também deverá operar no próximo semestre. Os primeiros testes datam do ano passado,

com a chegada de 77 mil toneladas de carvão mineral às suas instalações.

Quanto à refinaria, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente aguarda laudo da Fundação Nacional do Índio (Funai) para permitir a licença de instalação, que autoriza o início das obras.

Quero ressaltar que a Premium II encabeça a lista de reivindicações das bancadas federais do Ceará e do Nordeste inteiro, incluindo o Senador Renan Calheiros, ao Governo da Presidente Dilma Rousseff, onde figuram ainda a aceleração e a conclusão de obras como a transposição do rio São Francisco e a ferrovia Transnordestina.

Concluo, Sr. Presidente, reiterando um apelo ao Ministro da Justiça, cuja Pasta está vinculada à Funai, para que envide o melhor dos seus esforços em prol da imediata emissão do referido laudo.

Repito: sem esse laudo, o Estado não poderá expedir a licença ambiental para que comecem as obras da refinaria Premium II.

Não é preciso lembrar que é uma obra de vital importância não apenas para viabilizar o complexo de Pecém e assegurar o desenvolvimento do Ceará, mas também para reduzir as ainda sérias desigualdades que separam o Nordeste das regiões mais ricas do País.

Esta, Sr. Presidente, sem dúvida alguma, será uma das prioridades do Governo da Presidente Dilma, em sintonia com as aspirações dos interesses dos cearenses, dos nordestinos e do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Senador Eunício Oliveira, a Presidência declara aberta a

## ORDEM DO DIA

Quero esclarecer que, durante o Expediente, nós recebemos, e foi lida, a **Mensagem nº 149, de 26/12/2011**, referente à **Medida Provisória nº 555**. Não foi proferido o relatório sobre tal Medida Provisória, que foi recebida hoje. Nem houve ainda a designação do Relator. A Medida Provisória tranca a pauta.

Dessa forma, a Presidência cumpre regimentalmente a abertura da Ordem do Dia, mas, não havendo condições de deliberação, encerramos a Ordem do Dia.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seriam votados hoje dois requerimentos, mas, em função de entendimento com diversos Senadores, tomei a inicia-



tiva, para que houvesse uma melhor compreensão e entendimento, de requerer que os requerimentos fossem votados no dia 6 de junho, daqui a 27 dias. Isso é consensual. Trata-se apenas do adiamento da votação de requerimentos que foram apreciados pela Comissão de Relações Exteriores, para que sejam votados no dia 6 de junho. Acredito que não haja impedimento de apreciação e votação desses requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy, sobre a mesa, está o Requerimento nº 114, de 2012, em que V. Exª pede exatamente o adiamento da votação por um prazo de 60 dias.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP) – São 27 dias, para que exatamente eles sejam apreciados no dia 6 de junho. São dois requerimentos: um de apelo às autoridades dos Estados Unidos, outro de apelo às autoridades de Cuba. No entanto, foi acertada por consenso a apresentação de requerimento para que pudéssemos votar os requerimentos daqui a 27 dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Permita-me, Senador, ler o requerimento:

“Requeiro, nos termos do inciso II do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento, por 27 dias, do Requerimento nº 114, de 2012, que requer sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba e libertem os cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos.”

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

#### **REQUERIMENTO Nº 418, DE 2012**

Requeiro, nos termos do inciso III do artigo 279 do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento, por vinte e sete dias, do Requerimento nº 114, de 2012, que requer sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba e libertem cidadãos cubanos que se encontram presis em seu território por motivos políticos.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2012. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência lembra que não vamos votar o mérito do requerimento, mas, sim, o pedido de adiamento.

Submeto à apreciação do Plenário o pedido de adiamento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento de adiamento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Da mesma forma, pede-se o adiamento do Requerimento nº 115, de 2012:

“Requeiro, nos termos do inciso III do art. 279 do Regimento Interno do Senado, o adiamento, por 27 dias, do Requerimento de nº 115, de 2012, que requer sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha.”

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

#### **REQUERIMENTO Nº 419, DE 2012**

Requeiro, nos termos do inciso III do artigo 279 do Regimento Interno do Senado Federl, o adiamento, por vinte e sete dias, do Requerimento nº 115, de 2012, que requer sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2012. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Da mesma forma, não estamos votando o mérito do requerimento, mas, sim, o pedido de adiamento por 27 dias.

Em discussão.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP) – Presidente, quero dizer apenas que esse período permitirá uma melhor reflexão e entendimento a respeito dos dois temas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Alguém mais quer discutir? (*Pausa*.)

Declaro encerrada a discussão.

Em votação o pedido de adiamento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco/PRB – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador Eduardo Lopes.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição como Líder, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está inscrito V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra, pela Liderança do Partido Democratas, ao Senador Jayme Campos.

Antes, porém, a Presidência, regimentalmente, encerra a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

**Item:**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 555, DE 2011**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 555, de 2011, que altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea h do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP; e dá outras providências.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

**1**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**2**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009**

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.

Parecer sob nº 1.354, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Ribeiro, oferecendo a redação para o segundo turno.

**3**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012 (nº 5.312/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar.

Parecer sob nº 339, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Taques, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**4**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2007-COMPLEMENTAR** *(Adiada a discussão, nos termos do Requerimento nº 225, de 2012)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007-Complementar, do Senador Renato Casagrande, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 2001, estabelecendo prazo para a extinção de contribuição social.

Parecer sob nº 2.016, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

**5**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2012 (nº 229/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo

da República do Congo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 9 de setembro de 2010.

Parecer favorável, sob nº 442, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora *ad hoc*: Senadora Ana Amélia.

## 6

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2012 (nº 324/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, celebrado em Brasília, em 16 de abril de 2008.

Parecer favorável, sob nº 443, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Jorge Viana.

## 7

### **REQUERIMENTO Nº 291, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 291, de 2012, do Senador Eduardo Braga, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (seguro-desemprego para o catador de caranguejo).

## 8

### **REQUERIMENTO Nº 355, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 355, de 2012, do Senador Paulo Paim, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (indenização por descumprimento das normas trabalhistas).

## 11

### **REQUERIMENTO Nº 172, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 172, de 2012, de autoria do Senador Roberto Requião, que solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs

232 e 726, de 2011, por regularem matérias correlatas (incentivos à integração regional na América do Sul).

## 12

### **REQUERIMENTO Nº 318, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 318, de 2012, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

## 13

### **REQUERIMENTO Nº 333, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 333, de 2012, de autoria do Senador Paulo Davim, que solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010 e 79, de 2011, por regularem matérias correlatas (benefício de prestação continuada).

## 14

### **REQUERIMENTO Nº 377, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 377, de 2012, do Senador Armando Monteiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, por regularem matérias correlatas (proteção à mulher nas relações de trabalho).

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Exª tem a palavra, Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Waldemir Moka.

Srªs e Srs. Senadores, serei rápido.

No último domingo, a revista eletrônica Fantástico, da TV Globo, denunciou a violência sistemática contra as mulheres no âmbito domiciliar. Segundo a reportagem, a cada cinco minutos, meu caro Senador Renan Calheiros, uma mulher é agredida em nosso País. E o mais espantoso é que, em 70% dos casos, quem espanca ou mata é alguém muito próximo da vítima, como o marido, o namorado ou o ex-cônjuge.

A matéria exibida no programa televisivo baseia-se no Mapa da Violência de 2012, pesquisa realizada pelo Instituto Sangari, em parceria com a Unesco, o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde, e reve-



la que, enquanto a maioria dos homens morre prioritariamente por violência entre seus pares na rua, ao contrário, as mulheres sucumbem em seus próprios lares, vítima de quem na verdade deveria protegê-las.

Lamentavelmente, o Brasil ocupa a sétima posição no *ranking* mundial da violência contra o gênero feminino. Pelo menos, foi o resultado obtido por uma sondagem efetuada em 87 países pela Unesco. Aqui em nosso País, são 4,4 assassinatos em cada grupo de 100 mil mulheres. Um flagelo que nos deprime como sociedade e uma sombra que se lança sobre a decantada índole pacífica de nossa comunidade.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, já ocupei mais de uma vez esta tribuna para advertir nossas autoridades e a própria população brasileira sobre essa nódoa em nosso comportamento. Inclusive, apresentei projeto de lei, propondo a criação do Fundo de Amparo a Mulheres Agredidas, que estabelece auxílio pecuniário e treinamento profissional às mulheres vítimas de seus cônjuges que desejem refazer a vida familiar e afetiva longe dos abusos, da intolerância e da violência física e moral.

Atualmente, o projeto encontra-se na Comissão de Direitos Humanos do Senado, aguardando relator para encaminhamento da matéria. Conclamo meus Pares aqui para acelerar a tramitação desta proposta, no sentido de contribuirmos para a diminuição dessa verdadeira tragédia. Pois, cada vida economizada pela barbárie da violência contra a mulher, é um sopro de respeito e dignidade que revalida os padrões éticos de nossa sociedade como um todo.

Também gostaria de manifestar meus elogios à TV Globo pela forma madura, clara e responsável com que abordou um tema tão difícil e controverso. Tenho certeza de que a denúncia, alicerçada nos esclarecimento dos direitos da mulher, moverá nossa sociedade no sentido de banir a violência dos lares brasileiros.

Sendo assim, requeiro que sejam enviados votos de congratulações à direção da Rede Globo de Televisão, nas pessoas do Diretor da Central Globo de Jornalismo, Ali Kamel, e ao diretor de Produção do Fantástico, Luiz Nascimento, pela importância, atualidade e coragem que marcaram a reportagem especial exibida no último domingo.

A imprensa, eu entendo, é o farol que nos indica os caminhos da liberdade, da responsabilidade e da unidade. Quando nos somamos em torno de campanhas de alto valor moral, como a condenação da violência no cenário familiar, estamos ajudando a construir cidadania e prosperidade.

De maneira que, para ser rápido, entendo que esse meu projeto, sem sombra de dúvida, com muita

humildade, é meritório diante dos espantosos números que têm sido registrados.

O país campeão na violência contra a mulher é a China; depois, o Peru; e já vem o Brasil hoje num alto nível. Para se ter um exemplo, nas capitais brasileiras, a violência atingiu um patamar de 27,6%. Se nós pegarmos o interior do Brasil e as capitais, o percentual chega a um patamar de 33%. São números alarmantes, e algo tem que ser feito na defesa da mulher. Muitas mulheres são dependentes e passam a ser reféns do seu esposo.

Por isso, a minha proposta nesse projeto busca efetivamente dar liberdade para que essa mulher tome um novo encaminhamento na sua vida.

De maneira que eu quero aqui pedir, sobretudo ao ilustre Senador Paulo Paim, que é Presidente daquela Comissão, que nos ajude a apressar a aprovação desse projeto nosso que se encontra na CDH.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra, o Senador Renan Calheiros, pela Liderança do PMDB.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco/PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Senadora Ana Amélia; Srs. Senadores; Sr<sup>as</sup> Senadoras, o Estado de Alagoas comemora, neste ano de 2012, uma data muito significativa. Refiro-me, Sr<sup>a</sup> Presidenta, aos 300 anos da Justiça alagoana.

Contamos esse tricentenário a partir do efetivo exercício, em maio de 1712, do Primeiro Ouvidor-Geral, José da Cunha Soares, magistrado com formação jurídica na Faculdade de Leis de Coimbra que passou a administrar a vida judiciária na então comarca de Alagoas.

Parabenizo, portanto, todos que integram o valoroso Tribunal de Justiça de Alagoas, na figura do Desembargador Sebastião Costa Filho, que teve a iniciativa de instituir uma comissão para planejar, coordenar e executar as comemorações desse importante tricentenário. Minhas saudações também ao Dr. Claudemiro Avelino, magistrado e historiador, que está presidindo a Comissão do Tricentenário do Tribunal de Justiça de Alagoas.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Estado democrático de direito é o paradigma ao qual se filia a nossa Constituição da República. E a grande marca do Estado democrático de direito, Sr<sup>a</sup> Presidenta, é o dever institucional das esferas públicas e privadas de, verdadeiramente,

concretizar os direitos fundamentais e sociais assegurados pela Constituição. Quando esses direitos, de alguma forma, são ameaçados ou lesados, tem sido o Judiciário, sempre o Judiciário, a principal instância garantidora e reparadora dos abusos praticados contra a cidadania. E o papel da Justiça, do Judiciário por assim dizer, ganha, justamente, maior destaque, ganha maior projeção, em áreas mais afetadas pela pobreza e pela desigualdade. Alagoas, que sabemos ainda enfrenta muitos desafios para superar mazelas sociais, tem no seu Poder Judiciário verdadeiramente uma instância de defesa dos interesses dos mais fragilizados, dos mais pobres.

Aliás, Srs. Senadores, essa missão do Judiciário de Alagoas foi muito bem exposta, em 2011, no pronunciamento de posse do Desembargador Sebastião Costa na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado.

Faço questão de aqui trazer trecho desse seu pronunciamento.

Dizia ele, naquela ocasião:

Os setores menos favorecidos de nossa sociedade, cada vez mais conscientes de seus direitos e obrigações, voltam-se para o Judiciário com a esperança de obter decisões justas em prazo razoável. Esse é o seu direito. A nossa função é efetivá-lo [dizia o Presidente].

Os magistrados, em Alagoas, posso testemunhar, estão conscientes da importância dessa integração com a comunidade. E isso é fundamental. As pessoas precisam, de fato, conhecer qual o real papel do Poder Judiciário e lá buscar direitos que são negados em outras esferas.

Nesse contexto, são louváveis, em Alagoas, os programas que interiorizam a Justiça, que levam a Justiça aos bairros e às escolas. Tudo isso, Srª Presidenta, caminha para tornar o Judiciário alagoano um Judiciário cidadão.

A implementação de uma Justiça cidadã, célere e mais próxima das pessoas, é um projeto que me é muito caro, até porque, quando estive à frente do Ministério da Justiça, fiz disso uma das metas principais daquela Pasta.

Sou grato, portanto, ao Tribunal de Justiça de Alagoas, que, reconhecendo esse trabalho pelo aperfeiçoamento do Judiciário, distinguiu-me com a Comenda Desembargador Moura Castro.

É importante ainda que apoiemos em Alagoas a criação de novos juizados especializados na violência contra a mulher e nas questões da infância e da juventude.

A violência contra a mulher foi um assunto, aliás, muito bem abordado há pouco pelo querido Senador

Jayme Campos. O que nós continuamos a ver no Brasil com relação às mulheres, com relação à violência doméstica, domiciliar, é algo que precisa, verdadeiramente, ser enfrentado com uma política, com determinação, de modo a revertermos esses números, que são dramáticos no Brasil e que acabam deturpando, de todas as formas, a imagem do nosso País.

Esses segmentos aos quais me referi realmente necessitam de maior proteção dos seus direitos, pela crescente, como eu dizia, exposição a abusos de toda ordem.

Não tenho dúvidas de que, quanto mais forte, quanto mais coerente, quanto mais diligente for a Justiça de Alagoas, mais capacidade terá o povo alagoano de conquistar direitos e, assim, obter melhores condições de vida digna.

Srªs e Srs. Senadores, no decorrer das comemorações dos 300 anos da Justiça alagoana, teremos vários eventos que visam reavivar e preservar a memória institucional do Judiciário alagoano.

Cito, portanto, o lançamento do selo comemorativo ao aniversário do tricentenário da chegada da Justiça em Alagoas. E aproveito a oportunidade também para parabenizar os Correios pela homenagem que prestam à Justiça alagoana com este selo comemorativo.

É importante, ao encerrar, ainda mencionar a criação do Centro de Estudos e Pesquisas para Resgate e Preservação da Memória da Justiça de Alagoas.

E digo, Srª Presidenta, em nosso pronunciamento, que aqui, sinceramente, não vejo outro motivo senão o de reafirmar o profundo respeito que todos nós temos, que a Bancada de Alagoas tem e que ousou representar nesta oportunidade aqui na tribuna do Senado Federal, pelos 300 anos em que o Poder Judiciário do nosso Estado enfrentou grandes desafios e obteve importantíssimas vitórias.

Era essa a comunicação que gostaria de fazer. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Renan Calheiros, a Mesa se associa às homenagens ao Poder Judiciário de Alagoas, pelos 300 anos que comemora como instituição relevante no processo democrático para o resgate dos direitos, sobretudo da cidadania, num Estado tão importante como é Alagoas.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco/PMDB – AL) – Muito obrigado a V. Exª.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Convido o Senador Anibal Diniz para fazer uso da palavra como orador inscrito.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores,

telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna na tarde de hoje, para tornar público uma notícia que consideramos muito interessante e que julgamos por bem partilhá-la com os nossos telespectadores que acompanham a TV Senado e, principalmente, para a população acriana, particularmente a população de Rio Branco, a capital do nosso Estado. É uma notícia que diz respeito à gestão pública, e que de certa forma serve de inspiração para muitas administrações, tanto das prefeituras quanto dos Estados da Federação Brasileira.

Pouco mais de seis meses antes de concluir o seu segundo mandato, o Prefeito de Rio Branco, o economista Raimundo Angelim, mais uma vez terá oportunidade de ser recebido pela Presidenta Dilma Rousseff, provavelmente agora no final deste mês, para receber o prêmio ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), instituído pela ONU (Organização das Nações Unidas), e que premia as políticas públicas voltadas para a contemplação das Oito Metas do Milênio.

O prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio é uma parceria firmada entre o Governo Federal e a Organização das Nações Unidas, e foi instituído em 2006. Este ano ele alcança a sua quarta edição, sendo que a primeira delas também contemplou a Prefeitura de Rio Branco.

As oito metas do milênio de que falo, são:

- 1 – Acabar com a fome e a miséria;
- 2 – Educação Básica de Qualidade para Todos;
- 3 – Igualdade Entre Sexos e Valorização da Mulher;
- 4 – Reduzir a Mortalidade Infantil;
- 5 – Melhorar a Saúde das Gestantes;
- 6 – Combater a AIDS, a Malária, e Outras Doenças;
- 7 – Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente; e
- 8 – Todo o Mundo Trabalhando Pelo Desenvolvimento

A Prefeitura de Rio Branco, na pessoa do Prefeito Raimundo Angelim, e o Governo do Estado do Acre, que tem à frente o Governador Tião Viana, que tem tido igualmente o comando firme e eficiente de suas gestões, têm como plataforma de gestão o desenvolvimento econômico sustentável com profundas preocupações sociais e ambientais.

Estava ouvindo há pouco o pronunciamento do nobre Senador de Mato Grosso, que falava a respeito do índice de violência crescente, assustador que atormenta milhares e milhares de mulheres brasileiras, apesar da plena vigência da Lei Maria da Penha; ainda há muita violência praticada contra a mulher, e o pior, violência doméstica.

E nesse sentido, quando se fala dos objetivos do milênio, um deles é justamente o trabalho pelo equilíbrio de gênero, do respeito às condições, às diferen-

ças, mais a necessidade de igualdade e de respeito às mulheres.

E esse prêmio que a Prefeitura de Rio Branco recebeu, nós vamos ver que tem uma forte componente de atenção especial à mulher no que diz respeito aos cursos preparatórios, à formação profissional e aos resultados econômicos obtidos a partir dessa preparação.

E em relação ao Governador Tião Viana, quero dar aqui um testemunho. Ele procurou preencher as funções que compõem a equipe de Governo, principalmente as do primeiro escalão, tendo como parâmetro a igualdade de gênero. Quando havia duas pessoas competentes, com as mesmas condições de ocupar a mesma função, ele fez sempre a opção pelo sexo feminino.

Por exemplo, a chefe do gabinete civil do governo do Acre é uma mulher, a Dr<sup>a</sup> Márcia Regina; a chefe do gabinete militar também é uma militar, a Coronel Margarete; a gente vai ter a chefe do Detran no Acre que também é uma mulher. De tal maneira que o governo do Estado procurou valorizar sempre que possível a presença feminina nos setores de comando.

E a Prefeitura de Rio Branco, que já foi anunciada como uma das premiadas por esse objetivo do milênio, objetivo de desenvolvimento do milênio está justamente entre as quatro ações que a Prefeitura desenvolveu, uma delas está diretamente voltada para o atendimento e uma política pública de valorização da mulher.

Estes pressupostos de gestão formaram os pilares que nortearam as gestões do ex-governador e hoje Senador desta Casa, Jorge Viana, logo a partir de seu primeiro mandato, em 1999, e que foram continuadas na gestão do ex-governador Binho Marques e também pelo atual Governador Tião Viana e que, da mesma forma, vem obtendo excelentes resultados.

Desde que assumiu o mandato, em 2004, o prefeito da nossa capital, Rio Branco, o economista Raimundo Angelim, já recebeu 14 outros prêmios semelhantes, concedidos por entidades governamentais e não governamentais, que representam o reconhecimento pelos trabalhos realizados em diversos setores e que vão ao encontro das metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas e deverão ser cumpridas até 2025.

Esse mais novo prêmio de reconhecimento que o Prefeito Raimundo Angelim receberá daqui a alguns dias foi conquistado com muita luta e com a colaboração de inúmeras outras pessoas, sem as quais nada disso seria possível. Além do próprio prefeito, seus auxiliares diretos e indiretos, os servidores municipais, e o reconhecimento público da população de Rio Branco.

É preciso ressaltar que, pela segunda vez, a Prefeitura de Rio Branco será premiada com o Prê-



mio ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio –, porque desenvolve políticas públicas voltadas para alcançar a meta número um da ONU, que é a erradicação da extrema pobreza e da fome.

A prática inscrita e selecionada da Prefeitura de Rio Branco foi a seguinte: “Organização Social: Uma Estratégia de Cooperação, Renda e Cidadania”.

Essa prática contempla o Projeto Hortas Comunitárias nos Vazios Urbanos, uma iniciativa da Coordenadoria Municipal de Economia Solidária e Feiras de Agricultura Familiar nos bairros, coordenadas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Contempla também o Projeto Jardinagem Comunitária, uma iniciativa da Coordenadoria Municipal da Mulher, que tem à frente a socióloga Rosali Scalabrin, a quem tive a honra de entregar, aqui nesta Casa, no mês de março, o prêmio Bertha Lutz pela sua contribuição para a ampliação dos direitos e do espaço da mulher na sociedade sob vários pontos de vista. O prêmio foi concedido também, com muita justiça, à Presidenta Dilma Rousseff, na mesma data.

Os projetos desenvolvidos pela prefeitura de Rio Branco e que resultaram na conquista desse importante reconhecimento concedido pela ONU beneficiam famílias que viviam em situação de vulnerabilidade social e mulheres vítimas de violência, totalizando 4.600 mil pessoas.

Essa 4ª edição do Prêmio ODM Brasil recebeu 1.638 práticas inscritas, sendo 720 práticas inscritas por organizações e 918 de prefeituras.

As 51 práticas finalistas receberam a visita *in loco* de um comitê técnico, integrado por representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Iniciativa, pioneira no mundo, o ODM foi proposto pelo Governo Federal brasileiro em 2004 e conta com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Movimento Nacional Pela Cidadania e Solidariedade e de um conjunto de empresas e associações do setor privado.

A Coordenação-Geral do Prêmio é composta pela Secretaria-Geral da Presidência da República, pelo Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e pelo PNUD, representando a Organização das Nações Unidas. A coordenação técnica é de responsabilidade do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e da ENAP – Escola Nacional de Administração Pública.

O conjunto premiado de projetos da Prefeitura de Rio Branco gerou emprego, aumentou a renda familiar e melhorou a autoestima e a vida de dezenas de pessoas no Acre, particularmente na cidade de Rio Branco.

Os cursos dados pela equipe da Prefeitura foram o ponto de partida para a transformação para melhor da vida de muitos acreanos e acreanas.

Tive a honra de acompanhar de perto, anos atrás, o início de uma experiência fantástica de mulheres que foram à luta por meio do cultivo e da comercialização de plantas ornamentais e de flores.

Os cursos dados pela Prefeitura foram o ponto de partida para a transformação dessas pessoas.

E, hoje, me sinto feliz em constatar o reconhecimento nacional dessa importante iniciativa, que contribuiu para a luta contra a desigualdade social.

Conheci mulheres que transformaram o quintal de suas casas em viveiros de flores e algumas plantas ornamentais.

Eram pessoas que, dois anos antes, dependiam do benefício do Programa Bolsa Família para sobreviver, mas tiveram sua receita multiplicada ao participarem dos cursos de jardinagem promovidos pela Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de Rio Branco.

Inicialmente, eram 41 pessoas que receberam o treinamento da prefeitura. Dessas 41 pessoas, 21 mulheres aderiram à proposta e formaram quatro grupos para a produção de viveiros comunitários.

O resultado veio em forma de aumento de renda para as famílias envolvidas, uma renda sustentável e ambientalmente correta. Até as ervas daninhas capinadas nos viveiros eram e são amontoadas e transformadas em adubo, ao contrário da prática tradicional da queima, que transforma o mato em cinzas.

O acompanhamento da Coordenadoria da Mulher contribuiu para elevar a autoestima daquelas pessoas que não acreditavam em seu potencial.

O projeto de jardinagem da Prefeitura foi uma extensão da proposta de fortalecimento das experiências comunitárias do governo do Estado, que teve um grande incentivo no governo Binho Marques, que sempre defendeu a idéia de que a comunidade fortalecida, a comunidade empoderada cria em torno de si um capital social que dá muito mais força para enfrentar as dificuldades. É o caso dessas mulheres que foram organizadas nessas associações de floristas, mulheres que produziam, plantavam, colhiam e comercializavam as suas flores, e continuam fazendo essa atividade nas feiras de Rio Branco.

Portanto, registro meus cumprimentos ao governo do Estado, tanto ao ex-governador Binho Marques quanto ao Governador Tião Viana, e particularmente ao Prefeito Raimundo Angelim, que teve a sensibilidade de colocar a sua Prefeitura a serviço da comunidade, principalmente daquelas pessoas vítimas de violência

e em situação de desagregação familiar. Essas pessoas receberam curso profissionalizante, aprenderam a arte da jardinagem e, a partir daí, transformaram sua vida: conseguiram desenvolver atividades econômicas e se incluíram economicamente. Muitas mulheres que estavam, há dois anos, dependentes dos programas sociais do Bolsa Família, passaram a conquistar sua autonomia e deixaram para trás a história de dependência do Bolsa Família. Tivemos situação em que elas venderam suas casas situadas em um bairro mais urbanizado para comprar um terreno fora da cidade, um terreno maior, para poder produzir mais flores e ampliar o seu negócio. Tivemos casos, inclusive, de maridos que ajudavam as mulheres apenas nas horas vagas e abdicaram do seu trabalho para se incorporar ao, digamos assim, processo produtivo das flores, porque elas precisavam de braços fortes também para carregar terra, adubo e ajudar a preparar o solo.

Dessa maneira, foi uma experiência muito interessante, no sentido de fortalecer a estrutura familiar e melhorar a condição de vida dessas famílias.

Exatamente por isso, quero cumprimentar a Prefeitura de Rio Branco por esse prêmio, concedido tanto em função do programa de jardinagem, que mobilizou essas vinte e uma mulheres produtoras de flores, quanto em relação aos demais programas, voltados à economia solidária, como o programa de feiras da cidade e também as outras atividades. A prefeitura tomou, digamos assim, a linha de frente mesmo, no sentido de organizar as pessoas, desenvolver a política e, depois, ter o cuidado de inscrever essas atividades, essas práticas, no prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Isso exatamente para mostrar que são práticas comuns a todos.

Todas as prefeituras, todas as organizações sociais que procuram um experimento para se inspirar, para desenvolver uma atividade, têm pleno acesso a essas práticas, porque elas são comuns. São políticas públicas que foram desenvolvidas e são disponibilizadas. Todo o conhecimento acumulado a respeito dessas experiências está disponibilizado no *site* da Prefeitura de Rio Branco.

Vale as pessoas, as instituições, as prefeituras e as organizações da sociedade civil também conhecerem essas experiências, para que possam replicar. O importante é, quanto mais replicarmos essas experiências bem-sucedidas, mais a gente vai ter famílias estabilizadas, com melhor renda e com mais estabilidade emocional, sem tanta violência. Muitas vezes, a violência é fruto de falta de perspectiva, que gera uma crise existencial, quase que permanente, em alguns

lares. E aí, quando se tem atividade, quando se tem trabalho, quando se tem perspectiva, o ânimo vem e as pessoas enxergam novos horizontes e passam a apostar nessas possibilidades.

Portanto, registro meus cumprimentos ao Prefeito Raimundo Angelim e a toda a sua equipe, à socióloga Roseli Scalabrin, que recebeu, aqui neste plenário, o Prêmio Bertha Lutz, por mais esse reconhecimento nacional do seu trabalho. Esse é o verdadeiro trabalho de planejamento e parceria.

Ao mesmo tempo em que realizaram grandes obras de infraestrutura para toda a sociedade, a Prefeitura de Rio Branco e o Governo do Estado apoiam pequenas iniciativas comunitárias, que contribuem para a redução da pobreza e a conquista de melhor qualidade de vida para pessoas mais humildes.

Esse é o registro final que faço.

Às vezes, os governos pensam que as obras a serem perseguidas são só as obras de impacto, e as obras de impacto têm uma grande importância para gerar emprego, para mudar o perfil de uma cidade, para resolver ou ajudar a resolver o problema de mobilidade urbana. Mas, às vezes, há outras pequenas obras, com pequenos investimentos, que dão grandes resultados na vida das pessoas. É o caso dessas experiências, desenvolvidas pela prefeitura, que dependeram de um investimento mínimo, mas de muito tempo de organização, de treinamento, de reflexão, de partilha, de entendimento de mundo mesmo com as pessoas e que resultaram nessa experiência vitoriosa e reconhecida da Prefeitura de Rio Branco.

Então, meus cumprimentos.

Peço, Senadora Ana Amélia, que esse pronunciamento seja registrado na íntegra.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na forma regimental, Senador Aníbal Diniz, será atendida a sua solicitação.

Reafirmo também a convicção de que todas as iniciativas como essas são relevantes e importantes. Uma, para a inclusão da mulher no processo de desenvolvimento social e econômico, e também para livrá-la dessa violência, que é uma chaga que temos de, aos poucos, ir cicatrizando o mais breve possível.

Cumprimento o Senador Aníbal Diniz.

Eu gostaria de aproveitar para registrar a presença, no plenário desta Casa, do Prof. Ernani Pimentel, um dos maiores especialistas em Língua Portuguesa e, também, líder e inspirador do Movimento Acordar Melhor.

As boas-vindas ao Sr. Prof. Ernani Pimentel.

Convido, para falar, o Senador Delcídio do Amaral, pela Liderança do Bloco de apoio ao Governo.

**O SR. DELCÍDIO DO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, venho aqui hoje, minha querida Senadora Ana Amélia, para abordar um tema sobre o qual nós estamos discutindo e falando já há muito tempo, principalmente na Comissão de Infraestrutura, na Comissão de Assuntos Econômicos, que é a questão da matriz energética brasileira e, evidentemente, também o processo de renovação das concessões.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acompanhei um congresso, ou um seminário, talvez, ocorrido nesta semana, em São Paulo, sobre o modelo energético brasileiro, sobre a matriz energética brasileira, e eu queria fazer algumas ponderações em função daquilo que li e ouvi.

Primeiro, fico muito preocupado quando eu vejo leilões de energia A-5 serem ganhos por projetos eólicos, projetos esses que têm um prazo de maturação muito menor. O A-5 tem um perfil alinhado com usinas hidroelétricas, que têm mais ou menos esse tempo de construção e de entrada em operação.

Vejo com preocupação, ou com um certo ceticismo, Sr<sup>a</sup> Presidente, a opção pelas usinas a fio d'água. O Brasil deixou de fazer usinas hidroelétricas com reservatórios de acumulação. Todas as usinas, hoje, operam a fio d'água, ou seja, as máquinas turbinam o que a vazão do rio proporciona. Nós não acumulamos mais água nos reservatórios para utilizar essa reserva quando for necessário, quando vier a estiagem ou a baixa hidrologia dos rios. E esse é um debate que nós precisamos fazer, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

Os grandes projetos hidroelétricos brasileiros, a saber, Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, todos esses projetos são projetos a fio d'água. Portanto, turbinam o que a água do rio traz ou proporciona, turbinam a vazão que efetivamente passa pelo rio. Belo Monte é uma usina de 11 mil megawatts, mas a potência firme é de 4.600 megawatts, aproximadamente.

Nada contra o projeto da usina, muito pelo contrário, porque é um projeto essencial para o País, mas nós temos que retomar essa discussão no que se refere a usinas com bacia de acumulação.

Esse é um debate absolutamente necessário, porque eu vejo a energia eólica como a solução. A Europa tem vários projetos eólicos. A Alemanha tem mais de 20 mil megawatts instalados de energia eólica; a Espanha 11 mil; os países escandinavos têm uma grande experiência também; a China entra intensamente

em projetos eólicos. Só que, Senadoras e Senadores, não sei como vamos otimizar a energia eólica com a hidrelétrica se não temos bacia de acumulação. Então, é um discurso bonito, um discurso chique, de energias absolutamente limpas – o que concordo –, mas, sob o ponto de vista da otimização energética, não sei qual vai ser o resultado. Para mim é zero. O discurso que sempre foi adotado é que quando a hidrologia cai, o vento é forte; quando o vento é pouco, a hidrologia é grande. Se não há reservatório de acumulação, como é que nos vamos otimizar o sistema interligado brasileiro?

Portanto, esse é um debate que precisamos fazer. Esse é um debate que a empresa de planejamento energético e de estudos energéticos precisa, efetivamente, elaborar, trabalhar, aprofundar.

Vemos a energia solar. Ótimo, excelente! Não tem em escala ainda. A própria Presidenta Dilma disse isso alguns dias atrás, algumas semanas atrás. É uma energia que virá? Claro, como a eólica também. Há muito tempo, os custos da energia eólica eram muito elevados. À medida que nós ganhamos escala, somos mais competitivos, mas a energia solar tem um longo caminho, ainda, a enfrentar no sentido de ganhar escala, no sentido de ganhar em tecnologia. Como todas as outras formas novas de geração de energia limpa também efetivamente enfrentarão.

Por que estou falando tudo isso, minha cara Senadora Ana Amélia, Presidenta? Porque não estou vendo alternativa. Nós teremos, sem dúvida nenhuma, nós precisamos despachar usinas termelétricas. Isso é inexorável dentro desse quadro que hoje nós vivenciamos. Talvez a alternativa do gás natural seja a melhor. O gás natural, sob o ponto de vista ambiental, é uma fonte energética muito mais palatável. Talvez fosse a transição da energia suja para a energia limpa. Se é que podemos falar em energia suja, quando nós temos tecnologia – vou abordar isso aí também.

Mas nós temos também o carvão lá do Estado de V. Ex<sup>a</sup>, o carvão de Santa Catarina. Será que o carvão tem que ser afastado definitivamente da matriz energética brasileira? E aí vejo um discurso assim: “Não, é uma energia suja. O Brasil, com suas usinas a carvão, está contribuindo para o efeito estufa”.

Senadora Ana Amélia, a China está colocando 60 mil megawatts a carvão, e somos nós os responsáveis pelo aquecimento global? Tenha paciência! É um discurso fácil demais. E nós temos que abordar isso com extremo rigor. E, hoje, o carvão já tem tecnologias que, efetivamente, geram subprodutos que não causam os impactos que as velhas usinas a carvão produzem: é



precipitador eletrostático, é leito fluidizado, é dessulfurizador – tantas formas que já foram encontradas!

Eu vi usinas a carvão na Europa – e o carvão é o principal item da matriz energética mundial – dentro de capitais, mas com tecnologia, portanto, impactando muito pouco o meio ambiente.

Então, nós temos que fazer essa discussão sim, e temos que ter ousadia e coragem para fazer esse debate, para fazer essa discussão.

Como também eu vi que, em princípio, estão afastadas soluções nucleares para o País. Aí vem, novamente, a história de Fukushima. Fukushima condenou os programas nucleares mundiais.

A França, minha querida Presidenta Ana Amélia, tem mais de 80% da sua geração com base nuclear. Aí os países vizinhos dizem assim: vamos extinguir a energia nuclear. Só que eles consomem exatamente a energia que é gerada na França por usinas nucleares.

Então, é um discurso do tipo “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”.

A Alemanha, agora, diz que em 2020 vai acabar com as usinas nucleares. Eu quero acompanhar isso de perto, para ver se isso efetivamente vai acontecer.

Quero também registrar aqui: as usinas nucleares têm problemas? Têm, principalmente do rejeito. Existem formas de armazenar esses rejeitos, mas ainda precisamos evoluir bastante. De certa maneira, a metodologia adotada não tem trazido grandes problemas, especialmente para os países como a França, que tem uma produção de energia nuclear intensa. Mas, sob o ponto de vista ambiental, as usinas nucleares não trazem qualquer tipo de dificuldade, qualquer tipo de problema.

Aí citam, Presidente, a usina de Fukushima. Eu só quero fazer aqui um registro. A usina de Fukushima, as usinas nucleares, o mundo nuclear, eles sorteiam usinas que são inspecionadas anualmente. Fukushima já tinha sido revisitada muitas vezes. Fukushima já tinha sido condenada pelos peritos. Portanto, foi uma decisão da Tokyo Electric não paralisar a usina de Fukushima – decisão da companhia.

E aí a gente olha: o que aconteceu com a usina de Fukushima, além do que os peritos já indicavam? Faltou o quê? Serviço auxiliar para usina. Portanto, as bombas não funcionaram. E, não funcionando as bombas, houve um superaquecimento do núcleo do reator.

Minha cara Presidente, Senadora Ana Amélia, hoje as usinas modernas não têm nem mais resfriamento por água pressurizada. É por convecção natural. Portanto, é um grande avanço, fruto de muitas experiências que já foram verificadas ao longo do tempo.

E as usinas nucleares mesmo que estamos operando hoje, Angra I e Angra II, foi uma equipe do Senado analisar, vistoriá-las, depois do acidente de Fukushima. Angra I tinha um grande problema: gerador de vapor, que já foi substituído. E lá é tecnologia Westinghouse. E há a tecnologia KVV em Angra II, que tem um desempenho excepcional. Inclusive, tem alternativas de serviços auxiliares bastante compatíveis para não repetir o que aconteceu em Fukushima.

Portanto, nós precisamos olhar isso também, não ter medo de trazer para o debate a energia termelétrica, a gás natural, a carvão com tecnologia, nuclear, e assim por diante, porque se ficar esse modelo de usina fio d'água alguém tem que trazer segurança energética, e quem traz segurança energética, que me desculpem, é a geração termoeletrônica.

Portanto, este debate nós precisamos fazer aqui, porque preocupa muito a situação atual, este quadro que se desenha. Quando a gente vê leilão de A-5 com energia eólica, como eu citei aqui logo no início do discurso, alguma coisa está estranha nesse quadro energético brasileiro. Então, nós precisamos fazer esse debate. E esse debate está alinhado também, minha cara Presidente Senadora Ana Amélia, com a renovação das concessões.

O Congresso e o Senado especificamente têm insistido muito nesse debate da renovação de concessões. Mas, o mutismo é ensurdecido com relação à renovação das concessões. É ensurdecido o mutismo!

Tive acesso a alguns estudos que, sem dúvida nenhuma, levam em consideração a amortização das usinas, das linhas, dos sistemas de distribuição. O curioso é o seguinte: mesmo com esses 20 mil *megawatts*, começando essas usinas com as suas concessões renovadas a operarem apenas na base do custo de operação e manutenção, o impacto lá para o consumidor final é reduzido 3%, talvez 4%. Ou seja, há uma expectativa grande de redução do custo da energia, mas, com a renovação das concessões, o impacto é pequenino, absolutamente desprezível.

E porque, Presidente Senadora Ana Amélia, isso acontece? Porque a nossa energia tem muitos encargos e muitos tributos. Então, eu acho que esta discussão vem num momento especialíssimo. E nós temos que reavaliar a cobrança de PIS/Cofins, cobrança de RGR (Reserva Global de Reversão) porque, a partir do momento em que estou renovando a concessão, mesmo que seja 20 mil *megawatts*, a RGR perde a razão de ser.

Portanto, em vez de nós mexermos no fluxo de caixa das empresas, porque elas vão ficar prejudica-

das nos seus investimentos, vamos ver os encargos, vamos aproveitar e fazer o serviço completo. Vamos olhar os encargos, vamos olhar os tributos, para que, efetivamente... Nós já avançamos tanto... Aí a Presidenta Dilma, a queda dos juros dos bancos, os juros dos cartões, avanços a que muitas pessoas duvidavam que nós chegássemos. Agora essa regra da poupança, mais do que nunca preservando quem já aplicou esses seus recursos na poupança, estabelecendo lá os 8,5% da taxa Selic, liberando o Banco Central para mexer na taxa de juros, criando novas regras para os novos depositantes, fazendo, portanto, uma coisa que a população, como um todo, entendeu e compreendeu muito bem, principalmente tratando de um item tão importante na vida dos brasileiros e das brasileiras, que é a questão da poupança.

A Presidenta Dilma – não tenho dúvida nenhuma – vai ousar nesse quesito, porque nós precisamos ter energia barata.

Agora, recentemente, nós aprovamos o Projeto de Resolução nº 72, polêmico, de cujos debates V. Ex<sup>a</sup> participou, sempre de uma maneira muito qualificada. O que isso representou para a indústria brasileira? Foi um grande avanço, apesar das dificuldades que entendo que alguns Estados, sem dúvida nenhuma, enfrentarão.

Nós estamos debatendo o *e-commerce*. São mais receitas para os Estados. Nós estamos discutindo aí a dívida dos Estados. Será que não vale a pena também ousar na questão da energia?

Eu vejo, Senadora Ana Amélia, minha Presidente, eu vejo consumidores eletrointensivos ameaçando paralisar suas atividades pelo custo da energia. Nós não podemos desprezar esses investimentos que foram conseguidos a duras penas, com investidores sérios, investidores que são *players* internacionais, que são competitivos, que geram emprego, que são referência sob o ponto de vista de gestão corporativa, de segurança do trabalho, de medicina do trabalho.

Nós precisamos ousar, mas sem prejudicar o fluxo de caixa das empresas dos setores que precisam investir. O ponto crucial – estou convencido disto –, não é o custo de operação e manutenção que vai bancar a redução da energia na ponta; são os tributos e os encargos. E nós precisamos encarar, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, esse desafio.

Nós, que já estamos fazendo tantas coisas diferenciadas, acho que agora é a energia.

E nós esperamos, Senadora Ana Amélia, que, no segundo semestre, mesmo atípico, porque temos eleições, esse projeto seja encaminhado para um de-

bate amplo aqui, porque, talvez, esse é um dos pontos cruciais para trazer competitividade para o País, competitividade. Nós não podemos administrar um setor com impostos em cascata nem podemos dizer que, exatamente por causa desses impostos e por esses encargos, a energia do Brasil é muito cara. Não. Nós temos excelentes projetos de geração de energia, mas, hoje, quase que 48% ou 50% são encargos e impostos. Como vamos ter energia competitiva?

Sei que a Presidente Dilma está preocupada com a competitividade da nossa indústria. Existe um grupo de trabalho, inclusive, comandado pelo Sr. Jorge Gerdau Johannpeter, que está estudando isso, porque precisamos ter um modelo competitivo de industrialização para o Brasil. O Brasil tem qualidade, tem reais condições de consolidar uma indústria forte, muito prejudicada por uma série de circunstâncias, fruto desse momento que o mundo vive também, mas o Governo se apresenta de maneira muito lúcida, muito competente para, efetivamente, preservar essas conquistas todas que tivemos.

Portanto, acredito que o próximo desafio é a energia, é a redução do custo da energia. E não podemos perder, Presidente, Senadora Ana Amélia, essa oportunidade. É uma oportunidade ímpar dentro de um contexto, de uma série de temas que eram verdadeiros dogmas: Resolução 72 era um dogma; juro de banco, dogma; caderneta de poupança, dogma. Nós estamos quebrando, gradativamente, os grandes dogmas. Comércio eletrônico, outro dogma. Dois, três Estados brasileiros recolhiam o ICMS da venda, e os outros ficavam a ver navios.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – (*Fora do microfone.*)

**O SR. DELCÍDIO DO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Pré-sal. A Senadora Ana Amélia está me ajudando, cada vez mais aqui, em todos esses dogmas e paradigmas que estamos quebrando.

Então, é um Brasil que muda, e muda para se consolidar como um dos países mais importantes no concerto das nações.

Mas nós temos que ter coragem de enfrentar esse que é um debate sadio, que é um debate no sentido de garantir uma vida melhor, um grande futuro para o nosso País. Então, é todo um processo de construção.

Vem aí a energia. E nós não podemos perder essa oportunidade.

Em dívida dos Estados e Municípios, Senadora Ana Amélia, ninguém falava. Pelo amor de Deus! Não se podia falar. Ninguém podia conversar sobre isso. Era um pecado mortal.

Nós estamos trazendo para a Comissão de Assuntos Econômicos – falei com o Senador Walter Pinheiro hoje e com o Senador Eduardo Braga – este debate agora: percentual da receita para sobrar dinheiro para os Estados investirem e ajudarem os Municípios também em saúde e educação. E há a correção da dívida, ou seja, nós estamos fazendo uma mudança gradativa, em etapas. Mas isso efetivamente está acontecendo.

Nós não podemos perder essa oportunidade da energia. E é importante também...

*(A Srª Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)**

– Minha cara Presidente Senadora Ana Amélia, peço um pouquinho de paciência, pois já vou concluir.

Um outro tema é o código mineral, também de um mutismo ensurdecedor. E eu acho que nós temos que avançar. Temos que avançar na questão dos *royalties* de mineração e nesta palavra mágica: Cfem. As mineradoras tremem quando a gente toca nesse assunto. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto: será que o DNPM não precisa ser uma agência reguladora mesmo, e não um departamento? Porque, efetivamente, o setor mineral cresce, e é inacreditável esse número. Se a gente considerar a área do Brasil, os 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, veremos que o que há de mineração hoje é menos de 0,5%, mesmo com as riquezas minerais que o Brasil tem e com a possibilidade de agregação de valor a elas.

Então, nós temos três pontos: o marco regulatório, a Cfem e a agência reguladora, o DNPM, se transformando numa agência.

É importante, minha cara Senadora Ana Amélia, Senadores e Senadoras, ajustar no marco regulatório um período mesmo de lavra, de concessão, e não deixar concessões **ad aeternum**. No Brasil, tem pessoa física com mais de mil concessões. Existem pessoas físicas com mais de mil concessões! E está tudo engavetado, esperando uma oportunidade. Está todo mundo sentado em cima, esperando uma oportunidade para fazer um bom negócio.

Então, é estabelecer um período de concessões, eventualmente renováveis. Depois, fim de papo. E, se não tiver um projeto bem definido, perde a concessão.

São temas que estão vindo em parcelas, em etapas, mas são essenciais para o Brasil.

É por isso, minha querida Presidente, Senadora Ana Amélia, que eu venho hoje a este Plenário para colocar essas ideias que entendo como fundamentais para, acima de tudo, gerar emprego, tecnologia, viabilizar os investimentos de que o Brasil precisa na

educação, na qualificação de mão de obra, na saúde, na segurança pública, na logística, tudo isso levando ao maior desafio que um país pode ter: a cidadania.

Portanto, nós temos uma grande pauta para discutir aqui no Senado Federal.

Muita gente acha, Senadora Ana Amélia: “Vem CPI, o Congresso para”.

Muito pelo contrário. O Congresso vai discutir temas que são absolutamente relevantes para a nossa população, para a nossa gente. E, sem dúvida alguma, as comissões e o próprio Plenário serão palcos desses debates que estão no coração e na mente de todos nós. Se planejadamente, erradamente ou não, isso não interessa. Eu sei que esses assuntos estão começando a se tornar parte do nosso cotidiano. E, quando isso começa a ser repetido como um mantra, quando isso começa a ser entendido por todos os nossos Pares, nós estamos numa situação madura o suficiente para efetivamente implementar essas grandes mudanças.

Por isso, minha querida Presidente, Senadora Ana Amélia, quero agradecer a paciência e a tolerância de V. Exª pelo tempo que já falei aqui, mas não poderia perder esta oportunidade de falar sobre alguns desses temas sobre os quais V. Exª também tem domínio absoluto, dos quais tem participado intensivamente. Essa janela de oportunidade nós não podemos perder, sob o risco de não fazermos com que o Brasil se projete como todos nós esperamos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Delcídio do Amaral, V. Exª estava concluindo o seu pronunciamento, mas eu não posso deixar de dizer que, na minha terra, há um ditado que está bem adequado ao que V. Exª acaba de dizer: “o cavalo está passando encilhado, e, se não montarmos, estaremos perdendo a oportunidade de ouro”.

V. Exª falou com a propriedade de um professor. Eu aprendi muito com tudo que disse. A energia é um dos insumos mais importantes e, em alguns setores da indústria brasileira, tem um peso significativo no custo de produção, no custo final, na siderurgia, por exemplo, e em tantos outros.

Nesse aspecto, quando falamos aqui, todas as semanas, sobre a desindustrialização, um dos problemas está no custo da energia, que reduz a competitividade, comparativamente.

Amanhã, estarei em Uruguiana, Senador Delcídio – noto que V. Exª já sabe. V. Exª falou da questão da termelétrica a gás natural. Em Uruguiana, temos um elefante branco dependendo de um gás natural que veio em pequena quantidade e depois parou.



**O SR. DELCÍDIO DO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Da Argentina.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não podemos viver nessa insegurança, jurídica até, na produção de insumos. Aconteceu problema parecido na Bolívia – que depois foi consertado diplomaticamente com a Petrobras –, o caso do famoso e importante gasoduto de seu Estado.

V. Ex<sup>a</sup> conhece muito a questão energética. Para mim, foi muito cara a sua abordagem sobre a questão do carvão mineral, que é fundamental no Sul do País, pois o Estado possui tecnologia e pode utilizá-la, como disse V. Ex<sup>a</sup>. Mas o mais importante é diversificar a matriz energética brasileira, porque já tivemos um apagão. E, quanto ao que V. Ex<sup>a</sup> levanta, se o dever de casa não for feito, poderemos, em prazo não muito longo, correr um novo risco de insuficiência energética.

Então, todas as alternativas são necessárias, como também quebrar os preconceitos, como disse V. Ex<sup>a</sup>, quanto à energia nuclear, hidrelétrica e termelétrica, com o carvão mineral.

No meu Estado também existe um passivo ambiental que poderia já estar sendo resolvido com a queima da casca de arroz, por exemplo, para produção de energia. Algumas unidades industriais resolvem o passivo ambiental, mas ainda têm de realizar o abastecimento de energia. Há um excedente que pode ser jogado na rede para baratear a produção, mas o custo, aquilo que é cobrado de imposto, nesse processo entre a unidade e a rede, tira a competitividade, tira o interesse econômico de realizar esse fornecimento. Então, imagine V. Ex<sup>a</sup> o que poderia ser feito também nesse aspecto, do ponto de vista ambiental e do aumento de uma nova fonte de produção de energia. Poderíamos juntar as zonas de produção – nesse caso de arroz, por exemplo, utilizando-se a casca de arroz; ou, em outras culturas, utilizando-se outras fontes de insumo –, para queima, para criar-se uma energia limpa e também aumentar a oferta de energia.

Fico muito feliz e conte com o meu apoio nesse processo, Senador Delcídio do Amaral.

**O SR. DELCÍDIO DO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr<sup>a</sup> Presidente, eu só queria, até pegando uma carona nas observações de V. Ex<sup>a</sup>, registrar, só para resumir, já que V. Ex<sup>a</sup> citou a questão da geração de energia usando casca de arroz, que nós temos hoje um potencial gigantesco na geração de energia a partir da biomassa, que é esse caso, como é o caso do bagaço de cana, que, inclusive, dá uma viabilidade técnica e econômica ainda maior para as nossas usinas e para o negócio de produção de açúcar é álcool.

E essas usinas trazem um conceito importante de geração distribuída e de sequestro de carbono. E ainda mais: quando nós temos pequenas usinas distribuídas no sistema, o sistema como um todo ganha com isso, porque o sistema alivia.

Então, nós temos uma segurança energética, uma qualidade no suprimento de energia muito maior, sem falar – e não as citei aqui Sr<sup>a</sup> Presidente – das PCHs, um programa maravilhoso que foi implementado: usinas que, em um ano e meio, dois anos, entram em operação com impactos ambientais mínimos e introduzindo esse conceito de geração distribuída, muito importante para atender ao sistema interligado como um todo. Nós não nos podemos nos esquecer disso!

Outro ponto – e agora para finalizar: o mercado livre de energia. Presidente, Senadora Ana Amélia, nós precisamos – existem vários projetos que estão tramitando aqui, no Senado – abaixar, colocar o consumidor livre até um megawatt para dar versatilidade aos consumidores, para colocar essa energia disponível que eventualmente sobre, porque isso traz competitividade e um sistema muito mais saudável sob o ponto de vista de prática de tarifas adequadas e, ao mesmo tempo, de incentivo a quem quer investir no Brasil e quem quer investir num setor que é crucial, como V. Ex<sup>a</sup> disse, para o desenvolvimento do Brasil que é o setor de energia.

Portanto, quero agradecer os apartes, minha cara Presidente, Senadora Ana Amélia, e dizer que nós temos muito trabalho pela frente e, sem dúvida nenhuma, nós estaremos juntos nesse grande desafio.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Delcídio do Amaral, pela brilhante exposição de um tema que é um desafio para todos os Senadores.

Queria aproveitar para, registrando a presença neste plenário, saudar e dar as boas-vindas ao Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas, meu colega José Carlos Torves, lembrando que aqui, ontem, a meu pedido, foi feita a leitura de um requerimento para antecipar o calendário de votação da PEC sobre o diploma dos jornalistas.

Então, as nossas boas-vindas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 420, DE 2012**  
(Da Comissão de Relações Exteriores  
e Defesa Nacional)

Requeiro, com amparo no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, o **sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 60, de 2012**, que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Brasília, em 2 de fevereiro de 2010*, a fim de que o Presidente do Senado Federal oficie a Excelentíssima Senhora Presidente da República sobre a necessidade de adequar o referido Acordo à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações.

**Justificação**

O *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Brasília, em 2 de fevereiro de 2010*, foi negociado e assinado antes do advento da Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações. Portanto, não poderiam seus redatores ter vaticinado possíveis incongruências com legislação interna brasileira.

Ocorre que a nova lei conflita com o mencionado acordo, entre outras questões, por ter suprimido o grau de sigilo confidencial dos documentos, enquanto o texto internacional o prevê expressamente no seu art. 6º, § 2º, alínea **d**. Essa equivalência não existirá mais quanto ao grau confidencial. O Brasil não produzirá mais esse tipo de documento. Igualmente, os tratados devem relevar certas normas da lei de acesso à informação, como a disposição geral ínsita no seu art. 21 e parágrafo único, sobre tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Todavia, as disposições existentes no tratado sobre informações sigilosas são consideradas como

provisórias. Dispõe o art. 6º, §1º, que a “proteção da informação classificada que venha a ser intercambiada ou gerada no âmbito deste Acordo será regulada entre as Partes por meio de um acordo para a proteção da informação sigilosa”. Portanto, devemos esperar a feitura deste acordo, em consonância com a nova legislação brasileira, para aprovar o texto base.

Ademais, importa ressaltar que a presente Comissão de Relações Exteriores teve o cuidado de indagar a nosso chanceler sobre seu posicionamento a respeito. A resposta que nos chegou, no dia 13 de março de 2012, abalizada pela Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, reforça nosso entendimento, conforme transcrição abaixo do parecer desse órgão:

“32. Em relação aos Tratados que ainda não estão em vigor, recomenda-se que sejam renegociados para refletir o novo regime de proteção à informação previsto na Lei nº 12.527, de 12 [sic] de novembro de 2011. **Tal procedimento se justifica para adequação dos atos internacionais ao ‘novo espírito do legislador’.**” (Grifo nosso)

Diante essa confluência de opiniões, entre o Senado Federal e o Poder Executivo, o presente requerimento, de sobrestamento do estudo da proposição, a fim de aguardar diligências do Poder Executivo e proposição suplementar sobre a mesma matéria, pretende resguardar nossas ações diplomáticas na área de defesa, bem como ressaltar nosso bom relacionamento com República Dominicana.

Contamos com a compreensão dos ilustres senadores com essa medida, já tomada em relação a tratados similares pela presente Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e que deve ser encaminhada ao Excelentíssimo Presidente desta Casa para as providências cabíveis.— Senador **Aloysio Nunes Ferreira**.

# Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE

Requerimento , de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 19ª REUNIÃO, DE 19/04/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Aloysio Nunes Ferreira

RELATOR: \_\_\_\_\_

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. Lindbergh Farias (PT)
Sérgio Souza (PMDB)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Marques Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Morando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO



**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 421, DE 2012**

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Vera Cruz AM, pelo transcurso dos 50 anos de sua fundação, que ocorrerá em 13-5-2012.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada à Senhora Elizabeth Scheffel Pilau, no endereço: Rua Balduino Schneider, 354 – Horizontina – RS – CEP: 98920-000.

Sala das Sessões, de maio de 2012. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

#### **REQUERIMENTO Nº 422, DE 2012**

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Cooperativa Santa Clara, pelo transcurso dos 100 anos de sua fundação, que ocorreu em 10-4-2012.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e cooperados, deverá ser encaminhada ao Sr. Rogério Bruno Sauthier no seguinte endereço: Rua Pedro Baldasso, 47 – Centro – Carlos Barbosa – RS – CEP 95185-000.

Sala das Sessões, de maio de 2012. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados. Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 423, DE 2012**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 515 e 530, ambos de 2011, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, – Senador **João Vicente Claudino**.

*(À Mesa para decisão.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 424, DE 2012**

**Requer nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 522, de 2007 e nº 620, de 2011.**

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos **Projetos de Lei do Senado nº 522, de 2007**, que “Acrescenta inciso X e parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência, e dá outras providências” e o **PLS nº 620 de 2011**, que “Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço por um dia a cada seis meses para comparecimento às reuniões escolares dos seus filhos, mediante comprovante de comparecimento à escola”, tendo em vista que ambas visam regular hipóteses de ausência do trabalhador, sem prejuízo do salário.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2012**

**Altera o caput do art. 44 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para dispor sobre o valor da Aposentadoria por invalidez.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 44 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, ou igual ao último salário se este for maior,

observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A presente proposição pretende alterar o Regime Geral da Previdência Social – RGPS no que concerne ao valor do benefício da Aposentadoria por invalidez.

Atualmente, a aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a **100% (cem por cento) do salário-de-benefício**. Quando o acidentado do trabalho estiver em gozo de auxílio-doença, o valor da aposentadoria por invalidez será igual ao do auxílio-doença se este, por força de reajustamento, for superior ao previsto neste artigo.

O art. 45 da Lei nº 8.213, de 1991, estabelece ainda que o valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal e será recalculado quando o benefício que lhe deu origem for reajustado, cessando com a morte do aposentado e não se incorporará ao valor da pensão.

A presente proposição se harmoniza com a triste realidade de nosso País onde os acidentes de trabalho alcançaram índices alarmantes. Foram 3,8 milhões no período de 2005 a 2010 que resultaram na morte de 16,5 mil pessoas e geraram a incapacidade de 74,7 mil trabalhadores.

Estamos em quarto lugar no mundo em ocorrências desta natureza. Trata-se de um tema da maior gravidade e recentemente promovemos a realização de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para fazer alusão ao dia 28 de abril como *Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho*, instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

É neste contexto de fatos que discutimos a presente proposição, pois em inúmeros casos o trabalhador vítima de acidente do trabalho é aposentado por invalidez com renda inferior a que percebia na atividade com enormes prejuízos financeiros para si e sua família.

Na verdade são descartados do mercado de trabalho e penalizados com renda aquém de suas necessidades.

Recentemente o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, que introduziu o art. 6º-A na Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, para dispor que o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda Constitucional e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.

Se o servidor público faz jus a proventos calculados com base na sua última remuneração, porque o segurado do RGPS, vítima de acidente do trabalho ou doença profissional não pode ter o mesmo parâmetro de cálculo para o seu benefício na maioria dos casos?

O tratamento isonômico, igualitário e justo é o que buscamos para todos. Por estas razões, esperamos o apoio de nossos Pares pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

### Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

### Seção V

### Dos Benefícios

### Subseção I

### Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência **exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado** incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

§ 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade

mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Art. 43. A aposentadoria por invalidez será devida a partir do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

§ 1º Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida: (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

**a)** ao segurado empregado, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

**b)** ao segurado empregado doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual, especial e facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 2º Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 3º. (Revogado pela Lei nº 9.032, de 1995)

Art. 44. A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 1º (Revogado pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 2º Quando o acidentado do trabalho estiver em gozo de auxílio-doença, o valor da aposentadoria por invalidez será igual ao do auxílio-doença se este, por força de reajustamento, for superior ao previsto neste artigo.

Art. 45. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. O acréscimo de que trata este artigo:

**a)** será devido ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal;

**b)** será recalculado quando o benefício que lhe deu origem for reajustado;

**c)** cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.

Art. 46. O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno.

Art. 47. Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, será observado o seguinte procedimento:

I – quando a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará:

**a)** de imediato, para o segurado empregado que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa quando se aposentou, na forma da legislação trabalhista, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade fornecido pela Previdência Social; ou

**b)** após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, para os demais segurados;

II – quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período do inciso I, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade:

**a)** no seu valor integral, durante 6 (seis) meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade;

**b)** com redução de 50% (cinquenta por cento), no período seguinte de 6 (seis) meses;

**c)** com redução de 75% (setenta e cinco por cento), também por igual período de 6 (seis) meses, ao término do qual cessará definitivamente.

## **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 70, DE 29 DE MARÇO DE 2012**

**Acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:



Art. 1º A Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

“Art. 6º-A. O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda Constitucional e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no caput o disposto no art. 7º desta Emenda Constitucional, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores.”

Art. 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, assim como as respectivas autarquias e fundações, procederão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da entrada em vigor desta Emenda Constitucional, à revisão das aposentadorias, e das pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004, com base na redação dada ao § 1º do art. 40 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, com efeitos financeiros a partir da data de promulgação desta Emenda Constitucional.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2012.

#### **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003**

**Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3 do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37. ....

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da adminis-

tração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como li-mite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

.....” (NR)

“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e **dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.**

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I – ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II – ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X.” (NR)

“Art. 42. ....

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal.” (NR)

“Art. 48. ....

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.” (NR)

“Art. 96. ....

II – .....

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

.....” (NR)

“Art. 149. ....

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

.....” (NR)

“Art. 201. ....

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição.” (NR)

Art. 2º Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, §§ 3º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I – tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II – tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do **caput** terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1º, III, a, e § 5º da Constituição Federal, na seguinte proporção:

I – três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do **caput** até 31 de dezembro de 2005;

II – cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do **caput** a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.

§ 3º Na aplicação do disposto no § 2º deste artigo, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, contado com acréscimo de dezessete por cento, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no **caput**, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 5º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no **caput**, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

§ 6º Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar

as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no **caput**, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 4º Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefícios na data de publicação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

Parágrafo único. A contribuição previdenciária a que se refere o **caput** incidirá apenas sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere:

I – cinquenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II – sessenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas da União.

Art. 5º O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), devendo, a partir da data de publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art.



40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I – sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III – vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV – dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

~~Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)~~

Art. 6º-A. O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda Constitucional e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 70, de 2012)

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no **caput** o disposto no art. 7º desta Emenda Constitucional, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 70, de 2012)

Art. 7º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a

aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 8º Até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o art. 37, XI, da Constituição Federal, será considerado, para os fins do limite fixado naquele inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei na data de publicação desta Emenda a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela recebida em razão de tempo de serviço, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento da maior remuneração mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal a que se refere este artigo, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Art. 9º Aplica-se o disposto no art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos vencimentos, remunerações e subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.

Art. 10. Revogam-se o inciso IX do § 3º do art. 142 da Constituição Federal, bem como os arts. 8º e 10 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 11. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2003.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2012

**Acrescentam-se o inciso VIII ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e o § 4º ao art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968 (Lei da Ação de Alimentos), para impedir a prisão do idoso devedor de obrigação alimentícia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica acrescido o inciso VIII ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), com a seguinte redação:

“Art. 10 .....  
§ 1º .....

VIII – vedação da prisão do idoso para o pagamento de pensão alimentícia.” (NR)

Art. 2º Fica acrescido o § 4º ao art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968 (Lei da Ação de Alimentos), com a seguinte redação:

“Art. 19. ....

§ 4º É vedada a decretação da prisão do idoso para o pagamento de pensão alimentícia.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Este projeto tem por objetivo impedir a prisão do idoso devedor de alimentos.

Por causa da inadimplência do filho, o avô idoso acaba sendo preso para o pagamento de alimentos ao neto. A verdade é que muitos idosos são presos civilmente por causa da irresponsabilidade alheia. Não é certo que pessoas de saúde frágil, com grandes gastos com medicamentos, médicos e hospitais, sejam submetidas a esse tipo de humilhação, ainda mais nesta fase da vida.

Conquanto seja legítimo o direito do menor de cobrar alimentos dos seus ascendentes (pais e avós), essa obrigação civil não deve chegar ao ponto de constrianger o idoso com a ameaça de prisão.

Por essas razões, esperamos que a iniciativa venha a merecer o acolhimento dos nossos ilustres pares.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI No 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

### Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

### CAPÍTULO II

### Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II – opinião e expressão;

III – crença e culto religioso;

IV – prática de esportes e de diversões;

V – participação na vida familiar e comunitária;

VI – participação na vida política, na forma da lei;

VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

§ 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968.

### Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 19. O juiz, para instrução da causa ou na execução da sentença ou do acordo, poderá tomar todas as providências necessárias para seu esclarecimento ou para o cumprimento do julgado ou do acordo, inclusive a decretação de prisão do devedor até 60 (sessenta) dias.

§ 1º O cumprimento integral da pena de prisão não eximirá o devedor do pagamento das prestações alimentícias, vincendas ou vencidas e não pagas. (Incluído pela Lei nº 6.014, de 27/12/73)

§ 2º Da decisão que decretar a prisão do devedor, caberá agravo de instrumento. (Redação dada pela Lei nº 6.014, de 27/12/73)

§ 3º A interposição do agravo não suspende a execução da ordem de prisão. (Incluído pela Lei nº 6.014, de 27/12/73)

*(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2012

**Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para equiparar o controle de qualidade de medicamentos similares aos dos medicamentos genéricos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso XX do art. 3º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, nos termos da Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....  
.....

XX – Medicamento Similar – aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, e que é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca;

.....” (NR)

Art. 2º O art. 21 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 21. ....  
.....

§ 6º Os medicamentos similares, fabricados ou não no País, deverão ter a sua eficácia, segurança e qualidade comprovadas de forma rigorosamente equivalente à adotada para os medicamentos genéricos.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

### Justificação

A indústria farmacêutica brasileira expandiu-se e consolidou-se copiando fórmulas de medicamentos pesquisados no exterior. Tal prática era legalmente aceita – até a edição da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Patentes) –, notadamente por ser de interesse do Estado brasileiro a diminuição da dependência do País em relação à indústria externa.

Esse panorama começou a ser alterado com a edição da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999 (Lei dos Genéricos). A partir daí, passou-se a exigir da indústria, como pré-requisito para que os produtos copiados fossem classificados como medicamentos genéricos, a comprovação de que eram idênticos aos medicamentos de referência, mediante testes de equivalência farmacêutica e biodisponibilidade. Somente assim esses medicamentos, que tinham um preço mais baixo, pois não embutiam custos de desenvolvimento nem de publicidade, poderiam ser prescritos com segurança pelo médico para substituir o medicamento de referência.

Desse modo, no início do ano 2000, o mercado farmacêutico brasileiro passou a contar com três categorias de medicamentos: de referência, genéricos e similares. Os similares, contudo, ao contrário dos medicamentos de referência e dos genéricos, continuavam fora do alcance de normas que garantissem efetivamente a sua qualidade, porque, pela legislação vigente na época, não havia necessidade de demonstrar cientificamente a sua bioequivalência em relação aos de referência.

Finalmente, o Regulamento Técnico anexo à Resolução nº 133, de 29 de maio de 2003, posteriormente revogado e atualizado pela Resolução nº 17, de 2 de março de 2007, ambas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), alterou a forma de registro do medicamento similar no Brasil.

A Resolução Anvisa nº 134, de 29 de maio de 2003, por sua vez, complementou a anterior e dispôs sobre a adequação dos medicamentos similares já registrados. Essa norma determinou que os medicamentos similares fossem submetidos aos testes de equivalência farmacêutica e biodisponibilidade relativa, para que fosse cientificamente comprovada a produção de efeito igual, na mesma dosagem e no mesmo tempo, ao produzido pelo medicamento de referência.

Nesse sentido, a Resolução fixou prazos diferenciados para o cumprimento das exigências legais e para o processo de qualificação de similares no mercado farmacêutico. Até 2009, todos os similares tiveram que apresentar a comprovação da equivalência química com os respectivos medicamentos de referência (equivalência farmacêutica) e três classes terapêuticas – antibióticos, antineoplásicos e antiretrovirais –, tiveram que apresentar, também, o resultado do estudo de biodisponibilidade relativa. A segunda etapa, que termina no final de 2014, exige que as demais classes terapêuticas comprovem a bioequivalência.

No entanto, a despeito do avanço da normatização infralegal sobre o tema, parece-nos necessário, também, atualizar as leis existentes, para dar maior



segurança jurídica à matéria. Por essas razões, a proposição, que ora submetemos à apreciação dos Parlamentares de ambas as Casas Legislativas, tem a finalidade de assegurar, em lei, que a eficácia, a segurança e a qualidade dos medicamentos similares sejam rigorosamente equivalentes às dos medicamentos genéricos.

A medida proposta – que caminha no sentido de oferecer maior proteção e incrementar a defesa da saúde da população –, certamente concorrerá para estabelecer um novo padrão de qualidade da indústria farmacêutica nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Walter Pinheiro**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976

**Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.**

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º .....

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, além das definições estabelecidas nos incisos I, II, III, IV, V e VII do Art. 4º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, são adotadas as seguintes:

I – .....

XX – Medicamento Similar – aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, preventiva ou diagnóstica, do medicamento de referência registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca; (Inciso incluído pela Lei nº 9.787, de 10.2.1999)

XX – Medicamento Similar – aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, e que é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho

e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

XXI – .....

Art. 4º .....

~~Art. 21. Não poderá ser registrado o medicamento que não tenha em sua composição substância reconhecidamente benéfica do ponto de vista clínico ou terapêutico.~~

Art. 21. Fica assegurado o direito de registro de medicamentos similares a outros já registrados, desde que satisfaçam as exigências estabelecidas nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9.782, de 26.1.1999)

§ 1º .....

§ 5º .....

~~Art. 22. As drogas, os medicamentos e insumos farmacêuticos que contenham substâncias entorpecentes ou determinem dependência física ou psíquica, estando sujeitos ao controle especial previsto no Decreto-Lei nº 753, de 11 de agosto de 1969, bem como em outros diplomas legais, regulamentos e demais normas pertinentes, e os medicamentos em geral, só serão registrados se, além do atendimento das condições, das exigências e do procedimento estabelecidos nesta Lei e seu regulamento, suas embalagens e sua rotulagem se enquadrarem nos padrões aprovados pelo Ministério da Saúde.~~

Art. 22. As drogas, os medicamentos e insumos farmacêuticos que contenham substâncias entorpecentes ou determinem dependência física ou psíquica, estando sujeitos ao controle especial previsto no Decreto-Lei nº 753, de 11 de agosto de 1969, bem como em outros diplomas legais, regulamentos e demais normas pertinentes, e os medicamentos em geral, só serão registrados ou terão seus registros renovados, se, além do atendimento das condições, das exigências e do procedimento estabelecidos nesta Lei e seu regulamento, suas embalagens e sua rotulagem se enquadrarem nos padrões aprovados pelo Ministério da Saúde. (Redação dada pela Lei nº 10.742, de 6.10.2003)

Art. 88. ....

Brasília, 23 de setembro de 1976; 155º da Independência e 88º da República. – **ERNESTO GEISEL**  
– **Paulo de Almeida Machado**.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 601 – GP/TCU**, de 2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2062/2012 – TCU-1ª Câmara.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 601 – GP/TCU

Brasília 8 de maio de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2062/2012 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), proferido pela 1ª Câmara deste Tribunal na Sessão de 17-4-2012, ao apreciar o Pedido de Reexame no processo de Representação nº TC-021.208/2006-0.

Respeitosamente, – **Benjamim Zymmer**, Presidente.

#### **ACÓRDÃO 2062/2012 – TCU – 1ª CÂMARA**

1. Processo TC 021.208/2006-0.
- 1.1. Apenso: TC 020.558/2007-2.
2. Grupo II – Classe I – Pedido de Reexame.
3. Recorrentes: Paulo de Tarso Lustosa da Costa (CPF 000.445.123-68) e Valdi Camarcio Bezerra (CPF 081.750.801-59).
4. Unidade: Fundação Nacional de Saúde – Funasa.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos – Serur.
8. Advogados: Walter Costa Porto (OAB/DF 6098); Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359); Sebastião Ferreira Leite (OAB/GO 11.381).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos pelos responsáveis Paulo de Tarso Lustosa da Costa e Valdi Camarcio Bezerra contra o acórdão 2.306/2009-1ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora, com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame e dar-lhes provimento;

9.2. tornar insubsistentes os itens 9.1, 9.3 e 9.4 do acórdão 2.306/2009-1ª Câmara.

9.3. dar ciência desta decisão aos recorrentes.

10. Ata nº 12/2012 – 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/4/2012 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2062-12/12-1.

13. Especificação do **quorum**:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro com voto vencido: Walton Alencar Rodrigues.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

**VALMIR CAMPELO**, Presidente

(Assinado Eletronicamente)

**ANA ARRAES**, Relatora

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

**PAULO SOARES BUGARIN**, Subprocurador-Geral.

#### **GRUPO II – CLASSE I – Primeira Câmara**

TC 021.208/2006-0

Apenso: TC 020.558/2007-2

Natureza: Pedido de Reexame.

Unidade: Fundação Nacional de Saúde – Funasa.

Recorrentes: Paulo de Tarso Lustosa da Costa (CPF 000.445.123-68) e Valdi Camarcio Bezerra (CPF 081.750.801-59). Advogados: Walter Costa Porto (OAB/DF 6098); Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359); Sebastião Ferreira Leite (OAB/GO 11.381).

SUMÁRIO: PEDIDOS DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO. CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS DESPROVIDOS DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA EXIGIDA NA IN STN 1/97. MEDIDAS SANEADORAS ADOTADAS PELOS RESPONSÁVEIS. CONHECIMENTO. PROVIMENTO.

#### **RELATÓRIO**

Adoto como relatório a abaixo transcrita manifestação da Secretaria de Recursos – Serur, que con-

substancia a peça 42 destes autos e que contou com a anuência do titular daquela unidade especializada:

“Trata-se de Pedidos de Reexame interpostos pelos senhores Paulo de Tarso Lustosa da Costa (Anexo 15, fls. 1-165) e Valdi Camarcio Bezerra (Anexo 14, fls. 1-7), pessoalmente ou por seus procuradores, contra o Acórdão 2.306/2009 – TCU – 1ª Câmara (Volume 2, fls. 518/519), Sessão de 12/5/2009, Ata 14/2009, em que o Tribunal decidiu rejeitar as razões de justificativa dos responsáveis, aplicando-lhes multa no valor de R\$ 10.000,00.

### HISTÓRICO

2. Tratam os autos de Representação realizada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental acerca de inscrição excessiva em Restos a Pagar pelo Poder Executivo Federal, o que originou auditoria de conformidade na Fundação Nacional de Saúde – Funasa, detentora do maior volume de débitos inscritos.

3. Em fevereiro de 2007, foi realizada a primeira inspeção na entidade, a qual identificou a existência de 4.517 convênios cujas despesas liquidadas anteriormente a 2006, continuavam inscritas em Restos a Pagar no final daquele exercício. Por conta das conclusões deste trabalho, nova fiscalização foi realizada na Funasa, envolvendo 65 convênios de maior materialidade, selecionados estatisticamente, no montante total de R\$ 166.138.547,26.

4. A equipe de auditoria identificou irregularidades referentes à celebração de convênios desprovidos da documentação comprobatória exigida pela Instrução Normativa 01/1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como normas atinentes à seguridade social.

5. Os auditores constataram a ausência de Certidão Negativa de Débitos do INSS, licenças ambientais e comprovantes confiáveis da propriedade plena dos imóveis utilizados no ajuste. Além disso, verificou-se que as minutas dos acordos não recebiam o parecer da assessoria jurídica, bem como havia o descasamento entre a execução física do objeto e a liberação dos recursos federais.

6. Após a audiência dos responsáveis e a análise das defesas apresentadas, o Tribunal rejeitou as razões de justificativa dos senhores Francisco Danilo Bastos Forte, Valdi Camarcio Bezerra e Paulo de Tarso Lustosa da Costa, aplicando-lhes, individualmente, a multa de R\$ 10.000,00. Igualmente, o Tribunal efetuou determinações ao órgão auditado para o saneamento dos problemas.

7. O Sr. Francisco Danilo Bastos Fortes opôs Embargos de Declaração contra o Acórdão 2.306/2009 – 1ª Câmara, argumentando que não teve tempo suficiente para sanear as irregularidades apresentadas no relató-

rio de auditoria, pois houvera assumido a Presidência do órgão há apenas dois meses. Além disso, os recursos foram liberados com a chancela do corpo técnico.

8. O Tribunal, por meio do Acórdão 2.706/2009 – 1ª Câmara, acolheu as razões apresentadas e excluiu a responsabilidade do gestor sobre as irregularidades descritas na decisão ora combatida.

9. Também irressignado, o Sr. Paulo de Tarso Lustosa da Costa (Anexo 15, fls. 1-165) interpôs Pedido de Reexame, solicitando que:

“[...]como a decisão dessa Eg. Corte, acolhendo Embargos de Declaração, eximiu o Sr. Francisco Danilo Bastos Forte de qualquer responsabilidade, embora se encarregasse ele, comprovadamente, da liberação de recursos aqui censurada, pede-se o tratamento isonômico ao Recorrente, afastando-se a tão injusta punição que lhe foi aplicada”.

10. Também insatisfeito com a decisão, o Sr. Valdi Camarcio Bezerra (Anexo 14, fls. 1-7) interpôs Pedido de Reexame com a conclusão de que:

“[...]as celebrações dos Convênios em comento foram pautadas pelos princípios que norteiam a administração pública, não restando prejuízos ao erário, à administração pública e sequer a terceiros, devendo ser excluída a condenação do pagamento de multa no importe de R\$ 10.000,00”.

### Admissibilidade

11. Exames de admissibilidade constantes das fls. 8/9, Anexo 14 e 166, Anexo 15, com os quais concordamos. Não houve perda de objeto dos recursos e os requisitos de singularidade, legitimidade, adequação e interesse foram plenamente atendidos.

12. No que concerne à tempestividade, cabe ressaltar, em concordância com o posicionamento constante do exame preliminar, que os embargos de declaração interpostos pelo Sr. Francisco Danilo Bastos Fortes suspenderam o prazo para interposição dos demais recursos (art. 34, §2º, da Lei n. 8.443/92).

13. Dois espaços de tempo devem ser considerados na análise da tempestividade dos Pedidos de Reexame: o lapso entre a data da notificação do Acórdão principal e o momento da interposição dos embargos e o período entre a notificação da decisão nos embargos e a entrada dos presentes recursos. No caso do Pedido de Reexame do Sr. Valdi Camarcio, concordamos com a conclusão da admissibilidade dos recursos à fl. 8, do Anexo 14.

14. Entretanto, tendo em vista que a suspensão dos prazos atinge todos os recorrentes, nos termos



do art. 538, do Código de Processo Civil, de aplicação analógica ao Processo no âmbito desta Corte, a mesma análise deve ser realizada na peça recursal do Sr. Paulo de Tarso.

15. As notificações ao recorrente dos Acórdãos 2.306/2009 – 1ª Câmara, decisão original, e 2.706/2009 – 1ª Câmara, referente aos embargos, ocorreram em 26/5/2009 (Vol. 2, fl. 536) e 5/6/2009 (Vol. 2, fl. 545), respectivamente. Os embargos, por sua vez, foram protocolizados em 20/5/2009 (Anexo 13, fl. 1) e o Pedido de Reexame em questão deu entrada em 19/6/2009 (Anexo 15, fl. 1).

16. Assim, tendo em vista que não houve lapso entre a notificação da decisão original e a protocolização dos embargos e o período entre a ciência do Acórdão atinente aos embargos de declaração e a interposição do recurso foi de 14 (quatorze) dias, conclui-se que os prazos somados não ultrapassaram 15 (quinze dias), sendo, portanto, tempestivo o pedido.

17. Os exames de admissibilidade foram acatados pelo relator à fl. 168, do Anexo 15, autorizando a análise do mérito. Dessa forma, os presentes recursos devem ser recebidos como Pedidos de Reexame, nos termos do art. 48, da Lei n. 8.443/92, suspendendo-se os efeitos do item 9.1, 9.3 e 9.4 do Acórdão guerreado.

**Mérito: Responsável PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA (Anexo 15, fls. 1-165).**

#### **Argumentos**

18. O responsável Paulo de Tarso inicialmente demonstra-se surpreso com o acolhimento pelo relator, confirmado no Acórdão 2.706/2009 – 1ª Câmara, das alegações do ex-Diretor-Executivo da Funasa, Francisco Danilo Bastos Forte, nos Embargos de Declaração interpostos contra o Acórdão ora em discussão. Ele alega que foi o embargante vitorioso que autorizou as liberações questionadas no presente processo, ainda no exercício da Diretoria Executiva.

19. Destaca que, quanto às liberações de recursos para convênios sem observância das fases de execução do objeto e sem exigência de prestação de contas parcial, por estar longe da Presidência da Funasa desde 2007, não pôde trazer aos autos elementos que afastem sua responsabilidade integralmente.

20. Ele afirma que em sua gestão a administração da Fundação era compartilhada. Para tanto, apresenta depoimentos e documentos, para comprovar que:

“[...]a ele, como Presidente da Funasa, cabia a definição das diretrizes e das linhas gerais de atuação do órgão, em consonância com o Ministério da Saúde, além da articulação política junto aos demais entes do Governo”. (Anexo 15, fl. 3)

21. Segundo o ex-gestor, todas as responsabilidades referentes à administração da entidade estavam a cargo do Diretor-Executivo. Nesse ínterim, apresenta a lista com as 18 (dezoito) etapas de formalização, aprovação e liberação de recursos de convênios, no Sistema de Convênios – SISCON.

22. Ele considera correta a decisão que acolheu as razões de justificativa do ex-Diretor-Executivo, pois cabia ao Presidente da Funasa analisar 9.000 convênios. Por conta disso, o dirigente seria obrigado a anuir com as análises efetuadas pelas Coordenações Regionais e órgãos técnicos em Brasília. Com isso destaca:

“Os convênios somente mudavam de etapa no SISCON mediante autorização do chefe de cada setor, via senha pessoal. Na gestão do ora Recorrente, afora os Analistas e Coordenadores regionais, somente quem possuía senha de acesso ao sistema, na área técnica de Brasília, eram os Analistas, chefe da ASCOM, Diretor do DENSP. E na área da Presidência, somente o Diretor Executivo se utilizava de senha para alteração da fase dos convênios no SISCON, bem como para priorização de pagamentos. Dessa forma, o Recorrente não exerceu nenhuma ingerência sobre os convênios, a não ser pela aprovação, não havendo nos autos, ainda, nenhuma prova de conduta que o desabone.” (Anexo 15, fl. 5)

23. Nesse contexto, o responsável junta declarações dos senhores Wagner Barros e do ex-Coordenador-Geral de Modernização e Sistemas de Informações da Funasa, informando que as autorizações de pagamento eram realizadas pelo Diretor-Executivo e o ora recorrente nunca houvera acessado o SISCON. As alterações nos convênios nesse sistema, segundo o ex-Presidente, eram realizadas com a utilização de senha pessoal e intransferível de funcionários previamente credenciados.

24. No caso da aprovação do Presidente (10ª etapa) e autorização de pagamento (16ª etapa), as inserções no sistema ocorriam com a senha pessoal do Diretor-Executivo. Cabia à Diretoria Executiva, também, priorizar a liberação de recursos de convênios celebrados com Municípios, Estados e entidades assistenciais de saúde indígena, além das despesas com fornecedores e prestadores de serviço na Funasa. Para tanto, anexa planilhas com autorizações de pagamento e declaração do Sr. Otto Lamosa Berger, Diretor do Departamento de Planejamento Institucional.

#### **Análise**

25. Os argumentos apresentados pelo gestor não estão corretos. Primeiramente, no que tange à tenta-

tiva de responsabilização do Diretor-Executivo pelas irregularidades apontadas nos autos, não assiste razão ao responsável.

26. A maioria dos pagamentos atribuídos ao gestor no processo foram autorizados diretamente por ele e não pelo Diretor-Executivo como afirmado na peça recursal (Anexo 1, fls. 65/66; 95-98; 155/156; 189-192; Anexo 2, fl. 85; Anexo 3, fls. 88-92; Anexo 5, fls. 68/69; 95/96; Anexo 4, fls. 70/71).

27. De acordo com o art. 107, incisos V e VI, da Portaria/Funasa n. 1.776/2003, que aprovou o Regimento Interno da Funasa, compete ao Presidente do órgão a prática de todos os atos pertinentes à administração orçamentária e financeira, bem como a autorização para o provimento de recursos financeiros e materiais necessários à execução de planos, programas, projetos e atividades. Assim, a liberação dos recursos ora em discussão é atribuição precípua do dirigente do órgão.

28. Além disso, ainda que a responsabilidade pela liberação dos recursos fosse repassada ao Diretor-Executivo, esse ato configuraria delegação de competência, o qual não retira do Presidente a competência original, passando ele a responder juntamente com a autoridade delegada. De toda sorte, o responsável não apresenta sequer norma expressa autorizando a suposta transferência de responsabilidade, como se exige em atos delegados, até porque ele mesmo continuou assinando os documentos de pagamento.

29. No que concerne às declarações apresentadas, é pacífico na jurisprudência do Tribunal que essas informações sozinhas não são capazes de atestar o fato declarado, cabendo ao recorrente trazer aos autos outros elementos probatórios confiáveis, posicionamento embasado subsidiariamente no art. 368, caput e parágrafo único, do Código de Processo Civil:

“Art. 368. As declarações constantes do documento particular, escrito e assinado, ou somente assinado, presumem-se verdadeiras em relação ao signatário.

Parágrafo único. Quando, todavia, contiver declaração de ciência, relativa a determinado fato, o documento particular prova a declaração, mas não o fato declarado, competindo ao interessado em sua veracidade o ônus de provar o fato”.

30. Além disso, a quantidade de convênios celebrados pela Funasa não é motivo suficiente para eximir o recorrente das responsabilidades pelas inconsistências. Cabe ao Presidente da entidade a gestão integral do órgão. Do mesmo modo, é indiferente o número de etapas para aprovação dos projetos, tendo em vista que o dirigente, caso ocorram irregularidades durante

o processo, poderá ser responsabilizado por culpa in vigilando ou in eligendo.

31. De outra sorte, dispõe o art. 18, da Instrução Normativa 01/1997, que a liberação de recursos financeiros, em decorrência de convênio, deve obedecer ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho de que trata o art. 2º do mesmo instrumento, bem como guardar consonância com as fases ou etapas de execução do objeto. Esse dispositivo está relacionado à necessidade de correlação entre os gastos e a realização do pactuado, de modo a possibilitar maior controle das despesas.

32. Essa prática evita o encaminhamento de grande volume de recursos no início da realização do objeto, o que facilitaria desvios e corrupção. A equipe de auditoria identificou, como prática generalizada na Funasa, a liberação dos recursos em três parcelas (40%, 40% e 20%) sem que se tenha nenhuma vinculação entre os gastos e a execução do objeto. Nota-se que essa irregularidade em nada se relaciona com o número de projetos ou de etapas de aprovação dos pedidos.

33. Essa desorganização é sim responsabilidade dos dirigentes. Como se demonstrará com os exemplos descritos abaixo, o ora recorrente em sua gestão permitiu que os planos de trabalho e os cronogramas físico-financeiros não tivessem qualquer vinculação, o que impede o controle das liberações tanto pela Funasa, quanto pelos órgãos de fiscalização.

34. O cronograma de execução do Convênio 524040 (n. original: 1070/04), por exemplo, previa que as etapas seriam iniciadas em julho de 2004 com término em junho de 2005 (Anexo 1, fl. 55). O Plano de Trabalho, por sua vez, previa a liberação dos recursos em parcela única logo no início do projeto (Anexo 1, fl. 57), o que já configuraria afronta ao art. 18, da Instrução Normativa 01/1997.

35. Todavia, os recursos acabaram sendo liberados em duas parcelas (05/03/2007 e 26/04/2007 – Anexo 1, fls. 66 e 68), quase três anos após a previsão original. Vê-se que o concedente ora baseia-se na liberação padrão, em 3 (três) parcelas, ora não atende a qualquer critério.

36. Outro exemplo é o Convênio n. 523490 (n. original: 1065/04). Previa o cronograma de execução obras com início em julho de 2004 e término também em junho de 2005 (Anexo 1, fl. 92), com liberação de recursos em julho e setembro de 2004 e junho de 2005 (Anexo 1, fl. 94). Os pagamentos foram realizados em outubro de 2005 e março de 2007 (Anexo 1, fls. 96 e 98). O mesmo pode ser percebido em todos os outros convênios apontados na auditoria.

37. Vê-se que são atrasos na execução das obras não informados pelo conveniente, informação também

não exigida pelo concedente. A desorganização opera-se em todas as etapas, envolvendo todos os participantes, devendo a cúpula da Fundação Nacional de Saúde exigir o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

### Argumentos

38. Em outro momento da peça recursal, o gestor afirma que:

“[...]a liberação dos recursos em três parcelas, segundo informações junto aos técnicos do órgão, não afronta as normas da Instrução Normativa IN 01/97. Ainda segundo eles, não existe nenhuma portaria ou qualquer norma do órgão que regulamente tal critério”.

39. Segundo o gestor, as assinaturas dos convênios ocorreram em gestões anteriores, bem como cabia à Diretoria-Executiva aprovar a liberação dos recursos e a Diretoria de Administração efetuar o pagamento, por meio de Ordem Bancária.

40. Sustenta, ainda, que o pagamento da segunda parcela dos convênios 524040, 557188 e 528368 ocorreu quando o recorrente já não exercia a Presidência da Funasa.

### Análise

41. O recorrente não logrou êxito em afastar as irregularidades imputadas. De fato, a liberação dos recursos em três parcelas não afronta as normas insculpidas na IN 01/1997, desde que os desembolsos guardem consonância com as fases ou etapas de execução do objeto do convênio. A padronização dos pagamentos em montantes de 40%, 40% e 20% do total certamente não se amolda aos dispositivos contidos na norma e deve ser obrigatoriamente reformulada, conforme determinou o Tribunal.

42. De outro lado, o recorrente está correto ao afirmar que não foi o responsável pela aprovação da segunda parcela paga no âmbito dos convênios 524040 (Anexo 1, fl. 67), 557188 (Anexo 1, fl. 157) e 528368 (Anexo 1, fl. 194), o que não afasta as imputações atinentes às outras liberações.

43. Como descrito no item anterior, está comprovado nos autos que a maioria dos pagamentos foram aprovados diretamente pelo responsável (Anexo 1, fls. 65/66; 95-98; 155/156; 189-192; Anexo 2, fl. 85; Anexo 3, fls. 88-92; Anexo 5, fls. 68/69; 95/96; Anexo 4, fls. 70/71), não sendo possível ao ex-gestor imiscuir-se de sua responsabilidade.

### Argumento

44. Alega, ainda, que, em decorrência da quantidade de convênios celebrados pela Funasa, a Procu-

radoria Geral do órgão elaborou parecer jurídico padrão, que constava de todos os convênios assinados pela instituição.

### Análise

45. Não coadunamos com o posicionamento do recorrente. Cada convênio possui peculiaridades próprias que demandam posicionamento específico do parecerista jurídico. De acordo com o caput, do art. 4º, da Instrução Normativa/STN 01/1997, as minutas de cada ajuste celebrado pelo órgão deveriam ser apreciadas pela Assessoria Jurídica da Funasa.

46. O parecer padrão não atende as determinações legais. Na presente auditoria, foi possível perceber inúmeras situações que demandariam manifestação específica do órgão jurídico como, por exemplo, ausência de documentação fundamental e descumprimento de outras determinações da Instrução Normativa.

47. Entretanto, não obstante não concordamos com a argumentação apresentada pelo responsável, em consulta aos autos percebemos que, apesar de essa irregularidade constar no corpo da instrução que embasou o Acórdão combatido (Volume 1, fls. 260-310), não foi ocorrência explícita no Ofício de Audiência (Volume 1, fls. 322/323).

48. Assim, mesmo com a manifestação espontânea do gestor no presente recurso, não se pode considerar a referida irregularidade nos fundamentos da multa que ora se discute, pois a ausência da oitiva antes da prolação do acórdão afronta o contraditório e a ampla defesa previstos constitucionalmente. Assim, propomos dar provimento parcial do recurso, para reduzir a penalidade aplicada aos recorrentes.

### Argumentos

49. Após, o responsável destaca trecho dos embargos de declaração acolhidos por esta Corte, por meio do Acórdão 2.706/2009 – Primeira Câmara, no qual o relator afirma que as decisões do gestor embargante estariam lastreadas em posicionamento do corpo técnico, o que afastaria a intenção de descumprir propositalmente os textos legais.

50. Do mesmo modo, no que tange à possível ausência de documentos e existência de certidões com validade vencida, o ex-gestor responsabiliza as Coordenações Regionais, os órgãos técnicos em Brasília e o Diretor-Executivo, responsável pela liberação dos recursos. Conclui, por fim, no que concerne à irregularidade atinente à licença ambiental que:

“A Coordenação Regional do Rio Grande do Sul teria por obrigação agregar a referida licença ambiental dentro do seu prazo de validade, a Coordenação-Geral de Convênios



teria que conferir tanto a existência como a validade de tal licença e, por fim, a Diretoria-Executiva deveria fazer a última conferência vez que nesta instância se daria a autorização para liberação dos recursos”.

### Análise

51. Os argumentos do gestor não merecem prosperar. Destaque-se inicialmente que não foi o relator ou o Tribunal que se manifestou sobre a ausência de intenção do gestor em descumprir o ordenamento, mas sim o próprio embargante que apenas foi citado no relatório apresentado pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro Walton Alencar no Acórdão 2.706/2009 – Primeira Câmara.

52. De toda sorte, como manifestado anteriormente, o dirigente do órgão responde pelos atos praticados por seus subordinados, seja por manter a competência original delegada, seja por culpa **in eligendo** ou **in vigilando**, salvo manifesta prova em contrário.

53. Além disso, no presente caso, a ampla desorganização do órgão auditado tem estreita correlação com a gestão do ora recorrente, posto que as medidas saneadoras em boa medida apenas podem ser tomadas pela cúpula.

54. No que tange à ausência de licença ambiental válida antes da celebração do convênio 557668 (n. original: 2328/05) é inafastável a gravidade da infração. A responsabilidade pela última conferência atribuída pelo recorrente à Diretoria-Executiva, mesmo não confirmada documentalmente nos autos, constituiria delegação de competência. Logo, a atribuição precípua continua sendo do gestor máximo da entidade, como delegante.

**Mérito: Responsável VALDI CAMARCIO BEZERRA (Anexo 14, fls. 1-7).**

### Argumentos

55. No que tange às irregularidades apontadas pelo acórdão combatido no Convênio n. 515252, o recorrente alega não ter afrontado a norma inscrita no art. 18 da IN 01/1997, pois teria observado o disposto no §2º, do art. 21, do mesmo instrumento.

56. Nesse acordo, segundo o ex-gestor, resta pendente a terceira parcela, correspondente a 20%, do valor ajustado e o conveniente apresentou prestação de contas parcial atinente à primeira parcela como manda a Instrução Normativa supracitada.

### Análise

57. Não concordamos com o posicionamento do recorrente. É importante ressaltar, inicialmente, que as normas inscritas nos artigos 18 e 21, § 2º, da IN/STN 01/1997, não são excludentes. Determina o art. 18, da Instrução, que a liberação de recursos financeiros

oriundos de convênio deve obedecer ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, obrigatoriamente guardando consonância com as fases ou etapas de execução do objeto do convênio.

58. O §2º, do art. 21, do referido instrumento, apenas delimita o momento de apresentação da prestação de contas parcial dos recursos liberados, quando a liberação ocorrer em 3 (três) ou mais parcelas, sem desvincular os pagamentos da execução física do objeto.

59. No caso do Convênio 515252 (n. original: 1057/04), o cronograma previa a execução do objeto entre julho de 2004 e junho de 2005 (Anexo 5, fl. 53). Os recursos, todavia, foram liberados em fevereiro de 2005 e outubro de 2005 (Anexo 5, fls. 61/62 e 68/69), materializando a prática do órgão de liberação em três parcelas (40%, 40% e 20%).

### Argumentos

60. Em relação aos problemas apontados no Convênio n. 524040, o responsável sustenta que, antes de observar a hierarquia das leis, objetivou resguardar a finalidade da instituição, em benefício da saúde pública do País. Argumenta que:

“[...]a comprovação da regularidade fiscal perante a seguridade social concentra-se no fato de que tal comprovação possa se dar a posteriori da celebração do convênio sob a justificativa de preservação do interesse público, tendo em vista que não acarreta lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros”.

61. Assim, o ex-gestor conclui que, se o conveniente confirmar a adimplência com a seguridade social, permanecerá apto no sistema. Caso isso não ocorra, constatada a existência de débitos, o convênio não poderá prosseguir, devendo ser extinto.

### Análise

62. Não coadunamos com os argumentos apresentados pelo responsável. O art. 56, da Lei n. 8.212/91, é claro ao afirmar que a inexistência de débitos em relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS é condição necessária para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possam celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes com a União. Vê-se claramente que a condição é prévia à assinatura do termo.

63. Do mesmo modo, prevê o art. 2º, inc. VII, da Instrução Normativa n. 01/1997, que já na proposição do convênio pelo ente interessado deverá ser apresentado Plano de Trabalho contendo a comprovação pelo conveniente de que não se encontra em situação de mora ou inadimplência perante órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta.

64. Os argumentos atinentes à saúde pública do país são metajurídicos, não cabendo sua aplicação por fundações públicas como a Funasa e até mesmo por órgãos administrativos como esta Corte, tendo em vista a mais absoluta submissão ao princípio da legalidade. Assim, a ausência de Certidão Negativa de Débitos do INSS no momento da celebração do ajuste afronta os dispositivos legais inerentes à matéria.

### Argumentos

65. Por fim, no que concerne ao Convênio n. 524307, o recorrente argumenta que não se apegou exclusivamente à hierarquia das leis, dando ênfase na finalidade institucional da Funasa, de promoção da saúde pública no país.

66. Além disso, segundo o responsável, esse ajuste baseou-se na Portaria n. 143/2005:

“[...]que autoriza a celebração de Convênios com a aprovação do projeto ou do pré-projeto preliminarmente, condicionando a continuidade dos Convênios, bem como a liberação dos recursos, à regularização das pendências que porventura pudesse haver”.

67. Destaca o art. 1º, da referida Portaria, para informar que não há contradição entre esse instrumento e a Instrução Normativa 01/1997.

### Análise

68. Os argumentos apresentados pelo recorrente não merecem prosperar. Como discutido acima, a finalidade institucional da Funasa não pode suplantiar os dispositivos legais que regem a celebração e administração de convênios no âmbito da administração pública.

69. Os dispositivos citados pelo responsável provavelmente estão contidos no art. 2º da Portaria n. 143/2005 e estão embasados nas normas inscritas nos §§8º e 9º, do art. 2º, da IN/STN 01/97, os quais, inclusive, foram incluídos apenas em 2007, in verbis:

“[...]”

§ 8º Para fins de celebração do convênio, admite-se projeto básico sob a forma de pré-projeto, desde que do termo de convênio conste cláusula específica suspensiva que condicione a liberação da parcela única ou da primeira das parcelas de recursos do convênio à prévia apresentação do projeto básico na forma prevista nos §§ 1º ou 7º deste artigo, conforme o caso. IN STN n. 4, de 17.5.2007

§ 9º O pré-projeto de que trata o § 8º deste artigo deverá conter o cronograma de execução da obra ou serviço (metas, etapas ou fases), o plano de aplicação dos recursos envolvidos no convênio, discriminando-se, inclusive, os valores que correrão à conta da contrapartida, e o cronograma de desembolso dos recursos, em quotas pelo menos trimestrais, permitida, na hipótese de o pré-projeto não ser aceito pelo concedente, a apresentação dos detalhes de engenharia no projeto básico. IN STN n. 4, de 17.5.2007  
[...].”

70. Nota-se que os normativos permitem excepcionalmente a apresentação de projeto básico na forma de pré-projeto. O texto da portaria não abarca os demais documentos necessários à celebração dos convênios, como a documentação relativa à propriedade do imóvel, exigida pelo art. 2º, inc. VIII, da IN/STN 01/1997, não assistindo razão ao responsável.

71. Cabe ressaltar, por fim, que a ausência de notificação da irregularidade atinente à ausência de parecer individualizado nos ajustes celebrados pela Funasa, nos termos dos itens 45 a 48 desta instrução, deve ser aproveitada pelo ora recorrente. Dessa forma, faz-se necessário reduzir a multa aplicada aos gestores, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

### Proposta

72. Diante do exposto, com fundamento nos termos do artigo 48, da Lei n. 8.443/92, submeto os autos à consideração superior propondo:

a) conhecer dos Pedidos de Reexame interpostos pelos senhores Paulo de Tarso Lustosa da Costa e Valdi Camarcio Bezerra, pessoalmente ou por seus procuradores, contra o Acórdão 2.306/2009 – TCU – 1ª Câmara, Sessão de 12/5/2009, Ata 14/2009;

b) dar parcial provimento aos recursos apresentados, para dar nova redação ao item 9.1, do Acórdão recorrido, de modo a reduzir o valor da multa aplicada aos recorrentes, tendo em vista a ausência de notificação dos responsáveis quanto a não apreciação do texto das minutas de convênio pela assessoria jurídica;

c) comunicar aos recorrentes a deliberação que vier a ser proferida por esta Corte, bem como à Procuradoria da República no Distrito Federal, ao Ministério da Saúde e ao Congresso Nacional.”

É o relatório

## VOTO

Por atender aos requisitos de admissibilidade, podem ser conhecidos os pedidos de reexame interpostos pelos responsáveis Paulo de Tarso Lustosa da Costa e Valdi Camarcio Bezerra contra o acórdão 2.306/2009-TCU-1ª Câmara, que, ao rejeitar suas razões de justificativa, aplicou-lhes multa individual no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em decorrência de irregularidades na celebração de convênios desprovidos da documentação comprobatória exigida pela Instrução Normativa STN 1/1997, bem como nas normas atinentes à seguridade social.

2. A equipe de auditoria deste Tribunal constatou em diversos convênios firmados pela Funasa a ausência de Certidão Negativa de Débitos do INSS, de licenças ambientais e de comprovantes confiáveis da propriedade plena dos imóveis utilizados no ajuste, além da falta de parecer da assessoria jurídica nas minutas de acordos e o descompasso entre a execução física do objeto e a liberação dos recursos federais.

3. Ao apreciar a matéria, a Secretaria de Recursos – Serur, em pareceres uniformes, opinou pela improcedência dos argumentos dos recorrentes, conforme transcrito no relatório precedente, posto que insuficientes para alterar a deliberação ora recorrida.

4. Julgo corretas as conclusões da unidade técnica quanto à caracterização das irregularidades apuradas nestes autos.

5. Entretanto, embora não afastadas as irregularidades apontadas nos autos, restou consignado no acórdão recorrido a adoção, pelos responsáveis, de medidas saneadoras, sintetizadas nas seguintes ações:

- atualização do sistema de acompanhamento pelas coordenações regionais;
- levantamento dos convênios vigentes, demonstrando o valor da obra, quantidade de parcelas liberadas, valor e percentuais de recursos liberados e de execução da obra;
- suspensão temporária dos pagamentos dos convênios vigentes até novo levantamento;
- os convênios que não tiveram a primeira parcela liberada serão enquadrados na nova sistemática de liberação. A liberação da segunda parcela fica condicionada ao início da obra;
- bloqueio dos saldos das contas dos convênios referidos na audiência que tiverem execução física incompatível com a financeira e adoção dos procedimentos necessários à regularização.

6. Além disso, as coordenações regionais, a quem compete o acompanhamento da execução física dos

convênios, foram incumbidas da verificação de danos ao Erário, por inexecução ou desvio de finalidade, que, se confirmados, ensejarão a instauração de tomadas de contas especiais.

7. Dessa forma, os recorrentes agiram prontamente para obstaculizar qualquer possibilidade de agravamento da situação identificada nos autos e que, por certo potencializariam eventual dano ao erário.

8. Julgo que essa circunstância, no presente caso concreto, deva ser levada em consideração, para afastar as multas impostas, considerando que as medidas anunciadas pelos responsáveis demonstraram interesse em seguir as orientações insertas no Relatório de Auditoria da unidade técnica.

9. Destaco, por fim, que a proposta a que ora submeto a este Colegiado guarda consonância com o acórdão 2.706/2009-1ª Câmara, que, ante a implementação de medidas eficazes e em harmonia com a orientação do Tribunal, houve por bem afastar a responsabilidade nestes autos do ex-presidente da Funasa, Francisco Danilo Bastos Forte.

Nessas condições, com as vênias por discordar dos pareceres da Serur, voto pela adoção da minuta de acórdão que trago ao escrutínio deste colegiado.

TCU, Sala das Sessões, 17 de abril de 2012. –  
**Ana Arraes**, Relatora

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 11 de maio do corrente.

O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência designa o Deputado Marcos Rogério, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 564, de 2012, que “Altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. – ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e dá outras providências”, conforme o **Ofício nº 205, de 2012**, da Liderança do PDT, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:



Ofício nº 205/2012 Lid. PDB

Brasília, 10 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 2º, § 4º da Resolução nº 1/2-12 do Congresso Nacional, indico o nome do Deputado Marcos Rogério PDT/RO, como membro suplente, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 564/2012, em substituição ao Deputado João Dado PDT/SP.

Atenciosamente, – Deputado **André Figueiredo**, Líder do PDT.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência designa o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em vaga destinada ao Partido dos Trabalhadores (PT), conforme o **Ofício nº 231, de 2012**, da Liderança do partido na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 231/PT

Brasília, 9 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar o Deputado Assis Carvalho (PT/PI), como suplente da Comissão Mista de Plano, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Jilmar Tatto**, Líder do PT.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência designa o Senador Eduardo Amorim, nos termos do **Ofício nº 9, de 2012**, da Liderança do Bloco União e Força, para integrar, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 9/2012/GLBUF/SF

Brasília, 10 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Edu-

ardo Amorim para integrar, como membro Suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, em vaga cedida provisoriamente pelo Partido Socialista e Liberdade – PSOL.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 54/2012-PRES-CI

Brasília, 10 de maio de 2012

**Assunto:** Indicação membros de Subcomissão Permanente

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada em 10 de maio do corrente, e nos termos do Artigo 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, designei os seguintes Senadores para comporem a Subcomissão Permanente para acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição, criada pelo Requerimento nº 8, de 2012 – CI:

Bloco de Apoio ao Governo:

Titulares – Senador Jorge Viana e Vanessa Graziotin;

Suplente – Senador Wellington Dias;

Bloco Parlamentar da Maioria:

Titular – Senadores Ivo Cassol;

Suplentes – Senadores Ciro Nogueira e Senador Valdir Raupp; e

Bloco Parlamentar Minoria:

Titular – Senador Jayme Campos.

Respeitosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

Ofício nº 56/12-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 9 de maio de 2012

**Assunto:** designação de membro da Subcomissão Permanente de Segurança Pública

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na 4ª Reunião Ordinária realizada em 20 de fevereiro do corrente,

com base no disposto no art. 89, IV, do Regimento Interno desta Casa, obedecendo a proporcionalidade partidária, designei o Senador Ricardo Ferraço para compor o quadro da Subcomissão Permanente de Segurança Pública como suplente no Bloco Parlamentar (PMDB, PP e PV).

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OF. 1-MPV565/2012

Brasília, 10 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Comissão Mista, destinada a apreciar a Medida Provisória nº 565, de 2012, foi instalada em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Deputado Arthur de Lira  
Vice-Presidente: Senador Lobão Filho  
Relator: Senador Walter Pinheiro  
Relator Revisor: Deputado Heleno Silva

Respeitosamente, – Senador **Benedito de Lira**, Presidente eventual.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Sr. Senador Eduardo Amorim e a Srª Senadora Angela Portela enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais,

No mês de abril apresentei três Projetos de Lei a esta Casa, os quais já foram distribuídos às comissões pertinentes.

O primeiro deles versa sobre o Código de Defesa do Consumidor, no sentido de que a contagem de prazo no qual o cidadão pode reclamar, em juízo, a respeito de algum defeito do bem adquirido ou de um serviço prestado, inicie-se a partir do término da garantia contratual. Hoje, esses prazos correm juntos o que

faz com que o consumidor não tenha como recorrer à justiça em caso de o eletrodoméstico, por exemplo, continuar apresentando o mesmo defeito depois do término da garantia contratual.

O segundo favorece e beneficia os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte no que se refere às causas que tramitem na Justiça do Trabalho, dando a estes a dispensa do depósito recursal, para dar entrada de agravo de instrumento e, dessa maneira, proteger tal segmento produtivo das suas inerentes fragilidades estruturais e financeiras e da desigual concorrência com as grandes empresas, considerando-se, principalmente que esses são os maiores geradores de empregos e renda da atualidade.

Já o PLS 111, estabelece o direito de renúncia à prescrição penal. No nosso país, o Código Penal estabelece a obrigatoriedade de a Justiça, ainda que não haja provocação do réu ou do Ministério Público, declarar a prescrição da ação penal.

Pela prescrição, extingue-se a pretensão punitiva do Estado pelo decurso do tempo. Sabemos que a consumação da prescrição penal não absolve o acusado, permanecendo no meio social a dúvida sobre a autoria ou participação no crime, manchando, assim, a reputação do indivíduo que fora acusado injustamente.

No atual sistema, ainda que o acusado deseje que o processo prossiga para que haja uma definição quanto a sua participação em evento criminoso, absolvendo-o, isso não é possível, pois a prescrição é irrenunciável no Direito Penal.

Assim, o objetivo da presente proposta é estabelecer o direito ao acusado de renunciar ao prazo prescricional, com o intuito de obter na Justiça um exame de mérito da ação penal, para que o Judiciário, desta forma, possa concluir sobre a responsabilidade do acusado, a qual, inclusive, pode ser nenhuma.

Estamos Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores em um momento bastante oportuno para discutirmos este tema, uma vez que em outubro do ano passado foi instalada, aqui no Senado Federal, a Comissão de Juristas com finalidade de elaborar um Antiprojeto de Código Penal.

E gostaria de nesse momento, parabenizar o Senador Pedro Taques, pela iniciativa bastante oportuna, uma vez que nosso atual Código Penal data de 1940, é fato que sofreu uma revisão de sua parte geral em 1984, mas encontra-se bastante obsoleto, apresentando um evidente grau de atraso e falta de sintonia com as exigências contemporâneas, onde a dinâmica social é cada dia mais veloz, globalizada e tecnológica.

Continuamos atentos, Sr. Presidente, às demandas da nossa sociedade e às necessidades dos nossos cidadãos. A política, realmente, tem que ser um instrumento de transformação social e nós somos os agentes responsáveis por essa transformação, somente dessa maneira teremos um país mais igualitário e justo para todos nós.

Para finalizar, gostaria de parabenizar a cidade de Riachão do Dantas, terra de sergipanos ilustres, como Lourivai Fontes e tantos outros; pela sua Emancipação Política e através do seu prefeito Ivanildo Macedo, parabenizar a sua gente.

Muito obrigado.

**A SRA. ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras e mães!

A sensibilidade e a competência de uma mulher, à frente do Poder central do nosso país, fará com que comemoremos, neste domingo, o Dia das Mães com mais esperança em dias melhores no futuro.

Desde o primeiro dia de seu governo, comprometeu-se com a erradicação da pobreza extrema no país, a presidenta Dilma Rousseff lançará, neste domingo, o programa social 'Ação Brasil Carinhoso'.

Como noticia a mídia, focado em famílias das regiões Norte e Nordeste, o programa será constituído de três eixos, que são: reforço ao 'Bolsa Família', ampliação dos programas de saúde para crianças de até seis anos e aumento do acesso a creches, de crianças de famílias extremamente pobres.

A ação governamental deverá mirar as crianças com idade entre zero e seis anos, em famílias de ganhos individuais mensais de até R\$ 70, que é a linha oficial da miséria.

A ideia é acabar com o limite de cinco crianças de até seis anos, por família, que recebem o benefício variável do 'Bolsa Família'.

Uma grande medida, portanto, de ampliação do teto do 'Bolsa', que irá beneficiar milhões de famílias.

Além anunciar mudanças no programa de transferência de renda, o 'Ação Brasil Carinhoso' também terá medidas voltadas à saúde tais como distribuição gratuita de remédios contra asma, ações contra a anemia e ampliação da aplicação de vacinas na rede pública para a primeira infância {zero a seis anos}.

Pautado na determinação de cumprir a promessa de construir seis mil creches até 2014, o novo programa, conterà ainda medidas que visam acelerar a construção de creches, como forma de aumentar as

vagas para filhos de famílias beneficiárias do programa transferidor de renda.

Neste sentido, informa a mídia, o governo deverá aumentar em cerca de 50%, o total do repasse que hoje é feito pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), para cada nova vaga criada pelos municípios para as crianças, alvo do programa.

O Ministério da Educação (MEC) também deverá facilitar o repasse de recursos para a prefeitura que ampliar as vagas, independentemente do novo censo escolar.

E, neste particular, registro que, sintonizada com a meta do governo Dilma, de ampliar creches no país, assegurei, por meio emendas individuais ao Orçamento Geral da União, recursos para a construção de 18 creches, sendo quatro em Boa Vista e uma em cada um dos municípios de Roraima.

Nestas creches, as mães poderão deixar suas crianças em tempo integral, com alimentação, educação, segurança e assistência à saúde.

Senhoras e senhores, depois da edição do 'Brasil Sem Miséria', programa social que objetiva acabar com a pobreza até 2014, o 'Ação Brasil Carinhoso', é, sem sombra de dúvidas, o maior conjunto de iniciativas já dirigidas à área social, pelo governo federal.

Com este novo programa, a presidenta Dilma Rousseff está com os olhos voltados para aproximadamente cinco milhões de crianças com idade entre zero a seis anos, que poderão ser beneficiadas e ter no futuro, uma oportunidade de vida melhor.

Sob o meu ponto de vista, os benefícios que a presidenta Dilma anunciará neste Dia das mães, por meio do novo programa, são direitos, e não privilégios, de milhões de crianças que precisam ser enxergadas hoje.

Portanto, espero que o anúncio sirva para reforçar na mente de todas as mães cujos filhos serão beneficiados, a ideia de que ser mãe é ter coragem de procriar e educar. Mas, é, sobretudo, lutar para vencer desafios, superar obstáculos e, principalmente, conquistar direitos.

Era o que tinha a dizer, senhor presidente, marcando o Dia das Mães deste ano.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar a presente sessão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 24 minutos.)*



**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

## Emendas nºs 1 a 24 à MPV 567, de 2012

APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 567**, ADOTADA EM 3 DE MAIO DE 2012, E PUBLICADA NO MESMO DIA, MÊS E ANO, QUE "ALTERA O ART. 12 DA LEI Nº 8.177, DE 1º DE MARÇO DE 1991, QUE ESTABELECE REGRAS PARA A DESINDEXAÇÃO DA ECONOMIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.":

<b>CONGRESSISTAS</b>	<b>EMENDAS NºS</b>
Senador ALOYSGIO NUNES FERREIRA (PSDB)	015
Deputado ANTONIO BULHÕES (PRB)	010
Deputado ANTONIO CARLOS M. NETO (DEM)	004
Deputado ANTONIO CARLOS M. THAME (PSDB)	017, 018
Deputado BRUNO ARAÚJO (PSDB)	019
Deputado CHICO ALENCAR (PSOL)	005
Senador EDUARDO LOPES (PRB)	021
Deputado FELIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT)	002
Senador FLEXA RIBEIRO (PSDB)	012
Deputado GUILHERME CAMPOS (PSD)	014
Senador JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	022
Deputado MARCUS PESTANA (PSDB)	024
Deputado MENDONÇA FILHO (DEM)	003
Deputado NELSON PADOVANI (PSC)	016
Deputado PAUDERNEY AVELINO (DEM)	007, 013
Deputado OTAVIO LEITE (PSDB)	023
Deputado REGINALDO LOPES (PT)	020
Senador RICARDO FERRAÇO (PMDB)	001
Deputado RODRIGO MAIA (DEM)	006
Senador RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	009
Deputada SANDRA ROSADA (PSB)	008
Senadora VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB)	011

SACM

**TOTAL DE EMENDAS: 024**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 567

00001

Data: 08/05/2012

Proposição: MP nº 567/2012

Autor: Senador RICARDO FERRAÇO - PMDB/ES

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página:

Artigos:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

## TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Art. 1º. Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 567 a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 12 da Lei no 8.177, de 1º de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 12 .....

II - como remuneração adicional, por juros de setenta por cento da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos.

"

## JUSTIFICAÇÃO

A Emenda ora apresentada tem diversos objetivos. O primeiro deles é simplificar a regra proposta pelo governo federal e que prevalecerá no cálculo da remuneração da poupança para os depósitos realizados a partir de 04 de maio de 2012, e sempre que a SELIC cair abaixo do PISO de 8,5%. Por isso, propomos que a remuneração de 70% da SELIC, adicionada da TR, valha para todas as situações ou para qualquer nível que a taxa básica de juros venha a percorrer.

Um segundo objetivo, decorrente deste, é compensar os poupadores que perceberão menor remuneração com a queda dos juros, naqueles momentos de possível retorno às taxas de juros mais altas. Assim, os poupadores que agora contribuirão para abrir espaço para mais reduções na SELIC, serão compensados em caso de elevação futura desta.

Tem-se, ainda, a vantagem de aumentar os canais de propagação da política monetária, haja vista que esta se torna mais eficaz quando maior for o crédito atrelado ao seu principal instrumento: a taxa SELIC. No Brasil, mais um terço do crédito total é direcionado, o que reduz a eficácia da política monetária, e requer muito mais esforço da parcela de crédito livre na obtenção do mesmo resultado em termos do controle da inflação.

Assinatura

Ricardo Ferrão

✓

Assim sendo, na medida que os novos depósitos da poupança forem crescendo, sob remuneração com a nova regra, mais eficaz irá se tornar a política monetária. Isso também representará menor pressão sobre o aumento das taxas de juros como instrumento de controle da inflação.

De fato, remunerar a poupança a 70% da taxa SELIC, numa situação em que esta ultrapassar o nível dos 8,5% ou 9%, poderá encarecer o financiamento habitacional, para o qual a poupança representa o principal *funding*. Mas, neste caso, impõe-se um desafio para as reformas estruturais no Brasil, as quais devem ser o principal foco de atuação do governo para de assegurar uma redução gradual e sustentada das taxas de juros.

Assim, colocar um compromisso com a redução sustentada das taxas de juros é algo maior e que não pode mais ser negligenciado na Agenda de Desenvolvimento do Brasil.

Assinatura

MPV - 567

MEDIDA Provisória nº 567, de 2012

00002

**AUTOR: Félix Mendonça Júnior**

### EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a alínea b, do inciso II, do art. 12 da Lei 8.177, de 1º de março de 1991, constante do art. 1º da MP nº 567, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 12.....

.....

II –.....

a) .....

.....

b) setenta por cento da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos em que o montante depositado seja superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

.....”(NR)



## JUSTIFICAÇÃO

Ao longo de sua existência, a poupança se tornou a mais confiável fonte de investimento do povo brasileiro, atraindo os depositantes pela sua segurança, confiabilidade, liquidez e simplicidade.

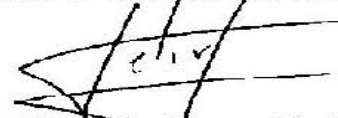
Os dados do Banco Central do Brasil definem claramente o perfil do investidor em Caderneta de Poupança: mais da metade possui saldo de até R\$ 100,00 (cem reais), perfazendo cerca de 90% com depósitos inferiores a R\$ 50,000 (cinquenta mil reais), teto do Fundo Garantidor de Depósitos. Estes aplicadores utilizam este tipo de investimento para guardar suas economias com vistas a adquirir bens de consumo ou duráveis, precaução financeira ou mesmo previdência, sabedores da situação do INSS.

A alteração ora proposta tem o condão, caso acolhida pelo relator, de garantir o genuíno poupador (aqueles com saldo de até R\$ 50.000,00) a manutenção da regra até então adotada para este tipo de investimento, já que a intenção do governo com esta MP é evitar a migração dos grandes investidores para a Caderneta de Poupança.

Assim, não se justifica as novas regras para o pequeno poupador.

Dessa forma, a diminuição da rentabilidade tende a prejudicar milhares de cidadãos brasileiros que confiaram as parcas economias oriundas do suor do seu trabalho a uma instituição financeira.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 2012.



**Félix Mendonça Júnior**  
Deputado PDT/BA

MPV - 567

00003

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 9/5/2012		Proposição Medida Provisória nº 567, de 2012		
Autor Dep. Mondonça Filho - Democratas/PE		Nº do promitente		
1 Supressiva	2 Substitutiva	3. X Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se a seguinte redação ao art. 12 da Lei nº 8.177, de 1991, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória nº 567, de 2012:

"Art. 12.....

II – como remuneração adicional, por juros de:

a) cinco décimos por cento ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a oito inteiros e cinco décimos por cento e inferior a onze por cento;

b) seis décimos por cento ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for igual ou superior a onze por cento; ou

c) setenta por cento da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos.

....." (NR)

## JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 567, de 2012, prevê a redução da remuneração da Poupança quando a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for inferior a 8,5%.

Se na hipótese em que a meta da taxa Selic cair abaixo de 8,5% a remuneração da Poupança também deve cair, nada mais justo do que, em situação inversa, a remuneração da Poupança também seja ajustada para percentual maior.

Nesse contexto, a presente emenda altera o art. 12 da Lei nº 8.177, de 1991, para prever que a remuneração da Poupança, quando a meta da taxa Selic ao ano for igual ou superior a 11%, passe dos atuais 0,5% para 0,6% ao mês. Esse aumento significará em percentual anualizado o aumento dos atuais 6,17% para 7,44% ao ano.

É bom lembrar que ninguém é a favor da elevação dos juros base da economia, mas é bem sabido que em momentos de crise econômica essa medida pode precisar ser adotada.

Nesse contexto, esta medida busca proteger o pequeno poupador exatamente nesses momentos de crise em que a política econômica do Governo contemple o aumento da taxa Selic.

Portanto, nada mais justo do que prever essa elevação na remuneração da Poupança, uma vez que das mais de 97 milhões de contas de Poupança, nada menos que 65 milhões tinham saldo inferior a R\$ 500,00, demonstrando a predominância do pequeno poupador. Ainda, 95% dos poupadores mantêm saldo de até R\$ 20.000,00, detendo apenas 30% do saldo total da modalidade.

Diante do exposto e considerando a importância da medida, principalmente, para o pequeno Poupador, solicito ao Nobre Relator que incorpore a presente Emenda ao Projeto de Lei de Conversão da MP 567, de 2012.

PARLAMENTAR

*[Assinatura]*

MPV - 567

00004

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 08/05/2012	Proposição Medida Provisória nº 567, de 2012
--------------------	---

Deputado <i>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO</i> <i>DEM-PA</i>	Nº do protocolo
---	-----------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. X Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se a seguinte redação ao art. 12 da Lei nº 8.177, de 1991, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória nº 567, de 2012:

"Art. 12.....

II como remuneração adicional, por juros de:

- a) cinco décimos por cento ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a oito inteiros e cinco décimos por cento; ou
- b) cinco décimos por cento ao mês, para saldos de depósitos de poupança inferiores a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); ou
- c) setenta por cento da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, para os saldos de depósitos de poupança iguais ou superiores a R\$ 30.000,01 (trinta mil reais e um centavo), enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for igual ou inferior a oito inteiros e cinco décimos por cento.

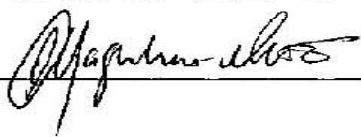
§ 5º Os saldos dos depósitos de poupança a que se referem as alíneas "b" e "c" do inciso II do *caput* deste artigo serão apurados, em cada período de rendimento, por número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou por número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ" (NR)

## JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo garantir a remuneração de TR + 6,17% ao ano para os pequenos poupadores, mesmo para os depósitos efetuados após a entrada em vigor da MP. De se registrar que esses investidores optaram pela modalidade Poupança mesmo quando a mesma tinha remuneração bem inferior àquela de modalidades concorrentes (fundos, CDBs, etc). Agora, num raro momento em que a modalidade se mostra atrativa, o pequeno poupador é penalizado com a alteração na remuneração.

De pouco mais de 97 milhões de contas de Poupança, nada menos que 65 milhões tinham saldo inferior a R\$ 500,00, demonstrando a predominância do pequeno poupador. Ainda, 95% dos poupadores mantêm saldo de até R\$ 20.000,00, detendo apenas 30% do saldo total da modalidade. Por fim, com a presente emenda pretende-se manter, para o pequeno poupador, a simplicidade da Poupança, uma de suas principais características.

PARLAMENTAR





**MPV - 567**

00005

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 09/05/2012	proposição <b>Medida Provisória nº 567 / 2012</b>
--------------------	--

Autor <b>Deputado Chico Alencar – PSOL/RJ</b>	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

O Artigo 1º da Medida Provisória 567 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 12 .....

II - como remuneração adicional, por juros de cinco décimos por cento ao mês.

§ 1º .....

§ 5º A remuneração adicional prevista no inciso II do caput deste artigo será alterada para o equivalente a setenta por cento do custo médio mensal da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, vigente na data de início do período de rendimento, caso sejam atendidas as seguintes condições:

I - o custo médio mensal anualizado da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna for igual ou inferior a oito inteiros e cinco décimos por cento;

II - seja cumprido o Artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - sejam revogados os artigos 1º e 3º da Lei 11.312, de 27 de junho de 2006.

§ 6º O custo médio mensal da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna será calculado pela Secretaria do Tesouro Nacional, com fiscalização pelo Tribunal de Contas da União e por entidades da Sociedade Civil.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente Medida Provisória reduz a rentabilidade da poupança, prejudicando os pequenos aplicadores, sob a justificativa de que os rentistas da dívida pública poderiam migrar para esta aplicação, prejudicando o processo de rolagem do endividamento público.

Porém, conforme demonstrado nos trabalhos da recente CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados, esta dívida possui diversos indícios de ilegalidades, razão pela qual faz-se necessário

uma completa auditoria, antes que se discuta a presente Medida Provisória. Portanto, propomos que a nova regra da poupança apenas tenha vigência caso seja executada a auditoria da dívida prevista no Artigo 26 do ADCT.

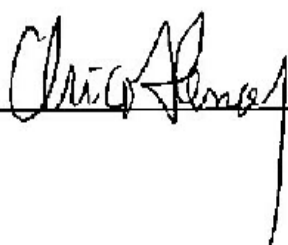
Outro problema desta Medida Provisória é que o Ministério da Fazenda a justifica alegando que os ganhos decorrentes dos juros dos títulos da dívida pública – e Fundos de Investimento a eles lastreados – seriam tributados pelo Imposto de Renda. Desta forma, segundo o Ministério, os investidores poderiam preferir a aplicação na poupança, que é isenta deste imposto.

Porém, tal justificativa é falsa, dado que a Lei 11.312 de 27 de junho de 2006 reduz a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os ganhos dos estrangeiros com a dívida pública brasileira. Desta forma, estamos propondo também a revogação deste privilégio tributário aos rentistas estrangeiros. Caso o governo opte pela rejeição desta emenda, estará confessando que sua justificativa é falsa.

Cabe ressaltar também que, atualmente, menos de 30% da Dívida Interna sob responsabilidade do Tesouro Nacional é vinculada à Taxa Selic, sendo que, segundo o Tesouro, o custo médio mensal desta dívida gira em torno de 11,47% ao ano, bem mais que a Taxa Selic. Portanto, não é correta a afirmação de que, caso a atual Taxa Selic caia, os rentistas da dívida pública migrariam para a poupança. O verdadeiro problema é que os bancos costumam cobrar altíssimas taxas de administração de seus clientes aplicadores em Fundos de Investimento, o que não é combatido por esta Medida Provisória.

Desta forma, propomos também que a mudança de rentabilidade da poupança seja orientada não pela Taxa Selic, mas pelo custo médio mensal da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna.

PARLAMENTAR



MPV - 567

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00006

Data 01/5/2012		Proposição Medida Provisória nº 567, de 2012		
Deputado RODRIGO MAIA		Autor DEM - RJ		Nº do prontuário
1 Supressiva	2. Substitutiva	3. X Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutiva global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao art. 12 da Lei nº 8.177, de 1991, modificado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 567, de 2012, e ao art. 3º da citada Medida Provisória as seguintes redações:

"Art. 12.....

II – como remuneração adicional, por juros de:

- a) cinco décimos por cento ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a oito inteiros e cinco décimos por cento; ou
- b) cinco décimos por cento ao mês, para saldos de depósitos de poupança inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); ou
- c) setenta por cento da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, para os saldos de depósitos de poupança iguais ou superiores a R\$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo), enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for igual ou inferior a oito inteiros e cinco décimos por cento.

§ 5º Os saldos dos depósitos de poupança a que se referem as alíneas "b" e "c" do inciso II do *caput* deste artigo serão apurados, em cada período de rendimento, por número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou por número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ" (NR)

"Art. 3º Ficam as instituições financeiras obrigadas a segregar, do saldo dos depósitos de poupança efetuados a partir da data de entrada em vigor desta Medida Provisória, o saldo dos depósitos de poupança de que trata o art. 2º, bem como os valores depositados a qualquer tempo que não excedam o limite a que se refere a alínea "b" do inciso II do *caput* do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1991." (NR)


## JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo garantir a remuneração de TR + 6,17% ao ano para os pequenos poupadores, mesmo para os depósitos efetuados após a entrada em vigor da MP. De se registrar que esses investidores optaram pela modalidade Poupança mesmo quando a mesma tinha remuneração bem inferior àquela de modalidades concorrentes (fundos, CDBs, etc). Agora, num raro momento em que a modalidade se mostra atrativa, o pequeno poupador é penalizado com a alteração na remuneração.

De pouco mais de 97 milhões de contas de Poupança, nada menos que 65 milhões tinham saldo inferior a R\$ 500,00, demonstrando a predominância do pequeno poupador. Ainda, 95% dos poupadores mantêm saldo de até R\$ 20.000,00, detendo apenas 30% do saldo total da modalidade.

Por fim, adota-se dispositivo que garante a progressividade do mecanismo ora proposto e que pode ser facilmente operacionalizado pelas instituições financeiras captadoras de poupança.

PARLAMENTAR





**MPV - 567**  
**00007**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data <b>8/5/2012</b>	Proposição <b>Medida Provisória nº 567, de 2012</b>
Deputado <b>PAUDERNEY AVELINO DEM - AM</b>	Nº do protocolo
1 Supressiva    2 Substitutiva    3 <b>X</b> Modificativa    4 Aditiva    5 Substitutiva global	
Página	Artigo
Parágrafo	
Inciso	
Alínea	

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 12 da Lei nº 8.177, de 1991, modificado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 567, de 2012, e ao art. 3º da citada Medida Provisória as seguintes redações:

"Art. 12.....

II – como remuneração adicional, por juros de:

- a) cinco décimos por cento ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a oito inteiros e cinco décimos por cento; ou
- b) cinco décimos por cento ao mês, para saldos de depósitos de poupança inferiores a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); ou
- c) setenta por cento da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, para os saldos de depósitos de poupança iguais ou superiores a R\$ 30.000,01 (trinta mil reais e um centavo), enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for igual ou inferior a oito inteiros e cinco décimos por cento.

§ 5º Os saldos dos depósitos de poupança a que se referem as alíneas "b" e "c" do inciso II do caput deste artigo serão apurados, em cada período de rendimento, por número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou por número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ" (NR)

"Art. 3º Ficam as instituições financeiras obrigadas a segregar, do saldo dos depósitos de poupança efetuados a partir da data de entrada em vigor desta Medida Provisória, o saldo dos depósitos de poupança de que trata o art. 2º, bem como os valores depositados a qualquer tempo que não excedam o limite a que se refere a alínea "b" do inciso II do caput do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1991." (NR)

## JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo garantir a remuneração de TR + 6,17% ao ano para os pequenos poupadores, mesmo para os depósitos efetuados após a entrada em vigor

da MP. De se registrar que esses investidores optaram pela modalidade Poupança mesmo quando a mesma tinha remuneração bem inferior àquela de modalidades concorrentes (fundos, CDBs, etc). Agora, num raro momento em que a modalidade se mostra atrativa, o pequeno poupador é penalizado com a alteração na remuneração.

De pouco mais de 97 milhões de contas de Poupança, nada menos que 65 milhões tinham saldo inferior a R\$ 500,00, demonstrando a predominância do pequeno poupador. Ainda, 95% dos poupadores mantêm saldo de até R\$ 20.000,00, detendo apenas 30% do saldo total da modalidade.

Por fim, adota-se dispositivo que garante a progressividade do mecanismo ora proposto e que pode ser facilmente operacionalizado pelas instituições financeiras captadoras de poupança.

## PARLAMENTAR

MPV - 567

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00008

Data: 09/05/2012

Proposição: Medida Provisória N.º 567/2012

Autor:

Dep. Sandra Rosado - PSB

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 1/2

Artigo: 1 e 2

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

## TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 12. Em cada período de rendimento, os depósitos de poupança que ultrapassem o teto de R\$ 15.000,00, serão remunerados:

I - como remuneração básica, por taxa correspondente à acumulação das TRD, no período transcorrido entre o dia do último crédito de rendimento, inclusive, e o dia do crédito de rendimento, exclusive;

II - como remuneração adicional, por juros de:

a) cinco décimos por cento ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a oito inteiros e cinco décimos por cento; ou

b) setenta por cento da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos.

....." (NR)

Art. 2º O saldo dos depósitos de poupança efetuados até a data de entrada em vigor desta Medida Provisória e os depósitos que sejam realizados posteriormente à data de entrada em vigor até o valor de R\$ 15.000,00, serão remunerados, em cada período de rendimento, pela Taxa Referencial - TR, relativa à data do seu aniversário, acrescida de juros de meio por cento ao mês, observado o disposto nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1991.

§ 1º O saldo remanescente, assim como o montante que ultrapassar o teto de R\$ 15.000,00, dos depósitos de que trata o caput somente será acrescido da remuneração que lhe for aplicável.

§ 2º Para os efeitos do caput, consideram-se efetuados os depósitos de poupança quando efetivamente creditados em conta, conforme as normas legais e regulamentares de regência do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

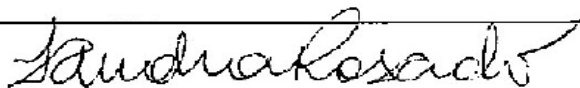
§ 3º O teto estipulado de R\$ 15.000,00 é válido para o montante de todas as contas de poupança vinculadas a um determinado CPF, mesmo que em instituições financeiras diferentes. (NR)

**Justificativa**

A poupança é a modalidade de investimento que atende em sua grande parcela a população de menor poder aquisitivo e goza de sua confiança por contar com regras simples e relativamente estáveis. O instituto de novas regras de remuneração pode atrapalhar a captação de novos poupadores assim como trazer perda de rendimento justamente àqueles que possuem menos possibilidades de investir em outras modalidades de aplicação financeira.

Desta forma, a emenda ora proposta visa a proteger o pequeno investidor e garantir a justa remuneração das economias que possui. Tal medida tem, também, o caráter fomentador da prática da poupança por parte da população.

A estipulação de um teto de R\$ 15.000,00 por CPF é a ferramenta de controle que permitirá que não haja uma utilização indevida por parte dos grandes investidores de um benefício de caráter social.

**Assinatura**



## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 567

00009

Data: 09/05/2012

Proposição: Medida Provisória N.º 567/2012

Autor: SEN. RODRIGO ROQUEMBERG

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 1/2

Artigo: 1 e 2

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

## TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 12. Em cada período de rendimento, os depósitos de poupança que ultrapassem o teto de R\$ 15.000,00, serão remunerados:

1 - como remuneração básica, por taxa correspondente à acumulação das TRD, no período transcorrido entre o dia do último crédito de rendimento, inclusive, e o dia do crédito de rendimento, exclusive;

1 - como remuneração adicional, por juros de:

a) cinco décimos por cento ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a oito inteiros e cinco décimos por cento; ou

b) setenta por cento da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos.

....." (NR)

Art. 2º O saldo dos depósitos de poupança efetuados até a data de entrada em vigor desta Medida Provisória e os depósitos que sejam realizados posteriormente à data de entrada em vigor até o valor de R\$ 15.000,00, serão remunerados, em cada período de rendimento, pela Taxa Referencial - TR, relativa à data de seu aniversário, acrescida de juros de meio por cento ao mês, observado o disposto nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1991.

§ 1º O saldo remanescente, assim como o montante que ultrapassar o teto de R\$ 15.000,00, dos depósitos de que trata o caput somente será acrescido da remuneração que lhe for aplicável.

§ 2º Para os efeitos do caput, consideram-se efetuados os depósitos de poupança quando efetivamente creditados em conta, conforme as normas legais e regulamentares de regência do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

§ 3º O teto estipulado de R\$ 15.000,00 é válido para o montante de todas as contas de poupança vinculadas a um determinado CPF, mesmo que em instituições financeiras diferentes. (NR)

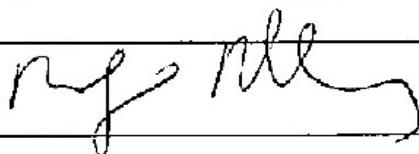
### Justificativa

A poupança é a modalidade de investimento que atende em sua grande parcela a população de menor poder aquisitivo e goza de sua confiança por contar com regras simples e relativamente estáveis. O instituto de novas regras de remuneração pode atrapalhar a captação de novos poupadores assim como trazer perda de rendimento justamente àqueles que possuem menos possibilidades de investir em outras modalidades de aplicação financeira.

Desta forma, a emenda ora proposta visa a proteger o pequeno investidor e garantir a justa remuneração das economias que possui. Tal medida tem, também, o caráter fomentador da prática da poupança por parte da população.

A estipulação de um teto de R\$ 15.000,00 por CPF é a ferramenta de controle que permitirá que não haja uma utilização indevida por parte dos grandes investidores de um benefício de caráter social.

Assinatura



PSB/DF

**MPV - 567****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00010**

data <b>08/05/2012</b>	Proposição <b>MP 567/2012</b>			
Autores <b>DEP. ANTONIO BULHÕES</b>				
nº do prontuário				
1. ( ) Supressiva	2. ( ) substitutiva	3. ( ) modificativa	4. (X) aditiva	5. ( ) Substitutivo global

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO****EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se ao art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, modificado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 567, de 2012, o seguinte parágrafo:

“§ Caso o titular da conta de depósito em poupança possua renda mensal de até dez salários mínimos e tenha contraído financiamento imobiliário em data anterior à entrada em vigor da Medida Provisória nº 567, de 2012, a remuneração adicional de seus depósitos de poupança, até a data de efetiva quitação do financiamento, será de cinco décimos por cento ao mês, desde que o pagamento de todas as parcelas do financiamento seja efetuado em dia.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A mudança nas regras de remuneração da caderneta de poupança, em nosso entendimento, não pode prejudicar o pequeno poupador que tenha contraído financiamento imobiliário em período anterior à publicação da Medida Provisória nº 567, de 2012.

Como os juros a serem pagos pelo financiamento imobiliário não sofrerão qualquer redução em razão das mudanças introduzidas pela Medida Provisória nº 567, nada mais justo que assegurar ao poupador que contraiu o financiamento e que permanecer em dia com o pagamento de suas parcelas, o direito de ter a remuneração adicional de seus depósitos em caderneta de poupança também inalterada até a efetiva quitação de sua dívida.

Sala da Comissão, em **08** de maio de 2012.

Dep. **ANTONIO BULHÕES**

PRB/SP



MPV - 567

00011

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA  
09/05/2012

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 567/2012

## TIPO

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ AGLUTINATIVA 3 ☐ SUBSTITUTIVA 4 ☒ MODIFICATIVA 5 ☐ ADITIVA

## AUTOR

SENADOR (A) VANESSA GRAZZIOTIN

## PARTIDO

PCdoB

## UF

AM

## PÁGINA

1/2

**Inclua-se a seguinte alínea "c" ao inciso II do artigo 12 da Lei 8.177, de 1º de março de 1991, na redação proposta pelo art. 1º da Medida Provisória nº 567 de 03 de maio de 2012:**

"c) meio por cento para os depósitos cujos titulares percebam como renda mensal até 2 (dois) salários mínimos."

**Justificativa**

A emenda que ora apresentamos tem por objetivo excluir das novas regras de remuneração da poupança os pequenos poupadores, assim considerados os titulares de conta poupança que percebam salário mensal de até 2 (dois) salários mínimos.

**Sala Comissão, 09 de maio de 2012**  
**Senadora Vanessa Grazziotin**

09/05/2012

DATA

ASSINATURA

**MPV - 567****EMENDA Nº - CM**  
(à Medida Provisória nº 567, de 2012)

00012

Acrescente-se à Medida Provisória nº 567, de 2012, onde couber, o seguinte artigo:

**Art.** O art. 1º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

**“Art. 1º .....**

**§ 3º Não incidirá o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários sobre o valor das operações de crédito resultantes de renegociações de dívidas, seja com o credor original, seja com novo credor.” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A redução dos juros no Brasil vem ocorrendo de maneira sistemática, graças à implantação de responsabilidade fiscal e de reformas institucionais. Além disso, tornou-se prioridade do atual governo a redução das taxas de juros e a expansão do crédito, sendo uma das principais medidas nesse sentido a alteração da remuneração dos depósitos de poupança para torná-la compatível com taxa de juros Selic mais baixa, e, conseqüentemente, taxas de juros ao consumidor menores. Além disso, os bancos públicos federais assumiram um papel central para a redução das taxas de juros ao consumidor e o aumento da concorrência bancária.

Na mesma linha, propomos emenda à Medida Provisória nº 567, de 2012, para eliminar a incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários

(IOF) nas operações de crédito resultantes de renegociação de dívidas. Atualmente, se o cliente de um banco conseguir rever as condições de suas dívidas para reduzir as taxas de juros cobradas, terá que pagar o IOF sobre o valor da dívida resultante da renegociação, o que muitas vezes inviabiliza a operação.

Apesar de já haver a portabilidade de empréstimos, em que a titularidade do crédito pode ser transferida de um banco para o outro, em condições mais vantajosas, sem a incidência do IOF, a mudança proposta permitirá também a renegociação com o próprio banco e facilitará a transferência da dívida para outras instituições financeiras, com taxas de juros menores.

Em vista do exposto – considerando, ainda, a importância da expansão e redução do custo do crédito para o crescimento econômico – é importante que se acolham as determinações propostas nesta Emenda.

Sala da Comissão,



Senador FLEXA RIBEIRO (PSDB/PARÁ)



**MPV - 567**

00013

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> 09/05/2012	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 567, de 2012
---------------------------	--

<b>Autor</b> Deputado Pauderney Avelino DEM-AM	<b>Nº do promulgário</b>
--	--------------------------

1 Supressiva	2 Substitutiva	3 Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. Substitutivo global
--------------	----------------	----------------	--	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICATIVA				

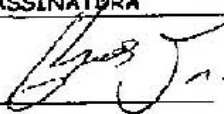
Acrescente-se o seguinte § 5º ao art. 12 da Lei nº 8.177, de [99], com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória nº 567, de 2012:

“§ 5º O Banco Central do Brasil definirá metodologia de cálculo e divulgará as taxas resultantes da aplicação do contido nas alíneas “a” e “b” do inciso II do *caput* deste artigo.”

**JUSTIFICATIVA**

A Lei nº 8.177, de 1991, estabelece, entre outros, que cabe ao Banco Central do Brasil calcular e divulgar a Taxa Referencial Diária utilizada na definição da remuneração da poupança. Referido diploma legal, entretanto, não estabelece competência para o cálculo e divulgação da remuneração propriamente dita. Diante disso, aproveitando a alteração ora proposta para a remuneração da poupança, julgamos conveniente estabelecer que cabe também ao Banco Central definir a metodologia e divulgar o rendimento da modalidade de aplicação citada. Isso permitirá que sejam dirimidas dúvidas relacionadas ao número de casas decimais, arredondamentos, etc.

**PARLAMENTAR**

<b>MPV - 567</b>  00014	
<b>APRESENTAÇÃO DE EMENDAS</b>	
Data	Proposição  <b>Medida Provisória nº 567/12</b>
Autor  <b>Deputado GUILHERME CAMPOS</b>	Nº do prontuário
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 2º            Parágrafo            Inciso            Alínea
<b>TEXTO/JUSTIFICAÇÃO</b>	
<p>Dê-se ao caput do art. 2º da MPV 567/2012 a seguinte redação:</p> <p>“Art. 2º O saldo dos depósitos de poupança efetuados até a data de entrada em vigor desta Medida Provisória, bem como os rendimentos auferidos em decorrência deste saldo, serão remunerados, em cada período de rendimento, pela Taxa Referencial - TR, relativa à data de seu aniversário, acrescida de juros de meio por cento ao mês, observado o disposto nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1991.”</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>A nova redação dada ao caput do art. 2º não altera o mérito da MPV 567 original, apenas explicita o tratamento a ser dado aos rendimentos dos saldos dos depósitos de poupança existentes até a entrada em vigor da Medida Provisória. Desta forma, a emenda proposta deixa claro que as aplicações existentes até esta data terão seu tratamento mantido.</p>	
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR
UF	PARTIDO
Deputado GUILHERME CAMPOS	SP    PSD
DATA	ASSINATURA
9/05/12	

**MPV - 567**

00015

**EMENDA Nº À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 567**

Dê-se ao Art. 4º da Medida Provisória nº 567 de 2012, a seguinte redação, renumerando-se o atual art. 4º para art. 5º:

Art. 4º. Acrescente-se o seguinte Art. 14 na Lei 8.177, de 12 de 1º de março de 1991:

“Art. 14. Fica criada a Caderneta de Poupança de Longo Prazo cujos depósitos de poupança serão remunerados:

I - como remuneração básica, por taxa correspondente à acumulação das TRD, no período transcorrido entre o dia do último crédito de rendimento, inclusive, e o dia do crédito de rendimento, exclusive;

II - como adicional, por juros de meio por cento ao mês.

§ 1º A aplicação destas regras de remuneração será permitida para aplicações que tenham prazo mínimo de dois anos e efetuadas exclusivamente por pessoas físicas.

§ 2º A remuneração será calculada sobre o menor saldo apresentado em cada período de rendimento, tendo este o prazo de um semestre.

§ 3º A data de aniversário da conta de depósito de poupança será o dia do mês de sua abertura, considerando-se a data de aniversário das contas abertas nos dias 29, 30 e 31 como o dia 1º do mês seguinte.



§ 4º O crédito dos rendimentos será efetuado trimestralmente, na data de aniversário da conta.

§ 5 Ficarão bloqueada para saque a diferença de remuneração existente entre o disposto no caput deste artigo e o caput do art. 12 desta Lei, quando houver.

§ 6º Ao final de dois anos de aplicação, os valores bloqueados na forma do parágrafo anterior ficarão livres para saque ou reaplicação, desde que o saldo médio não se tenha reduzido desde a abertura da Caderneta de Poupança.

§ 7º Nos casos onde os valores aplicados em Caderneta de Poupança de Longo prazo sejam crescentes, em decorrência de novos depósitos, o prazo mínimo de dois anos para remuneração pelo caput do Art. 14 terá que ser respeitado para cada novo depósito”.

## **JUSTIFICATIVA**

O Governo Federal tomou medidas para mudar a remuneração da Caderneta de Poupança. As alterações eram necessárias para que a taxa de juros básica da economia brasileira possa continuar a sua trajetória de queda iniciada em agosto do ano passado. Não há dúvidas de que a continuidade desta trajetória descendente, sem a mudança na Caderneta de Poupança, ocasionaria movimentos perversos na gestão da dívida mobiliária federal especialmente em decorrência da migração dos aplicadores em fundos de investimento para as Cadernetas.

Propomos que a medida seja aprimorada. As aplicações em Caderneta de Poupança que tiverem prazos

maiores que dois ou três anos devem voltar a ter rentabilidade plena. É a velha e nunca realizada diferenciação da rentabilidade por prazos de aplicação. É a valorização do instituto da poupança popular.

Essa valorização do investidor no longo prazo é ainda mais relevante no caso da Caderneta de Poupança. É essencial entender que ela não é uma aplicação financeira como outra qualquer. A Caderneta é a forma com a qual milhões de brasileiros preparam sua aposentadoria. Nesse sentido, a Caderneta de Poupança faz as vezes de fundo previdenciário privado e individual, instituição que o país ainda não conseguiu constituir de uma maneira mais eficaz e abrangente.

A proposta de emenda aditiva visa criar uma Caderneta de Poupança de Longo Prazo, com rendimentos semelhantes aos atuais para os poupadores que aplicarem recursos por mais de dois anos, incentivando a poupança interna e a robustez da economia do País.

Sala das Sessões, 09 de maio 2012.



SENADOR **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

**MPV - 567****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

00016

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 567, DE 2012			
AUTOR Deputado Nelson Padovani			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA    2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA    5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

**TEXTO**

Acrescente-se à Medida Provisória nº 567, de 2012, o artigo 5º:

**Art. 5º. Aos contratos celebrados após dezembro de 1993 entre instituições financeiras públicas de desenvolvimento sob o processo de liquidação ordinária e empresas públicas federais, decorrentes de dívidas anteriormente existentes por repasse para empréstimos de mútuo de longo prazo, aplicam-se, quanto aos juros, o art. 18, "d", da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o art. 124 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, devendo reforçadas dívidas ser recalculadas com observância ao critério pro rata temporis a partir da liberação dos recursos pelo ente público federal e ainda sobre o período do Plano Cruzado."**

**JUSTIFICATIVA**

A liquidação de uma instituição financeira de desenvolvimento ou de uma sociedade anônima ocorre quando é invocada em juízo (liquidação Judicial), quando decretada pelo Banco Central (liquidação extrajudicial) e quando assumida pelo sócios ou pelo sócio majoritário (liquidação ordinária).

Nos três casos, o objetivo da liquidação é o mesmo: o de realizar seu ativo para pagar seu passivo.

A liquidação judicial pode ser requerida por acionista ou pelo Ministério



Público, conforme letra do artigo 209 da Lei nº 6.404/76, a Lei das S/A, e o liquidante é nomeado pelo juiz do processo. A liquidação extrajudicial é decretada pelo Banco Central do Brasil, que é quem nomeia o liquidante da instituição, e é regida pela Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. A liquidação ordinária é decidida em Assembleia Geral da sociedade, que nomeia o liquidante, este sempre indicado pelo Estado da Federação que a criou. Sua lei de regência é a Lei nº 6.404/76, a Lei das Sociedades Anônimas.

Como o objetivo é o mesmo, nos três casos a Lei de Falências é a lei subsidiária das leis que regem cada modalidade de liquidação.

Assim, se decretada a liquidação ordinária antes de 2005, a lei subsidiária é o Decreto-Lei 7.661, de 21 de junho de 1945; se decretada depois de fevereiro de 2005, a lei subsidiária é a nova lei de falências, Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

A antiga Lei de Falências, o Decreto-Lei nº 7.661/45, somente aplicada às falências decretadas antes de fevereiro de 2005, estabelece em seu artigo 26:

"Art. 26. Contra a massa não correm juros, ainda que estipulados forem, se o ativo apurado não bastar para o pagamento do principal." (grifamos).

Na nova Lei de Falências, a Lei Complementar nº 11.101/2005, o texto é praticamente repetido em seu art. 124, conforme transcrição a seguir:

"Art. 124. Contra a massa falida não são exigíveis juros vencidos após a decretação da falência, previstos em lei ou em contrato, se o ativo apurado não bastar para o pagamento dos credores subordinados." (grifamos)

A Lei nº 6.024/74, que rege a liquidação extrajudicial das instituições financeiras, estabelece em seu art. 18, d:

"Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos:

[...]

d) não fluência de juros, mesmo que estipulados, contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo." (grifo nosso)

Assim, não há como negar o fato de que todo processo de liquidação de instituições financeiras ou de empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima se compara a uma falência, já que nos três casos, além de se constituírem massa liquidanda, o objetivo da liquidação é o mesmo: realizar o ativo para satisfação do passivo!

Para reforçar essa tese, é mister que se frise que nos três casos as instituições em liquidação têm, obrigatoriamente, que observar o concurso de credores quando da realização de seu passivo. Até mesmo a Lei das S/A assim o exige ao estabelecer em seu art. 214:

"Art. 214 - Respeitados os direitos dos credores preferenciais, o liquidante pagará as dívidas sociais proporcionalmente e sem distinção entre vencidas e vincendas, mas, com relação a estas, com descontos às taxas bancárias."

Repare-se que, além de admitir o respeito ao concurso de credores, a lei em questão determina que, com relação às dívidas vincendas, o pagamento contemplará os descontos segundo as taxas bancárias!

Ora, sabe-se que as taxas bancárias são ~~seriamente~~ reduzidas, muitas



vezes até o montante do capital emprestado, quando não existe perspectiva de recebimento do crédito.

E o que se observa ainda, de modo geral, é que a maioria das instituições financeiras públicas sob o regime de liquidação ordinária assim se encontram há anos, sem poder pôr termo à liquidação porque não conseguem receber de seus devedores, seja porque perderam suas garantias para créditos preferenciais e/ou privilegiados, seja porque simplesmente grande parte dos devedores faliu ou não mais é encontrada, inclusive os avalistas das operações.

Enquanto isso, sabe-se que essas instituições devem para as fontes repassadoras de recursos – também empresas públicas – que lhes cobram juros, mesmo tendo conhecimento da situação que envolve a empresa liquidanda, sob o argumento de que o Estado que as criou é o co-responsável pela dívida, invocando o art. 242 da Lei das S/A, revogado pela Lei nº 10.303/2001, que então prescrevia:

“Art. 242 – As companhias de economia mista não estão sujeitas a falência mas os seus bens são penhoráveis e executáveis e a pessoa jurídica que a controla responde, subsidiariamente pelas suas obrigações.”

Como se viu, esse artigo remetia ao Estado a responsabilidade por tais dívidas perante a instituição financeira repassadora dos recursos. No entanto, referido dispositivo foi revogado pela Lei 10.303 de 2001, porque entendeu-se, na época da reforma da Lei das S/A, que, embora insolvente, o Estado não poderia ser o responsável final por dívidas dessa natureza.

Assim, restou às instituições financeiras de desenvolvimento, mesmo que públicas, a responsabilidade por dívidas para com entes públicos federais, decorrentes do repasse final de recursos a longo prazo, destinados ao desenvolvimento econômico e social, contraídas em épocas nas quais o Brasil



vivenciava momentos tristes e graves em sua conjuntura econômico-financeira, respaldados na hiperinflação e na constante troca de moeda, que não conseguiam excluir a Nação do status de "País de Terceiro Mundo".

Sabe-se, ainda, que essas instituições financeiras públicas hoje em liquidação ordinária foram de vital importância para a economia do País e dos Estados num momento em que o financiamento de longo prazo era o mote do desenvolvimento econômico e social. Sabe-se também que a criação dessas instituições foi incentivada pelo Governo Federal dentro de uma política desenvolvimentista implantada no início da década de 1960 e que teve seu auge até o início da década de 1990.

Não é justo agora que as dívidas que lhes restaram pelo fracasso dessa política lhes sejam imputadas com juros quando estão em processo que se compara ao da falência e justamente num momento em que a economia brasileira mudou seu status, sendo alvo de admiração do resto do mundo, enquanto os países até então considerados "grandes e fortes" vivem em plena agrura econômica!

Dessa forma, pretende-se corrigir a omissão legislativa, estendendo-se os benefícios da não incidência de juros nas dívidas das instituições financeiras de desenvolvimento sob o regime de liquidação ordinária, contraídas com entes públicos federais.

Com isso, haveria a perspectiva de significativa redução dessas dívidas, com aumento da perspectiva de recebimento, o que ensejaria, sem dúvida, a fixação de prazo para o encerramento da liquidação e consequente tomada de decisões quanto ao destino da sociedade.

Por todo o exposto, sugere-se seja feita JUSTIÇA às instituições financeiras públicas de desenvolvimento, propondo-se a aprovação do Art.5º

da Medida Provisória nº 567/2012, com a seguinte redação:

"Art. 5º: Aos contratos celebrados após dezembro de 1993 entre instituições financeiras públicas de desenvolvimento sob o processo de liquidação ordinária e empresas públicas federais, decorrentes de dívidas anteriormente existentes por repasse para empréstimos de mútuo de longo prazo, aplicam-se, quanto aos juros, o art. 18, "d", da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o art. 124 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, devendo referidas dívidas ser recalculadas com observância ao critério *pro rata temporis* a partir da liberação dos recursos pelo ente público federal e ainda sobre o período do Plano Cruzado."

O acolhimento da proposta certamente implicará atendimento ao interesse público, porquanto as instituições financeiras públicas de desenvolvimento sob o processo de liquidação ordinária beneficiadas pela medida terão suas dívidas trazidas a patamares justos e reais, podendo oferecer as mesmas condições aos seus devedores finais, e galgando maior eficiência na realização de seu ativo junto ao seu credor federal, que – sabe-se – tem tais crédito lançados em seu balanço na rubrica "Créditos Compensados em Provisão", o que, contabilmente, significa serem créditos já baixados como prejuízo. Assim, entende-se que será consignada como "lucro" toda e qualquer quantia que a instituição federal credora venha a receber em decorrência desses créditos.

ASSINATURA

EMENDA A MP 567 - BADEB



MPV - 567

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00017

Data  
09/05/2012Proposição  
Medida Provisória n.º 567, de 3 de Maio de 2012Autor  
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)n.º do precatório  
54.3321 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafos

Inciso

alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

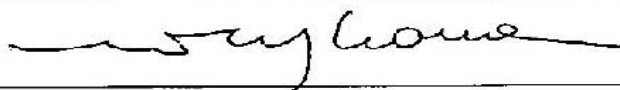
Insira-se um novo artigo no texto da MP 567, de 2012, com a seguinte redação:

" Art. A partir de 4 de maio de 2012, os saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de que trata a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, serão corrigidos pelas taxas de remuneração básica e adicional fixadas nos incisos I e II do art. 12 da Lei 8.177, de 1º de março de 1991"

## JUSTIFICAÇÃO

A Emenda tem por objetivo garantir que os saldos das contas no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que atualmente são corrigidos pela TR e capitalizados com juros anuais de apenas 3% aa - o que implica em perdas, seja com relação à inflação, seja com relação aos rendimentos das aplicações financeiras mais conservadoras, como os das cadernetas de poupança - passem a ser corrigidos pelos mesmos critérios que estão sendo fixados para a poupança. A sistemática atual de correção do saldos do FGTS acaba por fragilizar um instrumento que foi criado para proteger os trabalhadores, principalmente contra demissões sem justa causa, além de prover recursos financeiros em situações específicas, como de aposentadoria, morte, compra da casa própria, tratamento de saúde, etc. Nesta oportunidade, em que se está alterando estruturalmente a forma de remuneração da poupança no País, não há justificativa para deixar de corrigir também o tratamento injusto dado a poupança dos trabalhadores no FGTS. Além disto, a proposta que apresentamos serve também para compensar, em parte, os trabalhadores pela redução da remuneração das cadernetas de poupança feita por intermédio da Medida Provisória 567, na medida em que proporcionará uma remuneração relativamente maior do que a atual aos recursos – que podem ser considerados como também de poupança - de sua propriedade depositados no mencionado Fundo.

PARLAMENTAR





MPV - 567

00018

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 09/05/2012	Proposição Medida Provisória n.º 567, de 3 de maio de 2012
--------------------	---

Autor Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	n.º do prontuário 54.332
---	-----------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> X <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	--	--

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	--------	------------	--------	--------

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, um artigo à Medida Provisória nº 567, de 2012, com a seguinte redação:

"Art. Na hipótese prevista no art. 12, II, b, da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, os depósitos efetuados a partir de 5 de maio de 2012 farão jus a bônus de remuneração equivalente a 5% (cinco por cento) da meta da taxa SELIC ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada na data de início do período de rendimento, incidente sobre os valores mantidos por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir de cada depósito.

§ 1º Os bônus de remuneração serão creditados a partir do vigésimo quarto mês, contado a partir de cada depósito.


§ 2º A partir do quadragésimo oitavo mês, contado a partir de cada depósito, os bônus de remuneração serão de 10% (dez por cento) da meta da taxa SELIC ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada na data de início do período de rendimento.

§ 3º Os bônus de remuneração serão creditados a partir do quadragésimo oitavo mês, contado a partir de cada depósito."

## JUSTIFICAÇÃO

O Partido dos Trabalhadores, com essa medida, perpetra mais um golpe na economia dos pequenos poupadores. Em março de 2007, com o aumento do redutor da TR, promoveu uma forte redução na remuneração desse instrumento de poupança popular, criado por D. Pedro II em 1861. Outra vez, em lugar de implementar reformas estruturais como a tributária, ou de racionalizar os gastos públicos, reduz a remuneração nas cadernetas de poupança, em nome de uma suposta diminuição na taxa básica de juros. Há que se registrar que o novo governo petista está tentando corrigir os erros na condução da política monetária que fizeram do Brasil, por longo período, o campeão na taxa real de juros. Esses erros lamentáveis estão comprometendo todo o esforço da sociedade brasileira para promover a industrialização. É flagrante que o crescimento do PIB registrado no período recente vem mostrando uma queda continuada da participação da indústria, e empresas de todo porte, de alguns setores, já optam por importar, em lugar de produzir no Brasil. Como resultado desse erro, os estímulos ao consumo, tragicamente, resultam em "consumo aqui e produção e emprego no exterior. A despeito das reduções em período mais recente, passamos da primeira para a segunda posição no "ranking" dos juros mais elevados do mundo, situação que não reverte o processo interno de desindustrialização. Com essa emenda buscamos pelo menos atenuar o impacto perverso da Medida Provisória nº 567, de 2012, elevando a remuneração nos casos dos depósitos mantidos por pelo menos 24 (vinte e quatro) meses. Entendendo que nossa proposta reduz o desestímulo às economias, particularmente dos pequenos poupadores, contamos com o apoio de nossos pares para sua aprovação.

PARLAMENTAR



**MPV - 567**  
00019

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

		proposição	
		Medida Provisória n.º 567, de 3 de maio de 2012	
autor		n.º do prontuário	
Deputado Bruno Araújo - PSDB/PE		146	
1	Supressiva	2	Substitutiva
3	modificativa	4	X aditiva
5	Substitutivo global		
Página	Artigo	Parágrafos	Inciso
alínea			

Acrescente-se à Medida Provisória nº 567, de 2012, onde couber, um artigo com a seguinte redação:

"Art. Fica criada a Caderneta de Poupança de Longo Prazo cujos depósitos de poupança serão remunerados:

I - como remuneração básica, por taxa correspondente à acumulação das TRD, no período transcorrido entre o dia do último crédito de rendimento, inclusive, e o dia do crédito de rendimento, exclusive;

II - como adicional, por juros de meio por cento ao mês.

§ 1º A aplicação destas regras de remuneração será permitida para aplicações que tenham prazo mínimo de dois anos e efetuadas exclusivamente por pessoas físicas.

§ 2º A remuneração será calculada sobre o menor saldo apresentado em cada período de rendimento, tendo este o prazo de um semestre.

§ 3º A data de aniversário da conta de depósito de poupança será o dia do mês de sua abertura, considerando-se a data de aniversário das contas abertas nos dias 29, 30 e 31 como o dia 1º do mês seguinte.

§ 4º O crédito dos rendimentos será efetuado trimestralmente, na data de aniversário da conta.

§ 5º Ficará bloqueada para saque a diferença de remuneração existente entre o disposto no caput deste artigo e o caput. do art. 12 desta Lei, quando houver.

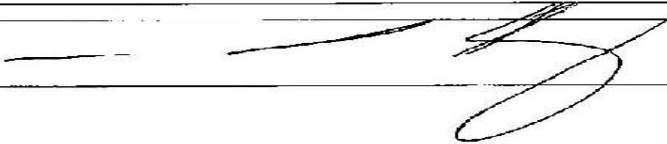
§ 6º Ao final de dois anos de aplicação, os valores bloqueados na forma do parágrafo anterior ficarão livres para saque ou reaplicação, desde que o saldo médio não se tenha reduzido desde a abertura da Caderneta de Poupança.

§ 7º Nos casos onde os valores aplicados em Caderneta de Poupança de Longo prazo sejam crescentes, em decorrência de novos depósitos, o prazo mínimo de dois anos para remuneração pelo caput deste artigo terá que ser respeitado para cada novo depósito."

## Justificação

Por meio da Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012, o governo federal alterou a remuneração da Caderneta de Poupança para os depósitos efetuados a partir da sua vigência. Trata-se de um novo desestímulo à economia, sobretudo dos pequenos poupadores, que recorrem a esse instrumento desde sua criação no 2º Reinado, em 1861. Decorridos mais de 150 anos, a caderneta de poupança mantém sua atração, principalmente para a população de menores faixas de renda, eis que das quase cem milhões de contas, mais de 50% correspondem a depósitos de até R\$ 100,00 - se considerados os saldos de até R\$ 500,00, esse percentual supera 65%. Essa não é a primeira medida adotada pelo Partido dos Trabalhadores que resulta em perda para os pequenos poupadores. Em março de 2007, o Conselho Monetário Nacional alterou da fórmula de cálculo da TR, resultando em pronunciada perda de remuneração da poupança. A Emenda que estamos apresentando tem como objetivo reduzir o impacto negativo da medida do governo, elevando a remuneração para os depósitos mantidos por, no mínimo, 24 meses. Entendendo que a medida vai atenuar o desestímulo para o saudável hábito de poupar, em decorrência da medida adotada pelo governo, contamos com o apoio de nossos pares.

PARLAMENTAR





MPV - 567

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00020

Data  
09/05/2012proposição  
Medida Provisória nº 567, de 03/05/2012Autor  
Deputado Reginaldo Lopes PT/MG

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Art.

Parágrafo

Inciso

Alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

ACRESCENTE-SE à Medida Provisória 567/2012 os seguintes artigos:

Art. . O art. 1º da Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. O Conselho Federal dos Despachantes Documentalistas do Brasil – CFDD/BR e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas dos Estados-membros e do Distrito Federal – CRDD’s são os órgãos normativos e de fiscalização profissional dos despachantes documentalistas, dotados de autonomia administrativa e patrimonial.

§ 5º. O Conselho Federal dos Despachantes Documentalistas do Brasil – CFDD/BR e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas dos Estados e do Distrito Federal – CRDD’s serão dotados de personalidade jurídica de direito público.

§ 6º. É expressamente vedada a criação de mais de um Conselho Regional para a mesma base territorial do Estado ou do Distrito Federal.

§ 7º. O Conselho Federal dos Despachantes Documentalistas do Brasil – CFDD/BR e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas exercem as suas atribuições por delegação do poder público.” (NR).

Art. . A Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 5º-A. O Conselho Federal dos Despachantes Documentalistas CFDD/BR e os Conselhos Regionais de Despachantes Documentalistas, em seus respectivos âmbitos, são autorizados, dentro dos limites estabelecidos em lei, a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais devidas por pessoas físicas ou jurídicas, bem como preços e serviços e multas, que constituirão receitas próprias, considerando-se título executivo extrajudicial a certidão relativa aos créditos decorrentes.”

Parágrafo 1º. O exercício da profissão de Despachante Documentalista será permitido ao possuidor de título de Técnico em Documentalística. Aos exercentes da profissão de despachante documentalista que já a exerciam anteriormente à promulgação da Lei Federal nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, têm direito adquirido à inscrição no Conselho Regional de sua circunscrição.



Parágrafo 2º. O curso de Técnica em Documentalista terá carga horária mínima de 1.200 horas-aulas e deverá obrigatoriamente ministrar ensinamentos nas seguintes áreas: a) despachante documentalista de veículos terrestres; b) despachante documentalista marítimo; c) despachante documentalista aeronáutico; d) despachante documentalista de registro comercial; e) despachante documentalista imobiliário; f) despachante documentalista previdenciário; g) despachante documentalista de direitos autorais; h) despachante documentalista agropecuário; i) despachante documentalista de relações exteriores de pessoas físicas e de sociedades empresária; j) despachante documentalista de produtos controlados; l) despachante documentalista do meio ambiente.

“Art. 5º-B. O exercício da profissão de Despachante

“Documentalista é privativo das pessoas habilitadas pelo Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas de sua circunscrição, nos termos das normas baixadas pelo Conselho Federal.”

“Art. 5º-C. Aplicam-se ao exercício da profissão de Despachante Documentalista, subsidiariamente, as normas de

direito administrativo, as de direito processual civil e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1984, no que couberem e que não forem incompatíveis com esta Lei e com os estatutos e demais normas editadas pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais.”.

(NR).

#### JUSTIFICATIVA

Demonstram-se oportunas e propícias as modificações legais propostas. A Lei nº 10.602, de 2002, oriunda do Projeto de Lei 3.752, de 1997, que foi promulgada com vários vetos parciais, o que acabou por fazer vigor em nosso sistema jurídico uma lei incompleta, acarretando inúmeras dificuldades ao pleno funcionamento dos Conselhos Federal e Regionais dos Despachantes Documentalistas.

A presente iniciativa busca dar novamente coesão ao texto da Lei nº 10.602, de 2002, para que ela seja, enfim, um instrumento hábil a permitir o bom controle e fiscalização dessa atividade tão relevante para a sociedade brasileira. Importante é, de fato, salientar a natureza jurídica de direito público de que são dotados os Conselhos Profissionais e também é necessária a adequada regulação da cobrança das contribuições devidas por pessoas físicas e jurídicas.

PARLAMENTAR



MPV - 567

00021

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 09/05/2012	Proposição Medida Provisória nº 567, de 2012
--------------------	---

Autor Senador Eduardo Lopes - PRB	Nº Prontuário 252041
--------------------------------------	-------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página 1	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
-------------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 567, de 2012, onde couber, o seguinte artigo:

Art. As instituições financeiras repassarão a redução da remuneração dos depósitos de poupança resultantes das regras determinadas nesta Medida Provisória às novas operações de crédito imobiliário.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional regulamentará o disposto no *caput* deste artigo.

## JUSTIFICAÇÃO

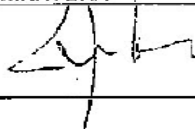
O objetivo final da Medida Provisória nº 567, de 2012, é a redução das taxas de juros ao consumidor. Entretanto, nela não há mecanismo que garanta o repasse da redução da remuneração da poupança às taxas de juros cobradas nos financiamentos imobiliários.

Isso porque o fator de correção dos financiamentos imobiliários, além de uma taxa de juros fixa, é a TR, cuja fórmula de cálculo não foi alterada pela Medida Provisória.

Assim sendo, propomos emenda para obrigar o repasse da redução da remuneração da poupança para as taxas de juros do crédito imobiliário, deixando para o Conselho Monetário Nacional (CMN) a regulamentação da proposta, pois caso isso não ocorra, os bancos é que serão beneficiados com a presente medida.

Dessa forma, solicito o apoio dos meus ilustres pares para a aprovação da presente emenda.

ASSINATURA



MPV - 567

00022

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data  
09/05/2012

Medida Provisória nº 567/2012

Autor  
Senador Jarbas Vasconcelos - PMDB/PE

Nº do Prontuário

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. x Aditiva 5. Substitutivo Global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

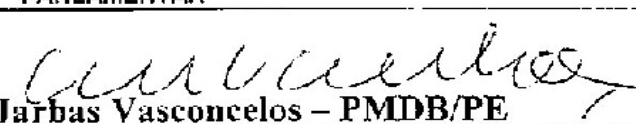
Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 567, de 2012:

**Art. O Conselho Monetário Nacional determinará as regras de ajuste da correção dos financiamentos imobiliários à nova sistemática de correção da poupança.**

## Justificação

A medida provisória não prevê nenhum mecanismo de ajuste da correção das dívidas de financiamento imobiliário às novas regras da poupança. Propomos, então, que o Conselho Monetário Nacional regulamente a correção dos financiamentos imobiliários para garantir que a redução da remuneração da poupança seja repassada aos tomadores de crédito imobiliário.

PARLAMENTAR

  
Senador Jarbas Vasconcelos - PMDB/PE



**MPV - 567****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00023**

	proposição <b>Medida Provisória n.º 567, de 3 de maio de 2012</b>
--	--

autor <b>Orlando Leite - PSDB/RJ</b>	n.º do prontuário <b>316</b>
---	---------------------------------

1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. X aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	--------	------------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se, onde couber, o artigo à Medida Provisória nº 567, de 2012, com a seguinte redação:

“Art. ... A União deverá promover a revisão das condições previstas nos arts. 2º, I, II, III e V, e 3º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e nos arts. 3º, 5º, 6º e 6º-A da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, podendo para tal ampliar o prazo de pagamento, reduzir a taxa de juros incidente sobre o saldo devedor, substituir o índice de preços utilizado para efetuar a correção monetária, e reduzir o limite de comprometimento da receita Líquida Real - RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada.

§ 1º Os prazos de pagamento de que tratam o art. 2º, I da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, e o art. 3º da Lei nº 9.496, de 1997, poderão ser estendidos em até 120 (cento e vinte) meses.

§ 2º A taxa de juros incidente sobre o saldo devedor deverá ser fixa, não podendo superar 2% (dois por cento) ao ano.

§ 3º A atualização monetária deverá ter como base a variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 4º Os encargos totais sobre o saldo devedor previstos nos §§ 2º e 3º não poderão superar a remuneração fixada para os depósitos de poupança, conforme disposto no art. 12, II, b, da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

§ 5º Para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada, não poderão ser comprometidos mais que 10% (dez por cento) da Receita Líquida Real de cada Estado ou Município.

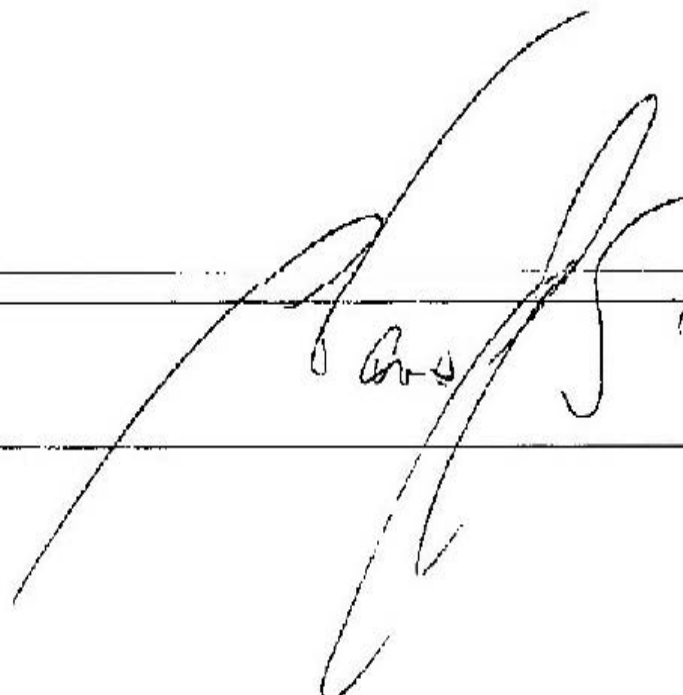
§ 6º As taxas de juros previstas no art. 3º, §§ 1º e 2º, da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, deverão ser reduzidas na mesma proporção, considerando-se como referência a taxa estabelecida no art. 1º, § 2º desta lei.”

§ 6º As taxas de juros previstas no art. 3º, §§ 1º e 2º, da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, deverão ser reduzidas na mesma proporção, considerando-se como referência a taxa estabelecida no art. 1º, § 2º desta lei.”

### JUSTIFICAÇÃO

A estabilização da economia, tão ansiada pela sociedade brasileira, foi alcançada com a implantação do Plano Real. O processo exigiu medidas para sanear as finanças da União, dos Estados e dos Municípios. Nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, e da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, a União foi autorizada a promover a consolidação, assunção e refinanciamento das dívidas dos Estados e Municípios. As condições atuais da economia brasileira e o ajuste nas finanças dos Estados e Municípios demonstram a necessidade de se promover ajustes nos termos originalmente negociados. Estamos apresentando essa Emenda, e solicitamos o apoio dos nossos pares, com vistas a adequar os encargos, prazos de pagamento e comprometimento da Receita Líquida Real de Estados e Municípios com o pagamento das dívidas renegociadas com a União.

PARLAMENTAR





**MPV - 567**

00024

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

		proposição <b>Medida Provisória n.º 567, de 3 de maio de 2012</b>							
autor <b>Deputado Marcus Pestana - PSDB/MG</b>		n.º do parecerista <b>254</b>							
1	Supressiva	2.	substitutiva	3.	modificativa	4. X	aditiva	5.	Substitutivo global
Página		Artigo		Parágrafos		Inciso		alínea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO									

Acrescente-se, onde couber, o artigo à Medida Provisória nº 567, de 2012, com a seguinte redação:

“Art. ... A União deverá promover a revisão das condições previstas nos arts. 2º, I, II, III e V, e 3º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e nos arts. 3º, 5º, 6º e 6º-A da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, podendo para tal ampliar o prazo de pagamento, reduzir a taxa de juros incidente sobre o saldo devedor, substituir o índice de preços utilizado para efetuar a correção monetária, e reduzir o limite de comprometimento da receita Líquida Real - RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada.

§ 1º Os prazos de pagamento de que tratam o art. 2º, I da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, e o art. 3º da Lei nº 9.496, de 1997, poderão ser estendidos em até 120 (cento e vinte) meses.

§ 2º A taxa de juros incidente sobre o saldo devedor deverá ser fixa, não podendo superar 2% (dois por cento) ao ano.

§ 3º A atualização monetária deverá ter como base a variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 4º Os encargos totais sobre o saldo devedor previstos nos §§ 2º e 3º não poderão superar a remuneração fixada para os depósitos de poupança, conforme disposto no art. 12, II, b, da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

§ 5º Para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada, não poderão ser comprometidos mais que 10% (dez por cento) da Receita Líquida Real de cada Estado ou Município.

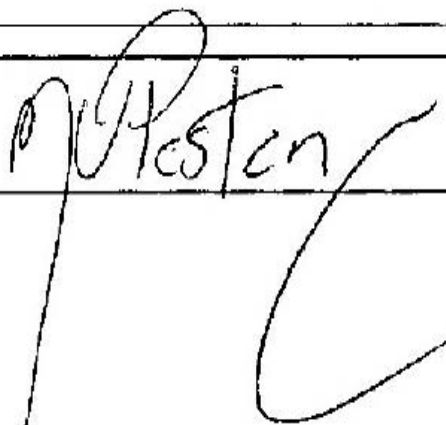


§ 6º As taxas de juros previstas no art. 3º, §§ 1º e 2º, da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, deverão ser reduzidas na mesma proporção, considerando-se como referência a taxa estabelecida no art. 1º, § 2º desta lei.”

### JUSTIFICAÇÃO

A estabilização da economia, tão ansiada pela sociedade brasileira, foi alcançada com a implantação do Plano Real. O processo exigiu medidas para sanear as finanças da União, dos Estados e dos Municípios. Nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, e da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, a União foi autorizada a promover a consolidação, assunção e refinanciamento das dívidas dos Estados e Municípios. As condições atuais da economia brasileira e o ajuste nas finanças dos Estados e Municípios demonstram a necessidade de se promover ajustes nos termos originalmente negociados. Estamos apresentando essa Emenda, e solicitamos o apoio dos nossos pares, com vistas a adequar os encargos, prazos de pagamento e comprometimento da Receita Líquida Real de Estados e Municípios com o pagamento das dívidas renegociadas com a União.

PARLAMENTAR



**SENADO FEDERAL  
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**ATA DA 7ª REUNIÃO DE 2012**

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião de 2012, convocada para 08 de maio de 2012, terça-feira, às 9h30, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à análise inicial do mérito da Representação nº 1, de 2012.

Estiveram presentes os Srs. Senadores membros do Conselho:

**PMDB**

Lobão Filho  
Renan Calheiros  
Romero Jucá  
Eunício Oliveira (suplente)

**PT**

Humberto Costa  
Wellington Dias  
José Pimentel  
Aníbal Diniz (suplente)  
Walter Pinheiro (suplente)  
Angela Portela (suplente)

**PSDB**

Mário Couto  
Cyro Miranda

**PTB**

Gim Argello

**DEM**

Jayme Campos

**PR**

Vicentinho Alves

**PP**

Ciro Nogueira

**PDT**

Acir Gurgacz

**PSB**

Antonio Carlos Valadares

**Corregedor**

Vital do Rêgo (PMDB)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Inicialmente, submeto à apreciação do Plenário a Ata circunstanciada da 6ª Reunião, realizada no dia 03 de maio de 2012.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata vai à publicação. *(Pausa.)*

Eu gostaria de informar a este Conselho que, quanto à resposta ao Ofício nº 68, de 2012, desta Presidência, que encaminhou ao Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, cópia do Requerimento nº 1, de 2012, do CEDP, de autoria do Senador Wellington Dias, aprovado na 4ª Reunião deste Conselho, que solicita o compartilhamento com este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de todos os dados e informações contidos no Inquérito nº 3.430, decorrente da operação da Polícia Federal denominada Monte Carlo, que se refiram ou possam estar relacionados ao Senador Demóstenes Torres, informo que esta Presidência ainda não recebeu, oficialmente, nenhuma resposta. Entretanto, como se sabe, este Inquérito se encontra em poder da Comissão Mista de Inquérito, a CPMI, contendo um ofício autorizando a que Membros deste Conselho possam ter acesso.

Achei de bom alvitre me dirigir ao gabinete do Ministro. Falei com a assessoria, já que o Ministro Lewandowski está viajando, e sugeri que enviasse, oficialmente, essa decisão do Ministro para este Conselho, a fim de que não haja qualquer dúvida de que Membros deste Conselho possam ter acesso às informações solicitadas pelo requerimento do Senador Wellington Dias, aprovado aqui, por este Conselho.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria só consultá-lo, aqui, com base nesse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – Qual foi o propósito desse requerimento? Primeiro: que pudesse vir a documentação diretamente para o Conselho de Ética.

Chega-nos a informação, já com base em reunião anterior, de que teria sido repassada para a CPMI a documentação e, nesse repasse à CPMI, teria sido dada a condição de, através da CPMI, dar conhecimento ao Conselho.

Eu considero isso, primeiro, um aspecto ruim, porque se pode criar um parâmetro de que o Conselho de Ética, em situações semelhantes, não passaria a ter acesso a informações como essas; e isso, certamente, impediria a legítima missão do Conselho de poder tratar de temas que envolvam Parlamentares desta Casa.



**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Wellington, na verdade, o Ministro enviou um ofício contendo a decisão, manifestando o direito de o Conselho de Ética ter acesso às informações.

Entretanto, esse ofício ainda não chegou aqui ao Conselho. Estou solicitando que venha um semelhante, ou igual, ao que foi enviado ao Presidente da CPMI.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço e fico tranquilo, porque o meu receio era exatamente este: evitar que se criasse um parâmetro rebaixado para o poder que tem o Conselho.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – RJ) – Não. O Ministro não teve essa intenção nem decidiu nesse sentido. Pelo contrário, fortaleceu a posição da CPMI e também a dos Membros do Conselho.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Comunico ao Colegiado que foi protocolado na secretaria deste Conselho, ontem, dia 07 de maio, o Ofício PGR/Gabinete nº 506, de 04 de maio de 2012, do Sr. Procurador-Geral da República, em resposta ao Ofício nº 69/2012 desta Presidência, que encaminhou a S. Exª cópia do Requerimento nº 2, de 2012, do CEDP, de autoria do Senador José Pimentel, aprovado na 4ª Reunião deste Conselho e que solicita cópia do Inquérito da Operação Vegas.

Em resposta, o Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, informa que os dados relativos à denominada Operação Vegas foram encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para a instrução do Inquérito nº 3.430 e que, por envolver informações sigilosas, devem ser requeridos diretamente àquela Corte, não sendo possível seu fornecimento pela Procuradoria Geral da República sem autorização judicial.

Esse foi o teor do ofício que recebi do Dr. Gurgel. Entretanto, este Conselho, naturalmente por iniciativa do autor do requerimento, o Senador José Pimentel, poderá decidir, enviando agora não mais ao Dr. Gurgel, Procurador-Geral da República, mas ao Supremo Tribunal Federal cópia de requerimento que seja aprovado por este Conselho, pedindo as informações solicitadas no requerimento anterior. Então, sugiro ao Senador José Pimentel que o faça ainda nesta reunião, para que o aprovemos o mais rápido possível.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, da remessa dos pedidos feitos pela CPI já chegaram essas informações da Operação Vegas e do Inquérito nº 3.430; o despacho do Supremo Tribunal Federal e do relator determinam o compartilhamento das informações com o Conselho de Ética e também com a Câmara Federal. O que falta talvez seja um entendimento entre a direção da CPMI e do nosso Conselho de Ética de como se dará esse compartilhamento, porque nada nos impede de encaminhar o ofício, mas ao encaminhá-lo, repetir-se-á o que já está na CPMI, aonde já chegaram todos esses documentos, para os quais se determina esse compartilhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador José Pimentel, V. Exª tem toda razão, inclusive porque, quando o Supremo, através do Ministro Lewandowski, encaminhar essas informações por

ofício a este Conselho, naturalmente ele vai incluir a Operação Vegas, e aí nós teremos – já temos, aliás, – o direito de acesso lá na CPMI.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Passemos ao próximo assunto.

A Presidência informa que foi protocolada pelos procuradores do representado, ontem, dia 07 de maio, na Secretaria deste Conselho, petição no sentido de que seja integralmente devolvido o prazo de defesa previsto no art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal, concedendo-se o prazo regimental de dez dias úteis, contados de nova intimação, para que o Senador ora defendente possa tecer considerações defensivas a respeito dos novos fatos a ele imputados no relatório subscrito pelo Senador Humberto Costa.

Antes de efetuar um despacho e justificá-lo, seria bom que eu concedesse a palavra ao Relator, já que, desde ontem à noite, ele tem em mãos o teor dessa petição encaminhada pelo Dr. Almeida Castro, defensor do Senador Demóstenes Torres e que está distribuído em todas as bancadas.

Com a palavra o nobre Relator Senador Humberto Costa.

**O SR. RELATOR** (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Bem, tendo em vista o conteúdo dessa demanda da defesa do Senador Demóstenes Torres e também no intuito de reavivar aos Senadores e às Senadoras do Conselho de Ética os pontos principais deste relatório, eu peço ao Sr. Presidente que me permita ler um documento que aqui preparei. Ele tem apenas seis páginas, não será uma leitura como aquela anterior, mas, na verdade, trata-se do seguinte:

O relatório preliminar apresentado por nós, na última quinta-feira, baseou-se nos indícios de relacionamento entre o Senador Demóstenes Torres e o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, que configuram quebra de decoro, com base nos fatos confirmados pelo próprio Parlamentar na forma exposta na folha 56 da sua defesa.

1. O Senador Demóstenes Torres confirma que recebeu como presente de casamento do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos uma geladeira e um fogão importados;

2. O Senador Demóstenes Torres confirma que recebeu do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos um aparelho celular...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio para que possamos ouvir a manifestação do Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – ...um aparelho celular/rádio da marca Nextel, quando este retornou de uma viagem aos Estados Unidos;

3. O Senador confirma ter trocado centenas de telefonemas com o contraventor já durante o exercício de seu mandato parlamentar;

4. O Senador admite terem sido feitas milhares de referências ao seu nome em diálogos entre Cachoeira e terceiros;

5. O Senador admite a conversa com Cachoeira que trata do pagamento do aluguel de uma aeronave.

Os fatos acima listados, admitidos formalmente pelo Senador Demóstenes Torres em sua peça de defesa prévia, são, em maioria, elencados como indícios pelo representante na peça inicial. Na oportunidade da apresentação do relatório preliminar, alegou o advogado do representado que os fundamentos ali expedidos tratam em torno de 80% de seu total de fatos por ele desconhecidos. Em direito, isso equivaleria a dizer que houve julgamento **extra ou ultra petita**, ou seja, fora ou além do requerido na petição, o que, efetivamente, não ocorreu. Considero importante esclarecer que os fatos descritos no relatório preliminar versam todos eles sobre atos da conduta parlamentar do Senador Demóstenes Torres, sendo, portanto, fatos públicos e notórios do conhecimento de todos.

Não creio poder alegar-se desconhecimento de pronunciamentos feitos na tribuna do Senado, da apresentação de requerimentos ou de debates e votação de projetos de lei. Foram estes os elementos sobre os quais a defesa alegou desconhecimento: os passos do Senador Demóstenes na sua atuação parlamentar. Esclareço, porém, que só cheguei a eles por motivação da própria defesa prévia, notadamente pelo que consta nos Itens 2 e 4. É até curioso que, tendo citado a escola em tempo integral como um dos principais projetos do Senador Demóstenes Torres, Item 4 da defesa prévia, tenham os seus procuradores, ao mesmo tempo, desconhecimento da intenção do Parlamentar de legalizar os jogos de azar para ter receita para financiar o projeto, como disse enfaticamente em seu discurso.

Ademais, nem mesmo em discussões dentro do Poder Judiciário caberia, na hipótese, alegar julgamento *extra petita ou ultra petita*, haja vista que os tribunais há muito já trataram de espancar essa tese ao entendimento de que, nas razões de decidir, o juiz não está adstrito ao alegado pelas partes, podendo encontrar outros elementos para embasar seu convencimento. Verifique-se, a propósito, nos diversos julgamentos proferidos pelo STJ.

Aqui há uma relação de situações que caracterizam precedentes nessa posição.

As decisões dos Tribunais Superiores realizam-se em perfeita sintonia com o que preceitua o art. 131 do Código de Processo Civil quando pontua:

*"Art. 131 - O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1973.)"*

A compreensão jurisprudencial dos tribunais, bem assim a doutrina, são no sentido de que o pedido é aquele que se pretende com a instauração da demanda e se extrai a partir de uma interpretação lógico-sistemática do afirmado na petição inicial, compreendendo o centro do pedido por tudo aquilo que está no seu corpo e não apenas na rubrica estreita da forma de pedir.



Conforme Milton Paulo de Carvalho, em sua obra *Do Pedido no Processo Civil*, Fabris Editor, 92, pág. 97, o pedido:

*"É o anseio, a aspiração do demandante, de que para aquela parcela da realidade social [por ele traduzida] na demanda e que lhe está sendo prejudicial, seja dada a solução conforme ao direito segundo o seu modo de entender."*

Nessa mesma linha, enquadra-se a alegação posta no pedido formal de devolução do prazo de defesa, apresentado no dia de ontem, 07 de maio de 2012, diante da justificada ausência do Senador Demóstenes Torres no dia da votação do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2006, na Comissão de Constituição e Justiça por encontrar-se em missão oficial. Isso é apenas um aspecto menos relevante de tudo quanto fundamentado no relatório preliminar, muito longe de ser questão central das razões de decidir.

No próprio corpo do relatório já senti que isso não configura por si só qualquer falha, ao consignar nas fls. 37 e 38 do relatório preliminar:

*"De tudo que foi posto, é importante esclarecer que não se está a fazer qualquer indagação ou crítica sobre a posição política do Senador Demóstenes Torres, na votação de matérias ou na condução de seu mandato, mesmo porque isso seria intervir no seu direito primeiro de parlamentar, que é a liberdade de votar segundo [as] suas convicções.*

*A defesa, por palavras e votos, de qualquer tema, escora-se no direito constitucional do Parlamentar, exceto, por óbvio, se atuar em prol de interesses particulares de terceiros.*

*Tampouco despreza-se que as inúmeras atribuições a que temos que dar resposta dificultam nossa atuação formal parlamentar, por vezes nos impedindo de participar com mais afinco desse ou daquele colegiado ou tema. O propósito das colocações aqui feitas dizem somente com a verificação da, textualmente afirmada, militância do Senador Demóstenes Torres contrária à legalização dos jogos de azar, no discurso proferido no dia 06 de março de 2012, o que, efetivamente, não se verifica, diante das principais proposições legislativas postas ao crivo desta Casa e de pronunciamento feito pelo próprio Senador, conforme demonstrei adiante."*

O que faz a defesa ao solicitar devolução de prazo é apegar-se a um aspecto específico e respondido, de antemão, no próprio relatório preliminar para tentar postergar ao máximo a apreciação da representação por este Órgão. A ação apresenta-se como meramente procrastinatória.

Não há qualquer cerceamento do direito de defesa. O Senador, diretamente ou por seus procuradores legais, já se manifestou oralmente após a leitura do relatório preliminar, e terá oportunidade de se manifestar em todos os atos do processo, inclusive acerca das razões ali expendidas no curso do processo disciplinar. Tudo o mais são delongas desnecessárias.

O Senado precisa dar resposta à sociedade sobre como enxerga todos os indícios elencados que ligam o Senador Demóstenes Torres ao contraventor Carlinhos Cachoeira. É assente que não houve afastamento entre o peticionado pelo requerente, o PSOL, e o decidido no relatório preliminar. O pedido foi de recebimento da representação, instauração de processo administrativo disciplinar diante de indícios de quebra de decoro, tanto pelas inverdades ditas pelo representado em discurso proferido no dia 06 de março último, quanto por evidências que o ligariam ao contraventor Carlinhos Cachoeira.

O relatório respondeu exatamente a isso, sem mais.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Sr. Relator.

Quero esclarecer a este Conselho, mais uma vez, nesta reunião, que nesta fase o que existe para ser apreciado é um parecer prévio, pedindo a instauração de um processo disciplinar por quebra de decoro parlamentar, apresentado pelo Relator, Senador Humberto Costa, baseado em indícios sobre a conduta ética de um Senador, no caso o Senador Demóstenes Torres.

Em sua peça, o Relator não sugere sequer qualquer penalidade contra o representado, deixando tal decisão, se isso vier a acontecer lá na frente, para o caso de o Conselho autorizar a abertura do chamado Processo Disciplinar, quando, após a instrução, com depoimentos, testemunhas, documentos, perícias, o Relator buscará provas mais consistentes para embasar o seu parecer, que seria então o parecer final.

Nesta segunda fase, continuará sendo observado o princípio do contraditório e da ampla defesa, como tem acontecido até agora neste Conselho. O relator de um processo no Conselho de Ética não pode ser confundido com o de um denunciante, um representante ou um acusador. Na verdade, o seu papel é de julgador e, para tanto, ser-lhe-á concedido o direito ao livre convencimento. O sistema adotado no ordenamento jurídico brasileiro é o do livre convencimento do juiz, conforme reza o art. 155 do Código de Processo Penal, que diz o seguinte:

*"Art. 155 – O juiz formará a sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos, colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares não repetíveis e antecipadas."*

Segundo afirma Eugênio Pacelli Oliveira, no seu livro intitulado Curso de Processo Penal:

*"O juiz é livre na formação do seu convencimento, não estando previamente comprometido por qualquer critério de valoração prévia da prova, podendo optar livremente por aquela que lhe parecer mais convincente".*

A prova por indícios, no processo penal, de Maria Tereza Rocha de Assis Moura diz:

*“Temos que, juridicamente, indício é todo rastro, vestígio, sinal e, em geral, todo fato acontecido, devidamente provado, suscetível de conduzir ao conhecimento de fato desconhecido, a ele relacionado por meio de operação de raciocínio.”*

Ao alinhar essa manifestação, passo então a proferir o despacho, decidindo, monocraticamente, a respeito do pedido formulado pela defesa do Senador Demóstenes Torres.

Esta Presidência indefere o pedido da defesa, ora apresentado, tendo em vista que pedido semelhante de devolução de prazo já havia sido apresentado oralmente na reunião anterior e indeferido por esta Presidência.

Vale observar que a representação não foi aditada, e o relatório do Senador Humberto Costa não constitui peça acusatória, mas tão somente etapa preliminar em que se aprecia a existência de indícios da prática de ato que possa sujeitar o representado à perda do mandato, conforme prevê textualmente o art. 15-A, do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Essa é a minha decisão, Srs. Senadores.

Passemos, então, à análise inicial do mérito da representação.

Nós procederemos à votação nominal, aberta, do relatório preliminar apresentado pelo Senador Humberto Costa, conforme dispõe o § 1º do art. 15-A, da Resolução nº 20, de 1993.

Antes, porém, está franqueada a palavra aos Membros deste Conselho ou a outros que, não sendo Membros, queiram se manifestar.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Peço a palavra, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Alvaro Dias, V. Exª tem a palavra.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, como não sou integrante do Conselho, mas compareço representando o meu Partido, na condição de Líder, primeiramente...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Exª é um assíduo frequentador deste Conselho. Para nós é uma alegria muito grande a sua presença. É estimulante...

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – ...pela responsabilidade com que V. Exª se manifesta neste Conselho.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado.

Eu o faço nesta oportunidade, Sr. Presidente, para cumprimentá-lo pela decisão e ao Relator pela contestação às alegações da defesa. Acrescentaria apenas à argumentação de substância que ambos ofereceram a este Conselho mais dois itens. O relatório e o voto apresentado não são peças acusatórias, e V. Exª mesmo fez referência a isso, contra as quais coubesse defesa. V. Exª apenas, por liberalidade, concedeu a palavra ao advogado de defesa na última reunião deste Conselho. Mas é preciso consagrar essa tese; é necessário distinguir essa



fase do procedimento, que é preliminar de um processo judicial. Não há que se falar em defesa contra relatório. A defesa deve ser apresentada com relação à peça de acusação; ou seja, contra a representação do PSOL, representado aqui pelo Senador Randolfe Rodrigues. Não há no Regimento a previsão e ela refoge à lógica do sistema procedimental aqui conduzido.

O segundo argumento que eu gostaria de acrescentar, Sr. Presidente, é que a atuação deste Conselho, em especial do Relator, nessa fase regimental, é de julgamento, não de investigação. A defesa se volta contra o relatório e o voto do Senador Humberto Costa, alegando haver fatos novos que mereçam resposta. Ocorre que a manifestação do Relator nessa fase regimental não é de investigação, mas de decisão de julgamento. E contra julgamento o que cabe é recurso, não defesa. Como não há essa previsão no Regimento, não há que se falar em reabertura do prazo para defesa, e esse assunto já é um fato consumado.

Mas nós gostaríamos de destacar, Sr. Presidente, que o relatório preliminar do Senador Humberto Costa baseou-se especialmente no comportamento do Senador Demóstenes Torres. O comportamento destacando a atuação do Senador com relação a matérias e assuntos que tinham conexão direta ou indireta com as atividades do Sr. Carlos Cachoeira. Isso é que este Conselho deve levar em conta neste momento, ao autorizar ou não a instauração dos procedimentos.

O relatório destaca ações parlamentares do Senador Demóstenes. A representação do PSOL aborda claramente a relação suspeita de amizade, e não o Senador Humberto Costa. A iniciativa de apresentar essa relação de amizade está contida na representação formulada pelo PSOL. E destaca o recebimento dos presentes. O relatório baseia-se em fatos notórios que independem de prova, nos termos da legislação processual.

Portanto, Sr. Presidente, o que se verifica é uma legítima manobra protelatória da defesa, que nós temos que repelir porque contraria os interesses desta Instituição. A esta Instituição interessa celeridade, o esgotamento deste assunto, com decisão terminativa, o mais rapidamente possível, já que a Instituição não pode continuar sangrando por muito tempo, uma vez que o seu desgaste pode ser irreparável.

Essa é a razão da conduta deste Conselho de Ética, até aqui, adotando os procedimentos de celeridade para encurtar o espaço de tempo entre a denúncia e o julgamento político que esta Casa tem o dever de celebrar no mais curto espaço de tempo.

Sr. Presidente, é evidente que a nossa posição é favorável ao relatório do Senador Humberto Costa, e certamente será dessa forma que procederão os integrantes da nossa bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)** – Cumprimento o Sr. Presidente Antonio Carlos Valadares e também o eminente Relator, Senador Humberto Costa.

Sr. Presidente, eu desejo parabenizar o trabalho quase que arqueológico feito pelo Senador Humberto Costa, ao pesquisar, ao apresentar seu voto ao Conselho de Ética, recapitulando vários outros casos e a jurisprudência pacificada nesta Casa em relação à quebra do decoro parlamentar. O que eu queria também destacar é que o trabalho do Senador Humberto buscou separar o rito formal do que de fato foi a quebra de decoro parlamentar.

Não custa lembrar que a representação apresentada pelo Partido Socialismo e Liberdade foi no dia 28 de março de 2012. Até essa representação, os fatos da quebra de decoro parlamentar eram, digamos, ainda incipientes, diante das revelações que se seguem depois. No dia seguinte ao protocolo da representação do PSOL, a imprensa começou a divulgar uma sequência de áudios de diálogos entre o Senador representado e o Sr. Carlinhos Cachoeira, áudios esses gravados com autorização judicial, áudios que constam dos autos da chamada Operação Monte Carlo. Outros podem se encontrar nos autos da Operação Vegas, que dá conta de uma atuação em comum do Senador com o chefe de uma organização contraventora, de uma organização criminosa.

É bom aqui destacar que essas gravações foram feitas, a pedido da Justiça, pela Polícia Federal contra o Sr. Carlos Cachoeira, e não contra o Senador Demóstenes Torres.

O primeiro dos áudios, que é apresentado posteriormente à imprensa, dá conta de uma consulta solicitada pelo Sr. Carlos Cachoeira sobre o Projeto de Lei nº 7.228, de 2002, onde o Senador representado afirmava claramente, na degravação da gravação telefônica, que o Projeto prejudicaria os negócios de Cachoeira, ou seja, alertava o chefe da organização criminosa do risco daquele Projeto. Aqui, ele tinha sido submetido à consulta. É lógico que não cabe outra interpretação do que a já notoriamente conhecida, ou seja, a de que, na verdade, havia uma atuação conjunta entre as atividades do bicheiro e a atuação legislativa do Parlamentar.

No relatório preliminar apresentado pelo Senador Humberto Costa, o Senador fez um levantamento primoroso, como eu já disse, sobre outras situações em que fica clara a atuação parlamentar do representado em favor dos negócios do Sr. Carlos Cachoeira. É o caso do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2006, proveniente da CPI dos Bingos. Esse Projeto de Lei criminalizava a exploração de jogos de azar e teve sua tramitação suspensa por falta de indicação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, exatamente no momento e na condição em que o representado exercia a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ou seja, podemos perceber que, no relatório do Senador Humberto, este recupera outras situações em que fica patente a atuação do representado em acordo, em conluio, em atuação conjunta com a organização de contraventores, com a organização criminosa dirigida pelo Sr. Carlos Cachoeira.

O que considero importante é que, no relatório, não se buscou tergiversar, dizendo, por exemplo, que a quebra do decoro teria se dado, única e exclusivamente, pelo fato de ter mentido na tribuna. Ou seja, não se buscou encontrar o detalhe de um crime menor para responsabilizá-lo pelo que, de fato, aconteceu, que foi o crime maior. Pesquisou-se a atuação do representado, e foram encontrados elementos claros e inequívocos de que a atuação do representado se dava em comum com a da organização criminosa objeto das Operações Vegas e Monte Carlo.

É lógico que tem de ser garantido, neste espaço e em todos os espaços, o princípio constitucional do amplo direito de defesa ao representado, mas me parece que, neste momento, em que o relatório do Senador Humberto acata o pedido para abrir processo disciplinar, abrindo ainda novo prazo para a defesa do representado, qualquer medida no sentido de dilatar prazo, de pedir mais prazo, como já foi dito aqui pelo próprio Relator do processo, reveste-se nada mais, nada menos de uma medida procrastinatória dessa situação. E convenhamos – não douremos a pílula, vamos diretamente ao x da questão – que essa é uma situação que constrange o Senado da República, que incomoda a todos nós, em que a opinião pública e a sociedade brasileira exigem de nós e com todas as desconfiças das ruas. Todos nós, ao sairmos às ruas, o que ouvimos é desconfiça: se nós vamos levar a cabo, se vamos cortar na própria carne; enfim, diante de tão fortes evidências, muito mais do que indícios da quebra do decoro parlamentar, se o Parlamento, se o Senado da República vai cumprir com o seu dever.

Existe muita desconfiça e muita dúvida aí fora, Sr. Presidente.

O relatório do Senador Humberto, a condução que V. Ex<sup>a</sup> tem dado a este Conselho, Presidente Valadares, vai no caminho contrário a isso, mostra que inequivocadamente este Conselho de Ética e o Senado da República vão cumprir com o dever que este caso exige. Reitero, percebi a angústia do Senador Humberto na última reunião, não fazemos isso de bom tom, não fazemos isso com o coração celebrando, não é agradável fazer isso com nenhum colega, membro aqui do Senado da República. Só que, como eu inclusive disse em aparte ao Senador Demóstenes, quando ele subiu à tribuna para apresentar suas primeiras explicações aqui, o Senado da República, o Congresso Nacional não é uma confraria, aqui não é uma casa de amigos. Aqui é o espaço do Parlamento bicameral brasileiro, da representação dos Estados da Federação. Aqui é o espaço e a Casa de guarda também da Constituição, assim como é o Supremo Tribunal Federal. E a Constituição é clara e rigorosa quando trata do decoro parlamentar, aliás, a Constituição é mais rígida em relação ao decoro do parlamentar do que o decoro de qualquer outro servidor público.

Claramente não existem somente indícios, as evidências políticas e materiais dão conta inequivocadamente da quebra do decoro parlamentar, conforme preceitua o art. 55, inciso II, § 2º, da Constituição da República, por parte do Senador Demóstenes Torres.

Não nos resta alternativa, parece-me claramente, a este Conselho de Ética do que acatar o relatório do Senador Humberto Costa, e instaurar o



processo disciplinar, em que vai ser assegurado ao representado novo espaço para que exerça seu direito de defesa. Parece-me que as evidências são fortes o bastante para dizer que, lamentavelmente, não há alternativa também para os Membros do Senado da República a não ser votar pela cassação do mandato do Senador Demóstenes Torres.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Pedro Taques com a palavra.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, ilustrada Defesa, aqui temos que responder duas indagações. A primeira delas é: A representação ofertada pelo PSOL precisa de correlação, de pertinência temática com o relatório apresentado pelo Relator Humberto Costa? Essa é a primeira pergunta que precisa ser respondida. A segunda pergunta: O relatório do Senador Humberto Costa ofende o patrimônio jurídico, o que se denomina de dignidade da pessoa humana, do Senador Demóstenes Torres? Essas duas indagações devem ser respondidas.

Passo a responder a primeira delas.

Em se tratando de ofensa ao decoro parlamentar, a Constituição da República, em nenhum momento, traz tipos fechados, como matar alguém é um tipo fechado. Nós todos sabemos, de há muito, o que é matar alguém. Quando a Constituição fala em decoro parlamentar, ela está se utilizando de uma expressão do Direito Constitucional português, do que se denomina expressão “viajante”, que muda o seu sentido, tendo em conta o local e tendo em conta o tempo em que decoro parlamentar está sendo pronunciado.

O que eu quero dizer com isso, Sr. Presidente? Decoro parlamentar na década de 30 tinha um sentido; decoro parlamentar hoje tem outro sentido. O tipo é aberto e, desta feita, o relatório do Senador Humberto Costa não precisa, a meu juízo, manter a pertinência temática expressada na representação; e ele manteve. O relatório do Senador Humberto Costa trouxe argumentos que fundamentam os temas trazidos na representação do PSOL.

Não há que se falar em correlação entre a representação e o relatório do Senador Humberto Costa, porque, aqui, não se aplica uma teoria do Direito Processual Civil italiano, que recebe o nome de teoria da substanciação, que se aplica, no Brasil, ao Processo Civil. Não aplica aqui no Conselho de Ética, porque os tipos são abertos. Decoro parlamentar, o Senador Humberto Costa trouxe argumentos outros, mas que fundamentam o que foi trazido pela representação do PSOL, aqui representado pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Não há que se falar em novos fatos. Aqui, existem argumentos que fundamentam aqueles fatos, portanto, a representação e o relatório trazido pelo Senador Humberto Costa, a meu juízo, é absolutamente perfeito e, por isso, quero cumprimentá-lo.

A segunda pergunta: O relatório ofende a dignidade da pessoa humana do Senador Demóstenes, ofende o seu patrimônio jurídico, o que ocasionaria a necessidade de que nós pudéssemos dar um novo prazo à defesa?

Penso que não. O relatório do Senador Humberto Costa em nenhum momento impõe ao Senador Demóstenes Torres nenhuma sanção, aqui como

gênero de pena. O relatório do Senador Humberto Costa inaugura uma nova fase processual, oportunidade em que o representado terá o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório, nos limites estabelecidos na Constituição e no procedimento aqui tratado.

Portanto, não há que se falar em ofensa ao patrimônio jurídico do Senador Demóstenes. A sua dignidade não restou ofendida com o relatório do Senador Humberto Costa.

Peço vênha à defesa, mas o relatório apenas inaugura uma fase a que a defesa, assim desejando, poderá trazer elementos de convicção para mudar a convicção daqueles que julgarão.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que, quando se trata de ofensa ao decoro parlamentar, aqueles que fazem parte do Conselho de Ética não precisam fundamentar as suas decisões. Eles não precisam fundamentar as suas decisões. Eles são juizes de fato, de fato. Quando o Conselho de Ética autoriza o julgamento pelo Plenário do Senado, lá, os Senadores votarão de forma secreta, sigilosa. Existe uma PEC para mudar isso, do Senador Paulo Paim. Isso significa dizer que não há que se falar em fundamentação, por isso, eu entendo que o artigo do Código de Processo Civil e o artigo do Código de Processo Penal aqui trazidos no relatório do Senador Humberto, o relatório, o indeferimento apresentado hoje calha exatamente com o julgamento do Conselho de Ética.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço aos Senadores Randolfe e Pedro Taques.

Está inscrito para falar o Senador Mário Couto, a quem concedo a palavra.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu estou satisfeito com o relatório do Senador Humberto. Acho que foi um relatório muito sólido, um relatório consistente e verdadeiro; por isso quero parabenizá-lo.

Acho também, Presidente, que quanto mais rápido nós fizermos o nosso trabalho aqui, melhor, não com a preocupação de que esta Casa sangra. Esta Casa já sangra há muito tempo, Senador, há muitos anos. Esta Casa sangra com o mensalão, esta Casa sangrou com as inúmeras CPIs que foram arquivadas e rasgadas; esta Casa continua sangrando.

Lógico, se nós terminarmos este trabalho o mais rápido possível, é melhor, mas é preciso, meu caro e nobre Presidente, que a Nação saiba que este trabalho, ao se encerrar, possa também deixar com V. Ex<sup>a</sup>, que é um homem sério, uma reflexão para este País. Que a gente possa deixar, ao final, além do resultado, algo que a sociedade possa meditar. Por exemplo, o jogo do bicho. Vamos conversar mais sobre este assunto: o jogo do bicho. O jogo do bicho tem em todas as esquinas deste País. Tem, Sr. Presidente. O senhor vê isso? *(Pausa.)*

Estou lhe perguntando. É verdade. O senhor vê isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu só jogo na loteria esportiva. *(Risos.)*

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Não, não é jogar. É ver. Estou lhe perguntando se V. Ex<sup>a</sup> vê as banquinhas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Também gosto da mega sena, que tem os prêmios maiores.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Se isso é liberado, por que os outros jogos não são? A corrida de cavalo no Brasil é liberada. Não é verdade? A corrida de cavalo no Brasil é liberada. Se você sair daqui a pouco, ali está uma banquinha de jogo. Se você for ao meu Estado, na frente da Assembleia Legislativa tem uma banca de jogo.

A quem compete fiscalizar? O Senado precisa dizer isso. A quem compete fiscalizar a contravenção neste País. Temos leis determinadas para isso. Precisamos também falar sobre isso. Precisamos ter coragem de falar sobre isso. Não é porque surgiu essa questão agora do Senador Demóstenes que vá se parar aí. Precisamos dizer quem é culpado disso. É o Estado, que não fiscaliza? O que diz a Constituição brasileira? A Constituição diz que é dever do Estado fiscalizar a contravenção, mas a contravenção está aberta nas ruas, e o Senado tem que dar uma resposta para isso, tem que ter a coragem de dar uma resposta para isso.

Quero parabenizar o relator e a postura de V. Ex<sup>a</sup> fazendo esse pedido. Vamos abrir um debate sobre isso. A sociedade com certeza nos cobra. Com certeza, a sociedade nos cobra! Há quantos anos se esconde isso? Há quantos anos se deixa normalmente fluir isso nas ruas do Brasil? Existem Estados que já regularizaram. Isso é normal? O Estado pode regularizar? E me parece que Alagoas... Paraíba! Paraíba, através da sua Assembleia, liberou ou proibiu – me parece que liberou – o jogo do bicho. Será que o Estado pode fazer isso? O Estado tem competência para liberar isso através de uma lei? Tudo isso precisa ser definido, senão vamos julgar um Senador e deixar a coisa fluir normalmente; mas a sociedade vai cobrar de nós.

Quero deixar para sua reflexão, para reflexão desta Comissão, para reflexão do Presidente da CPI que nos visita agora a sugestão de que a gente possa debater mais sobre o assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Próximo orador, e último inscrito, é o Senador José Pimentel, a quem concedo a palavra.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero começar registrando a qualidade, o conteúdo e a consistência do relatório preliminar do nosso Relator Humberto Costa. Ele teve o cuidado de em momento algum fugir da questão posta na peça principal do PSOL e de, ao mesmo tempo, resgatar toda uma vida legislativa do aqui representado, Senador Demóstenes Torres. Isso nos permite ter uma tranquilidade para votar esse relatório preliminar, na reunião de hoje.

Por isso, Sr. Presidente, toda fundamentação desse relatório parte das próprias assertivas trazidas nesta matéria pelo Sr. Demóstenes Torres, nas quais confessa os telefonemas, os presentes, as relações com Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. A sua vida legislativa, a sua vida de legislador traz o conjunto de dados levantados pelo nosso relator que permite a tranquilidade deste



Conselho de votar, tendo clareza de que não está cometendo nenhuma injustiça e tampouco cerceando qualquer direito de defesa.

Portanto, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que a gente entrasse, se possível, na parte de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Mas, antes, eu pergunto se mais algum Membro deste Conselho deseja se pronunciar? *(Pausa.)*

Como não há mais oradores inscritos, passemos, então, à votação do relatório.

Solicito que o Senador Vital do Rêgo, que é o nobre Presidente da CPMI e Corregedor deste Senado, proceda à chamada nominal dos Membros deste Conselho.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Lobão Filho.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco/PMDB – MA) – Sim, com o relator.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco/PMDB – AL) – Sim, com o relator.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR) – Com o relator.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa. Voto conhecido.

Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Mário Couto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, Sr. Presidente.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Gim Argello.

**O SR. GIM ARGELLO** (Bloco/PTB – DF) – Com o relator.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador e Vice-Presidente Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Sim, com o relator, Sr. Presidente.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Vicentinho Alves.

**O SR. VICENTINHO ALVES** (Bloco/PR – TO) – Com o relator, Presidente.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Ciro Nogueira.

**O SR. CIRO NOGUEIRA** (Bloco/PP – PI) – Com o relator, Sr. Presidente.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO) – Com o relator, Sr. Presidente.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – O Senador Antonio Carlos Valadares não precisa votar. Em caso de empate, consulto V. Ex<sup>a</sup> se deseja votar ou não. *(Pausa.)*

Não é preciso.

Senador Vital do Rêgo vota sim, com o relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Se eu pudesse votar, eu votaria. Acontece que é só em caso de empate. Como é uma votação aberta, só em caso de empate o Presidente é chamado a decidir.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Até eu gostaria de votar, mas o Regimento não permite.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Eunício Oliveira, uma vaga do PMDB.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco/PMDB – CE) – Sim, com o relator.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Uma vaga do PT: Senador Aníbal Diniz.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco/PT – AC) – Sim, com o relator, Sr. Presidente.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, conclusa a votação. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Votaram 16 Senadores. Somos 15 Membros deste Conselho mais o Corregedor, que é o Senador Vital do Rêgo, são 16. Então, foram, na realidade, 15 votos favoráveis.

Por unanimidade, o relatório do Senador Humberto Costa foi aprovado.

Então, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, em sua 7ª Reunião, realizada aos oito dias do mês de maio de 2012, a partir das 9:30 horas, decide, por unanimidade, receber a Representação nº 1, de 2012, e instaurar Processo Disciplinar, em face de o Senador Demóstenes Torres, nos termos do § 1º do art. 15-A, da Resolução nº 20, de 1993.

Então, está instaurado o Processo Disciplinar.

**O SR. RELATOR** (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra, o Relator.

**O SR. RELATOR** (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de um minuto da atenção dos Srs. Senadores no sentido de que, primeiramente, eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> que pudesse convocar, para amanhã, às 14 horas, reunião administrativa para nós deliberarmos sobre requerimentos. Segundo, o representante, o PSOL, solicitou que fossem ouvidos o Sr. Carlos Cachoeira e o Sr. Demóstenes Torres, que naturalmente será ouvido. E a defesa solicitou a oitiva do Sr. Carlos Cachoeira e do jornalista Ruy Cruvinei.

Pessoalmente, também irei apresentar alguns pedidos de depoimentos aqui na Comissão. Mas, tendo em vista já uma jurisprudência existente em processo na Câmara dos Deputados, eu gostaria de deixar já marcada aqui a oitiva do Sr. Carlos Cachoeira. Em princípio, eu havia pensado que essa oitiva acontecesse no dia 14, na próxima segunda-feira, no entanto há uma convocação, por parte da CPMI, para que o Sr. Carlos Cachoeira deponha no dia 15. Então, atendendo algumas demandas, solicitações de integrantes da CPMI, eu queria propor que o depoimento do Sr. Carlos Cachoeira ao Conselho de Ética pudesse ser feito no dia 17. Nós combinaríamos com a CPMI para que, no dia 17, a reunião começasse à tarde e, pela manhã, teríamos o depoimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Dia 17 é que dia? *(Fora do microfone.)*

**O SR. RELATOR** (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Dia 15 é terça-feira; dia 17 é quinta-feira.

E, na reunião de amanhã, eu apresentaria – e outros Parlamentares poderiam apresentar também – requerimentos para a oitiva, ou acareações, enfim, de outras pessoas. Em princípio, a minha ideia é de convidar os delegados que atuaram diretamente nessas duas operações e, também, os integrantes do Ministério Público que dirigiram esses processos.

Naturalmente, também, que, no nosso caso aqui, nós vamos nos limitar a explorar os fatos relacionados ao Senador Demóstenes Torres. Nós não vamos aqui fazer uma CPMI paralela.

Então, na medida em que já houve o pedido tanto da defesa quanto do representante de que o Sr. Cachoeira venha depor, eu sugeriria que já deixássemos marcado para o dia 17 o seu depoimento; e a sugestão dessa reunião amanhã, às duas horas, para analisarmos outros requerimentos que eventualmente possam surgir.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É o seguinte: eu gostaria de dizer ao nobre Relator que todos os seus pedidos e requerimentos dos demais Senadores poderão ser atendidos não em uma reunião meramente administrativa, mas em reunião convocada antecipadamente para essa finalidade, com votação e, inclusive, a participação e opinião dos Senadores.

Eu sugiro que esta reunião para aprovação dos requerimentos a serem apresentados seja feita não amanhã, porque amanhã temos a reunião da Comissão de Constituição e Justiça e geralmente ela se alonga para próximo às 14 horas. Eu gostaria que ela fosse na quinta-feira, como já fizemos outras reuniões na quinta-feira e deram certo. Fazemos a reunião nesta quinta-feira, depois de amanhã, às 10 horas neste mesmo local.



Mas, antes...

**O SR. MÁRIO COUTO** (Bloco/PSDB – PA) – Não será mais amanhã? *(Fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não, não seria amanhã às 14 horas, mas quinta-feira às 10 horas.

**O SR. RELATOR** (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Posso levantar só um questionamento?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sim.

**O SR. RELATOR** (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – É porque a CPMI marcou para quinta-feira...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Será às 14 horas.

**O SR. RELATOR** (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Não, não. Será às 10 horas da manhã. Então, seria importante que V. Ex<sup>a</sup> pudesse fazer alguma diligência...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Então, como será uma reunião rápida, poderemos fazer às três horas; marcamos para às duas e meia, amanhã.

**O SR. RELATOR** (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agora, antes, há um requerimento do Senador José Pimentel, devido a urgência com que ele tem que ser apreciado, que é o seguinte:

### **REQUERIMENTO Nº 03, DE 2012**

*Nos termos do §10º do art. 17, "a", da Resolução nº 20, de 1993, requeiro que este Conselho de Ética solicite cópia do inquérito da Operação Vegas ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Ayres de Brito.*

*Os documentos solicitados destinam-se a apurar atos atribuídos ao Senador Demóstenes Torres na Representação nº 1.*

*Do Senador José Pimentel.*

Em votação o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Documentos pertinentes à 7ª Reunião de 2012 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

- 1- Lista de Presença membros (1 fl.);
- 2- Lista de Presença não membros (1fl.);
- 3- Of. PGR/GAB/Nº 506 (1fl.);
- 4- Petição dos procuradores do representado solicitando a devolução integral do prazo de defesa previsto no art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal (8 fls.);
- 5- Resumo do Relatório Preliminar do Relator, Senador Humberto Costa (6 fls.);
- 6- Despacho proferido pelo Presidente do Conselho indeferindo o pedido da Defesa de devolução de prazo (1 fl.);
- 7- Lista de Votação Nominal do Relatório do Senador Humberto Costa referente à Defesa Prévia apresentada pelo Senador Demóstenes Torres na Representação nº 1, de 2012 (1fl.);
- 8- Decisão do Conselho que Ética em receber, por unanimidade, a Representação nº 1, de 2012, e instaurar processo disciplinar em face do Senador Demóstenes Torres (1 fl);
- 9- Parecer nº 1, de 2012 – CEDP (63 fls.); e
- 10- Requerimento nº 3, de 2012 – CEDP (1 fl.).

## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7ª REUNIÃO DE 2012

Em 08 de maio de 2012, terça-feira, às 9h30, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho	1.
João Alberto Souza	2. Vago
Renan Calheiros	3. Vago
Romero Jucá	4. Eunício Oliveira
PT	
Humberto Costa	1. Aníbal Diniz
Wellington Dias	2. Walter Pinheiro
José Pimentel	3. Angela Portela
PSDB	
Mário Couto	1. Paulo Bauer
Cyro Miranda	2. Vago
PTB	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
DEM	
Jayme Campos	1. Maria do Carmo Alves
PR	
Vicentinho Alves	
PP	
Ciro Nogueira	
PDT	
Acir Gurgacz	
PSB	
Antonio Carlos Valadares	
Corregedor do Senado (art. 26 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Vital do Rêgo	

Visto: \_\_\_\_\_

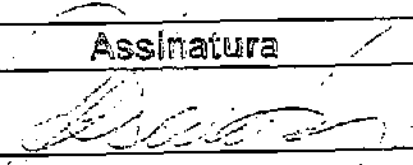
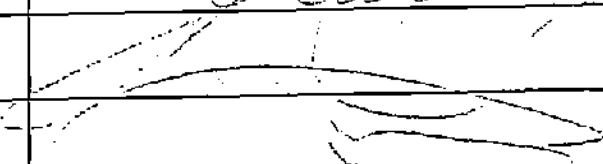
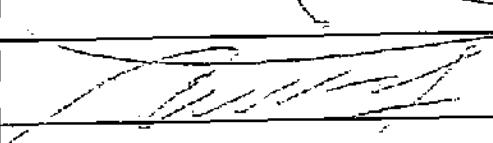
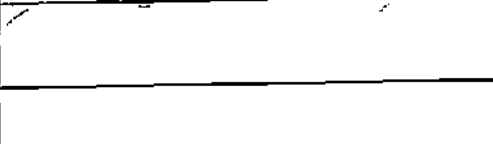
Brasília, 08 de maio de 2012



**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****7ª REUNIÃO DE 2012**

Em 08 de maio de 2012, terça-feira, às 9h30, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

**LISTA DE PRESENÇA - SENADORES NÃO MEMBROS DO  
CONSELHO**

SENADOR	Assinatura
ALVARO ALVES	
YENIO COELHO	
J. ANDRILFE	
ROBERTO DE LIMA	

Visto: \_\_\_\_\_

Brasília, 08 de maio de 2012

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 506

Brasília, 4 de maio de 2012

Senhor Senador,

Em atenção à solicitação contida no Ofício CEDP nº 069/2012, informo a Vossa Excelência que os dados relativos à denominada operação “Vegas” foram encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para instrução do Inquérito nº 3430 e, por envolverem informações sigilosas, devem ser requeridos diretamente àquela Corte, não sendo possível o seu fornecimento pela Procuradoria Geral da República sem autorização judicial.

Atenciosamente,



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS  
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Excelentíssimo Senhor  
Senador ANTONIO CARLOS VALADARES  
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal  
Brasília DF

**Almeida Castro**  
Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL, SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

SF-323

Representação nº 1/2012  
Funda-se sobre a  
Resolução nº 20/2003  
de 19/5/12.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
Eduardo Caputo Barbosa  
Diretor da GROP  
Mat.: 46787

Representação nº 1/2012

DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES, brasileiro, casado, Senador da República, portador da cédula de identidade nº 366.754 – SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob o nº 251.804.101-00, podendo ser localizado no Gabinete 13, Ala Afonso Arinos, Senado Federal – Brasília – DF, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seus advogados, fazer as considerações que seguem delineadas.

1. No último dia 3 de maio próximo passado, foi realizada sessão deste nobre Conselho de Ética do Senado Federal, tendo o digno relator do expediente em epígrafe realizado a leitura do relatório previsto na Resolução nº 20/2003.
2. Da simples leitura da “peça acusatória”, bem como conforme longamente explicitado na defesa submetida à apreciação desta Presidência, a Representação do Partido PODE em desfavor do Senador ora peticionário apontou 5 (cinco) e somente 3 (três) hipóteses de eventual infração de decoro parlamentar, quais sejam:



i) Recebimento de presente pelo Senador DEMOSTENES: "uma cozinha importada no valor de US\$ 27 mil, tendo o parlamentar naturalmente confirmado o recebimento do referido presente de casamento em discurso proferido no último dia 6 de março próximo passado;

ii) Habilitação de rádios Nextel no exterior para entrega a pessoas de estrita confiança por CARLOS CACHOEIRA, tendo o defendente recebido um dos rádios;

iii) Em relatório policial datado de 2006, apontou-se que o defendente supostamente recebia 30% de todo o valor recebido por CACHOEIRA na exploração de jogo ilegal, montante utilizado na campanha política de DEMOSTENES ao Governo do Estado de Goiás, via caixa 2;

iv) Áudio de gravação decorrente de interceptação telefônica ilegal, reproduzido pela imprensa, em que o defendente supostamente pedia R\$ 3.000,00 (três mil reais), para que fosse efetuado o pagamento de um táxi aéreo;

v) Menção a matéria jornalística veiculada pelo jornal O GLOBO, que novamente se vale de escutas telefônicas ilegalmente captadas, nas quais o defendente supostamente teria passado "informações privilegiada a Carlinhos Cachoeira, conseguidas em reuniões reservadas que teve com Representantes do Executivo, Legislativo e mesmo do Judiciário.

3. Quando do tempestivo oferecimento da resposta preliminar, a defesa cuidou de enfrentar uma a uma as cinco hipóteses destacadas pelo PSOL como supostas situações de quebra de decoro parlamentar.

4. Ademais, em sede de matéria preliminar, sustentou a defesa a impossibilidade de se fundamentar denúncia – leia-se, representação de cunho nitidamente sancionatório – exclusivamente em matéria jornalística.

5. Argumentou-se ainda a patente nulidade das provas – no caso, dos áudios de interceptação telefônica empregados nas matérias jornalísticas que deram causa à Representação subscrita pelo PSOL – em razão da origem criminosa de tais áudios/diálogos, fruto de ilegal vazamento de informações sigilosas, bem como de vício de competência, tendo o Juízo que determinou as escutas usurpado a competência do Supremo Tribunal Federal.

6. Não por acaso, o eminente relator, Senador HUMBERTO COSTA, inaugurou a leitura do mencionado relatório aduzindo – em respeito às considerações preliminares aduzidas pelo Senador DEMÓSTENES em defesa – que não se valeria das já mencionadas matérias jornalísticas, tampouco dos áudios/diálogos ilegalmente colhidos e criminosamente vazados à imprensa para fundamentar o relatório.

7. Sua Excelência então, em claro recurso retórico de convencimento, usou largamente de tais elementos, inclusive transcrevendo diálogos telefônicos cuja legalidade está sendo questionada perante o Supremo Tribunal Federal.

8. Mas não foi só. O eminente Senador relator foi além, realizando curiosa análise em relação à atividade parlamentar do Senador DEMÓSTENES nesta nobre Casa, na clara tentativa de colocar sob suspeita as convicções e a sempre combativa atuação do defendente neste Senado Federal, conforme se observa às páginas 29, 35, 37 do relatório, exemplificativamente.

9. Eminente Senhor Presidente, basta uma simples análise comparativa da Representação formulada pelo PSOL e do relatório apresentado pelo nobre Senador HUMBERTO COSTA para se verificar que o mencionado relatório extrapolou – inequivocamente e em inúmeros pontos – o âmbito e os limites da Representação, trazendo inúmeras hipóteses novas sobre as quais o Senador DEMÓSTENES simplesmente não teve a oportunidade de se manifestar, de tecer esclarecimentos, de apresentar documentos e arrolar testemunhas.

10. Tal a situação, mostra-se absolutamente evidente a ofensa aos princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa na presente hipótese, princípios constitucionalmente consagrados e que não de ser aplicados integralmente no expediente em questão, conforme já decidiu esta nobre Casa em diversas oportunidades, na esteira dos já consagrado entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal.

11. Conforme reiteradamente explicitado na peça defensiva, “um dos primeiros direitos que assiste ao cidadão que responde a processo que possa vir a aplicar-lhe algum tipo de punição – seja ela disciplinar ou penal – é o direito de ser bem acusado! É indispensável que os fatos imputados sejam claros, precisos, devidamente narrados e individualizados de modo a permitir que o cidadão exerça o direito de defesa que a Constituição lhe garante”.
12. No caso presente, o imperativo constitucional de irrestrito respeito a tais garantias fundamentais mostra-se ainda mais fascinante, para não dizer trágico! É fato que ao Senador Demóstenes simplesmente não foi facultada a possibilidade de se defender desses novos fatos a ele imputados no relatório subscrito pelo Senador HUMBERTO COSTA.
13. Um desses novos fatos em especial, exemplificativamente, revela como é importante e fundamental respeitar irrestritamente as garantias constitucionais do cidadão de “ser bem acusado” e, uma vez completa e bem delineada a acusação, poder se defender plenamente.
14. Na página 35 do referido relatório, o digno Relator fez consignar um desses novos fatos que, no entender da nobre relatoria, poderiam configurar indícios de quebra de decoro. Observe-se:

Ainda na órbita da proposições legislativas, observo que, no dia 05/11/2008 a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, sob a Presidência do Senador Marco Maciel, votou e aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 274 de 2006, oriundo da CPI dos Bingos, relatado pelo Senador Jarbas Vasconcelos. Seu objetivo era criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro. O Senador Demóstenes Torres, parlamentar assíduo e sempre atuante nos debates que envolvem matéria penal, não estava presente à reunião. Uma de suas raras ausências nos embates naquela Comissão, justamente quando se decidia relevante projeto significativo da CPI dos Bingos sobre o tema da criminalização dos jogos.  
(grifos adicionados)



15. Eminente Presidente, a fina ironia que se extrai do texto acima transcrito revela, tristemente, mais uma premente injustiça contra o Senador DEMÓSTENES TORRES. O digno relator tenta sugerir que o Senador ora defendente convenientemente não compareceu a referida reunião, conjecturando que tal ausência poderia ter se dado em razão de suposto interesse não republicano na matéria que ali estaria em debate.

16. Ignora, todavia, o Senador relator que justamente naquele dia 05/11/2008, o Senador DEMÓSTENES estava licenciado das atividades junto ao Senado Federal para participar – em missão oficial – como observador parlamentar dos trabalhos da 63ª Assembleia Geral da ONU (doc. Anexo).

17. Observe-se o teor do Requerimento nº 1.217/2008:

### **REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2008**

Tendo sido designado para participar, como observador parlamentar, dos trabalhos da 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas requeiro, nos termos dos art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos desta Casa no período de 30 de outubro a 09 de novembro de 2008, para atender à mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, Inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 30 de outubro a 10 de novembro do corrente ano..

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008.



SENADOR DEMÓSTENES TORRES

18. É evidente, pois, que o prejulgamento firmado no mencionado relatório em relação à ausência do defendente na referida reunião da CCJC do Senado Federal demonstra, na prática, como é fundamental assegurar irrestrito respeito e a plena observância das garantias constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do

contraditório, sob o risco de se cometer injustiças fatais, de subverter o que é mais caro ao Estado Democrático de Direito: a defesa das liberdades dos cidadãos.

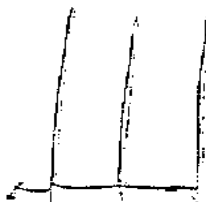
19. Resta inequívoco assim que a defesa do Senador defendente não pôde ser exercida em sua plenitude, pois o Relatório agora apresentado extrapolou – em muito – os limites delineados na Representação do PSOL, devendo assim ser o mencionado relatório recebido como aditamento à Representação, devolvendo-se por completo o prazo de defesa previsto no art. 15 e seguintes, da Resolução nº 20/1993/SF, sob pena de ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

#### PEDIDO

20. Em face disso é que se requer seja integralmente devolvido o prazo de defesa previsto no art. 15, da Resolução nº 20/1993/SF, concedendo-se o prazo regimental de 10 dias úteis, contados de nova intimação, para que o Senador ora defendente possa tecer considerações defensivas a respeito dos novos fatos a ele imputados no Relatório subscrito pelo Senador HUMBERTO COSTA.

Nesses termos,  
pede deferimento.

Brasília, 6 de maio de 2012.

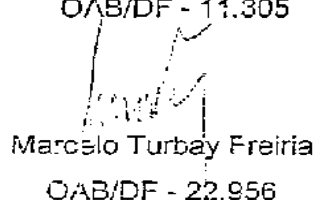


Antônio Carlos de Almeida Castro  
OAB/DF - 4.107



Roberta Cristina Ribeiro de Castro Queiroz  
OAB/DF - 11.305

Pedro Ivo R. Velloso Cordeiro  
OAB/DF - 23.941



Marcelo Turbay Freiria  
OAB/DF - 22.956

Liliane de Carvalho Gabriel  
OAB/DF - 31.535

## REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2008

Tendo sido designado para participar, como observador parlamentar, dos trabalhos da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas requeiro, nos termos dos art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos desta Casa no período de 30 de outubro a 09 de novembro de 2008, para atender à mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, Inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 30 de outubro a 10 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008.



SENADOR DEMÓSTENES TORRES



O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar à família do Advogado Clemente Mannes, que faleceu, vítima de um derrame cerebral no domingo passado. Fundador do PT na cidade de Jaraguá do Sul – SC, foi Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores em Santa Catarina.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senadora Idelli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.214, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 119 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja dispensado o parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) sobre o PLS nº 131, de 2008, em razão de ter sido esgotado o prazo regimental para manifestação da CE e por não se tratar de matéria da competência regimental daquela Comissão, passando-se à apreciação da Comissão seguinte constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.215, DE 2008

Sr. Presidente,

Tendo sido designado por V. Exª para participar, como observador parlamentar, dos trabalhos da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para

me ausentar dos trabalhos desta Casa nos dias 7 a 17 de novembro do ano em curso, para atender à mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 7 a 17 de novembro de corrente ano.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.216, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2005 que, "Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação.", seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, por estar no âmbito da sua competência.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador Wellington Salgado, Presidente da CCT.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 4, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2008

Tendo sido designado para participar, como observador parlamentar, dos trabalhos da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos desta Casa no período de 30 de outubro a 9 de novembro de 2008, para atender à mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, Inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 30 de outubro a 10 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2008. – Senador Demosthenes Torres

## Ofício Ext nº 337/2008-GSDTORRES

Brasília, 29 de outubro de 2008.

Senhora Embaixadora,

Encaminho a Vossa Excelência informações sobre os horários dos vôos de chegada e retorno e nome do Hotel que estarei hospedado em Nova York, para representar o Senador Federal como observador parlamentar na 62ª Assembléia-Geral das Nações Unidas.

	Data	VOO	Companhia	Partida	Chegada	Aeroporto
IDA	30/10	JJ8080	TAM	22:30	05:30	JFK
VOLTA	09/11	JJ8083	TAM	07:25		JFK

Hotel	Endereço	Telefone
Helmsley New York	42 esq. Lexington	

Informo ainda, que estarei acompanhado da Senhora FLÁVIA COELHO e do casal BRITZ LOPES e MÁRCIO FERNANDES.

Solicito providenciar nossos credenciamentos junto a ONU.

Antecipo agradecimentos pela especial atenção da ilustre Embaixadora.

Atenciosamente,

  
Senador DEMOSTENES TORRES

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****REPRESENTAÇÃO Nº 01/2012****RESUMO DO RELATÓRIO**

O Relatório Preliminar apresentado baseou-se nos indícios de relacionamento entre o Senador Demóstenes Torres e o Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, que configuram quebra de decoro, com base nos fatos confirmados pelo próprio parlamentar, na forma exposta na **folha 56:**

*- o Senador Demóstenes Torres confirma que recebeu, como presente de casamento, do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, uma geladeira e um fogão importados;*

*- o Senador Demóstenes Torres confirma que recebeu do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos um aparelho celular-rádio da marca Nextel, quando este retornou de uma viagem aos Estados Unidos;*

*- o Senador confirma ter trocado "centenas" de telefonemas com o contraventor já durante o exercício de seu mandato parlamentar;*

*- o Senador admite terem sido feitas "milhares" de referências ao seu nome em diálogos entre Cachoeira e terceiros;*

*- o Senador admite a conversa com Cachoeira que trata do pagamento do aluguel de uma pernoite.*



Os fatos acima listados, admitidos formalmente pelo Senador Demóstenes Torres, em sua peça de Defesa Prévia, são, em maioria, elencados como indícios pelo Representante na peça inicial.

Na oportunidade da apresentação do Relatório Preliminar, alegou o advogado do Representado que os fundamentos ali expedidos tratam, em torno de 80% de seu total, de fatos por ele desconhecidos. Em Direito isso equivaleria dizer que houve julgamento *extra* ou *ultra petita* (fora ou além do requerido na petição), o que, efetivamente, não ocorreu.

Considero importante esclarecer que os fatos descritos no Relatório Preliminar versam, todos eles, sobre atos da conduta parlamentar do Senador Demóstenes Torres, sendo, portanto, fatos públicos e notórios, do conhecimento de todos. Não creio poder alegar-se desconhecimento acerca de pronunciamentos feitos na Tribuna do Senado, da apresentação de requerimentos ou de debates e votação de projetos de lei.

Foram esses os elementos sobre os quais a defesa alegou desconhecimento: os passos do Senador Demóstenes na sua atuação parlamentar. Esclareço, porém, que só cheguei a eles por motivação da própria defesa prévia, notadamente pelo que consta dos itens 2 e 4.

É até curioso que, tendo citado a Escola em Tempo Integral como um dos principais projetos do Senador Demóstenes Torres (tem 4 da Defesa Prévia) tenham seus procuradores, ao mesmo tempo, desconhecimento da intenção do parlamentar de legalizar os jogos de azar, para ter receita para financiar o projeto, como disse enfaticamente em seu discurso.

Ademais, nem mesmo em discussões dentro do Poder Judiciário caberia, na hipótese, alegar julgamento *extra petita* ou *ultra petita*, haja vista que os tribunais, há muito, já trataram de espancar essa tese, ao entendimento de que, nas razões de decidir, o juiz não está adstrito ao alegado pelas partes, podendo encontrar outros elementos para embasar seu convencimento. Verifique-se, a propósito, nos diversos julgamentos proferidos pelo STJ (Recurso Especial nº 76.153/SP (05/02/1996) e Recurso Especial nº 120.299/ES (21/09/1998) – Relator Ministro Sálvio de Figueiredo; Recurso Especial 712.881/RS (27/06/2005) Relator Ministro José Delgado; Recurso Especial nº 1.154.737/MT (07/02/2011) Relator Ministro Luís Felipe Salomão; e pelo STF nos Recurso Extraordinário 665333 AgR/DF (20/02/2012) Relator Ministro LUIZ FUX; Recurso Extraordinário 656820 ED/RJ (06/12/2011) Relator Ministro Luiz Fux; HC 108133 / RS (23/08/2011) Relatora Min. Cármen Lúcia.

As decisões dos tribunais superiores realizam-se em perfeita sintonia com o que preceitua o artigo 131, do Código de Processo Civil, quando pontua:

*“Art. 131. O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1973)”*

A compreensão jurisprudencial dos tribunais, bem assim a doutrina, são no sentido de que o pedido é aquele que se pretende com a instauração da demanda e se extrai a partir de uma interpretação lógico-sistemática do afirmado na petição inicial, compreendendo o centro do pedido por tudo aquilo que está no seu corpo e não apenas na rubrica estreita da forma de pedir.

Conforme Milton Carlos de Carvalho em sua obra “Do Pedido no Processo Civil”(Fabris Editor, 1992, pág. 97), o pedido *“é o anseio, a aspiração do demandante, de que para aquela parcela da realidade social por ele traduzida na demanda e que lhe está sendo prejudicial, seja dada a solução conforme ao direito, segundo seu modo de entender.”*

Nessa mesma linha enquadra-se, a alegação posta no pedido formal de devolução do prazo de defesa, apresentado no dia de ontem (07/05/2012) diante da justificada ausência do Senador Demóstenes Torres no dia da votação do Projeto de Lei do Senado nº 274 de 2006 na Comissão de Constituição e Justiça, por encontrar-se em missão oficial, é apenas um pequeno aspecto, menos relevante, de tudo quanto fundamentado no Relatório Preliminar, muito longe de ser questão central das razões de decidir.

No próprio corpo do Relatório já assenti que isso não configura, por si só, qualquer falha, ao consignar nas folhas 37/38:

*“De tudo que foi posto, é importante esclarecer que não se está a fazer qualquer indagação ou crítica sobre a posição política do Senador Demóstenes Torres na votação de matérias ou na condução de seu mandato, mesmo porque isso seria intervir no seu*



*direito primeiro de parlamentar, que é a liberdade de votar segundo suas convicções.*

*A defesa, por palavras e votos, de qualquer tema, escora-se no direito constitucional do Parlamentar, exceto, por óbvio, se atuar em prol de interesses particulares de terceiros.*

*Tampouco despreza-se que as inúmeras atribuições a que temos que dar resposta dificulta nossa atuação formal parlamentar, por vezes nos impedindo de participar com mais afinco desse ou daquele colegiado ou tema. O propósito das colocações aqui feitas dizem somente com a verificação da, textualmente afirmada, militância do Senador Demóstenes Torres contrária à legalização dos jogos de azar, no discurso proferido no dia 06 de março de 2012, o que, efetivamente, não se verifica, diante das principais proposições legislativas postas ao crivo desta Casa e de pronunciamento feito pelo próprio Senador, conforme demonstrarei adiante.”*

O que faz a defesa, ao solicitar devolução de prazo com é apegar-se a um aspecto específico e respondido de antemão no próprio Relatório Preliminar, para tentar postergar ao máximo a apreciação da Representação por este Órgão. A ação apresenta-se como meramente procrastinatória.

Não há qualquer cerceamento do direito de defesa. O Senador, diretamente ou por seus procuradores legais, já se manifestou oralmente após a leitura do Relatório Preliminar e terá a oportunidade de se manifestar em todos os atos do processo, inclusive acerca das razões ali expendidas, no curso do Processo Disciplinar. Tudo o mais são delongas desnecessárias.

O Senado precisa dar resposta à sociedade sobre como enxerga todos os indícios elencados que ligam o Senador Demóstenes Torres ao contraventor Carlinhos Cachoeira.

É assente que não houve afastamento entre o peticionado pelo Requerente - PSOL e o decidido no Relatório Preliminar. O pedido foi de recebimento da Representação e instauração de Processo Administrativo Disciplinar diante de indícios de quebra de decoro, tanto pelas inverdades ditas pelo Representado em discurso proferido no dia 06 de março último, quanto por evidências que o ligariam ao contraventor Carlinhos Cachoeira.

O Relatório respondeu exatamente a isso, sem mais.

Brasília, 8 de maio de 2012

  
Senador **HUMBERTO COSTA** - Relator

### **DESPACHO**

Esta Presidência indefere o pedido da Defesa ora apresentado, tendo em vista que pedido semelhante de devolução de prazo já havia sido apresentado oralmente na reunião anterior e indeferido por esta Presidência.

Vale observar que a Representação não foi aditada e o relatório do Senador Humberto Costa não constitui peça acusatória, mas tão-somente etapa preliminar em que se aprecia a existência de indícios da prática de ato que possa sujeitar o Representado à perda do mandato, conforme prevê textualmente o art. 15-A do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Sala de Reuniões, em 08 de maio de 2012.

  
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**  
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

## 7ª REUNIÃO DE 2012

Em 08 de maio de 2012, terça-feira, às 9h30, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

Votação do Relatório Preliminar do Senador Humberto Costa referente à Defesa Prévia apresentada pelo Senador Demóstenes Torres na Representação nº 1, de 2012.

Presidente: Antonio Carlos Valadares

Vice-Presidente: Jayme Campos

Titulares	Sim	Não	Abstenção	Suplentes	Sim	Não	Abstenção
PMDB				PMDB			
Lobão Filho	X						
João Alberto Souza				Vago			
Renan Calheiros	X			Vago			
Romero Jucá	X			Eunício Oliveira	X		
PT				PT			
Humberto Costa	X			Aníbal Diniz	X		
Wellington Dias				Walter Pinheiro			
José Pimentel	X			Angela Portela			
PSDB				PSDB			
Mário Couto	X			Paulo Bauer			
Cyro Miranda	X			Vago			
PTB				PTB			
Gim Argello	X			João Vicente Claudino			
DEM				DEM			
Jayme Campos	X			Maria do Carmo Alves			
PR				PR			
Vicentinho Alves	X						
PP				PP			
Ciro Nogueira	X						
PDT				PDT			
Acir Gurgacz	X						
PSB				PSB			
Antonio Carlos Valadares							
Corregedor				Sim	Não	Abstenção	
Vital do Rêgo				X			

TOTAL \_\_\_\_\_

SIM \_\_\_\_\_

NÃO \_\_\_\_\_

ABSTENÇÃO \_\_\_\_\_

VISTO: \_\_\_\_\_


Sala de Reuniões, em 08 de maio de 2012.

## DECISÃO

Ref.: Representação nº 1, de 2012

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, em sua 7ª reunião, realizada aos oito dias do mês de maio de dois mil e doze, às nove horas e trinta minutos, DECIDE, por unanimidade, receber a Representação nº 1, de 2012, e instaurar processo disciplinar em face do Senador Demóstenes Torres, nos termos do § 1º do art. 15-A da Resolução nº 20, de 1993.

Sala de Reuniões, em 08 de maio de 2012

  
Senador Antonio Carlos Valadares  
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar



REPRESENTAÇÃO Nº 01/2012

REPRESENTANTE: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL

REPRESENTADO: SENADOR DEMÓSTENES TORRES

RELATOR: SENADOR HUMBERTO COSTA

## PARECER Nº 1, DE 2012-CEDP

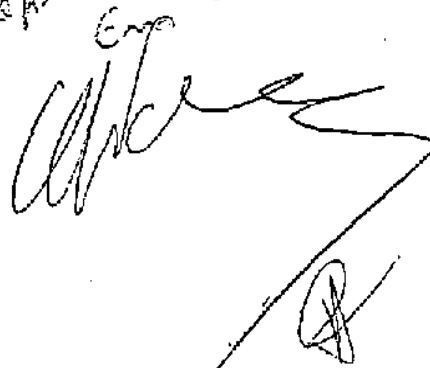
RELATÓRIO PRELIMINAR (ART. 17-A, DA RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1993)

### 1. RELATÓRIO

#### 1.1 DA REPRESENTAÇÃO

Vem a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a presente **Representação**, ofertada pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada nos autos, em desfavor do Senador Demóstenes Torres (sem partido/GO), com fulcro no art. 55, II e § 2º, da Constituição Federal de 1988, combinado com o art. 5º, incisos II e III, art. 17 e seguintes da Resolução nº 20, de 1993 (SF), que

*Junta-se ao  
processado  
Requisição nº 1, de 2012  
Em 03.05.2012*



institui o “Código de Ética e Decoro Parlamentar” do Senado Federal, com vistas a verificar quebra de decoro, decorrente de denúncias que vinculam o parlamentar ao empresário do ramo de jogos Carlos Augusto de Almeida Ramos, conhecido pela alcunha de *Carlinhos Cachoeira*, com indícios da prática de diversos atos ilícitos narrados na peça inicial, que sujeitam o Representado à perda de seu mandato.

De acordo com o Representante, órgãos de imprensa veicularam matérias acerca das investigações realizadas pela Polícia Federal no âmbito da assim denominada “Operação Monte Carlo”, destinada a desbaratar quadrilha envolvida com o jogo ilegal em vários Estados da Federação, cujo principal investigado é o empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Assevera o Representante que as primeiras informações trazidas pela imprensa davam conta de que, no período compreendido entre fevereiro e agosto de 2011, o investigado teria trocado 298 (duzentas e noventa e oito) ligações telefônicas com o Senador Demóstenes Torres. Tais registros foram conseguidos por meio de monitoramento autorizado pela Justiça.

Após a explicação pessoal oferecida pelo ora Representado, em seu pronunciamento no Senado Federal no dia 6 de março próximo passado, foi noticiado pela revista **Época** (edição nº 721, distribuída em 14/04/2012) que *Carlinhos Cachoeira* teria habilitado nos Estados Unidos

15 (quinze) aparelhos de rádios vinculados à operadora “Nextel” e os teria distribuído entre pessoas de sua mais estrita confiança. A habilitação em país estrangeiro teria a finalidade – consoante a fonte – de impedir que os mesmos fossem alvo de monitoramento pela polícia. Entre aqueles que teriam recebido tais equipamentos encontrar-se-iam alguns foragidos e também pessoas que foram presas durante a “Operação Monte Carlo”, além – segundo aquele noticioso – do Senador Demóstenes Torres.

Complementa que, com o decorrer do tempo, foram aparecendo mais denúncias que mostrariam o envolvimento do Senador Demóstenes Torres com *Carlinhos Cachoeira*, tais como a existência de relatórios assinados pelo delegado da Polícia Federal Deuselino Valadares dos Santos, datados do ano de 2006, que apontam o Representado como receptor de 30% (trinta por cento) de todo o valor recebido por Carlinhos Cachoeira na exploração do jogo ilegal. O dinheiro, avaliado num montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), seria utilizado na campanha de Demóstenes ao Governo do Estado de Goiás, via “caixa dois”. Dá conta ainda, da divulgação de uma gravação entre o Representado e *Cachoeira*, onde aquele pedia R\$ 3.000,00 (três mil reais), para que fosse efetuado o pagamento de um taxi aéreo.

Mais adiante, o Representante traz a lume notícia de provocação do Supremo Tribunal Federal, pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, no dia 27 de março de 2012, para abertura de inquérito destinado a investigar as condutas do Senador Demóstenes e sua relação com o grupo chefiado por *Carlinhos Cachoeira*, ante a consideração, por

aquela autoridade, da seriedade dos conteúdos e quantidade de gravações.

Conclui, por fim, o Representante que a gravidade dos fatos que ligam o Senador Demóstenes Torres a Carlos Augusto de Almeida Ramos caracterizariam procedimento incompatível com o decoro parlamentar, por abuso de prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional e por percepção de vantagens indevidas, com prejuízo para a imagem do Senado Federal.

Nesses termos, afirma que os fatos imputados ao Representado o sujeitam à pena de perda do mandato, por quebra de decoro parlamentar, conforme dispõe o art. 55, inciso II, da Constituição Federal, pelo que requer:

- *a recebimento da Representação pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a competente instauração do Processo Disciplinar, ante a suposta quebra de decoro parlamentar do Senador Demóstenes Torres;*
- *depoimento pessoal do Representado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal;*
- *oitiva de testemunhas e demais pessoas envolvidas, especialmente o Sr. Carlos Augusto Ramos;*
- *solicitação ao Ministério Público Federal, nos termos do art. 19 da Resolução nº 20 de 1993, das provas que envolvam o Representado enviadas ao Supremo Tribunal Federal no pedido de abertura de inquérito para a investigação dos fatos aqui descritos;*
- *ao final, a procedência da presente Representação com a recomendação ao Plenário do Senado das sanções cabíveis.*



A Representação foi recebida e autuada no dia 28 de março de 2012.

Admitida a Representação pelo Presidente deste Conselho de Ética, nos termos do arts. 14, § 1º e 15, da Resolução nº 20, de 1993, procedeu-se à notificação do Representado no dia 11 de abril de 2012. Em reunião realizada no dia 12 de abril de 2012, fui designado relator, por sorteio, tudo nos termos que dispõe o art. 15, incisos I, II e III, da Resolução nº 20, de 1993, com a redação dada pela Resolução nº 25, de 2008.

## **1.2 DA DEFESA DO REPRESENTADO**

Notificado no dia 11 de abril de 2012, o Representado apresentou sua defesa prévia no dia 25 do mesmo mês, em peça assinada por seus procuradores legais, nos moldes preconizados pelo art. 15, II, da Resolução nº 20, de 1993.

Alicerça a defesa de sua inocência na inépcia da peça vestibular, por imprecisão dos fatos imputados, na impossibilidade de se respaldar a Representação em matérias jornalísticas, que padeceriam de vícios de confiabilidade e verificabilidade, sendo repudiável sua utilização como fundamento para instauração de investigação ou ação penal, bem como

de processo disciplinar; e na extemporaneidade dos fatos em face do mandato correspondente à legislatura em vigência.

Aduz, ainda, a patente nulidade das provas no caso dos áudios de interceptação telefônica empregados nas matérias jornalísticas, que teriam dado causa à Representação subscrita pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL.

Alega, por fim, que apresentou os devidos esclarecimentos em relação a cada um dos tópicos tidos por supostas hipóteses de quebra de decoro parlamentar, demonstrando que não há que se falar em percepção de vantagens indevidas, tampouco prática de irregularidades graves no desempenho do mandato.

Pugna o Representado, como consequência do acolhimento de sua tese, **preliminarmente:**

- a suspensão do presente processo disciplinar, até que o Supremo Tribunal Federal possa se manifestar sobre a nulidade das provas realizadas nos autos das operações Monte Carlo e Vegas;
- a suspensão do presente processo disciplinar até a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito instaurada para apurar os fatos constantes da presente Representação;
- seja reconhecida a inépcia da inicial diante da impossibilidade de procedimento disciplinar baseado em matérias jornalísticas e da nulidade das provas empregadas, originadas a partir da prática de crime de vazamento de informações;
- a exclusão do corpo da Representação de todos os fatos anteriores ao exercício do mandato parlamentar que corresponde à presente legislatura;

No mérito, clama pelo arquivamento da Representação, com fulcro no art. 1º, § 1º, incisos I e II, combinado com o art. 2º, do Ato da Mesa nº 37/2009, bem como do art. 14, § 1º, inciso II, da Resolução nº 20/1993, ao fundamento de que os fatos narrados não constituiriam quebra de decoro parlamentar, tampouco haveria qualquer indício de existência de fato indecoroso ou falta ética.

Alternativamente, na hipótese de não ser concedida a suspensão condicional do processo disciplinar, requer a nomeação de assistente técnico para realizar perícia, com vistas à produção de provas técnicas a partir das seguintes requisições: 1) cópia de segurança com os “dados brutos das gravações” dos arquivos resultantes da Operação Monte Carlo; 2) cópia perfeita dos arquivos de sons originais; 3) a localização das Estações de Rádio Bases - ERBs que foram utilizadas pelos aparelhos durante as ligações interceptadas.

Reclama a realização de exames no material realmente original ou em sua cópia tecnicamente perfeita, para a comprovação da idoneidade e integralidade do material apresentado; a determinação de que as operadoras de telefonia informem data e horário, nas quais foram implantadas escutas nas linhas telefônicas e os extratos telefônicos das linhas nos períodos, nos quais estiveram sob interceptação.

Requer, alfim, a produção de prova testemunhal, para o que indica os seguintes nomes: 1) Carlos Augusto Ramos; 2) Ruy Cruvinel.

**É o Relatório.**

## **2. ANÁLISE**

### **2.1 PRELIMINARES**

#### **2.1.1 DA COMPETÊNCIA DO REPRESENTANTE**

Nos termos dispostos no § 2º do art. 55, da Constituição Federal, de 1988 e no *caput* do art. 13 da Resolução nº 20/1993 (SF), o partido político representado no Congresso Nacional possui competência para provocar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa, quando se tratar da possibilidade de aplicação de sanção da perda de mandato, de que trata o art.11, do mesmo estatuto regimental interno.

Na hipótese, o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, por seu presidente, o Deputado Federal Ivan Valente, exerce seu pleno direito de peticionar junto ao Órgão.

#### **2.1.2 DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DO SENADO PARA ANALISAR A MATÉRIA E OS LIMITES DA QUEBRA DE DECORO**



A natureza regimental informa os Códigos de Ética do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, sorvendo sua fundamentação da própria Constituição Federal, que atribui expressa competência às Casas Legislativas para elaborar seus respectivos Regimentos Internos, na forma posta nos artigos 51, inciso III e 52, inciso XII, da nossa Constituição Federal.

O processo de cassação de mandato por falta de decoro parlamentar traduz-se na competência de aferição política que o Parlamento possui para averiguar se o representado incorreu na falta de decência no comportamento pessoal, em abuso de prerrogativas, ou conduta incompatível com o cargo, isto é, em atos capazes de desmerecer o Congresso Nacional. O faz com base nos fatos narrados na peça de representação, na defesa e no conjunto da instrução processual disciplinar.

O momento presente, que antecede a instauração de processo disciplinar, justifica-se como a fase de verificação dos indícios de prática que possam dar fundamento legal à investigação. A exigência de relatório preliminar deu-se com as alterações promovidas a partir da Resolução nº 25, de 2008 (SF), que deram uma melhor instrumentalidade ao processo, suprimiram lacunas e contradições com o texto geral do Regimento Interno do Senado.

A instauração do processo disciplinar terá início, sendo o caso, com a publicação da decisão colegiada tomada por este Órgão no **Diário do Senado Federal**, no dia seguinte ao da reunião em que se deliberar, nos termos do § 4º do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993. Dar-se-á, então, curso a toda a instrução probatória.

O Congresso Nacional, para seu infortúnio, já passou por diversas circunstâncias em que teve de enfrentar questões desta natureza. Essas situações representaram momentos de desgaste político para a instituição legislativa.

A compreensão da natureza do processo de perda do mandato de parlamentar e do entendimento do que seja decoro já foi, por inúmeras vezes, objeto de debates, explicações, comentários, análises e, por fim, matéria submetida à deliberação deste Senado Federal.

Creio ser desnecessário fomentar a repetição desses debates, na medida em que, desde o julgamento do ex-senador Luiz Estevão por esta Casa – que teve por base precedentes oriundos da Câmara dos Deputados – restou consolidado pelo relatório do saudoso Senador Jefferson Peres, nos autos da Representação nº 02, de 1999, que a apreciação realizada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não se confunde com os julgamentos do Poder Judiciário, que são julgamentos presos a rigorosos formalismos procedimentais, inclusive obrigados a buscar provas materiais irrefutáveis. Tal não se aplica ao processo disciplinar de falta de decoro parlamentar.

Interessante destacar, para efeito de consignação de precedente, trecho da parte dispositiva daquele Relatório:

*"Preliminarmente, parece-me relevante reiterar o alerta quanto às características de um julgamento realizado por este Conselho, que não se confunde com uma corte judicial, presa a rigoroso formalismo procedimental e obrigada a buscar provas materiais irrefutáveis. A nós, a questão fundamental se traduz no enunciado feito pelo relator, na Câmara dos Deputados, no processo de cassação do deputado Talvane Albuquerque, contido num trecho do seu parecer, que transcrevo a seguir:*

*'A falta de decoro parlamentar é a falta de decência no comportamento pessoal, capaz de desmerecer a Casa, e a falta de respeito à dignidade do Poder Legislativo, de modo a expô-lo a críticas infundadas, injustas e irremediáveis. (...) Para que se configure a quebra de decoro, não é necessário ter o deputado praticado conduta tipificada no Código Penal. Basta que a conduta seja considerada, em juízo político, como indecorosa. Não cabem, pois, quaisquer paralelos que se pretenda efetuar com a tipificação de natureza penal, que possui requisitos próprios.*

*O mesmo ocorre em relação à valoração das provas: no processo penal, a avaliação, pelo juiz, da prova produzida no processo, liga-se a procedimentos rígidos, previstos na legislação penal. Este é um processo político, que será concluído por decisão política a ser tomada por esta Comissão. Não é um processo judicial, ainda que seja judicialiforme. (...) Basta que haja o convencimento político de que seu proceder (do parlamentar) difere do homem honrado, do homem de bem.'*

*E àqueles que vacilarem na tomada de uma decisão drástica, com a dúvida a verrumar a consciência, na forma da pergunta: "algumas dezenas de parlamentares terão legitimidade para tirar de alguém um mandato que lhe foi conferido por centenas de milhares de eleitores?", pode-se responder contrapondo outra indagação: "se esses eleitores, antes da eleição, tivessem conhecimento desses fatos desabonadores, ter-lhe-iam outorgado o mandato?"*

Em conclusão: o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 20 de 1993, alterado pela Resolução nº 25, de 2008, quando provocado, possui competência para dar curso às etapas de verificação de indícios e instaurar processo disciplinar, com vistas à verificação de atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, para os fins de que trata o art. 55, II da Carta da República e os dispositivos que compõem o Capítulo III da própria resolução, independentemente de processos judiciais e de investigações paralelas, por comissões de inquérito parlamentar ou quaisquer outras.

### **2.1.3 DAS PRELIMINARES SUSCITADAS PELO REPRESENTADO**

#### **2.1.3.1 Da Suspensão do Processo**

Os pedidos preliminares de suspensão do processo formulados pelo Requerido, *“até que o Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL possa se manifestar expressamente sobre a realidade das provas decorrentes de escutas telefônicas realizadas nos autos das operações MONTE CARLO e VEGAS”* e/ ou *“até a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada justamente para apurar os fatos constantes da presente Representação”* são manifestamente incabíveis, de plano.

É que, a rigor, **não há processo disciplinar** em curso, sendo esta a fase preliminar de análise inicial do mérito da Representação, nos termos



do art. 15-A da Resolução nº 20/1993, não portando, pois, qualquer razoabilidade os pedidos de que tratam os itens A e B, do bloco de postulações da defesa prévia, motivo pelo qual opino pela rejeição da solicitação.

#### **2.1.3.2 Da Inépcia da Representação**

Três são os argumentos da defesa na sustentação da tese de inépcia da inicial.

O primeiro deles é a imprecisão dos fatos narrados. Com a devida vênia, o Representado busca transformar em centro da narrativa o que é exemplificativo na exposição do PSOL. Da petição protocolizada por aquele partido político são perfeitamente deduzíveis os fatos que deveriam ser apurados e avaliados por este Conselho de Ética: a) a natureza do relacionamento entre o Representado e o Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos; b) a avaliação da legalidade ou não das atividades do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos; c) a condução ou não do mandato parlamentar do Representado de forma a fazer prevalecer interesses do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, eventualmente a agir como empresário, na ilegalidade; e d) obtenção ou não de vantagens indevidas, pelo Representado, em decorrência da relação em questão e do exercício do mandato em função dela.

O Representado entende que a Representação deveria ser oferecida com todos os rigores pertinentes à denúncia no processo penal, notadamente com a explicitação das imputações e todas as circunstâncias, como dispõe o art. 41 do Código de Processo Penal.

Admitir tal imperativo implicaria subverter totalmente o propósito deste feito e o papel conferido a este Órgão que, não obstante deva respeito incondicional ao contraditório e à ampla defesa, não se confunde com o Ministério Público.

É de se anotar que o inciso IX do art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999, invocada pelo próprio Representado como âncora de seus direitos, prevê a observância da “adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos do administrado”.

Quanto à imprestabilidade das matérias jornalísticas como supedâneo de acusação, o próprio Representado cuidou de trazer à baila o argumento de que “notícias de jornal constituem peças de informação que, de fato, poderiam originar expedientes investigativos, desde que inequivocamente respaldadas em elementos de prova”. (item 56, defesa prévia)

Outra não foi a minha postura, conforme adiante se verá, senão aquela descrita em acórdão mencionado pelo Representado em sua defesa: buscar novos elementos de prova que não guardassem qualquer relação de dependência com evidências que, por hipótese, se pudessem rotular como ilícitas ou que com elas mantivessem vinculação causal.

Não é despidendo recordar, apenas para registro que, quando se debateu neste Conselho, a possibilidade, ou não, do uso exclusivo de matéria jornalística como base para recebimento de Representação contra parlamentar, a postura do Senador Demóstenes Torres, como membro do Órgão, foi no sentido do acolhimento. A propósito, pode-se conferir a decisão de arquivamento, por maioria de 9 a 6 na admissibilidade das Representações nºs 01, 03, 04, 05, 06, todas do ano de 2009, ajuizadas pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL contra o Presidente da Casa, Senador José Sarney.

Mesmo assim, é preciso aqui consignar que, a despeito de inúmeras falhas que a imprensa possa cometer, é dever de todo homem público, no regime democrático, prestigiar, como frisou Thomas Jefferson, em seu discurso inaugural, “a difusão da informação e a denúncia de todos os abusos à barra da razão pública”. Ou como sustentava Rosa Luxemburgo: “Sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada de imprensa e de reunião,

sem luta livre entre as opiniões, a vida morre em todas as instituições públicas, torna-se uma vida aparente, na qual a burocracia resta como o único elemento ativo”.

Ademais, é inequívoco que a peça exordial lastreia-se no disposto no art. 37 da já citada Lei nº 9.784, de 1999 que diz:

*“Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.”*

Quanto à extemporaneidade dos fatos em face do mandato correspondente à “legislatura em vigência”, é importante observar que a hipótese de incidência de inépcia a que se reporta o inciso III do art. 14 da Resolução nº 20, de 1993 faz menção tão somente a “fatos referentes a período anterior ao mandato”, sem vinculação à contemporaneidade da legislatura. Como se sabe, o Representado exerce mandato senatorial, sem solução de continuidade, desde 1º de fevereiro de 2003. Não bastasse isso, é de se registrar que, desde o exame do Mandado de Segurança nº 23.388, o STF assentou que se fato anterior ao exercício do mandato projeta-se, por suas causas e efeitos, no período do próprio desempenho da função legiferante, é legítima a sua consideração para o fim de apuração de falta ética e ofensa ao decoro parlamentar. (DJ, 20/04/2001)



O que está em debate não é a imagem do parlamentar, individualmente considerada, mas a do Parlamento. Se os atos foram praticados no exercício do mandato de Senador, projetando-se para a atualidade e atingem a imagem do Senado Federal, não há que se alegar ilegítima a inauguração de um procedimento investigatório. Não se pode subtrair da análise desta Casa Legislativa fatos graves, como os aqui narrados, sob a pecha de parte deles terem ocorrido na legislatura anterior.

Consigno, de passagem, que as referências, para reforço de argumentação da última preliminar, a uma Representação – a de nº 02, de 2007 – se mostram deslocadas. É notório que o ilustre Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, nunca foi membro desta Casa e, por conseguinte, não poderia ter integrado este Colegiado, donde se deduz não ser deste Conselho o precedente transcrito. No mesmo sentido creio ter sido equivocada a referência que se faz à letra do inciso II do art. 4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar (*itens 109 e 110 da Defesa Prévia*)

Pelos motivos expostos, opino pela **rejeição do pedido de decretação da inépcia da inicial.**

## **2.2 DA APRECIÇÃO PRELIMINAR DO MÉRITO DA REPRESENTAÇÃO E INDÍCIOS DA QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR**

Segundo o **Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss** (Objetiva, versão eletrônica), o termo "decoro" origina-se do latim *decorum*, que significa "decência", "honra", "aquilo que convém". O filólogo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, por seu turno, define o termo como "correção moral", "compostura", "decência", "dignidade" (**Novo Dicionário Aurélio**, Positivo, versão eletrônica).

A instituição da observância ao decoro parlamentar como mandato constitucional no Direito brasileiro apareceu, pela primeira vez, na Constituição de 1946 e tem como pressuposto a democracia representativa. Foi mantida, com algumas alterações, pela Constituição de 1967 (art. 35, II, c/c § 1º) e, atualmente, é disciplinada pelo art. 55 da Constituição Federal de 1988.

O poder disciplinar dos órgãos legislativos, no direito constitucional norte-americano, no qual tem origem imediata o preceito do art. 55 do Estatuto da República, é um mecanismo voltado não tanto para simplesmente punir um membro do Congresso, mas, em última análise, uma medida para proteger a integridade da Câmara e do Senado, seus procedimentos e sua reputação.

No direito brasileiro, não foi outra a finalidade da adoção do instituto, como nos dá notícia o Ministro Célio Borja no julgamento pelo STF do Mandado de Segurança nº 21.360-DF:

*"Quando, em 1946, pela mão de um antigo Presidente do Supremo Tribunal Federal e um dos seus mais ilustres Ministros, a Constituição colocou esse poder censória nas mãos do Senado e da Câmara, Sr. Presidente, foi para fazer prevalecer a regra ética sobre quaisquer outras considerações, e para fazer preservar o conceito da Câmara e do Senado". (DJ, 23/04/93)*

O próprio conceito de democracia representativa encerra uma forte conotação ética. Na medida em que cidadãos comuns elegem representantes e lhes concedem poderes amplos para deliberar sobre assuntos que afetam o bem-estar de todos, tal representação enseja uma responsabilidade singular. O representante deve, para tornar efetivo seu mandato, privilegiar, em suas decisões e ações, a busca do bem comum, evitando o interesse privado e a exploração do cargo para usufruir de privilégios.

É assente que os atos de ofensa ao decoro parlamentar terminam por atingir, injustamente, a própria respeitabilidade institucional do Poder Legislativo. Reside nesse ponto a legitimidade ético-jurídica do procedimento constitucional de cassação do mandato parlamentar, em ordem a excluir, da comunhão dos legisladores, aquele que se haja mostrado indigno do desempenho da magna função de representar o

povo, de formular a legislação da República e de controlar as instâncias governamentais do poder.

Sempre que é posto, o exame da possibilidade do controle jurisdicional do processo disciplinar atrai indagações se a questão tem natureza política, ou se há violação ou ameaça a direito subjetivo, e se o Poder Judiciário tem jurisdição sobre o tema.

Em resposta, basta que se diga que, ao julgarem os seus membros, em caso de ofensa ao decoro parlamentar, e os membros de outros Poderes, como o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União, em caso de infração político-administrativa, a Câmara e o Senado exercem jurisdição que lhes foi conferida pela própria Constituição.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria de quebra de decoro indica que há possibilidade de modificação das decisões do Parlamento, no âmbito das garantias processuais relativas aos direitos individuais, no sentido de obrigar a observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Mas não há a mesma possibilidade em relação ao conteúdo da decisão, por ser questão *interna corporis*, matéria exclusivamente de âmbito deliberativo da Casa Política.



(v.g. MS nº 21.754-DF, 07/10/93, decisão em Agravo. Relator para o Acórdão: Ministro Francisco Rezek; MS nº 24.356-DF, 13/02/2003. Relator: Ministro Carlos Mário Velloso)

Ainda segundo o STF, a verificação ou não de ocorrência de quebra de decoro é da alçada do Legislativo, já que o conceito de decoro parlamentar é valorativo e corresponde a um padrão médio de conduta da sociedade. Logo, a quebra de decoro é verificada por meio de critérios distintos em relação à verificação de ocorrência de qualquer delito por juiz togado. Resta claro que, para a deliberação da perda de mandato, não é preciso a existência de crime e, mesmo que haja crime, isto não resulta necessariamente em punição política. Com efeito, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Maior, a cassação de mandato de quem tenha sofrido condenação criminal transitada em julgado (art. 55, VI, CF) depende da deliberação, por voto secreto, da maioria absoluta dos membros da Casa. E essa maioria pode simplesmente, nessa circunstância, rejeitar a cassação. Ora, na exata razão que a conduta parlamentar possa estar tipificada na legislação penal, observa-se que isso não afasta a competência do processo disciplinar a ser procedido pelo Parlamento, pois esse processo disciplinar tem natureza diversa da sanção penal.

Todos os textos constitucionais brasileiros arrolaram a condenação por infração criminal, enquanto durarem seus efeitos, como causa para suspender os direitos políticos.

Na atual Constituição encontram-se duas hipóteses expressamente previstas de perda de mandato e que resultam na mesma causa:

***“Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:***

.....  
***III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;”***

***“Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:***

.....  
***IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;***

.....  
***VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.”***

Da análise das normas, tem-se como especial aquela do inciso VI, do artigo 55, que possui superior imperatividade em relação à norma geral de perda dos direitos políticos do inciso IV deste mesmo artigo, combinada com o inciso III, do art. 15.

Em se tratando do art. 55 supratranscrito, na hipótese do inciso IV, a perda será declarada pela Mesa do Senado, conforme o § 3º, do art. 32, do seu Regimento Interno, enquanto no caso do inciso VI, a perda será decidida pelo voto secreto no Plenário e maioria absoluta dos membros da Casa.

Como se verifica, a decisão do Poder Legislativo não está vinculada àquela proferida pelo Poder Judiciário, haja vista que, mesmo havendo condenação criminal, a perda de mandato somente ocorrerá após soberana decisão do Plenário da Casa, na votação de projeto de resolução.

A respeitabilidade do Parlamento é o bem jurídico a ser tutelado, bem assim o decoro da vida pública do parlamentar. No caso que ora se analisa, dos fatos que são objeto da Representação parece exsurgir uma série de atos noticiados – alguns deles assumidos posteriormente pelo Representado em seu pronunciamento no Plenário do Senado e em sua Defesa Prévia - que o ligariam a diversas das acusações formuladas contra Carlos Augusto de Almeida Ramos, vulgo *Carlinhos Cachoeira*, preso no dia 29 de fevereiro de 2012, na operação chamada “Monte Carlo”, da Polícia Federal, por suposta chefia de um esquema de exploração ilegal de jogos de azar em Goiás e no Distrito Federal.

Na oportunidade, foram efetuadas 35 (trinta e cinco) prisões, inclusive de policiais civis e militares, acusados de envolvimento na exploração ilegal de máquinas caça-níqueis em Goiás e na periferia de Brasília. Foram presos, ainda, dois delegados da Polícia Federal e o ex-sargento da Aeronáutica Idalberto Matias de Araújo, o Dadá.

Segundo a apuração da Polícia Federal, noticiada nos meios de comunicação, o contraventor Carlinhos Cachoeira mantinha forte

influência na política goiana. Divulgou-se que, nas cerca de 200 (duzentas) horas de gravações telefônicas, captadas com ordem judicial, *Cachoeira* conversava com frequência e intimidade com deputados federais e com o senador goiano Demóstenes Torres. A defesa admite que “centenas” de telefonemas foram trocados entre o Representado e *Cachoeira*. **(item 72 da Defesa Prévia)**

As “centenas” de conversas com o Senador Demóstenes Torres – bem como as “milhares” de referências ao Representado, em diálogos entre *Cachoeira* e terceiros **(fato informado pela defesa prévia – item 72)** teriam sido captadas em outra operação da Polícia Federal, chamada de Operação “Vegas”, ao longo do ano de 2009. Relatam os órgãos de imprensa que em uma daquelas gravações teria aparecido um dos diálogos, interceptado às 14h41m de 22 de junho de 2009, no qual o Representado estaria pedindo a *Cachoeira* o pagamento do frete de um avião da “Sete”, empresa de táxi-aéreo. A isso teria seguido um pedido de interferência em processo judicial que estava no gabinete do desembargador Alan Sebastião de Sena Conceição, do Tribunal de Justiça de Goiás, relacionado a um delegado e três agentes da Polícia Civil, lotados em Anápolis, acusados de tortura e extorsão.

Pela imprensa foi noticiado outro diálogo, gravado em 22 de abril de 2009, no qual o contraventor teria tratado com o senador da tramitação do Projeto de Lei nº 7.228, de 2002, que se encontra na Câmara dos Deputados (PLS nº 51, de 2002), relacionado à legalização de jogos de



azar. O Representado, que alegou desconhecer atividades ilegais do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, o teria alertado de que o texto, na forma em que se encontrava, iria prejudicá-lo, porque transformaria em crime o que, hoje, é contravenção penal.

Mesmo não utilizando do expediente da veiculação da notícia como mote de aceitação da Representação, considero que, certamente, aos membros desta Casa terá causado algum espanto ter reconhecido, nos noticiários de rádio e TV, a voz do Representado advertindo *Cachoeira* do risco que correria: *"Inclusive te pega!"*. Igual estupefação, creio, terá causado ao Senado as lições de processo legislativo dadas, em resposta, pelo contraventor ao Representado: - *Não, regulariza, sim, uai. Tem a 4-A e a 4-B. Foi votada na Comissão de Constituição e Justiça* – teria dito *Cachoeira*.

Na verdade, o que se verifica é que o Representado teria se reportado a um substitutivo constante do parecer da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, lavrado em 28 de abril de 2004, enquanto o contraventor, mais atualizado, teria se referido ao parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CD), aprovado em 2 de dezembro daquele mesmo ano.

Em seu pronunciamento da tribuna do Senado Federal, na sessão deliberativa ordinária de 6 de março próximo passado, o Representado assinalou que *Carlinhos Cachoeira* explorava legalmente algumas

modalidades de jogo; que era ativo em outros setores da economia, sendo seus negócios considerados lícitos, com destaque para sua ação no ramo farmacêutico. Não negou a existência de contato pessoal com o Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos. Ao contrário, afirmou seu relacionamento de amizade com o empresário “que frequentava a alta sociedade goiana”, mas ressaltou não participar de seus afazeres ocultos, tampouco aprová-los. Frisou, ainda, ter sempre se oposto aos jogos, “votando contra as iniciativas de legalizá-lo”. E acrescentou ter atuado às claras no combate às causas costumeiramente tratadas nos subterrâneos.

Ao concluir sua alocução, Sua Excelência ponderou que mantinha relacionamento de amizade com *Carlinhos Cachoeira*, mas que com ele não entabulara negócios. No arremate, justificou conversas telefônicas com o contraventor, ao fundamento de se tratar de “fatos da intimidade de pessoas próximas” ou “conversas triviais” e esclareceu a seus Pares que recebera de Carlos Augusto de Almeida Ramos e sua esposa “um fogão e uma geladeira” à guisa de generosa oferta por ocasião da celebração de seu matrimônio.

Qualificou, então, as denúncias, noticiadas pelos meios de comunicação do país, como tentativas de intimidação. Por suas palavras afirmou o Representado:

*“...O contato pessoal, ainda que frequente, não significa participação em seus afazeres ocultos, muito menos aprová-los quando eles vierem à luz.*

***Nesta Casa, sempre me opus ao jogo, votando contra todas as iniciativas de legalizá-lo. Portanto, atuei às claras no combate às causas costumeiramente tratadas nos subterrâneos.***

***Apesar do relacionamento de amizade, nunca tive negócios com Carlos Cachoeira. Já expus em algumas entrevistas nomes e fatos da intimidade de pessoas próximas, que não repetirei nesta tribuna até porque sua relevância se restringe a manchetes. Porém, as ligações telefônicas apontam para conversas triviais e tiveram sua frequência ampliada durante o período em que eu e minha mulher interferimos numa questão pessoal da amiga dela, esposa de Carlos Cachoeira. Um único episódio das gravações telefônicas diretamente ligado a mim é de ordem estritamente privada. No ano passado quando, segundo a imprensa, ocorria à dita operação, houve o meu casamento – fato do conhecimento de todos os senhores e de todas as senhoras. Na ocasião, recebemos diversos presentes, inclusive um fogão e uma geladeira ofertados pelo casal de amigos. A boa educação recomenda não perguntar o preço de um presente, muito menos recusá-lo. Foi o que fiz no caso desses objetos e de todos os demais que outros amigos generosamente me enviaram como demonstração de gentileza. Como também já disse a jornalistas, não coaduno com teorias conspiratórias. Contudo, segundo a mídia, já tive outras vezes conversas minhas grampeadas. Disse e repito: podem grampear à vontade. Não vão encontrar nada. Isso não vai me intimidar. As escutas legais realizadas conforme os ditames da Constituição se revelam excelentes objetos de investigação e por elas eu trabalhei muito aqui no Senado. Isso, entretanto, não dá o direito a ninguém de violar o sigilo telefônico, seja ele de autoridade ou não, pois assegurado constitucionalmente...”***

Sentimento de solidariedade tomou conta da maioria dos senadores presentes naquela sessão, que fizeram de seus apartes cumprimentos ao

Representado por seu discurso, e pela disposição de subir à tribuna para prestar esclarecimentos e se colocar à disposição da Justiça.

Contudo, o alegado pelo Representado em relação aos fatos e a plausibilidade dos argumentos relacionados a suas práticas são postos em xeque pelo que adiante se expõe. Tudo leva a crer que Sua Excelência se contradiz e teria faltado com a verdade perante seus Pares.

Como já mencionei, segundo o que foi divulgado – e não desmentido pelo Senador Demóstenes em seu discurso – ele teria travado 298 (duzentas e noventa e oito) conversações por telefone, entre fevereiro e agosto de 2011, com o Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, excluídas aquelas realizadas em outros períodos. Há diferenças entre o alegado e os conteúdos revelados. Enquanto, pelas gravações, *Cachoeira* teria obtido o empenho do Senador Demóstenes para que a exploração jogos de azar pudesse ser aprovada no Congresso, o Representado afirmou que sempre militou contra referida legalização na sua atividade parlamentar.

Consultando-se os anais do Senado Federal, verifica-se que nos projetos, pronunciamentos e apartes do Senador Demóstenes, não há qualquer menção a sua referida militância contrária à legalização dos jogos ou a favor de sua transformação em crime, mas ao contrário. Senão, vejamos.



Em 20 de fevereiro de 2004, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva editou a Medida Provisória nº 168, que proibia a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo e jogos em máquinas eletrônicas denominadas 'caça-níqueis', independentemente dos nomes de fantasia.

A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados, mas, em sessão realizada no dia 5 de maio de 2004, o Plenário desta Casa rejeitou os pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 168, derrotando-a. O Senador Demóstenes Torres votou contrariamente à medida, que, como já dito, tinha o condão de proibir a exploração dos chamados "jogos de azar".

É cediço que, no trâmite da medida provisória, quando são analisados os pressupostos de admissibilidade somente se verifica se presentes os requisitos que caracterizam a relevância e urgência do tema na sua edição.

A matéria versada na Medida Provisória nº 168, de 2004 era simples: a proibição da exploração de todas as modalidades de jogos de bingo e jogos em máquinas eletrônicas denominadas caça-níqueis, independente dos nomes de fantasia.

Anote-se, para uma boa compreensão do momento da edição daquela medida provisória, que matérias jornalísticas traziam graves denúncias de que a exploração dos jogos que se pretendia proibir por lei federal se prestava à lavagem de dinheiro, à prostituição infantil e outras atividades ilícitas. Os problemas que justificaram a edição da Medida Provisória nº 168, de 2004 não eram recentes, mas demonstravam-se, pelas denúncias, agravados com o tempo.

Era um tema de extrema relevância, cuja urgência se evidenciava na necessidade de rápida resposta do Estado no sentido de coibir a prática. Significativo ainda, para a verificação que se faz nesse relatório, que essa norma, naquele momento, invalidava, peremptoriamente, a legalidade da ação empresarial de *Carlinhos Cachoeira* no segmento de jogos de azar.

Para uma análise de conteúdo da legislação que alberga a matéria aqui tratada, é de se ver, como assentou o relatório da CPI dos Bingos que funcionou neste Senado Federal, que, no que toca à exploração do bingo, toda e qualquer autorização para exploração desse tipo de aposta já havia expirado no final do ano de 2002. Portanto, quando o Representado assumiu o mandato de Senador, em 1º de fevereiro de 2003, Carlos Augusto de Almeida Ramos atuava em atividade empresarial *ilegal*: exploração de jogos de bingo presencial ou virtual, caça-níqueis, *videopôquer* e similares.

Convém recordar que o bingo é modalidade de “jogo de azar”, assim considerado aquele em que “o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte”. Essa prática foi considerada contravenção penal pelo art. 50 do Decreto-Lei nº 3688, de 3 de outubro de 1941 (restaurado pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 9.215, de 1946). O art. 59 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, também conhecida como “Lei Pelé”, derogou o Decreto-Lei nº 3.688, de 1941, em seu art. 50, considerando-o, destarte, prática lícita em todo o território nacional, desde que promovido por entidades desportivas reconhecidas oficialmente, facultando-se a operação por terceiros. Por outro lado, o art. 45 do Decreto-Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944 dispôs, como norma especial, ser contravenção punível com a pena de prisão simples de um a quatro anos a extração de loteria sem concessão regular do poder competente, no caso, a União, nos termos do art. 3º do mesmo diploma legal. Este decreto-lei ainda vige. Dispõe, ademais, o Decreto-Lei nº 204, de 1967 que, ressalvadas as concessões já outorgadas às loterias estaduais, a exploração de loteria, com derrogação excepcional das normas do Direito Penal, constitui serviço público exclusivo da União, não suscetível de concessão.

Posteriormente, a Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000 dispôs, por seu art. 2º, que o acima referido art. 59 e todos os seguintes até o art. 81 – a saber, todos os dispositivos que tratam do bingo (Capítulo IX) – da Lei nº 9615, de 24 de março de 1998, ficariam revogados a partir de 31 de dezembro de 2001. Sobreveio, então, a edição da Medida Provisória nº 2216-37, de 31 de agosto de 2001, que derogou a Lei nº 9981, de 14 de

julho de 2000, dando nova redação ao art. 59 e tornando sem efeito a previsão de sua revogação a partir de 31 de dezembro daquele ano. Com a redação dada ao art. 59 da “Lei Pelé”, pela referida MP, *“a exploração de jogos de bingo, serviço público de competência da União, será executada, direta ou indiretamente, pela Caixa Econômica Federal, nos termos desta Lei e do respectivo regulamento”*.

Mais tarde, a já debatida Medida Provisória nº 168, de 20 de fevereiro de 2004, derogou a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, em seu art. 59, com a redação dada pelo art. 17 da Medida Provisória nº 2216-37, de 31 de agosto de 2001.

A rejeição da MP nº 168, em 5 de maio de 2004, implicou a restauração da eficácia do art. 59 da Lei nº 9615, de 1998, com a redação acima mencionada, vale dizer, a resultante da adoção da MP nº 2216-37, de 31 de agosto de 2001, que continua em vigor, com base no art. 2º da Emenda Constitucional nº 32 de 11 de setembro de 2001, considerada a jurisprudência do STF a esse respeito (v.g. ADI-MC nºs, 221, 293, 1176, 1205 e 2984). Não há notícias de que a CEF tenha feito uso da prerrogativa remanescente acima apontada.

É importante observar, paralelamente, que desde 11 de julho de 2002 encontrava-se em tramitação no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.690, pela qual o Governador do



Estado do Rio Grande do Norte buscava, junto à Excelsa Corte, a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 8.118, de 27 de maio de 2002, promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado potiguar. Cuidava o referido diploma legal da instituição da Loteria do Estado do Rio Grande do Norte, dispondo que essa seria explorada diretamente pelo governo ou por concessionário, mediante concorrência pública. O Estado de Goiás solicitou a intervenção no feito, na condição de *Amicus Curiae*.

A decisão nessa ADI, pelo STF, em 7 de junho de 2006, na esteira do voto do eminente Ministro Gilmar Mendes, que concluiu pela inconstitucionalidade da referida lei estadual, apontava, ainda, para o precedente da ADI nº 2.847, proposta pelo Procurador-Geral da República, julgada em 5 de agosto de 2004 (relator: Ministro Carlos Mário Velloso), pela qual foram declaradas inconstitucionais as Leis nº 1.176, de 1996, 2.793, de 2001, 3.130, de 2003 e 232, de 1992, todas do Distrito Federal que cuidavam da exploração de jogos e loterias. Essas decisões serviram de supedâneo para a edição da Súmula Vinculante nº 2, do STF, publicada em 6 de junho de 2007, vazada nos seguintes termos:

*“É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.”*

Nesse contexto, não obstante a rejeição da MP nº 168, de 2004, avultava-se o cerco da lei e dos tribunais aos empreendimentos na área de

jogos de azar (bingos ou jogos em máquinas eletrônicas denominadas caça-níqueis, *videopôquer* ou qualquer outra marca de fantasia) que buscavam a roupagem da licitude nas leis estaduais ou do Distrito Federal. Assim, pode-se compreender o interesse de quem operasse ilegalmente jogos dessa natureza – em face do art. 50 do Decreto-Lei nº 3.688, de 1941; do art. 45 do Decreto-Lei nº 6.259, de 1944 e do art. 1º do Decreto-Lei nº 204, de 1967 – na aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2002 (PL nº 7.228, de 2002, na Câmara dos Deputados).

Convolada a proposição em lei, suplantar-se-ia o óbice constitucional que já vinha sendo apontado pelo STF, desde 5 de agosto de 2004. Pelo art. 4-B, mencionado por *Cachoeira*, que se acresceria, pelo projeto em questão, à Lei nº 1.521, de 1951 (Crimes contra a Economia Popular) – **legislação federal** – os Estados e o Distrito Federal poderiam, mediante licitação, autorizar serviços de loteria. Além disso, a proposição, obnubilando o deslocamento de empreendimentos àquela altura ilícitos para o campo da legalidade (operação de loterias estaduais, mediante licitação), carregava na conversão em crime de conduta hoje tipificada como contravenção penal: “explorar ou realizar, **sem a devida autorização legal**, concurso de sorteios de números ou quaisquer outros símbolos, por meio manual ou eletrônico, destinado à obtenção de prêmio em dinheiro ou bens de qualquer natureza, ou praticar ato relativo a sua realização ou exploração” (art. 4-A).

Portanto, quem lograsse ficar, por força de lei federal, sob o manto protetor de uma concessão estadual para exploração de concurso de

sorteios de números ou quaisquer outros símbolos, por meio manual ou eletrônico, destinado à obtenção de prêmio em dinheiro ou bens de qualquer natureza”, não correria o risco de “ser pego”. Dessa maneira, a consigna para quem estivesse operando nesse vasto espectro empresarial do entretenimento em jogatina seria “mandar brasa” na aprovação do PLS nº 51, de 2002 (Projeto de Lei 7.228/2002 na Câmara dos Deputados).

Mas é preciso atentar, também, para a importância de um relacionamento frutífero com a Caixa Econômica Federal, considerado o seu papel histórico no segmento de jogos e sorteios e a evolução dos fatos acima narrados, tendentes a reforçar, caso não ocorresse a aprovação do PLS nº 51, de 2002 (PL nº 7.228, de 2002), a sua importância no setor. Isso será trazido à baila, neste relatório, mais adiante.

Ainda na órbita das proposições legislativas, observo que, no dia 05/11/2008 a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, sob a Presidência do Senador Marco Maciel, votou e aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 274 de 2006, oriundo da CPI dos Bingos, relatado pelo Senador Jarbas Vasconcelos. Seu objetivo era criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro. O Senador Demóstenes Torres, parlamentar assíduo e sempre atuante nos debates que envolvem matéria penal, não estava presente à reunião. Uma de suas raras ausências nos embates naquela Comissão, justamente quando se decidia relevante projeto significativo da CPI dos Bingos sobre o tema da criminalização dos jogos.

Sendo proposição de autoria de comissão, a matéria foi encaminhada ao Plenário. Nessa fase, o Senador Eduardo Suplicy apresentou emenda substitutiva ao PLS nº 274, de 2006, baseado no entendimento de que a aprovação do texto, tal como acolhido pela CCJ, não reprimia, com todo o vigor, outras modalidades de jogos de azar: os que tivessem por supedâneo autorizativo outorgas irregulares de loterias estaduais e as apostas em corridas de cavalo realizadas fora de hipódromo ou de local onde sejam autorizadas.

Devolvida a matéria à CCJ para que fosse relatada a Emenda, no dia 12 de março de 2009, o Senador Jarbas Vasconcelos devolveu o processado, por não mais ser membro da CCJ. A matéria deveria, a rigor, ter nova distribuição, para que fosse relatada a emenda de Plenário, oferecida pelo Senador Eduardo Suplicy, que incluía as loterias estaduais no projeto, para tipificá-la como crime, com a mesma natureza dos demais jogos de azar elencados. Contudo, a proposição ficou parada por dois anos, até ser arquivada pelo fim da legislatura, em janeiro de 2011, nos termos do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal.

O Projeto, portanto, já aprovado no mérito, ficou parado, sem distribuição de relator para a Emenda, nos anos de 2009 e 2010, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. No biênio citado, o Presidente da CCJ era justamente o Senador Demóstenes Torres. Conduta bastante indagável de um parlamentar que se reivindica diligente no processo legislativo e, afirmando-se militante contrário à legalização dos jogos de azar, deixou de – usando a autoridade que lhe cabia – dar curso ao Projeto de Lei que alcançaria a finalidade de transformar em crime a contravenção penal da exploração de jogos de azar.

O último projeto que tramitou no Senado Federal com matéria dessa natureza foi o Projeto de Lei do Senado nº 31 de 2011, que pretendia regulamentar a prática do jogo do bingo em todo o território nacional. O projeto chegou a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Representado não interveio na sua tramitação. Superada a fase de emendas sem que nenhuma fosse apresentada, a proposição foi formalmente retirada pelo autor e arquivada em 24 de março de 2011.



De tudo que foi posto, é importante esclarecer que não se está a fazer qualquer indagação ou crítica sobre a posição política do Senador Demóstenes Torres na votação de matérias ou na condução de seu mandato, mesmo porque isso seria intervir no seu direito primeiro de parlamentar, que é a liberdade de votar segundo suas convicções.

A defesa, por palavras e votos, de qualquer tema, escora-se no direito constitucional do Parlamentar, exceto, por óbvio, se atuar em prol de interesses particulares de terceiros.

Tampouco despreza-se que as inúmeras atribuições a que temos que dar resposta dificulta nossa atuação formal parlamentar, por vezes nos impedindo de participar com mais afinco desse ou daquele colegiado ou tema. O propósito das colocações aqui feitas dizem somente com a verificação da, textualmente afirmada, militância do Senador Demóstenes Torres contrária à legalização dos jogos de azar, no discurso proferido no dia 06 de março de 2012, o que, efetivamente, não se verifica, diante das principais proposições legislativas postas ao crivo desta Casa e de pronunciamento feito pelo próprio Senador, conforme demonstrarei adiante.

Oportuno consignar que o registro, seja de proposição, relatoria, discurso ou aparte, que apontasse para a postura do Senador Demóstenes Torres contrária à legalização dos jogos de azar, como afirmou em seu discurso, poderia colocá-lo, ao menos em tese, em confronto com interesses do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, com quem, de acordo com as acusações formuladas na peça de Representação, teria ligações que contrariam a ética e o decoro parlamentar.

Ao revés do afirmado pelo Senador Demóstenes Torres, no entanto, há evidente manifestação oral em defesa da legalização dos jogos de azar.

Com efeito, no dia 18 de junho de 2003, o Senador Demóstenes Torres, a pretexto da discussão de redefinição do modelo de segurança pública no Brasil, e da instituição da “Escola em Tempo Integral” (projeto por ele destacado em sua peça de defesa – item 4) como prevenção da criminalidade, assim assentiu:

“ .....

*Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acredito que uma maneira de obter os recursos suficientes para a instituição da Escola em Tempo Integral é a legalização de todas as modalidades de jogos de azar. Eu, particularmente, sou avesso a tal conduta, não me agrada o ambiente dos cassinos, mas tenho de reconhecer que uma tremenda hipocrisia domina o tratamento que se dá à matéria no Brasil. Neste País a jogatina atua em escala industrial, com controle débil, alimenta a corrupção policial, a corrupção judiciária e a corrupção política, causando perdas incomensuráveis de receita tributária. Enquanto o cassino-empreendimento é formalmente proibido, na rede mundial de computadores, milhares de sites, operados a partir da Costa Rica, oferecem toda modalidade de jogo virtual sem qualquer critério. No Brasil, atuam clandestinamente alguma coisa próxima de 500 mil máquinas caça-níqueis. É mais que nos Estados Unidos, onde existem 434 cassinos.*

*O Brasil pode legalizar e controlar a atividade por intermédio de uma legislação rígida e um órgão de gestão insuspeito, como ocorre no modelo americano, formado pelo Ministério Público, Receita Federal, Polícia Federal e empresários afins. Somente o segmento do cassino planeja investir no Brasil aproximadamente US\$1,5 bilhão, gerar mais de uma centena de milhares de empregos e produzir uma receita fiscal capaz de praticamente financiar a Escola em Tempo Integral. Nos Estados Unidos, em 2001, de acordo com dados da Agência Estatal de Regulação dos Jogos, o recolhimento tributário do setor alcançou a cifra de US\$3,6 bilhões. Naturalmente que o mercado brasileiro vai gerar receita bem mais tímida, mas, com certeza, capaz de financiar o desafio educacional deste País.*

*Não estou falando em nada de inusitado. O Brasil já utiliza o dinheiro do jogo legal para subsidiar o estudante universitário pobre e os atletas olímpicos brasileiros. De acordo com o balanço do ano passado da Caixa Econômica Federal, as loterias administradas pela União repassaram R\$1,3 bilhão, fora a geração de R\$386,4 milhões em Imposto de Renda e a transferência de R\$940,7 milhões para a constituição do Fundo Nacional de Cultura e do Fundo Penitenciário, custeio da Seguridade Social, do Crédito Educativo, dos clubes de futebol, da Secretaria Nacional de Esportes e do Comitê Olímpico Nacional.” (Diário do SF de 19/06/2003 - página 15862)*

O pronunciamento não deixa qualquer dúvida de que o Senador Demóstenes Torres, diferentemente do que ora afirma, possui posição favorável à legalização dos jogos de azar. Não se trata de conjecturas ou interpretações, é o que está literalmente escrito.

Não por acaso, os argumentos adotados pelo Senador são similares àqueles utilizados por vários parlamentares favoráveis à legalização dos jogos, nos quais o central é a geração de receita, retirando a prática da clandestinidade e transformando-a em atividade econômica.

A defesa do Senador Demóstenes pela legalização de todos os jogos de azar aponta a educação como beneficiária dos valores arrecadados a partir da regulamentação, acrescentando ainda Sua Excelência que a legalização facilitaria o controle pelo Estado.

Novamente, necessário assegurar que não há nenhuma censura a qualquer posição assumida pelo Senador no exercício de seu mandato, o que ficará perfeitamente evidente na conclusão do raciocínio lógico do relatório.

Outro fato chama, sobremaneira, a atenção, no que tange à sua atuação parlamentar, para os fins desta Representação: um requerimento de informações apresentado em 22 de maio de 2003.

Da tribuna, o Senador Demóstenes Torres sustentou que conheceu o Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos quando o primeiro era Secretário de Segurança do Estado de Goiás, entre 1999 e 2002, durante o

primeiro mandato do Governador Marconi Perillo (PSDB). Antes disso, importa lembrar, Sua Excelência fora Procurador-Geral de Justiça, vale dizer chefe do Ministério Público do Estado de Goiás. Em 6 de outubro de 2002, o Representado foi eleito Senador da República pelo Estado de Goiás. Seria o seu primeiro mandato parlamentar.

*Carlinhos Cachoeira* tornou-se nacionalmente conhecido quando a revista *Época* (edição nº 300, distribuída em 14/02/2004) publicou uma matéria contendo a degravação de um vídeo, no qual há o registro de um diálogo com Waldomiro Diniz – na época ocupante do elevado cargo de Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República. Pela conversa, tem-se que Waldomiro Diniz lhe solicitava propina, no contexto da adjudicação a *Carlinhos Cachoeira* de modalidade de jogo operada pela Loterj, quando seu interlocutor presidia aquela entidade lotérica estadual, no ano de 2002. Sem embargo da exoneração do Senhor Waldomiro Diniz, a esse episódio o governo reagiu com a edição da já exaustivamente citada Medida Provisória nº 168, de 20 de fevereiro de 2004. O episódio ensejou, de imediato, a criação da “CPI da Loterj”, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e, mais tarde, da CPI dos Bingos, no âmbito deste Senado Federal.

De acordo com o relatório da CPI dos Bingos, estava em curso, no ano de 2002, a assunção pela Caixa Econômica Federal da inteligência e gestão da rede lotérica que, desde 1997, vinha sendo objeto de operação pela *GTech* do Brasil Ltda. Segundo as conclusões do referido inquérito parlamentar, com amparo em decisão do TCU, tal prestação de serviços era levada a cabo de forma absolutamente irregular (v. Processo nº 018.125/1996-4, do TCU). Convém não olvidar que a *Gtech* já era sócia, desde 1994, da Racimec Informática Brasileira S.A, operadora de loterias da CEF a partir de 1993. A preços de 1º de março de 2005, de acordo com o TCU – conforme informou a CPI – a CEF pagou à *Gtech*, no período de 13 de abril de 1997 a 14 de abril de 2003 cerca de R\$ 312 milhões. Vale recordar que a *GTech* do Brasil Ltda. faz parte do conglomerado econômico norte-americano *Gtech Corporation*, sediado no Estado de Rhode Island, com notória *expertise* em operações de jogos no sistema *on line real time*, e destacada participação na arrecadação de todo o comércio de jogos em escala mundial.



Em consonância com o relatório da CPI dos Bingos, “durante o último trimestre de 2002, a empresa *Gtech* e a CEF mantiveram reuniões duríssimas em que se tratava da renovação do contrato, que venceria em janeiro de 2003” (vol II, p. 1056). O referido contrato foi renovado por noventa dias em 13/01/2003; finalmente, em 08/04/2003 o contrato é renovado em bases definitivas, para um período de vinte e cinco meses, por um valor total de cerca de R\$650,25 milhões”.

É preciso aqui compreender o que aconteceu, nesse curto interregno, antes do desfecho da “novela” dessa renovação contratual, consoante as informações colhidas pela CPI dos Bingos.

Em janeiro de 2003 inicia-se uma triangulação de tratativas envolvendo *Gtech*, Waldomiro Diniz e *Carlinhos Cachoeira*. Reproduzo aqui trecho do relatório da CPI dos Bingos a esse respeito:

*“Segundo os elementos levantados pela CPI da Alerj, a publicamente conhecida fita gravada por Cachoeira, em que Waldomiro Diniz aparece pedindo propina, teria sido usada para chantagear Diniz, quando este assumiu suas funções de assessor direto do ministro da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, a partir de janeiro de 2003. Em seu depoimento à ‘CPI da Loterj’, Waldomiro Diniz informou que, no início de janeiro de 2003, recebeu em seu gabinete ligação do jornalista Mino Pedrosa, dono de uma empresa de consultoria que prestava serviços a Carlos Cachoeira, dizendo, segundo as palavras do depoente: ‘Olha, Waldomiro, queria me certificar com você sobre o que você tem a dizer sobre uma fita em que você está pedindo dinheiro para a campanha para um bicheiro de Goiás’. Ao ligar para Cachoeira, este lhe explica a razão da chantagem: ‘É que você não retorna minhas ligações. Eu quero falar com você. Eu tenho coisas para falar com você e você não retorna minhas ligações’”.*

*“Cachoeira – prossegue o relatório da CPI dos Bingos – conforme depoimento de Waldomiro Diniz, só usa a fita como instrumento de chantagem a partir de janeiro de 2003, para que Diniz, então assessor direto do ministro da Casa Civil do Palácio do Planalto o*

***ajudasse a fechar um acordo com a Gtech.***” (negritos nossos, vol. II, p. 1089).

Em seu depoimento prestado sob compromisso (art. 203, Código de Processo Penal) à CPI da Loterj, oitiva essa reproduzida no relatório da CPI dos Bingos (vol. II, p. 1092), o Senhor Fernando Antônio de Castro Cardoso, diretor da *Gtech* do Brasil Ltda., afirma:

*“Conforme faz parte de nosso comunicado oficial, ele entrou em contato com a Gtech solicitando essa reunião. Acho que também vale a pena ressaltar que faz parte dos depoimentos que, no primeiro contato (...) o Sr. Carlos Ramos nos ligou, no início de janeiro, dizendo então que havia interesse do Sr. Waldomiro Diniz no encontro com executivos da Gtech, para discutir, e que ele estava agora com novas funções a nível de (sic) governo federal e que iria entrar em contato novamente para solicitar um encontro com nossos executivos. Conforme fui informado pelo Sr. Carlos Ramos, o Sr. Waldomiro entrou em contato novamente com a Gtech, e aí, dessa forma nós confirmamos então o encontro o primeiro encontro em Brasília. Nesse primeiro encontro, a pauta de conversas foi bastante ampla no que diz respeito a nós provermos um histórico de todo o relacionamento que nós tivemos com a Caixa Econômica, as dificuldades encontradas na renegociação comercial, basicamente dificuldades técnicas na modelagem do escopo de serviço que iríamos prestar para a Caixa Econômica, na renovação. E, feitos todos esses esclarecimentos, no final do encontro, o Sr. Waldomiro, então, conforme já mencionei, reforçou referências do Sr. Carlos Ramos, como empresário, como uma pessoa que realmente opera no setor e realmente sugerindo que a companhia explorasse o relacionamento e as possibilidades de negócios em conjunto.”* (vol. II, p. 1092, negritos do relatório da CPI)

Igualmente, o Senhor Lino da Rocha, presidente da *Gtech* do Brasil, ao depor perante a CPI da Loterj, disse que “na reunião de 13/02/2003, Waldomiro Diniz fez ‘referências positivas’ sobre a atuação das empresas de Carlos Cachoeira junto à Loterj”. (relatório da CPI dos Bingos, vol. II, p. 1106)

*Cachoeira* não era um desconhecido da *Gtech* em janeiro de 2003. O depoente Fernando Antônio de Castro Cardoso esclarece (relatório da CPI dos Bingos, volume I, p. 216) que a *Gtech* fora procurada pelo Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, em 2002, para uma parceria em loterias estaduais. Um memorando de intenções chegou a ser firmado pelas partes, mas, concretamente, nenhum negócio chegou a ser ajustado. Para a CPI dos Bingos, “o mais provável é que Cachoeira, que tinha interesse em fechar negócio com a *Gtech* e que tinha largo conhecimento sobre a propensão de Waldomiro Diniz por negociatas e propinas, tenha informado o mesmo sobre as dificuldades de renovação do contrato da *Gtech* com a Caixa e tenha o estimulado a procurar a empresa para realizar um acerto vantajoso para as três partes”. (relatório da CPI dos Bingos, vol. II, p. 1128)

Posteriormente à troca de telefonemas em janeiro de 2003 e em seguida à renovação provisória do contrato CEF/*Gtech* – diz o relatório da CPI dos Bingos – “*em paralelo, aconteciam reuniões de bastidores entre os Srs. Waldomiro Diniz, então subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Augusto de Almeida Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, empresário[s] de jogos de Goiás, Marcelo José Rovai, diretor comercial da Gtech, Antônio Carlos Lino da Rocha, presidente da Gtech no Brasil, Marcos Andrade, vice-presidente da Gtech do Brasil e Enrico Gianelli, advogado do escritório Fischer & Foster, que prestava serviços à Gtech. Tais reuniões não-oficiais, ocorridas em sua maior parte no Hotel Blue Tree, em Brasília/DF, tiveram como tema a renovação do contrato da Gtech com a CEF*”. (negritos e colchete meus, relatório da CPI dos Bingos, vol II, p. 1057)

Como desdobramento desses encontros, é assinado um segundo memorando de intenções entre a *Gtech* e o Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos. Isso teria ocorrido entre **abril e maio de 2003**, como afirmou o Senhor Fernando Antonio de Castro Cardoso (relatório da CPI dos Bingos, vol. I, p. 216). Dois seriam os objetos: uma possível parceria na Loteria do Estado de São Paulo e a subcontratação da *Gtech*, por *Carlinhos Cachoeira* para operação de *videoloterias*. Importa aqui repisar que a

operação de *videoloterias*, nos termos do Decreto-Lei nº 6.259, de 1944, dependeria, naquele momento, de autorização da União e que, exatamente naquela mesma ocasião, se discutia, também, a manutenção ou não da *Gtech* à frente da gestão da rede lotérica da Caixa Econômica Federal.

A CPI dos Bingos esclarece que “as negociações entre a *Gtech* e a CEF, já com a nova diretoria, foram ultimadas em apenas duas únicas reuniões, resultando na renovação em 08/04/2003, do contrato por mais 25 meses, com desconto de 15%”. (vol. II, p. 1058).

Tudo revisto é forçoso concluir que, dos dois vértices empresariais participantes das referidas reuniões “de bastidores”, “não-oficiais”, um único interlocutor empresarial não teve seus interesses acolhidos: Carlos Augusto de Almeida Ramos, o *Carlinhos Cachoeira*.

Com efeito, lê-se no relatório da CPI dos Bingos, que Marcelo Rovai, diretor comercial da *Gtech*, em depoimento prestado à Polícia Federal, teria dito que, “em **maio de 2003**, a matriz da empresa nos EUA determinou o cancelamento de todas as negociações em curso com Carlos Cachoeira” (vol. II, p. 1103). A cronologia dos fatos relacionados à renovação contratual em foco, formatada pela CPI dos Bingos, confirma essa declaração: à página 1094 do relatório da CPI dos Bingos lê-se: “**Maio/2003 – *Gtech* afirma ter encerrado todas as negociações com Carlinhos Cachoeira**”.



Portanto, das partes envolvidas nessas negociações, uma poderia ser tomada por sentimento de vingança, por ter propiciado a ambiência favorável a esse desiderato, e sentir-se, depois, excluída e lograda: Carlos Augusto de Almeida Ramos, o *Carlinhos Cachoeira*.

Exatamente no dia **22 de maio de 2003** é lido no Plenário do Senado Federal um requerimento de informações – o primeiro dessa natureza oferecido por um novel senador, no início daquela legislatura – dirigido ao Ministro do Estado da Fazenda, pelo qual são solicitados os seguintes documentos: a) cópia autenticada do contrato assinado entre a Caixa Econômica Federal e a *Gtech do Brasil Ltda.*; b) edital de concorrência que amparou tal contratação; c) aditivos contratuais assinados. Na justificação o autor argumenta: *“Em 1996, a Gtech do Brasil Ltda. venceu a licitação da Caixa Econômica Federal (CEF) e tornou-se responsável pela implementação e operação de sistemas on line das loterias federais. Considerado o volume expressivo de recursos relativos a esses contratos, seria de bom alvitre que o Senado Federal recebesse cópia autenticada do contrato assinado entre a Caixa Econômica Federal e a Gtech do Brasil Ltda., o edital de concorrência que amparou tal contratação e, ainda, possíveis aditivos contratuais”*.(Diário do Senado Federal, 23/05/2003, p. 12532)

Em 5 de agosto do mesmo ano, o mesmo senador faz a seguinte reclamação no Plenário: *“Há aproximadamente dois meses, recebi algumas denúncias sobre irregularidades em um contrato entre a Caixa Econômica Federal e uma empresa denominada Gtech”*. Em seguida, diz que recebera a documentação solicitada em 22 de maio, mas que a mesma viera “completamente mutilada”, faltando cópias do contrato firmado após a Licitação nº 0001/94, dos processos administrativos referentes à renovação do contrato em 1997 e dos termos aditivos subsequentes, do distrato firmado em 26 de maio de 2000 e do contrato firmado na mesma data e dos termos aditivos subsequentes. Protesta pelo cumprimento da determinação do Senado Federal, “para que sejam fornecidos todos os documentos restantes e que não foram remetidos conforme determinação da Mesa do Senado Federal aprovada pelo Plenário (sic)”. (Diário do Senado Federal, 06/08/2003, p. 22202)

Nove meses mais tarde, logo após a divulgação pela revista *Época* do teor do vídeo produzido por *Carlinhos Cachoeira*, precisamente na sessão deliberativa ordinária de 17 de fevereiro de 2004, o mesmo senador, sem fazer qualquer menção aos personagens envolvidos no diálogo constante do vídeo em evidência, renova o requerimento de informações, solicitando, agora, peças adicionais (Requerimento nº 165, de 2004). O Senador Álvaro Dias, na oportunidade, elogia a capacidade de antevisão daquele senador que, lá no longínquo 22 (vinte e dois) de maio do ano anterior, solicitara informações sobre o contrato CEF/*Gtech*. Assim se manifestou o Senador Álvaro Dias: *“Vossa Excelência, com muita competência, se antecipou ao escândalo e já havia pedido esclarecimentos sobre essa questão relevante no imbroglío em que se constitui, agora, a presença do Senhor Waldomiro Diniz no governo”*. (**Diário do Senado Federal**, 18/02/2004, P. 04669)

Indaga-se: quem estaria a par das tratativas entabuladas nas coxias, no período compreendido pelos meses de janeiro e abril de 2003, entre a *Gtech* e a CEF, para o fim de renovação contratual, e que poderia, na condição de detentor de uma informação explosiva e com sede de vindita, denunciá-la por irregular? Todas as suspeitas recaem, obviamente, sobre aquele que se sentiu prejudicado nas negociações: Carlos Augusto de Almeida Ramos, o *Carlinhos Cachoeira*.

O que explicaria a imediata conexão cronológica entre a suspensão dos entendimentos entre a *Gtech* e *Carlinhos Cachoeira*, em maio de 2003 e, sem detença, a apresentação, no Senado Federal, de um requerimento de informações sobre todo o processo de contratação da *Gtech* e a Caixa Econômica Federal? Tudo leva a crer que seriam os vínculos que já ligavam o Senhor *Carlinhos Cachoeira* ao autor do requerimento protocolizado em 22 de maio de 2003: o Senador Demóstenes Torres.

Repisando questões fundamentais para o prosseguimento deste feito: de onde vieram as informações que balizaram o requerimento, feito nove meses antes que os fatos se tornassem públicos? Qual era, então, o interesse de um Senador da República em um procedimento licitatório que não possuía, àquele tempo, qualquer questionamento público? Quem

estaria a par das tratativas “não-oficiais”, entabuladas, no período compreendido pelos meses de janeiro e abril de 2003, entre a *Gtech* e a CEF, para o fim de renovação contratual, e que poderia, na condição de possuidor de informação comprometedora e tomado pelo espírito de desforra, denunciá-la por lesiva aos interesses públicos? Sinceramente, seria inverossímil qualquer tese que não apontasse para a direção de Carlos Augusto de Almeida Ramos, o *Carlinhos Cachoeira*.

O que explicaria a provocação, incontinenti, do Senado Federal, para que exercesse suas prerrogativas fiscalizatórias sobre todo o processo de contratação da *Gtech* e a Caixa Econômica Federal? Tudo leva a crer que seriam os liames – que não se limitavam a uma despretensiosa amizade – que já uniam o Senhor *Carlinhos Cachoeira* ao autor do requerimento, ora Representado.

Sintomático, ainda por ocasião desse episódio da divulgação do vídeo, em 2004, é que houve eloquentes discursos dos líderes da Oposição, da tribuna do Senado, com ataques ao PT, ao governo Lula e ao próprio contraventor. O Senador Demóstenes Torres fez quatro pronunciamentos sobre o assunto, nos dias 16/02/2004, 17/02/2004 (duas vezes) e no dia 02/03/2004, onde trazia todo o arrazoado sobre como enxergava o processo e alguns de seus atores, sem citar **uma única vez** o nome daquele que era apontado nas investigações como corruptor, justamente o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. *Carlinhos Cachoeira*. Nas alocações dos demais senadores *Carlinhos Cachoeira* era desqualificado, enxovalhado, sobretudo por outros próceres oposicionistas.

De outro lado, diante da constatação fática de que suas relações com *Carlinhos Cachoeira* em muito ultrapassavam os critérios de um relacionamento social, o argumento utilizado na Representação acerca do recebimento reprovável pelo Senador Demóstenes Torres de presentes de alto valor, aceitos por ocasião de seu enlace matrimonial, e de um aparelho celular-rádio Nextel, adquirido no exterior, além de conversas telefônicas admitidas pelo Representado e não bem explicadas, de negociações envolvendo o fretamento de um avião, coloca-nos diante da interpretação do conceito de percepção de vantagem indevida de que trata o inciso II, do art. 5º da Resolução nº 20, de 1993.

É que, não obstante as relações pessoais não serem consideradas provas de participação em negócios escusos de outra pessoa, bem como o recebimento de presentes não configurar, em princípio, ilícito, a ponderação posta na peça de Representação mostra-se bastante razoável. O recebimento de presente de parente ou amigo somente deixa de ser questionável como vantagem indevida se não tiver relação com o exercício da função pública, o que, novamente, nos coloca diante de fortíssimos indícios de relações que extrapolam uma simples amizade entre o Representado e o contraventor como corolário de sua evidente falha de conduta.

Não me parece crível que Sua Excelência, o Representado, cujo saber jurídico é notório; que fora duas vezes Procurador-Geral de Justiça e Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, não soubesse que um destacado contraventor daquele ente federado operava atividades que eram, quando assumiu seu mandato senatorial, em 1º de fevereiro de 2003, *ilegais*.

Por conseguinte, evidencia-se que o discurso proferido pelo Senador Demóstenes Torres, no dia 6 de março de 2012, apresenta inevitáveis contradições, tanto porque a afirmação de militância contrária à legalização dos jogos de azar se mostra uma inverdade, verificada no curso de sua atuação parlamentar, sobremaneira pelo discurso proferido no dia 18 de junho de 2003, em trecho supratranscrito, bem como com pelos fatos notórios divulgados *a posteriori* sobre suas relações com o contraventor *Carlinhos Cachoeira*.

A propósito do tema, o professor José Afonso da Silva escreveu em artigo intitulado “Renúncia Inviável”, publicado no *Jornal do Brasil* de 20 de maio de 2001:

*“faltar com a verdade em questões atinentes ao exercício da função parlamentar é certamente um conduta incompatível com o decoro parlamentar, porque o Parlamento é uma instituição da representação popular que reclama conduta irrepreensível de seus membros.”*

Para que não alegue o Representado que se está a valer-se de prova imprestável, porque obtida através de vazamento de informações, que fazem parte de processo que corre em segredo de justiça, e em absoluto respeito aos precedentes desta Casa, abstenho-me de fundamentar meu voto em fatos divulgados na mídia.



Valho-me, neste arrazoado, de evidências coletadas por atos do processo legislativo no Senado Federal. Entendo que questões gravíssimas, como a que diz respeito ao repasse pelo contraventor *Carlinhos Cachoeira* ao Representado de um aparelho telefônico da marca Nextel, habilitado nos EUA, fato confirmado pelo Representado (**item 142 da Defesa Prévia**) a par de ser forte indício, por si só, de percepção de vantagem indevida, deve com certeza ser objeto de instrução probatória.

Lembro, no entanto que, à luz do que dispõe o inciso I, do art. 334, do Código de Processo Civil, utilizado subsidiariamente nos procedimentos deste Conselho (art. 26-B, da Resolução nº 20, de 1993), fatos notórios independem de prova. É que, apesar da regra processual civil a propósito do ônus da prova, como também a garantia constitucional do direito à prova – esta capaz de efetivar o acesso à justiça – tal direito não pode ser reputado absoluto, como, aliás, nenhum direito ou princípio é irrestrito.

É do seguinte teor o dispositivo legal:

*“Art. 334. Não dependem de prova os fatos:*

*I - notórios;*

*II - afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária;*

*III - admitidos, no processo, como incontroversos;*

*IV - em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.”*

É notória a existência de uma relação muito além de simples relacionamento de amizade entre o Senador Demóstenes Torres e o Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, não apenas pelos fatos divulgados na imprensa, que não se pretende aqui adotar como base de decisão, mas, sobretudo, por fatos confirmados pelo próprio parlamentar, senão vejamos:

- o Senador Demóstenes Torres confirma que recebeu, como presente de casamento, do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, uma geladeira e um fogão importados;

- o Senador Demóstenes Torres confirma que recebeu do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos um aparelho celular-rádio da marca Nextel, quando este retornou de uma viagem aos Estados Unidos;

- o Senador confirma ter trocado “centenas” de telefonemas com o contraventor já durante o exercício de seu mandato parlamentar;

- o Senador admite terem sido feitas “milhares” de referências ao seu nome em diálogos entre *Cachoeira* e terceiros;

- o Senador admite a conversa com *Cachoeira* que trata do pagamento do aluguel de uma aeronave.

Os fatos admitidos formalmente pelo Senador Demóstenes Torres, em sua peça de Defesa Prévia, são, em maioria, elencados como indícios pelo Representante na peça inicial.

Embora, como já anteriormente declarado, este relatório não adote as matérias divulgadas na mídia como elementos de comprovação de conduta – mesmo porque, também como já salientado, não se está tratando de matéria de prova – não há como afastar o fato de que a voz do Senador é perfeitamente reconhecível nas conversações trazidas a público. O conteúdo de algumas das gravações tratam da aprovação de projetos no Congresso Nacional sobre os chamados “jogos de azar”.

Indícios são uma forma de conhecimento tirado de um fato existente, por via de um raciocínio lógico, capaz de nos levar, com relativa certeza, ao conhecimento de outro fato. Os indícios realizam a indicação do fato que se mostra evidente. Constituem-se nos vestígios que possuem relação com o fato que se pretenda provar.

Previstos no artigo 239, do Código de Processo Penal, os indícios são admitidos, também em matéria judicial, como um raciocínio dedutivo, onde se deve valorar as outras provas ou circunstâncias, e não o indício isoladamente, para chegar-se a uma conclusão.

*“Art. 239. Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.”*

Apropriado trazer, como fonte de precedente desta Casa, a contundente manifestação do Senador Demóstenes Torres, por ocasião do julgamento da Representação nº 01/2007, contra o Senador Renan Calheiros, diante deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

*“Não me venham com a história de que meros indícios ou de que apenas indícios não são suficientes para ensejar uma condenação. São sim! O Código de Processo Penal tem um Capítulo – “Dos Indícios” – com um artigo que dispõe claramente a respeito do tema. E os indícios levantados pelo Senador Jefferson Peres são mais que suficientes para provar que o Senador Renan Calheiros quebrou o decoro parlamentar.” (Diário do Senado, 05/12/2007, p. 43338)*

Deixando de concordar com o Senador Demóstenes Torres no ponto em que considera indícios como suficientes para condenar, entendo, no entanto, que se mostram elementos bastantes para ensejar investigação no âmbito deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Ainda, a propósito de matéria de prova, tanto evidenciada na peça de defesa, é relevante destacar que o Senador Demóstenes Torres ajuizou a Reclamação nº 13.593/2012/GO, junto ao Supremo Tribunal Federal, requerendo a suspensão do Inquérito nº 3.430/2012, que tramita contra ele naquele Tribunal, como, inclusive, faz menção no item 224 da Defesa Prévia.

Sua Excelência sustenta, no feito junto ao STF que, ao processar interceptações telefônicas, os dois magistrados que as autorizaram teriam usurpado competência da Suprema Corte, uma vez que, de modo velado, promoveram a investigação de parlamentares, que têm prerrogativa de foro, ou seja, o direito de ser julgados, originariamente, pelo STF sem, todavia, chamá-los formalmente de investigados.

No dia 13 de abril último o Ministro Ricardo Lewandowski, relator do processo, indeferiu o pedido de liminar e solicitou informações aos juízes federais da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Goiás e da Vara Única da Subseção Judiciária de Anápolis (GO), que autorizaram escutas telefônicas envolvendo o Senhor *Carlinhos Cachoeira*.

Como se deduz da decisão do Ministro, até mesmo em processo judicial, em que se considera necessária certeza, ainda que relativa, para proferir uma condenação, a desqualificação de provas – mesmo que possuam sobre si uma alegada pecha de inconstitucionalidade ou



ilegitimidade – se mostra de difícil aceitação. A finalidade da prova é o convencimento de quem julga e o seu uso deve ter por fundamento os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Ocorre que não seria razoável a desqualificação liminar de evidências dos desvios de conduta do senador investigado, obtida pelos meios eletrônicos de captação de prova, que foram criados para que o Estado tivesse meios de lutar contra o crime organizado, através de legislações que disciplinam o assunto, de onde se destaca a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que, regulamentando o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal, disciplina o regime legal das interceptações telefônicas. Não o foi no processo judicial, menos ainda o seria no processo político.

Nessas circunstâncias, tem-se que, questões que estariam presentes nos autos do Inquérito remetidos pelo Supremo Tribunal Federal à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012, com autorização do Relator, Ministro Ricardo Lewandowski para o compartilhamento das informações com este Conselho de Ética, tais como tráfico de influência que teria sido praticado pelo Senador Demóstenes Torres, também objetos de diversos áudios divulgados, dentre outras que possam constar nos documentos recebidos, serão objeto de análise e investigação.

Ante todo o exposto, é razoável concluir, pelo menos no plano dos indícios, ressaltado, como dispõe o art. 15-A da Resolução nº 20, de 1993, que:

- a) o Representado teria conhecimento das atividades ilícitas do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos;
- b) o Representado teria atuado, no exercício do seu mandato parlamentar, de forma a fazer prevalecer os interesses do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos no segmento de jogos de azar;
- c) o Representado teria faltado com a verdade em seu pronunciamento, no dia 6 de março de 2012, no Plenário do Senado Federal, ao afirmar que somente possuía com o Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos relações sociais, bem como ao afirmar que sempre atuou no Senado de forma contrária à legalização dos chamados “jogos de azar”;
- d) o Representado teria recebido do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos valor questionável na forma de presente de casamento;
- e) o Representado teria recebido vantagem indevida ao aceitar, também de presente, do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos um aparelho celular-rádio Nextel, cujo

pretexto e finalidade são igualmente passíveis de questionamentos;

- f) O Representado teria tratado, em telefonema assumido por ele, com o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, acerca do uso de uma aeronave.

Superadas as preliminares, o próprio Representado constrói o norte da admissibilidade desta Representação, ao solicitar, no mérito, a produção de diversas provas que, a toda evidência só podem ser realizadas no curso do Processo Disciplinar.

A conclusão, portanto, não poderia ser diversa, senão pela existência de indícios que autorizam a continuidade do presente procedimento.

### 3. VOTO

Diante do exposto e dos elementos que apontam para indícios de prática de atos contrários à ética e ao decoro parlamentar que tornam o Senador sujeito à perda de seu mandato, **VOTO PELA ADMISSIBILIDADE DA PRESENTE REPRESENTAÇÃO**, determinando a imediata instauração de

**PROCESSO DISCIPLINAR** contra o Senador Demóstenes Lázaro Xavier Torres, por incurso nos artigos art. 55, II e § 2º, da Constituição Federal de 1988, combinado com art. 5º, II e III e art. 17 e seguintes da Resolução nº 20, de 1993.

Sala das Sessões,

Senador HUMBERTO COSTA - Relator

Presidente



**REQUERIMENTO Nº 3, DE 2012 – Conselho de Ética**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 10 do art. 17 e do art. 17-A da Resolução 20 de 1993, requeiro que este Conselho de Ética solicite cópia do inquérito da Operação Vegas (2009) ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Ayres Britto.

Os documentos solicitados destinam-se a apurar atos atribuídos ao Senador Demóstenes Torres na Representação nº 1 de 2012.

Sala da Comissão, de maio de 2012.



Senador JOSÉ PIMENTEL  
PT/CE

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) -  
Está encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07)*

---

**SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 563, ADOTADA EM 03 DE ABRIL DE 2012, E PUBLICADA NO DIA 04 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A ALÍQUOTA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS DEVIDAS PELAS EMPRESAS QUE ESPECIFICA, INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E ADENSAMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, O REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDES DE TELECOMUNICAÇÕES, O REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO A COMPUTADORES PARA USO EDUCACIONAL, O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À ATENÇÃO ONCOLÓGICA, O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À ATENÇÃO DA SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, RESTABELECE O PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO, ALTERA O PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA DE SEMICONdutores, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 11.484, DE 31 DE MAIO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (INSTALAÇÃO)**

Às dezenove horas e trinta e dois minutos do dia onze de abril do ano de dois mil e doze, no plenário número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, do Senado Federal, reúne-se a comissão acima especificada sob a Presidência Eventual do Senador Francisco Dornelles e com a presença dos membros os Senhores Senadores: Paulo Davin, José Pimentel, Walter Pinheiro, Wellington Dias, Acir Gurgacz, Paulo Bauer, Jayme Campos, Romero Jucá, Lídice da Mata, Flexa Ribeiro e os Senhores Deputados Odair Cunha, Newton Lima, João Magalhães, Marcus Pestana, Rebecca Garcia, Pauderney Avelino, Bernardo Santana de Vasconcellos, Romário, Flávia Moraes, Carmen Zanotto, Paes Landim, José Humberto, Jesus Rodrigues, Eduardo Barbosa e Renato Molling. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos destinados a Instalação da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Inácio Arruda e na discussão a Presidência decide suspender os trabalhos para as dez horas do dia seguinte. Reabertos os trabalhos às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia doze do mesmo mês e ano, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa. Por entendimento das bancadas foram sugeridos os nomes dos Senhores Deputado Newton Lima, para Presidente e o Senador Acir Gurgacz para Vice-Presidente, que foram eleitos por aclamação. Em seguida, foram designados para Relator e Relator Revisor o Senador Romero Jucá e a Deputada Rebecca Garcia, respectivamente. Prosseguindo, usam da palavra os Senhores Parlamentares Senador Romero Jucá, os Senhores Deputados Newton Lima e Danilo Forte. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Senador Francisco Dornelles declara encerrada a reunião, lavrando eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada e irá a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

  
Senador Francisco Dornelles  
Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Deputados, eu queria dizer a V. Ex<sup>as</sup> o seguinte: como a sessão da Câmara não terminou, nós não temos condições de fazer a instalação das comissões hoje.

Então, fica convocada esta reunião para amanhã, às 10h30min, para a MP nº 563/12 e, às 11 horas, para a MP nº 564/12.

Muito obrigado a V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu proponho manter a...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Deferido o pedido do Senador Inácio Arruda.

A reunião está suspensa até amanhã, às 10h30min, para a MP nº 563/12 e, às 11 horas, para a MP nº 564/12.

***(Suspensa às 19 horas e 32 minutos do dia 11 de abril de 2012, a reunião é reaberta às 10 horas e 57 minutos do dia 12 de abril de 2012.)***

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Declaro reaberta a Reunião para instalação dos trabalhos da Comissão relacionada com a Medida Provisória nº 563/12.

Quero dizer que o privilégio que eu tive, Senador Romero Jucá, além de saber que V. Ex<sup>a</sup> será o Relator, foi o de saber que houve entendimento na Presidência do Deputado Newton Lima, que tem todo o nosso respeito, a nossa consideração, que é unanimidade neste Congresso, por tudo o que ele representa.

De modo que, dentro do entendimento feito pelas bancadas, na Medida Provisória nº 563/12, ficou como Presidente o Deputado Newton Lima, como Vice, o Senador Acir Gurgacz, como Relator, o Senador Romero Jucá e como Revisor a Deputada Rebecca Garcia.

Se todos estiverem de acordo nós poderemos fazer por aclamação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

Dando continuação aos nossos trabalhos, vamos agora para a Medida Provisória nº 564/12.

De acordo com o entendimento também de bancadas, ficou como Presidente o Senador Wellington Dias e como Relator o Deputado Danilo Forte. Ainda não houve indicação do Vice-Presidente, nem do Relator Revisor.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a presidência e a relatoria. (*Palmas.*)

Desejo aos presidentes e aos relatores muito sucesso. Estou certo de que cada um deles vai fazer um grande trabalho nas respectivas comissões.

Já chamo o presidente para assumir.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas enquanto o Deputado Newton Lima assume a Presidência, quero apenas agradecer a indicação de todos os companheiros e todas as companheiras, dizendo que estaremos à disposição, fazendo um relatório partilhado, parceiro. Este é um trabalho da Comissão.

Nós estamos, na verdade, iniciando uma nova sistemática de trabalho com medidas provisórias no Congresso, fruto de decisão do Supremo Tribunal Federal. E, portanto, a Comissão vai ter um papel muito importante. Esse tipo de Comissão, que era relegado a um papel quase inexistente, no trâmite passado, agora passa a ser um ponto central de definição das políticas das medidas provisórias.

Então, como Relator, eu quero colocar-me à disposição de todos os companheiros e de todas as companheiras, saudando o Presidente Newton Lima e dizendo que é uma garantia tê-lo como Presidente pela condição de trabalho e história que tem no Congresso Nacional. Também quero saudar o Senador Acir Gurgacz, que é indicado pelo Bloco de Apoio ao Governo como Vice-Presidente.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Dornelles, Bloco/PP – RJ) – Passo a palavra ao Deputado Presidente Newton Lima, que vai presidir esta sessão.

**O SR. NEWTON LIMA** (PT – SP) – Muito obrigado, Senador Dornelles. Quero, em primeiro lugar, dizer a V. Ex<sup>a</sup> e dizer a todos, cumprimentando os colegas e as colegas, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, da honra de ladeá-lo nesta reunião. Poder estar ao seu lado, com a sua história, a sua trajetória, é algo para mim extremamente relevante.

Quero agradecer à Liderança do meu Partido, Deputado Jilmar Tatto, que nos indicou nesse rodízio entre Câmara e Senado, para presidir uma medida provisória da maior importância que diz respeito ao plano Brasil Maior; cumprimentar também o Relator Romero Jucá.

Vai ser um prazer imenso. E, mais do que isso, eu, que sou professor, tenho certeza de que vou aprender muito nesse processo. Temos pela frente um trabalho da maior relevância para o Brasil, com a MP nº 563. Vivemos um momento muito importante de fortalecimento da indústria nacional. Queremos discutir conteúdo nacional. Queremos discutir cada vez mais o fortalecimento da competitividade da nossa indústria.

Por isso, a medida provisória, com as indicações amplas de vários segmentos, propondo, inclusive, aquilo que me parece extremamente louvável: a criação dos comitês de competitividade que vai permitir cada setor industrial brasileiro mostrar suas dificuldades, face ao que temos assistido no cenário



internacional, para melhorar a nossa competitividade e enfrentar melhor o todo o processo de comércio exterior, tenho certeza de que, com a relatoria do Senador Romero Jucá, nós teremos um belo relatório a ser levado à consideração da Comissão Mista não só em termos de admissibilidade, como de mérito.

Então, é uma honra muito grande. Cumprimento também o Danilo, pela Medida Provisória nº 564/12, desejo a S. Ex<sup>a</sup> muito sucesso; também à coordenação da outra Comissão Mista. E, finalmente, agradeço a confiança dos colegas por esta eleição, dizendo que, muito em breve, estaremos marcando o cronograma de trabalho.

Muito obrigado, Senador Dornelles.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Gostaria de dar a palavra ao Deputado Danilo Forte. Vai ser um privilégio tê-lo como Relator.

**O SR. DANILO FORTE** (PMDB – CE) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Francisco Dornelles, meu colega Presidente agora da MP nº 563/12, Deputado Newton Lima, com quem tive a honra de trabalhar na Medida Provisória da EBC. E foi uma grata satisfação – eu, que não o conhecia – ter sido seu parceiro na construção da Empresa Brasileira de Recursos Humanos.

Para mim, é uma honra muito grande aqui representar o PMDB na indicação para Relatoria da MP nº 564/12. Quero aqui compartilhar as palavras do Senador Romero Jucá. O nosso relatório será aberto, em que vamos ouvir todas as partes envolvidas, todos os setores da sociedade organizada, no que diz respeito ao compromisso do programa Brasil Maior, que é um programa de fundamental importância para a competitividade do Brasil no cenário internacional.

Temos uma responsabilidade muito grande com isso. O mundo, hoje, é pequeno, é interligado, e o Brasil, que tem um potencial fantástico – somos a 5ª economia do mundo – não pode vacilar, em nenhum momento, em matéria de competitividade e na preocupação de geração de emprego e renda, em melhoria de qualidade de vida para o nosso povo.

Por isso, agradeço principalmente ao Líder do meu Partido na Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Alves, ao Líder do meu Partido no Senado, Senador Renan Calheiros, pela indicação, e ao nosso Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, por esse encaminhamento.

Quero aqui, mais uma vez, reafirmar o nosso compromisso e estar aberto para o debate e, em tempo hábil, até o final de junho, se Deus quiser, estarmos com essa medida provisória votada, para dinamizar ainda mais esse setor tão importante da economia do nosso País, que é o da indústria e da competitividade internacional.

Muito obrigado mais uma vez, Senador Dornelles, pela sua firmeza na condução deste trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a reunião relacionada às emendas com as Medidas Provisórias nºs 563 e 564, de 2012, desejando sucesso aos Presidentes.

*(Iniciada às 19 horas e 32 minutos do dia 11 de abril de 2012, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos do dia 12 de abril de 2012.)*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PDT** - João Durval\*  
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PP** - Francisco Domelles\*  
**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\*\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*

### Maranhão

**Bloco-PTB** - Epitácio Cafeteira\*  
**Bloco-DEM** - Clovis Fecury\*\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

### Pará

**Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**Bloco-PMDB** - Jader Barbalho\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PT** - Marta Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Bloco-PMDB** - Clésio Andrade\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\*\* (S)

### Goiás

**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**S/PARTIDO** - Demóstenes Torres\*\*  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*\*  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amélia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cícero Lucena\*  
**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rêgo\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*\*

### Piauí

**Bloco-PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

### Santa Catarina

**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

### Alagoas

**Bloco-PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*\*

### Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

### Amazonas

**Bloco-PR** - Alfredo Nascimento\*  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PC DO B** - Vanessa Grazziotin\*\*

### Paraná

**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*  
**Bloco-PMDB** - Sérgio Souza\*\* (S)

### Acre

**Bloco-PT** - Anibal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**PSD** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PR** - Antonio Russo\* (S)  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PTB** - Gim Argello\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rollemberg\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*\*

### Tocantins

**PSD** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-PR** - João Ribeiro\*\*  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*\*

### Amapá

**Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*\*  
**PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**Bloco-PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(5,12)</sup>

**RELATORA:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(14,16)</sup>

**Leitura:** 16/03/2011

**Instalação:** 27/04/2011

**Prazo final:** 06/09/2011

**Prazo prorrogado:** 15/04/2012

**Prazo prorrogado:** 30/06/2012

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(10)</sup></b>	
Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2,4,7)</sup>	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(2,6,9)</sup>
Angela Portela (PT-RR) <sup>(2)</sup>	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(17)</sup></b>	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1,15)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(17)</sup></b>	
(3,11)	

**Notas:**

\*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

\*\*. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 061 33033514

**Fax:** 061 33031176

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br



## 2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

**Número de membros:** 11 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(9)</sup>

**RELATOR:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(9)</sup>

**Leitura:** 17/05/2011

**Instalação:** 28/06/2011

**Prazo final:** 22/12/2011

**Prazo prorrogado:** 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(11)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6)</sup>	1. Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(6,14)</sup>	2. Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(13)</sup>
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(6)</sup>	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(1,2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(18)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(4)</sup>	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(4,15)</sup>
Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(4)</sup>	2. VAGO <sup>(4,17)</sup>
Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,16)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (S/PARTIDO-GO) <sup>(3,19)</sup>	1. VAGO <sup>(7,8)</sup>
VAGO <sup>(10,12)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(18)</sup></b>	
João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(5)</sup>	1. Gim Argello (PTB-DF) <sup>(5)</sup>

### Notas:

\*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (Of. nº 119/2011-GLDBAG).
14. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (Of. nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
18. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
19. Em 26.04.2012, foi lido expediente do Senador Demóstenes Torres comunicando ter deixado de integrar, a partir de 03.04.2012, a bancada do Partido Democratas - DEM.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 6133033514

**Fax:** 6133031176

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado  
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

**Aprovação do Requerimento:** 05/03/2008

**Aprovação do Requerimento de Aditamento:** 10/12/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo prorrogado:** 17/07/2010

**Prazo prorrogado:** 22/12/2010

### MEMBROS

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup>

Senador José Pimentel (PT) <sup>(1)</sup>

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>

#### Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(4)</sup>

Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>

#### Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )

#### Membro da Comissão Diretora

#### Notas:

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

\*\*\*\*\*. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE  
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado  
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

**Número de membros: 17**

**PRESIDENTE:** Gilson Dipp <sup>(1)</sup>  
**RELATOR:** Luiz Carlos Gonçalves

**Aprovação do Requerimento:** 10/08/2011

**Designação:** 21/09/2011

**Instalação:** 18/10/2011

**Prazo final:** 25/05/2012

**MEMBROS**

Gilson Dipp

VAGO <sup>(2)</sup>

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muiños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO <sup>(3)</sup>

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

**Notas:**

\*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

\*\*\*. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

\*\*\*\*. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

\*\*\*\*\*. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

\*\*\*\*\*. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.



2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECF, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECF, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

**Secretário(a):** Reinilson Prado  
**Telefone(s):** 061 33033501  
**E-mail:** ref.codigopenal@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

**Finalidade:** Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

**Número de membros: 5**

**Aprovação do Requerimento: 14/02/2012**

#### MEMBROS

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(3)</sup>

Senador Paulo Paim (PT) <sup>(3)</sup>

##### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(5)</sup>**

Senador Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senadora Ana Amélia (PP) <sup>(4)</sup>

##### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

Senador Alvaro Dias (PSDB) <sup>(1)</sup>

#### **Notas:**

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB( Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.º18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

#### 4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

**Finalidade:** Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(5)</sup></b>	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1.
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2.
Senador Sérgio Souza (PMDB)	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(1)</sup>
Senador José Agripino (DEM) <sup>(3,6)</sup>	2. Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(5)</sup></b>	
Senador Fernando Collor (PTB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Gim Argello (PTB) <sup>(2)</sup>
Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(4)</sup>	2. Senador Vicentinho Alves (PR) <sup>(4)</sup>

**Notas:**

\*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

\*\*\*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).

3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).

4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 15/2012-GLDEM).

## 5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 21/03/2012

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Humberto Costa (PT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(3)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Davim (PV) <sup>(4)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cícero Lucena (PSDB) <sup>(1)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

**COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO  
DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS**

**Finalidade:** Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)

**Número de membros: 14**

**PRESIDENTE:** Nelson Jobim

**Ato do Presidente do Senado Federal:** 15/03/2012

**Designação:** 15/03/2012

**MEMBROS**

---

Nelson Jobim

---

Bernardo Appy

---

João Paulo dos Reis Velloso

---

Everardo Maciel

---

Ives Gandra da Silva Martins

---

Adib Jatene

---

Luís Roberto Barroso

---

Michal Gartenkraut

---

Paulo de Barros Carvalho

---

Bolívar Lamounier

---

Fernando Rezende

---

Sérgio Prado

---

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

---

Marco Aurélio Marrafon

---

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 061 33033514

**Fax:** 061 33031176

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

**Finalidade:** Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 28/03/2012

**Designação:** 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV )</b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Paulo Davim (PV) <sup>(2)</sup>
Senador Luiz Henrique (PMDB) <sup>(2)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(14)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) <sup>(11,15)</sup>
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) <sup>(10,11)</sup>	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(9)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(30)</sup></b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(18,23)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) <sup>(4,8,17,28,29)</sup>
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) <sup>(12,13,19,20)</sup>	9. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) <sup>(3)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(31,32,33)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(31)</sup>	5. Clovis Fecury (DEM) <sup>(5,16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(30)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) <sup>(27,28,29)</sup>	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) <sup>(7)</sup>	4. Alfredo Nascimento (PR) <sup>(22)</sup>

**PSD PSOL (26)**

Kátia Abreu (PSD) (24,25)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídica da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

#### **(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE)

**Instalação:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

**Instalação:** 18/05/2011

**Prazo prorrogado:** 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT) <sup>(4,6)</sup>	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) <sup>(8)</sup>	2. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(9)</sup></b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. Armando Monteiro (PTB) <sup>(1,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- \*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) <sup>(4)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) <sup>(19)</sup>
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(23)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(24)</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(7,18,24)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(2,24)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB) <sup>(24)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,5,24)</sup>	3. Lobão Filho (PMDB) <sup>(24)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(24)</sup>	4. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(24)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(24)</sup>	5. Roberto Requião (PMDB) <sup>(24)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(15,16,17,22,24)</sup>	6. Benedito de Lira (PP) <sup>(11,24)</sup>
VAGO <sup>(24)</sup>	7. VAGO <sup>(24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(10,12,14)</sup>
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(8,10)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(23)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) <sup>(1,6)</sup>	2. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(25)</sup>
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) <sup>(20,21)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.



\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Reuniões:** quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,3)</sup>

**Instalação:** 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(7)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(2)</sup>

### Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcídia Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** <sup>(2,5,6)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) <sup>(1)</sup>	2. Wellington Dias (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(7)</sup></b>	
VAGO <sup>(5,6)</sup>	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

### Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

### Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652



## 2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**RELATORA:** Senadora Marta Suplicy (PT-SP) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(3)</sup></b>	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

**Notas:**

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(24)</sup></b>	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(8)</sup>
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) <sup>(8)</sup>
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) <sup>(7,8)</sup>
Jorge Viana (PT) <sup>(10)</sup>	4. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(25,26)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) <sup>(9)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) <sup>(34,35)</sup>	7. Humberto Costa (PT) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(40)</sup></b>	
Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(41)</sup>	1. Roberto Requião (PMDB) <sup>(3,4,16,21,28,41)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(2,17,41)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(5,16,38,41,48)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(41)</sup>	3. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(14,16,41)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(41)</sup>	4. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(15,16,41)</sup>
Renan Calheiros (PMDB) <sup>(21,41)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB) <sup>(41)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(27,41)</sup>	6. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(41)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(41)</sup>	7. Benedito de Lira (PP) <sup>(41)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(23)</sup>
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(11)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(19,45)</sup>	4. Paulo Bauer (PSDB) <sup>(18,45,46)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(40)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6,47)</sup>
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) <sup>(12,47)</sup>
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) <sup>(20,22,36,37)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO <sup>(33)</sup>
<b>PSD</b>	
Sérgio Petecão <sup>(42,43,44)</sup>	1. Kátia Abreu <sup>(30,31,32,39,42,43,44)</sup>

**Notas:**

\*, Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

- \*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- \*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- \*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- \*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- \*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- \*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- \*\*\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
  2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
  3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
  4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
  5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
  6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
  7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
  8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
  9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
  10. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
  11. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
  12. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
  13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
  14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
  15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
  16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
  17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
  18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
  19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
  20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
  21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
  22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
34. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
35. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
36. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
37. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
38. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
39. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
40. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
42. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
43. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
44. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
46. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
47. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
48. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Pedro Taques (PDT-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

**RELATOR:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

**Designação:** 19/10/2011

**Instalação:** 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(1)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(1)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	

**Notas:**

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(3,15,17)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(18)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) <sup>(41)</sup>
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(14,26)</sup>
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(10)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) <sup>(19)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) <sup>(33)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(44)</sup></b>	
Roberto Requião (PMDB) <sup>(46)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(2,22,46)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(29,30,32,42,46)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(46)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(7,13,28,46)</sup>	3. Luiz Henrique (PMDB) <sup>(46)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(31,34,43,46)</sup>	4. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(46)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(20,46)</sup>	5. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(46)</sup>
VAGO <sup>(46)</sup>	6. Ciro Nogueira (PP) <sup>(23,46)</sup>
VAGO <sup>(46)</sup>	7. VAGO <sup>(11,46)</sup>
VAGO <sup>(46)</sup>	8. <sup>(46)</sup>
VAGO <sup>(46)</sup>	9. <sup>(46)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(6)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(36)</sup>
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(16,25)</sup>	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(4)</sup>
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(5)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) <sup>(21)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(9)</sup>	5. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(8,47,48)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(44)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(1,45)</sup>
Magno Malta (PR) <sup>(12,27)</sup>	3. Antonio Russo (PR) <sup>(39,40)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(27)</sup>	4. Vicentinho Alves (PR)
<b>PSD PSOL <sup>(38)</sup></b>	
Kátia Abreu (PSD) <sup>(35,37)</sup>	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.



24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
38. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

### **4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Notas:**

\*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(3)</sup>**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO <sup>(3,19)</sup>**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(15)</sup></b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(12,16)</sup>	2. Delcídio do Amaral (PT) <sup>(4)</sup>
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(39)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(17)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(21,22)</sup>	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) <sup>(22,23)</sup>
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(7)</sup>	4. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(18)</sup>
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO <sup>(33,34,38)</sup>
Ivo Cassol (PP) <sup>(13,14,24,26)</sup>	6. VAGO <sup>(9,30,31,32,37)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(8,11)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) <sup>(20,28,29)</sup>	3. Clovis Fecury (DEM) <sup>(28)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(39)</sup></b>	
Gim Argello (PTB) <sup>(1,27)</sup>	1. João Vicente Claudino (PTB) <sup>(2)</sup>
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
<b>PSD PSOL <sup>(35)</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(6)</sup>	1. Kátia Abreu (PSD) <sup>(5,6,10,36)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.



\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).

6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

26. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) <sup>(1,3,6,8,14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(1,6)</sup>

**RELATOR:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(16)</sup>

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) <sup>(4,12)</sup>	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(15)</sup></b>	
VAGO <sup>(13)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(11)</sup>	2. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(7,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2,10)</sup>	1. Kátia Abreu (PSD)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(15)</sup></b>	
<sup>(9)</sup>	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.2012, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br



## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(7)</sup>	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(7)</sup>
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(2,5)</sup>
Aníbal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(7)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(6)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(4,7)</sup>	1. Vicentinho Alves (PR) <sup>(7)</sup>

**Notas:**

1. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
  2. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
  3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- \*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,2,3)</sup>

**RELATOR:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Jorge Viana (PT) <sup>(9)</sup>	1. Anibal Diniz (PT) <sup>(9,11)</sup>
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(10)</sup></b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2,3,5,6,8)</sup>	1. Ivo Cassol (PP) <sup>(12)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(10)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(7,11)</sup>	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

8. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

9. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

11. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

12. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

#### 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(1,4,9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,12)</sup>

**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(6)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT) <sup>(3,7)</sup>	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(16)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(5,8,10,13)</sup>	2. Luiz Henrique (PMDB) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2,14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(16)</sup></b>	
<sup>(11)</sup>	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).



14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

16. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(16)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(14,24)</sup>
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Aníbal Diniz (PT) <sup>(15,25,27)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) <sup>(12,38,40)</sup>	6. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(43)</sup></b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) <sup>(8,10,26,33)</sup>
VAGO <sup>(2,13,28,29,30,41)</sup>	2. VAGO <sup>(39)</sup>
VAGO <sup>(31,34,42)</sup>	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(18,32)</sup>	4. VAGO <sup>(21)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(20)</sup>	5. VAGO <sup>(13)</sup>
Paulo Davim (PV)	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(7,9,17,36,46)</sup>	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(6,23)</sup>
VAGO <sup>(5)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) <sup>(19,37,45)</sup>	3. José Agripino (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(43)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(1)</sup>	1.
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(11,44)</sup>	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
<b>PSOL</b>	
VAGO <sup>(35)</sup>	1. Randolfe Rodrigues <sup>(4)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
42. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(5)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
VAGO <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1,6)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

### Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
  2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
  3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
  5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
  6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- \*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 02/06/2011

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 29/03/2012

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(8)</sup></b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(5,7)</sup>	3. Lindbergh Farias (PT) <sup>(4)</sup>
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(6,9,10)</sup>	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(18,19)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) <sup>(17)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) <sup>(16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(23)</sup></b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO <sup>(13,14,15,22)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(3)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(23)</sup></b>	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) <sup>(20,21)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(8)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(6,7)</sup>
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(1)</sup>

### Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

\*\*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Dalcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(4,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1. José Agripino (DEM) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Dalcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

\*\*\*\*. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Dalcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.



#### 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(7)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(12,13)</sup>
Jorge Viana (PT)	2. VAGO <sup>(11)</sup>
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(5,8)</sup>	4. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,6,10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(14)</sup></b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. VAGO <sup>(1,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(14)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(21,22)</sup>
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) <sup>(19)</sup>	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(26)</sup></b>	
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(27)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(27)</sup>
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(27)</sup>	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,4,11,27)</sup>
Lobão Filho (PMDB) <sup>(27)</sup>	3. Roberto Requião (PMDB) <sup>(27)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(27)</sup>	4. Francisco Dornelles (PP) <sup>(10,27)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(27)</sup>	5. Clésio Andrade (PMDB) <sup>(12,23,24,27)</sup>
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(27)</sup>	6. Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(27)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(27)</sup>	7. Ivo Cassol (PP) <sup>(16,17,18,25,27)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(2,5)</sup>	3. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(5,8)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(30)</sup>	4. VAGO <sup>(30)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(26)</sup></b>	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
<b>PSOL</b>	
<sup>(20)</sup>	1. <sup>(20)</sup>
<b>PSD</b>	
Kátia Abreu <sup>(28,31)</sup>	1. Sérgio Petecão <sup>(6,7,13,15,28,29,31)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.



26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.

28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.

29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.

30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).

31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** quintas-feiras, às 9h - Plenário n° 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### 8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4,5,7)</sup>

**RELATOR:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(3,5)</sup>

**Instalação:** 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) <sup>(1)</sup>	2. Delcídio do Amaral (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.

\*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

#### **8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 08/03/2012

**Notas:**

\*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,22,24,28,33)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(11)</sup></b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(3)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) <sup>(8,12)</sup>
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) <sup>(2)</sup>
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(34)</sup></b>	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(16)</sup>
VAGO <sup>(22,23,24,26,32)</sup>	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
VAGO <sup>(17)</sup>	4. VAGO <sup>(30)</sup>
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) <sup>(9,10,18,19)</sup>
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO <sup>(25,27,31)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(6,13,21)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(34)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(35)</sup>	2. Magno Malta (PR)
<b>PSD PSOL <sup>(29)</sup></b>	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(15)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\* Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

### 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(6,7,9)</sup>

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(10)</sup></b>	
VAGO <sup>(4,5,8)</sup>	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,10)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
VAGO <sup>(11)</sup>	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(9)</sup></b>	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) <sup>(4,6,7,8)</sup>	2. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)

### Notas:

- Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
- Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
- Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

**Secretário(a):** Selma Miriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br



**9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**Secretário(a):** Selma Miriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

#### 9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zeze Perrella (PDT-MG) <sup>(1,5,7)</sup>

**Designação:** 14/06/2011

**Instalação:** 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Zeze Perrella (PDT) <sup>(2,6)</sup>	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(12)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(8)</sup>	2. VAGO <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(4,11)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB)

#### Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
  2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
  5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
  6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
  7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
  8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
  9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
  10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
  11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
  12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- \*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(16)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) <sup>(8,11,23,25)</sup>	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) <sup>(12,17)</sup>	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(5)</sup>	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(38)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO <sup>(28,30,37)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO <sup>(26,27,29,36)</sup>	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) <sup>(13,14,20,21)</sup>	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(4)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(3,10,15)</sup>
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) <sup>(7,19)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(38)</sup></b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(1,9)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6)</sup>
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(24,34,35)</sup>	2. Blairo Maggi (PR) <sup>(24)</sup>
<b>PSD PSOL <sup>(32)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(31)</sup>	1. Kátia Abreu (PSD) <sup>(33)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozanildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.



**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA  
BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(12,14)</sup>
João Capiberibe (PSB) <sup>(10,11,19)</sup>	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(1,23,24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV ) <sup>(25)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,5,13)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) <sup>(7,8,15,16)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(25)</sup></b>	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(4,18)</sup>	2. João Ribeiro (PR) <sup>(18)</sup>
<b>PSD PSOL <sup>(21)</sup></b>	
<sup>(6)</sup>	1. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(20,22)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 09:00hs -

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**Fax:** 3303-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br**COMPOSIÇÃO  
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br



## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)*

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(6,7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(2)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) <sup>(4)</sup>	2. VAGO <sup>(5)</sup>
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO <sup>(1)</sup>
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
<b>PT</b>	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>PTB</b>	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>DEM</b>	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PR</b>	
Vicentinho Alves (TO)	1.
<b>PP</b>	
Ciro Nogueira (PI)	1.
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (RO)	1.
<b>PSB</b>	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	

## Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 18/04/2012

## Notas:

1. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
3. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
4. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago( PMDB-PB) ter deixado o mandato.
6. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
7. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros: 5 titulares**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (S/PARTIDO/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

#### **4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

**OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**1ª Designação:** 26/04/2011

---

**Atualização:** 26/04/2011

#### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(6)</sup>**VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**MEMBROS****PMDB**VAGO <sup>(8,15)</sup>**PT**Ana Rita (ES) <sup>(10)</sup>**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PTB**Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(3)</sup>**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(4)</sup>**PR**VAGO <sup>(9,14,16)</sup>**PP**Ciro Nogueira (PI) <sup>(1)</sup>**PDT**Zeze Perrella (MG) <sup>(13)</sup>**PSB**

Lídice da Mata (BA)

**PC DO B**Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(5)</sup>**PSOL**VAGO <sup>(2,11)</sup>**PRB**Eduardo Lopes (RJ) <sup>(12)</sup>**PSC**

Eduardo Amorim (SE) (7)
<b>PSD</b>
<b>PPS</b>
<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (PSD-AC)
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN)

**Atualização:** 26/04/2012**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of.º GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of.º 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of.º 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of.º 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.º GSAGUR nº 027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br



**6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(13)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(13)</sup>**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**MEMBROS****PMDB**Waldemir Moka (MS) <sup>(6)</sup>**PT**Jorge Viana (AC) <sup>(7)</sup>**PSDB**Cyro Miranda (GO) <sup>(9)</sup>**PTB**Armando Monteiro (PE) <sup>(10)</sup>**DEM**José Agripino (RN) <sup>(8)</sup>**PR**VAGO <sup>(11,21,22)</sup>**PP**Ivo Cassol (RO) <sup>(16)</sup>**PDT**Acir Gurgacz (RO) <sup>(18)</sup>**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(12)</sup>**PC DO B**Inácio Arruda (CE) <sup>(2)</sup>**PSOL**VAGO <sup>(14,15)</sup>**PRB**Eduardo Lopes (RJ) <sup>(1,19,20)</sup>**PSC**Eduardo Amorim (SE) <sup>(3,17)</sup>**PSD**

**PPS****PMN**Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>**PV**Paulo Davim (RN) <sup>(5)</sup>**Atualização:** 26/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
22. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA***(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(12)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(14)</sup>**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**MEMBROS****PMDB****PT**Humberto Costa (PE) <sup>(7)</sup>**PSDB**Cícero Lucena (PB) <sup>(3)</sup>**PTB**Gim Argello (DF) <sup>(4)</sup>**DEM****PR**Vicentinho Alves (TO) <sup>(6)</sup>**PP**Ana Amélia (RS) <sup>(11)</sup>**PDT**Cristovam Buarque (DF) <sup>(8)</sup>**PSB**João Capiberibe (AP) <sup>(13)</sup>**PC DO B**Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(5)</sup>**PRB**Eduardo Lopes (RJ) <sup>(9)</sup>**PSC****PSD**

---

Sérgio Petecão (AC) <sup>(2)</sup>

---

**PV**

---

Paulo Davim (RN) <sup>(10)</sup>

---

**Atualização:** 25/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPB n° 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)*

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
Paulo Paim (RS) <sup>(11)</sup>
<b>PSDB</b>
Cyro Miranda (GO) <sup>(3)</sup>
<b>PTB</b>
João Vicente Claudino (PI) <sup>(6)</sup>
<b>DEM</b>
Clovis Fecury (MA) <sup>(12)</sup>
<b>PR</b>
Vicentinho Alves (TO) <sup>(1)</sup>
<b>PP</b>
Ciro Nogueira (PI) <sup>(9)</sup>
<b>PDT</b>
Cristovam Buarque (DF) <sup>(13)</sup>
<b>PSB</b>
Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(10)</sup>
<b>PC DO B</b>
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(2)</sup>
<b>PSOL</b>
Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(5)</sup>
<b>PRB</b>
Eduardo Lopes (RJ) <sup>(4)</sup>
<b>PSC</b>
<b>PSD</b>



---

Kátia Abreu (TO) <sup>(7)</sup>

---

**PV**

---

Paulo Davim (RN) <sup>(8)</sup>

---

**Atualização:** 02/05/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GL PDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

## COMISSÕES MISTAS

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

**Número de membros:** 10 Senadores e 30 Deputados

#### COMPOSIÇÃO <sup>2</sup>

**Presidente:** Deputado Paulo Pimenta<sup>4</sup>  
**1º Vice-Presidente:** Senador Cássio Cunha Lima<sup>4</sup>  
**2º Vice-Presidente:** Deputado Reinaldo Azambuja<sup>4</sup>  
**3º Vice-Presidente:** Senador Vicentinho Alves<sup>4</sup>

**Instalação:** 27-3-2012

#### Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) <sup>5</sup>	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. <sup>3</sup>
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD <sup>1</sup>	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

#### Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. <sup>8</sup>
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
<b>PMDB</b>	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) <sup>2</sup>
Edio Lopes (PMDB/RR) <sup>2</sup>	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) <sup>7</sup>
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) <sup>7</sup>	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
<b>PSDB</b>	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) <sup>3</sup>	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) <sup>3</sup>
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2.
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3.
<b>PP</b>	
João Leão (PP/BA) <sup>4</sup>	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
<b>DEM</b>	
Augusto Coutinho (DEM/PE) <sup>6</sup>	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) <sup>6</sup>
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
<b>PR</b>	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
<b>PSB</b>	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
<b>PDT</b>	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
<b>PTB</b>	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
<b>PSC</b>	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
<b>PCdoB</b>	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) <sup>5</sup>
<b>PMN<sup>1</sup></b>	
<sup>2</sup>	<sup>2</sup>

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da

Liderança do PCdoB.

6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.

7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.

8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.

**Secretária:** Maria do Socorro de L. Dantas

**Telefones:** (61) 3216-6892 / 3216-6893

**Fax:** (61) 3216-6905

**E-mail:** cmo@camara.gov.br

**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo)

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Deputado Márcio Macedo<sup>15 e 20</sup>  
**Vice-Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin<sup>15 e 20</sup>  
**Relator:** Senador Sérgio Souza<sup>16 e 20</sup>

**Instalação:** 10-4-2012<sup>15 e 20</sup>**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Jorge Viana (PT/AC) <sup>7</sup>	1. Wellington Dias (PT/PI) <sup>7</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>7, 13 e 17</sup>	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) <sup>7</sup>
Blairo Maggi (PR/MT) <sup>7</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>7</sup>	4. <sup>7 e 17</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)</b>	
Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>3 e 14</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>3</sup>
Eduardo Braga (PMDB/AM) <sup>3</sup>	2. Romero Jucá (PMDB/RR) <sup>3</sup>
Ciro Nogueira (PP/PI) <sup>3, 11 e 12</sup>	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) <sup>3</sup>
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>3 e 18</sup>	4. <sup>3 e 19</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) <sup>2</sup>	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) <sup>2</sup>
Jayme Campos (DEM/MT) <sup>6 e 10</sup>	2. José Agripino (DEM/RN) <sup>6 e 10</sup>
<b>PTB</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>4</sup>	1. <sup>8, 9 e 12</sup>
<b>PSOL<sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>5</sup>	1.

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.



**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Fernando Ferro (PT/PE) <sup>2</sup>	1. Francisco Praciano (PT/AM) <sup>2</sup>
Márcio Macêdo (PT/SE) <sup>2</sup>	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) <sup>2</sup>
<b>PMDB</b>	
Valdir Colatto (PMDB/SC) <sup>2, 5 e 6</sup>	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) <sup>2</sup>
André Zacharow (PMDB/PR) <sup>2, 9 e 10</sup>	2. Adrian (PMDB/RJ) <sup>10</sup>
<b>PSDB</b>	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) <sup>2 e 11</sup>	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) <sup>2</sup>
<b>PP</b>	
José Otávio Germano (PP/RS) <sup>2</sup>	1. Rebecca Garcia (PP/AM) <sup>2</sup>
<b>DEM</b>	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 8</sup>
<b>PR</b>	
Anthony Garotinho (PR/RJ) <sup>2</sup>	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) <sup>2 e 12</sup>
<b>PSB</b>	
Luiz Noé (PSB/RS) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 7</sup>
<b>PDT</b>	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>2</sup>	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) <sup>2</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) <sup>2</sup>	1. Sarney Filho (PV/MA) <sup>2</sup>
<b>PTB<sup>1</sup></b>	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) <sup>2 e 3</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) <sup>4</sup>

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone:** (61) 3303-3122

**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450)

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO  
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

**Número de membros:** 10 Senadores e 10 Deputados

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)</b>	
	1.
	2.
	3.
<b>PSDB</b>	
	1.
<b>PTB</b>	
Gim Argello (PTB/DF) <sup>2</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) <sup>2</sup>
<b>DEM</b>	
	1.
<b>PSOL <sup>1</sup></b>	
	1.

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI**

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Deputada Perpétua Almeida**Vice-Presidente:** Senador Fernando Collor

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Jilmar Tatto (PT/SP) <sup>1</sup>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Renan Calheiros (PMDB/AL) <sup>2</sup>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>3</sup>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Jayme Campos (DEM/MT) <sup>4</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) <sup>5</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

**Notas:**

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN)

**COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO**

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

**Leitura:** 13-7-2011**Designação da Comissão:** 14-12-2011**Instalação da Comissão:** 8-2-2012**Prazo final da Comissão:** 19-8-2012**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) <sup>10 e 11</sup>
<sup>11</sup>	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. <sup>6</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)</b>	
<sup>2 e 8</sup>	1.
<sup>3, 4 e 9</sup>	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) <sup>7</sup>
<b>PSOL <sup>1</sup></b>	
<sup>5</sup>	1.

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
<b>PMDB</b>	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) <sup>1</sup>	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) <sup>8</sup>
<b>PP</b>	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
<b>DEM</b>	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) <sup>5</sup>
<b>PR</b>	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) <sup>2 e 4</sup>
<b>PSB</b>	
Keiko Ota (PSB/SP) <sup>7</sup>	1 Sandra Rosado (PSB/RN) <sup>7</sup>
<b>PDT</b>	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
<b>Bloco PV, PPS</b>	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) <sup>6</sup>
<b>PTB</b>	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) <sup>3</sup>

**Notas:**

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)****Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br



**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

**Presidente:** Senador Vital do Rêgo  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:** Deputado Odair Cunha

**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)</b>	
José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Humberto Costa (PT/PE)	2. Jorge Viana (PT/AC)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)</b>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Fernando Collor (PTB/AL)	1.
Vicentinho Alves (PR/TO)	2.
<b>PSD<sup>1</sup></b>	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Sibá Machado (PT/AC)
<b>PMDB</b>	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Edio Lopes (PMDB/RR)
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
<b>PSDB</b>	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Rogério Marinho (PSDB/RN)
<b>PP</b>	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
<b>DEM</b>	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
<b>PR</b>	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
<b>PSB</b>	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
<b>PDT</b>	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
<b>Bloco PV, PPS</b>	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
<b>PTB</b>	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
<b>PSC</b>	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
<b>PCdoB<sup>1</sup></b>	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Júnior (PCdoB/PI)

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

**CONSELHOS E ORGÃO****CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

**COMPOSIÇÃO**

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Marco Maia (PT/RS)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> José Sarney (PMDB/AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Marta Suplicy (PT/SP)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Waldemir Moka (PMDB/MS) <sup>1</sup>
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> João Ribeiro (PR/TO)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Júlio Delgado (PSB/MG)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP/PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Jilmar Tatto (PT/SP) <sup>2</sup>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>3</sup>	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Jayme Campos (DEM/MT) <sup>4</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Ricardo Berzoini (PT/SP) <sup>5</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) <sup>5</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

**Número de membros:** 13 titulares e respectivos suplentes

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Resolução nº 1/2011-CN

**COMPOSIÇÃO** <sup>1</sup>**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

**Presidente:** Senador Roberto Requião <sup>6</sup>  
**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame <sup>6</sup>  
**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia <sup>6</sup>

Instalação: 31.08.2011

**Deputados**

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago <sup>10</sup>	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
<b>PMDB</b>	
Iris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow <sup>9</sup>	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira <sup>3</sup>
Antonio Carlos Mendes Thame <sup>2</sup>	Luiz Nishimori <sup>3</sup>
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja <sup>3</sup>
<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
<b>DEM</b>	
Júlio Campos	Marcos Montes <sup>4</sup>
Mandetta	Augusto Coutinho <sup>5</sup>
<b>PR</b>	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
<b>PSB</b>	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
<b>PDT</b>	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
<b>Bloco PV / PPS</b>	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
<b>PTB</b>	
Sérgio Moraes	Paes Landim
<b>PSC</b>	
Nelson Padovani	Takayama
<b>PCdoB</b>	
Assis Melo <sup>11</sup>	Manuela D'ávila <sup>12</sup>
<b>PRB</b>	
George Hilton	Vitor Paulo
<b>PMN</b>	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
<b>PTdoB</b>	
Luis Tibé <sup>8</sup>	



**Senadores**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)</b>	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) <sup>7</sup>	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>13</sup>
	José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

12- Designada para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 19, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

Edição de hoje: 394 páginas  
(OS: 11905/2012)

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

